

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
IGCE – Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Campus de Rio Claro

FELIPE COMITRE

**PLANEJAMENTO URBANO EM SOROCABA-SP: A
MILITARIZAÇÃO URBANA E O ESTADO DE
EXCEÇÃO.**

Rio Claro – SP
2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
IGCE – Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Campus de Rio Claro

FELIPE COMITRE

**PLANEJAMENTO URBANO EM SOROCABA-SP: A
MILITARIZAÇÃO URBANA E O ESTADO DE
EXCEÇÃO.**

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para a obtenção do título de doutor em Geografia, Área de Concentração Organização do Espaço.

Orientadora: Professora Doutora Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza

Rio Claro – SP
2017

910.13 Comitre, Felipe
C733p Planejamento urbano em Sorocaba-SP: a militarização
urbana e o estado de exceção / Felipe Comitre. - Rio Claro,
2017
303 f. : il., figs., gráfs., forms., tabs., fots., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientadora: Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza

1. Geografia urbana. 2. Planejamento urbano. 3. Novo
urbanismo militar. 4. Violência urbana. 5. Estado de exceção.
I. Título.

FELIPE COMITRE

PLANEJAMENTO URBANO EM SOROCABA-SP: A MILITARIZAÇÃO URBANA E O ESTADO DE EXCEÇÃO.

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para a obtenção do título de doutor em Geografia, Área de Concentração Organização do Espaço.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza (UNESP/Rio Claro)
Prof. Dr. Auro Aparecido Mendes (UNESP/Rio Claro)
Prof. Dr. Fábio Alves Araújo (IFRJ/Rio de Janeiro)
Prof. Dr. José Gustavo Viégas Carneiro (Academia de Polícia Civil de São Paulo/SP)
Prof. Dr. Alexandre Carvalho de Andrade (IFSULDEMINAS/Poços de Caldas)

RESULTADO: APROVADO

Rio Claro, 13 de novembro de 2017.

AGRADECIMENTOS

O momento de término de uma tese estimula a reflexão sobre os momentos felizes, as dificuldades enfrentadas e a importância de se viver, e não exclusivamente sobreviver. Tal reflexão me direcionou para um sentimento: considero-me uma pessoa privilegiada. Não o privilégio sustentado pela vantagem advinda do viés mercadológico e da sobreposição dos interesses de classes, mas sim pelo direito de poder conviver com uma família e com amigos que incentivam a ampliação da sintonia e do respeito às particularidades presentes nas relações sociais cotidianas.

A elaboração dessa tese é, sem dúvidas, consequência do privilégio de se conviver com pessoas tão especiais, assim, irei agradecer a pessoas que muito contribuíram com o período de pesquisa e escrita da tese, mesmo sabendo de minha dificuldade em expressar sentimentos por meio de palavras.

Primeiramente, agradeço à minha família pela luta e pela dedicação, especialmente aos meus pais, Celeste e Luiz, pelo apoio incansável desde o meu nascimento. As conquistas de hoje se concretizam devido aos ensinamentos transmitidos por vocês.

À minha avó, Nair, fonte de inspiração e de admiração plena. Aprendo diariamente com sua tranquilidade e sapiência, o que reforça que o conhecimento não pode ser medido exclusivamente por diplomas.

À minha esposa Gabriela, pela companhia e parceria que nos fortalece ainda mais. A Geografia possibilitou nosso encontro e a nossa união, logo, agradeço pelas reflexões geográficas que embasam nossos diálogos diários.

A busca pelo ingresso no mundo acadêmico teve o incentivo direto de meu irmão Diogo. Agradeço pela conscientização de se buscar o conhecimento para além dos disponibilizados prontamente pelos meios de comunicação oligopolizados, parafraseando Chico Science “a revolução não vai passar na tv, é verdade”.

A minha inserção na universidade, sobretudo na pesquisa científica, ocorreu devido ao estímulo da minha orientadora Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza. Agradeço pela confiança e pela paciência no decorrer das orientações que já duram quase uma década. Foi no início de minha iniciação científica, em 2008, que comecei a compreender e me interessar pela análise do espaço urbano.

Aos professores Fábio Alves Araújo e José Gustavo Viegas Carneiro, agradeço pelas contribuições realizadas no exame de qualificação. Tal processo foi essencial para o aprofundamento da reflexão sobre o tema da violência urbana.

Aos amigos de Rio Claro, especialmente da República Sede e seus agregados: Léo, Mizu, Edinho, Salame, Guarujá, Mariana, Bola, Uberaba, Felipe, Jaque, Bh, Xandão, Renato, Lui, Zucão e Eli, agradeço pelo convívio e pelas reflexões geográficas e cotidianas em um momento muito marcante de minha vida. Aproveito para agradecer aos amigos de Sorocaba, sobretudo os Fodgis, que, apesar da distância geográfica, os pensamentos estão sempre próximos. Para finalizar, agradeço aos amigos do IFPR-Pinhais: Magda, Jeff, Igor, Romany, Patrícia e Gustavo, pela experiência de construir uma família em uma cidade até então desconhecida.

ENTRE OS OSSOS DO SILÊNCIO

*Chute-me
Rasgue-me
Esmague-me
Deixei sua marca
Extravase sua ira
Não me conheces
Não me compreendes
Nunca me percebestes
Bata-me, bata-me mais e mais...
Jamais me dirigistes um olhar,
Sequer um bom dia ou boa noite
Você parece que nunca vacilou
Carrega eternamente um acoite
Deixei meu sangue pintar o chão
Quebre meus dedos e minhas mãos
Pise em meu rosto com sua botina
Eu escapei uma vez da sua chacina
Faça-me, logo, a tradicional cova rasa
E uma cruz de madeira encardida e podre
Não quero o esquecimento das gavetas do IML
Nenhuma lágrima além da minha mãe
Que não saberá onde estarei e sempre me buscará
Sofrendo pelas delegacias e necrotérios
E se recusará à minha morte qualquer mistério
Não se esqueça de me jogar aos cães
Ou de me mutilar para os porcos
Sou troféu de sua dignidade
De sua luta para limpar a sociedade
Do seu gozo por Justiça
Hoje, eu pura carniça
Salvo do fogo de pneus
Alimento de solitários vermes
Mais um desaparecido
Mais um exorcizado pelos donos da "ordem"
Mais um entre os ossos do silêncio
Sem luto
Com todo insulto
Sem túmulo
Cidadão nulo
Mas vivo nas lembranças de minha mãe e meus parentes
Mergulhados numa dor permanente
E sufocante por justiça e reparação*

Igor Vitorino da Silva (2015)

RESUMO

A violência urbana vem sendo analisada por diferentes correntes científicas e metodológicas, fator que evidencia o seu caráter multidisciplinar. Os principais estudos se direcionam para a análise das principais causas e consequências da criminalidade nas cidades para, posteriormente, propor-se possíveis soluções para atenuar o problema que se incide no espaço urbano. Muitas vezes, a ciência geográfica se esforça em analisar a distribuição espacial dos crimes nas cidades para gerar informações que tentam revelar se as cidades, os bairros ou as regiões podem ser considerados violentos para, enfim, se estabelecer um indicador de violência. Entretanto, acredita-se que os estudos geográficos podem contribuir com reflexões que transcendem a quantificação relacionada à esfera físico-territorial dos crimes, permitindo a compreensão da relação entre violência e espaço urbano de forma mais ampla, especialmente pela interferência da violência na reprodução do espaço urbano. O intuito da tese consiste em revelar como a violência urbana tem sido utilizada como motivação para a criação de estratégias pelo poder público legitimar e impor novas normas e leis como forma de combatê-la, destacando-se a imposição do novo urbanismo militar, que muitas vezes estimula parcerias entre o poder público e o setor privado. Como se tratam de tentativas de se reduzir a violência nas cidades, as políticas públicas respaldadas pelo novo urbanismo militar são habitualmente aceitas por grande parcela da sociedade. Contudo, será analisado que muitas das leis e normas de combate aos crimes resultam na negação de direitos elementares já conquistados pelos cidadãos. A contenção da violência urbana sob a égide do novo urbanismo militar tende a gerar um processo contraditório, pois possibilita, simultaneamente, o retrocesso de garantias básicas do indivíduo pelo não cumprimento de leis e a ampliação da jurisdição repressivo-penal nas cidades, sendo essas destinadas quase que exclusivamente aos grupos sociais estigmatizados e criminalizados. O processo de retirar e impor direitos, normas e leis, de acordo com as particularidades sociais, econômicas e étnicas, confere a formação e ampliação do estado de exceção, entendido na tese pela perspectiva agambeniana como a exclusão por meio da suspensão de direitos dos cidadãos. A inter-relação entre violência, planejamento urbano e estado de exceção foi analisada de forma empírica por meio do estudo de caso das principais políticas públicas de combate à violência executadas no município de Sorocaba entre os anos de 1997 e 2017. No recorte temporal mencionado, se evidencia o avanço de normas e leis instituídas que convergem com os ideais do novo urbanismo militar e com a ampliação do estado de exceção, destacando-se as ocupações policiais em bairros periféricos, a Lei dos Bares, a implantação de câmeras de monitoramento e a privatização do espaço público.

Palavras-chave: novo urbanismo militar; violência urbana; estado de exceção.

ABSTRACT

Urban violence has been analyzed by different scientific and methodological currents, a factor that shows its multidisciplinary character. The main studies are directed to the analysis of the main causes and consequences of crime in the cities and, later, to propose possible solutions to mitigate the problem that affects the urban space. Often, geographic science endeavors to analyze the spatial distribution of crime in cities to generate information that tries to reveal whether cities, neighborhoods or regions can be considered violent, in order to establish an indicator of violence. However, it is believed that geographic studies can contribute with reflections that transcend the quantification related to the physical-territorial sphere of the crimes, allowing an understanding of the relationship between violence and urban space in a broader way, especially by the interference of violence in space reproduction urban. The purpose of the thesis is to reveal how urban violence has been used as a motivation for the creation of strategies by the public power to legitimize and impose new norms and laws as a way to combat it, highlighting the imposition of new military urbanism, which many times encourages partnerships between public authorities and the private sector. As these are attempts to reduce violence in cities, public policies backed by new military urbanism are usually accepted by a large part of society. However, it will be analyzed with many laws and standards to combat crimes resulting from the denial of human rights, have already been conquered by citizens. The containment of urban violence under the aegis of the new military urbanism tends to generate a contradictory process, as it simultaneously facilitates the retreat of the basic guarantees of the individual for non-compliance with laws and the extension of the penal repressive jurisdiction in the cities that are almost destined exclusively to stigmatized and criminalized social groups. The process of withdrawing and imposing rights, norms and laws, according to the social, economic and ethnic particularities, confers the formation and expansion of the state of exception, understood in the thesis by the agambenian perspective as the exclusion by means of the suspension of rights of the citizens. The interrelation between violence, urban planning and state of exception was analyzed empirically through a case study of the main public policies to combat violence carried out in the city of Sorocaba between 1997 and 2017. In the mentioned time-cut, there is evidence of the advance of norms and laws instituted that converge with the ideals of the new military urbanism and with the expansion of the state of exception, with special emphasis on police occupations in peripheral neighborhoods, the Law of Bars, the implantation of monitoring cameras and the privatization of public space.

Keywords: new military urbanism; urban violence; state of exception.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Macrometrópole paulista.....	61
Figura 2 - Estação da Estrada de Ferro Sorocabana	66
Figura 3 - Evolução da Mancha Urbana em Sorocaba	67
Figura 4 – Fábrica têxtil refuncionalizada em Sorocaba	68
Figura 5 - O urbano ornitorrinco de Sorocaba.....	75
Figura 6 – Região Metropolitana de Sorocaba	78
Figura 7 - Esboço espacial da Casa Grande e Senzala	94
Figura 8 – A espetacularização da violência	103
Figura 9 - Irresponsabilidade na análise de dados estatísticos e a disseminação do medo	104
Figura 10 - Fotografia aérea da rota de fuga do Habiteto para o Parque São Bento ...	129
Figura 11 - Quadro sobre os assassinatos no Parque Laranjeiras.....	132
Figura 12 – Manchetes sobre violência em jornais de Sorocaba.....	151
Figura 13 - Fábrica da Toyota, SENAI e Parque Tecnológico	175
Figura 14 - Paisagens do bairro Campolim	177
Figura 15 - Tecnoesfera da segurança na zona Sul de Sorocaba.....	178
Figura 16 - <i>Outdoor</i> e parte do <i>site</i> descrevendo o lançamento de condomínio no bairro Caputera.....	183
Figura 17 - Bairro dos Morros.....	184
Figura 18 - O estigma do Habiteto	212
Figura 19 – Sátiras sobre a violência no Parque São Bento	213
Figura 20 – Ocupação da PM no Habiteto em Sorocaba.....	224
Figura 21 – Comando policial no Habiteto	225
Figura 22 – Planta do bairro Habiteto e suas acessibilidades.....	229
Figura 23 – Bares e similares com alvará de funcionamento após às 00 horas.....	244
Figura 24 – Atuação do comando da madrugada	248
Figura 25 – Centro de operações e inteligência de Sorocaba	253
Figura 26 – Parque Carlos Alberto de Souza	265
Figura 27 – Ruas sem saída com cancelas impedindo a entrada de veículos estranhos no Campolim	270
Figura 28 - Proibição de Estacionar Carros na Pista de Caminhada do Campolim entre 00 e 05 horas.....	272

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Renda familiar dos entrevistados – em salários mínimos	118
Gráfico 2 – Motivos do medo na cidade de Sorocaba	121
Gráfico 3 – Relação dos motivos do medo com o rendimento econômico dos entrevistados – Sorocaba-SP	136
Gráfico 4 – Relação dos motivos do medo com a cor da pele dos entrevistados – Sorocaba-SP	141
Gráfico 5 – Relação dos motivos do medo com o gênero dos entrevistados – Sorocaba-SP	143
Gráfico 6 – Relação dos motivos do medo com o nível de escolaridade dos entrevistados – Sorocaba-SP	144
Gráfico 7 – Relação dos motivos do medo com o tipo de moradia dos entrevistados – Sorocaba-SP	146
Gráfico 8 – Focos de violência em Sorocaba segundo os entrevistados	149
Gráfico 9 – Avaliação dos entrevistados quanto ao nível de segurança de seu bairro – Sorocaba-SP	152
Gráfico 10 – Soluções para diminuir a violência em Sorocaba-SP	154
Gráfico 11 – Soluções para diminuir a violência em Sorocaba-SP – por faixa de rendimento	158
Gráfico 12 – Principais soluções para diminuir a violência em Sorocaba-SP – por cor da pele	161
Gráfico 13 – Soluções para diminuir a violência urbana em Sorocaba-SP – por sexo	162
Gráfico 14 – Soluções para diminuir a violência urbana em Sorocaba-SP – por nível de escolaridade	163
Gráfico 15 – Soluções para diminuir a violência urbana em Sorocaba-SP – por tipo de moradia	165
Gráfico 16 – Taxa média de homicídio por 100 mil habitantes entre 2004 e 2014 no Brasil, estado de São Paulo e Sorocaba-SP	187

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da população absoluta de Sorocaba.....	71
Tabela 2 – Ocorrências envolvendo policiais civis e militares – DEINTER 7	126
Tabela 3 – Bairros mais violentos de Sorocaba-SP segundo a opinião dos entrevistados	150
Tabela 4 – Taxa de homicídio em Sorocaba, São Paulo e estado de São Paulo.....	187
Tabela 5 – Homicídio dolosos em Sorocaba nos meses de ocupações policiais em 2014	195
Tabela 6 - Quadro-síntese das principais práticas de estado de exceção em Sorocaba entre 1997 e 2016	202

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Regionalização de Sorocaba e alguns bairros mencionados na tese	63
Mapa 2 - Evolução da ocupação urbana em Sorocaba entre 1950 e 2013	69
Mapa 3 - Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes em Sorocaba-SP	79
Mapa 4 – Total de furtos por Distrito Policial em Sorocaba entre 2011 e 2016	171
Mapa 5 – Total de roubos por Distrito Policial em Sorocaba entre 2011 e 2016.....	172
Mapa 6 – Ocorrências de tráfico de drogas por Distrito Policial de Sorocaba.....	189
Mapa 7 - Homicídios por Distrito Policial de Sorocaba.....	190
Mapa 8 - Loteamentos da empresa Renato Amary Empreendimentos Imobiliários próximos ao Habiteto	233
Mapa 9 – Ruas sem saída no entorno do Parque Carlos Alberto de Souza.....	267

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. ESTADO E ESPAÇO URBANO: PLANEJAMENTO URBANO E HISTÓRICO DA EXCEÇÃO NAS CIDADES BRASILEIRAS.....	20
1.1. A MILITARIZAÇÃO DA QUESTÃO URBANA: O NOVO MODELO DE URBANISMO E A AMPLIAÇÃO DA EXCEÇÃO	34
1.1.1. A CONTENÇÃO DA VIOLÊNCIA: A RELAÇÃO ENTRE AS ESTRATÉGIAS DA MILITARIZAÇÃO URBANA E O ESTADO DE EXCEÇÃO	45
1.2. O ESPAÇO URBANO DE SOROCABA: A EVOLUÇÃO DA URBANIZAÇÃO E DAS DESIGUALDADES NO MUNICÍPIO.....	61
2. A RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA, MEDO E ESPAÇO URBANO: ABORDAGENS CONCEITUAIS.....	81
2.1. A VIOLÊNCIA NA CONCEPÇÃO GEOGRÁFICA: ANÁLISE DE SUA INTERFERÊNCIA NA REPRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	86
2.2. MEDO E ESTIGMA: ALIADOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO ESTADO DE EXCEÇÃO	99
3. ANÁLISE SOCIOESPACIAL DA VIOLÊNCIA URBANA EM SOROCABA	110
3.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS	111
3.2. PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE A VIOLÊNCIA URBANA EM SOROCABA	118
3.2.1. DADOS PRIMÁRIOS ACERCA DO MEDO EM SOROCABA: ENTRE NÚMEROS, DADOS ESTATÍSTICOS SECUNDÁRIOS E RELATOS	120
3.2.2. ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA URBANA: AS SOLUÇÕES PROPOSTAS PELOS SOROCABANOS ENTREVISTADOS	154
3.3. A VIOLÊNCIA EM SOROCABA A PARTIR DE DADOS OFICIAIS.....	168
3.3.1. A DISTRIBUIÇÃO DOS FURTOS E ROUBOS NO ESPAÇO URBANO DE SOROCABA	170
3.3.2. O TRÁFICO DE DROGAS E OS HOMICÍDIOS DOLOSOS EM SOROCABA.....	186
4 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONTENÇÃO DA VIOLÊNCIA EM SOROCABA: ZONA DE ANOMIA E ESTADO DE EXCEÇÃO	199
4.1. AS OPERAÇÕES POLICIAIS NAS PERIFÉRIAS: ESTIGMA E DISSEMINAÇÃO DO HOMO SACER.....	204
4.1.1. O BAIRRO HABITETO: A EXCEÇÃO COMO REGRA.....	218
4.2. A LEI DOS BARES E O TOQUE DE RECOLHER.....	241
4.3. A CIDADE VIGIADA: A MURALHA ELETRÔNICA E O CONTROLE SOCIAL EM SOROCABA	251
4.4. A PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: POSSIBILIDADE PARA O AFASTAMENTO DO INDESEJÁVEL E O DESRESPEITO AO DIREITO À CIDADE	261
CONSIDERAÇÕES FINAIS	287
REFERÊNCIAS	291
APÊNDICE.....	303

INTRODUÇÃO

A violência é um tema recorrente nos diálogos interpessoais e na vida cotidiana nas cidades distribuídas por todo o mundo. A questão da violência gera cada vez mais preocupações para a sociedade, tornando-se comum se deparar com diferentes agentes, públicos e privados, focados em procurar entender e solucionar o problema que prejudica o desenvolvimento social e urbano.

Difícilmente passamos um dia de nossas vidas sem escutar ou mencionar palavras relacionadas à violência. Os rádios, as TVs, os jornais e as revistas transmitem rotineiramente notícias sobre roubos, furtos, sequestros, assassinatos e outros tipos de crime. As notícias são geralmente acompanhadas de comentários que buscam desvendar as prováveis hipóteses para a existência dos crimes nas cidades. As explicações se embasam em diferentes aspectos, do econômico ao cultural, o que contribui para entender que não existe unidade na avaliação sobre os fatores, as consequências e as formas de prevenção contra a violência.

A audiência da violência nas cidades é responsável por forçar novos estudos, ações e práticas para o seu enfrentamento. Neste contexto, o tema da segurança urbana nas metrópoles e cidades médias apresenta ascensão de reflexão em diferentes áreas do conhecimento, com ênfase para as ciências humanas. Filósofos, sociólogos, historiadores, geógrafos, arquitetos, engenheiros e outros profissionais de distintas áreas cada vez mais se esforçam na tentativa de compreender a violência urbana.

Apesar da ampliação de estudos sobre a violência e a segurança pública, o tema ainda necessita de novas contribuições e análises. O fio condutor para os estudos geográficos deve-se voltar à compreensão da relação entre violência e espaço urbano, isto porque é no espaço em que as práticas de violência são realizadas e também materializadas. Ou seja, os crimes e os diversos tipos de violência acontecem obrigatoriamente em um recorte espacial e temporal.

Propõe-se superar a contribuição geográfica que geralmente enfatiza a espacialização dos tipos de crime pela cidade. Espera-se demonstrar que a Geografia pode contribuir com a análise dos crimes como fomentadores da transformação das relações sociais e, conseqüentemente, da reprodução do espaço urbano. É interessante refletir que o espaço é produto das relações violentas, mas que também atua como gerador de violência aos seus habitantes.

O método de análise do espaço urbano utilizado na tese tem como referencial a concepção de Carlos (2001) que adota três categorias para a sua compreensão: o espaço como produto, meio e condição das relações sociais.

O caráter temporal e espacial da violência estimula novas pesquisas orientadas pelo embasamento geográfico. A hipótese que surgiu para esta pesquisa é que a violência consiste em um elemento responsável por afetar direta e indiretamente na reprodução do espaço, isso porque a sua existência transforma a forma de se planejar e gerir as cidades, assim como modifica as relações sociais desenvolvidas no espaço urbano.

O principal objetivo desta tese é revelar como a violência vem sendo cada vez mais utilizada e, mais precisamente supervalorizada, para o direcionamento de novas políticas urbanas que fomentam a imposição do novo urbanismo militar, paralelamente, a ampliação do estado de exceção nas cidades, tendo como estudo de caso a cidade de Sorocaba no recorte temporal entre os anos de 1997 e 2016. O conceito do novo urbanismo militar utilizado na tese se embasa na teoria de Graham (2016), fenômeno que também se aproxima do conceito de militarização da questão urbana proposto por Souza (2008), já o estado de exceção é analisado pela fundamentação de Agamben (2004; 2007).

Serão analisadas como algumas ações e normatizações criadas pelo poder público, com o intuito de atenuar o problema da violência urbana, podem ocasionar um estado de exceção que, geralmente, culmina no avanço de outros problemas urbanos, como a segregação socioespacial, a desigualdade, a exclusão e, conseqüentemente, a violação de direitos elementares dos cidadãos.

Não existe uma receita única que confere mecanismos que ocasionam a formação do estado de exceção em determinados espaços. Contudo, percebe-se que a criação de um cenário alarmante, caracterizado por determinada crise segmentária, apresenta grande adesão por parte dos planejadores urbanos, especialmente pelo Estado.

A incidência de uma crise que afeta o dinamismo do espaço urbano é utilizada como engodo para a imposição de novos modelos de se planejar as cidades. O poder público, neste contexto, indica a necessidade de atuação severa com o intuito de atenuar ou abolir o problema instaurado, mesmo que tenha que se utilizar de métodos que não se enquadram aos direitos já instituídos. É assim que a atuação do Estado pode

estabelecer um estado de exceção, tendo o respaldo do conhecido aforismo de Santo Agostinho “A necessidade não tem lei” (AGAMBEN, 2004).

A explicação para a prática de exceção se encontra no discurso da situação de emergência, marcada pelo caos urbano, e a necessidade de enfrentar a crise e se reestabelecer a ordem. Isso pode fomentar ou simular crises por parte do Estado com o objetivo suspender as leis já institucionalizadas ou de criar novas legislações e planos que dificilmente seriam bem aceitos pela sociedade em um momento de tranquilidade política, econômica e social. Seguindo a esta lógica, Oliveira (2003b, p. 12) afirma que “o “normal”, a norma, é puxada para baixo pelo “anormal”: esta é a síntese que faz a exceção”.

Souza (2008) afirma que a violência urbana é crescentemente incorporada aos discursos da mídia e dos políticos, fator que ascende o medo de se viver nas cidades e origina a formação de que o próprio autor define como fobópoles. A divulgação e o uso excessivo da existência da violência funcionam na prática como uma carta branca para o Estado e o setor privado implantarem estratégias específicas de gestão e planejamento urbano com grande aval da população, destacando-se o estabelecimento do novo urbanismo militar.

Os interesses para a implantação do novo urbanismo militar são múltiplos, abrangendo a esfera pública e a privada. Aliás, a parceria público-privada se beneficia incessantemente da violência, seja para a reprodução do capital ou para a garantia de imposição de normas e leis. O poder público se aproveita do pânico generalizado nas cidades para impor normas que passam a apresentar forma legal daquilo que não pode ter forma legal (AGAMBEN, 2004).

A escolha de Sorocaba¹ como objeto de estudo ocorreu devido à possibilidade de entender de perto as principais estratégias adotadas pelo Estado e pelo setor privado na busca pela instauração do novo urbanismo militar a partir da busca pela contenção da violência. Contudo, a ideia não é limitar a análise exclusivamente para um recorte territorial, mas incentivar novas reflexões a partir do estudo de caso estabelecido na cidade de Sorocaba.

¹ A cidade de Sorocaba está situada no interior do estado de São Paulo, distanciando-se aproximadamente noventa quilômetros da capital. A população estimada de Sorocaba em 2017, segundo o IBGE, é de 659.871 habitantes, sendo que desde 2014 a cidade é a sede da Região Metropolitana de Sorocaba.

Para se alcançar o objetivo de entender a relação entre o avanço do novo urbanismo militar, a violência urbana e a ampliação do estado de exceção em Sorocaba, tornou-se necessário adotar alguns procedimentos metodológicos durante o desenvolvimento da pesquisa, tais como, o levantamento e a leitura de referenciais teóricos, a obtenção e análise de dados estatísticos primários e secundários, elaboração de mapas sobre tipos específicos de crimes ocorridos na cidade, a realização de trabalhos de campo pelos fragmentos urbanos de Sorocaba, a realização de entrevistas com alguns agentes específicos e o diálogo com pessoas de diferentes bairros de Sorocaba.

Optou-se por estruturar a tese em quatro capítulos, sendo que em um primeiro momento buscou-se embasar teoricamente alguns conceitos essenciais para a sustentação da pesquisa com o objetivo de, posteriormente, nortear a análise focando a situação específica da cidade de Sorocaba.

O primeiro capítulo, “Estado e espaço urbano: planejamento urbano e histórico da exceção nas cidades brasileiras” demonstra a associação entre urbanização, modelos de planejamento urbano e estado de exceção nas cidades brasileiras, destacando em um dos subcapítulos a evolução urbana e a desigualdade na cidade de Sorocaba.

Espera-se, com o primeiro capítulo, demonstrar que a exceção caminhou lado-a-lado da urbanização brasileira, sendo que os ideais do Estado inerentes aos modelos de planejamento urbano, sobretudo ao Planejamento Moderno e ao Pós-Moderno, afetaram e ainda afetam no não cumprimento dos direitos humanos e do direito à cidade, estimulando, assim, a formação do estado de exceção.

O Capítulo 2, denominado “A relação entre violência, medo e o espaço urbano: abordagens conceituais” concentra-se em analisar a interferência da violência urbana e do medo na transformação das relações sociais e na reprodução do espaço urbano. São realizados levantamentos que demonstram a relevância da violência e do medo na mudança do cotidiano na cidade, reforçando que ambos são responsáveis por atingir o plano real e o simbólico da população urbana.

Os subcapítulos destinaram-se, primeiramente, a entender a violência pela perspectiva da ciência geográfica, assim, buscou-se contribuir para a análise do espaço como responsável por possibilitar a reprodução das práticas violentas, mas também por gerar violência contra os seus habitantes, neste caso, acredita-se que os modelos de gestão e o planejamento urbano podem se concretizar como tipos de violência.

Para favorecer a compreensão da relação entre espaço e violência, foi apresentada uma breve contextualização histórica de como a violência permeou as relações sociais e, conseqüentemente, como ela afetou na reprodução do espaço. Procurou-se também demonstrar como o espaço, em diferentes momentos históricos, adequou-se aos tipos de violência existentes. Foram destacados e analisados alguns marcos históricos que revelaram o espaço como produto, meio e condição da violência, como na civilização grega, no período de colonização da América Latina e nas atuais cidades capitalistas.

O segundo subcapítulo promove uma reflexão sobre o interesse do poder público, dos meios de comunicação, do mercado imobiliário e das empresas privadas de segurança em divulgar o medo aos habitantes da cidade. Revela que o medo e a estigmatização de determinados grupos de indivíduos geram transformações sociais, econômicas e espaciais nas cidades.

O Capítulo 3, “Análise socioespacial da violência urbana em Sorocaba”, apresenta os indicadores sobre a violência na cidade de Sorocaba para, posteriormente, servir de embasamento para a reflexão e análise proposta no capítulo 4, o qual aborda o tema do uso da violência para a imposição do estado de exceção em Sorocaba.

Os subcapítulos aprofundaram temas relacionados aos procedimentos metodológicos para a aquisição e análise de dados primários e secundários sobre a violência urbana em Sorocaba, aos principais resultados obtidos pelo questionário aplicado para os moradores da cidade, a reflexão sobre os dados oficiais de violência de Sorocaba, comparando-se principalmente com a capital e com a média de todo o estado.

Os dados dos indicadores de crimes oficiais, disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública (SSP), especialmente sobre os crimes de furto, roubo e tráfico de entorpecentes oferecidos pela SSP foram espacializados por meio da utilização de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), resultando na confecção de quatro mapas digitais que permitem ampliar a compreensão sobre a dinâmica dos crimes no espaço urbano sorocabano.

Finalmente, o capítulo 4, “Políticas públicas para contenção da violência em Sorocaba: zona de anomia e estado de exceção”, executa uma reflexão sobre as leis e normas voltadas à contenção da violência urbana criadas pelo poder público municipal de Sorocaba, as quais favorecem o avanço do estado de exceção na cidade. Foram analisadas as principais leis e normas criadas pelo poder público municipal entre os

anos de 1997 e 2016, as quais ocasionaram o rompimento ou suspensão da legislação já estabelecida, o que resultou no estabelecimento de uma zona de anomia em Sorocaba.

As normas e leis criadas em Sorocaba e que foram analisadas são: as ocupações policiais nas periferias, a Lei dos Bares, o monitoramento do espaço urbano por meio do projeto da Muralha Eletrônica, a proibição de se estacionar carros na pista de Caminhada do bairro Campolim, a liberação de fechamento de vias e o aumento dos enclaves fortificados na cidade de Sorocaba.

O espaço urbano é transformado diariamente a partir das relações sociais que são norteadas pelas mais distintas relações nele desenvolvidas. Entende-se que a ascensão da preocupação com a violência nas cidades ocasiona a formação de novos interesses aos principais agentes de produção do espaço. A consequência básica é a incorporação de alguns ideais em detrimento de outros, como é o caso da contenção intensa e coercitiva da violência em detrimento da garantia dos direitos elementares aos cidadãos, ascendendo-se o estado de exceção.

Para finalizar, é importante revelar que o estado de exceção é um sintoma das relações sociais impostas ao espaço urbano, isto é, caracteriza-se como uma consequência de um modelo de planejamento urbano que relega direitos e suspende leis já fixadas. Portanto, o combate ao estado de exceção depende da atuação frente às relações sociais que o estabelecem, e não diretamente a ele.

1. ESTADO E ESPAÇO URBANO: PLANEJAMENTO URBANO E HISTÓRICO DA EXCEÇÃO NAS CIDADES BRASILEIRAS

A análise sobre a presença do estado de exceção nas cidades brasileiras no período contemporâneo, principalmente com o avanço dos ideais da militarização urbana, exige a construção de um contexto histórico que instigue a reflexão sobre o Estado e o urbano no Brasil.

Apesar de a ênfase da pesquisa se pautar na relação entre a violência urbana e o estado de exceção, a compreensão da relação entre os dois aspectos presentes na tese defende que a evolução das cidades brasileiras foi permeada pela presença da exceção em todos os momentos da urbanização no país, existindo simplesmente uma variação nos modelos de sua imposição.

A compreensão sobre a existência da exceção do contexto histórico de formação das cidades brasileiras contribui para associar a violência urbana como mais um motivador de estratégia de implantação da exceção nas cidades. Portanto, pretende-se avaliar a violência como uma “válvula de escape” que permite a elaboração de estratégia e não como totalidade para a existência do estado de exceção no espaço urbano contemporâneo.

O ponto de partida para a associação entre o estado de exceção e o espaço urbano direciona para a análise da urbanização no Brasil. Oliveira (2003a) explica que existe praticamente uma normalidade em se avaliar a urbanização a partir do processo de industrialização brasileira. Contudo, o mesmo autor acredita que a análise do urbano precisa se estabelecer por meio da compreensão do período em que o Brasil ainda se destacava pelo modelo econômico agroexportador, visto que as cidades já apresentavam um papel de destaque.

A leitura da urbanização proposta por Oliveira (2003a) revela que tal processo se antecede a instauração da industrialização, assim, o autor afirma que:

Os diversos ciclos da economia brasileira (não vistos do ponto de vista dos ciclos de capital), o ciclo do açúcar e todos os outros, terminando no ciclo mais extenso, mais duradouro e mais marcante da recente história brasileira, que é o ciclo do café, permanecem criando ou recriando permanentemente um padrão de urbanização que consistia nessa extrema polarização: de um lado uma rede urbana bastante pobre e, de outro, uma rede urbana extremamente polarizada em

grandes e poucas cidades, que eram exatamente as sedes do controle, seja burocrático, seja do capital comercial. (p. 51)

A visão do autor permite esclarecer que, mesmo com a relevância do campo para a produção das matérias-primas exigidas pela metrópole no contexto do Brasil Colônia, as cidades já possuíam funções relevantes para a economia agroexportadora, sobretudo, como capital comercial e elo entre mercado produtor e o mercado consumidor.

No período da economia agroexportadora, o Estado atuava frente ao urbano com o intuito de intervir na divisão social do trabalho. Como resultado, se verificou a existência do trabalho escravo como força essencial para as relações de produção e o desenvolvimento inicial de algumas cidades.

De acordo com Oliveira (2003a), foi o modelo agroexportador associado à mão de obra escrava que impulsionou a contradição de rede urbana rica em alguns locais e, simultaneamente, pobre em outros. Isso porque o modelo transformava algumas cidades na sede do capital comercial e, por outro lado, o trabalho compulsório impedia a formação de um mercado ativo, o que não contribuía com a necessidade de ampliar as relações de produção para outras localidades.

O urbano brasileiro dos séculos da colonização e, posteriormente, até a década de 1920, revelado por Oliveira (2003a), demonstra de forma sintética muitas das características atuais das cidades. A polarização em grandes e poucas cidades, consolidada com o modelo econômico agroexportador, apresenta vestígios na hierarquia urbana brasileira atual. O que se destoa, entretanto, é a regulação econômica que agora se sustenta no capitalismo financeiro, que é responsável por estabelecer novos dinamismos às cidades.

É possível afirmar, com embasamento em Oliveira (2003a), que o modelo agroexportador e a urbanização polarizada apresentaram destaque até a década de 1920. A partir dessa década, assiste-se a transformações da divisão social do trabalho devido ao advento da industrialização no país.

A partir do final do século XIX, se inicia a transformação da atuação do Estado na organização do espaço intraurbano, Villaça (2001) esclarece que entre 1875 e 1930 o planejamento das cidades ocorreu por meio do embelezamento urbano.

Entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, o Estado interferia no urbano mediante planos de melhoramento e embelezamento das cidades, tendo influência dos modelos já executados na Europa.

Segundo Villaça (2001), a intenção básica era melhorar a condição de infraestrutura, ampliar as vias de deslocamento e aprimorar as condições higiênicas e sanitárias das cidades. Destacaram-se na época, os planos executados nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Santos.

O urbanismo proposto convergia com os ideais da *Belle Époque*, que se ascendiam na Europa desde o final do século XIX. No Brasil, a sustentação se deu pelas demolições de prédios antigos de áreas centrais, processo este considerado essencial para o progresso e desenvolvimento urbano.

As demolições se fundamentavam pelo discurso de se buscar melhores condições para a infraestrutura urbana, sobretudo para a habitação. Mas na prática o que se efetivou foi a eliminação das ocupações populares nas áreas centrais.

Percebe-se que o discurso do progresso em prol dos interesses da elite financeira, que detinha poder de decisão junto ao Estado, resultou no afastamento da população mais pobre, prejudicando ainda mais a sua condição para a reprodução da vida nas cidades.

O urbanismo estabelecido pelo Estado entre o fim do século XIX e início do século XX, segundo Maricato (2002), caracterizou-se como urbanismo moderno “à moda” da periferia.

Juntamente com a expulsão da população mais pobre das áreas centrais da cidade, a autora afirma que o urbanismo “à moda” da periferia incidiu na implantação de bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. Percebe-se, ainda que de forma elementar, a sobreposição do valor de troca ao valor de uso da terra.

É possível afirmar que a formação do estado de exceção já ocorria mediante a imposição dos planos de embelezamento e saneamento básico, visto que os investimentos públicos se destinavam a poucos fragmentos urbanos. Por outro lado, a população pobre não era beneficiada pelas reformas, pois eram expulsas para os morros e franjas das cidades.

O discurso do melhoramento das condições de vida, tão utilizados hoje em dia para a imposição da exceção, já fazia parte da estratégia da elite financeira e do Estado na reprodução do espaço urbano no final do século XIX e início do século XX.

A atuação do Estado para o desenvolvimento das cidades passou a adquirir cada vez mais relevância a partir da segunda metade do século XX. Isso porque, como descreve Santos (1994), a urbanização obteve um *boom* no decorrer desse período.

O modelo econômico que ganha destaque a partir de 1920 é o capitalismo respaldado pela indústria. Segundo Oliveira (2003a), com a industrialização, a cidade deixa de ser exclusivamente uma sede comercial, como foi verificado no decorrer do modelo agroexportador, e incorpora também a sede do aparelho produtivo, isto é, a sede da indústria.

O novo modelo econômico foi responsável por alterar as relações sociais e de produção. Logo, verificou-se a redefinição de novos centros urbanos e outras formas de atuação do Estado com a centralização da produção no espaço urbano.

A preocupação que norteava o Estado era a de garantir a acumulação do capital. Oliveira (2003a) defende que a industrialização se executa com o intuito de atender as necessidades da acumulação em detrimento do consumo.

Ao reconhecer o interesse da industrialização, o Estado passou a incorporar ações básicas para regulamentar as relações de capital-trabalho. Para isso, foi instituído o salário mínimo, visto que o trabalho compulsório havia predominado no Brasil e as mudanças do modelo econômico exigiam um conhecimento sobre a quantia que devia ser paga ao trabalhador sem interferir no lucro almejado pelos detentores dos meios de produção. (OLIVEIRA, 2003a)

O deslocamento da produção para o espaço urbano e a concentração fundiária no campo estimularam a migração do campo para a cidade. O êxodo rural proporcionou o crescimento acelerado da população nas cidades que concentravam as indústrias. Santos (1994) revela que ocorreu uma mudança com relação ao lugar de residência da população brasileira entre 1940 e 1980, sendo que o indicador de urbanização era de respectivamente 26,35% e 68,86%. Em números absolutos, de acordo com o IBGE, a população urbana em 1940 era de 12.880.182, atingindo 80.436.409 habitantes em 1980.

Santos (1994) descreve a relação entre urbanização e pobreza:

Ao longo do século, mas sobretudo nos períodos mais recentes, o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza, cujo lócus passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade. O campo brasileiro moderno repele os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais, nos espaços urbanos. A indústria se desenvolve com a criação de pequeno número de empregos e o terciário associa formas modernas a formas primitivas que remuneram mal e não garantem a ocupação. (p. 10)

O período de explosão da urbanização no Brasil gerou, simultaneamente, o avanço da pobreza nas cidades. Parte do contingente da população que abandonou o campo em busca de melhores condições de vida nas cidades não obteve êxito, tornando-se comum a ampliação das submoradias, do desemprego e do subemprego.

Paralelamente ao crescimento rápido da população urbana, assiste-se a um desenvolvimento desordenado das cidades. Maricato (2002) argumenta que o crescimento urbano sempre ocorreu com a geração da exclusão social, enfatizando que desde o fim da escravidão e da emergência do trabalhador livre as cidades passaram a conviver com inúmeros problemas urbanos, sobretudo o de habitação.

De acordo com Maricato (2002):

Não só grande parte dos trabalhadores atua fora do mercado formal como, mesmo aqueles regularmente empregados na moderna indústria fordista, apelam para expedientes de subsistência para se prover de moradia na cidade. Isso significa que grande parte da população, inclusive parte daquela regularmente empregada, constrói sua própria casa em áreas irregulares ou simplesmente invadidas. Isto é, ela não participa do mercado hegemônico. (p. 22-23)

O problema habitacional é mais um elemento que impulsiona a consolidação da cidade ilegal e, conseqüentemente, da formação do estado de exceção nas cidades. O salário do trabalhador que é incompatível com a reprodução da vida nas cidades incide no infringimento de direitos elementares do cidadão, como o direito à moradia digna. Tal direito se tornou um privilégio de poucos nas cidades brasileiras.

O salário incompatível com a reprodução da vida digna na cidade é agravado com o avanço dos ideais do mercado imobiliário. Para Kowarick (1983):

[...] além da compressão salarial que está no âmago do processo de favelização, o vertiginoso aumento no preço da terra urbana que nos últimos anos também afetou as áreas periféricas tornou ainda mais problemática a confecção da casa própria. (p. 79)

A compressão do salário e a ascensão do valor de troca ao valor de uso da terra condizem com a proposta de desenvolvimento urbano adotada no Brasil. O modelo de gestão desenvolvimentista executado pelo Estado a partir do processo de industrialização no Brasil culminou na reprodução do espaço urbano ainda mais desigual.

Com o intuito de compreender a urbanização brasileira, Oliveira (2003a) associa a sociedade e o urbano brasileiro, oriundo do modelo desenvolvimentista, com a imagem do ornitorrinco. A escolha do ornitorrinco se dá pelas contradições, pois o animal é um mamífero que bota ovo. Portanto, é um mamífero, mas que apresenta feições semelhantes as aves, resumidamente, é um animal que não parece uma coisa nem outra.

Assim como o ornitorrinco, o Brasil até os dias de hoje é marcado por contradições entre o moderno e o arcaico, bem como entre a miséria e o luxo. A desigualdade expressa na sociedade brasileira é materializada no espaço urbano.

É comum se deparar nas cidades brasileiras com as favelas, os loteamentos irregulares, os cortiços, os esgotos sem tratamento, o lixo a céu aberto e os ambulantes. Ao mesmo tempo em que também é possível visualizar nas cidades a presença de grandes empresas e indústrias de tecnologia de ponta, moradias de alto padrão, infraestrutura de qualidade e áreas dotadas de serviços públicos e privados.

A industrialização e a urbanização brasileira representada pela figura do ornitorrinco contribuem para a compreensão da presença do estado de exceção em nosso contexto de formação e consolidação das cidades. Oliveira (2003a, p. 131) com base nos ensinamentos de Walter Benjamin acredita que “o subdesenvolvimento finalmente é a exceção sobre os oprimidos: o mutirão é a autoconstrução como exceção da cidade, o trabalho informal como a exceção da mercadoria”.

O modelo desenvolvimentista acreditava que a industrialização seria capaz de superar o subdesenvolvimento por meio da atuação do Estado. A concepção era a de suplantar a pobreza no país que alcançava a industrialização de forma tardia.

Foi com o ideal de se adaptar às mudanças socioestruturais oriundas do processo de industrialização e de buscar um ordenamento territorial que o Urbanismo Moderno, também denominado de Planejamento Moderno, ganhou destaque em várias partes do mundo.

Souza (2002) explica que:

O modernismo foi resultado de uma tentativa de melhor adaptar as cidades à era industrial e, por tabela, às necessidades do capitalismo. Mais do que isso: ele buscava mimetizar plenamente a racionalidade da produção industrial, transpondo para a produção do espaço urbano categorias próprias ao universo da produção industrial. (p. 125-126)

O modelo estabelecido pelos modernistas buscava na racionalidade das indústrias as soluções para gestão e planejamento do espaço urbano, possibilitando, assim, a modernização da cidade.

O Planejamento Moderno apresentou destaque entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o final dos anos de 1970. Porém, Souza (2002) defende que é possível afirmar que a sua gênese se volta às décadas de 1920, 1930 e 1940 com a institucionalização do urbanismo como profissão e pela ascensão dos ideais modernistas no urbanismo, destacando-se inicialmente Tony Garnier e, posteriormente, Le Corbusier.

O impacto da industrialização nas cidades foi analisado por um dos expoentes do Planejamento Moderno. Segundo Le Corbusier (1971, p. 10) “o transbordamento gigantesco do primeiro ciclo maquinista valeu a estas cidades a sua congestão”. O autor complementa a sua análise alertando que todos os países foram afetados pela era da máquina, o que demonstra a necessidade de se estabelecer o urbanismo moderno nas cidades.

O Planejamento Moderno se ascendeu no Brasil a partir da segunda metade do século XX, especialmente pelo avanço do processo de urbanização no país. A racionalização do espaço urbano no Brasil se destacou com a implantação do Planejamento Físico-Territorial norteado principalmente pelo zoneamento urbano. Cabe salientar que o zoneamento estava previsto na Carta de Atenas, documento originado do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna.

Segundo a CIAM (1933), o zoneamento urbano é responsável por regular a função de cada fragmento urbano e também destinar cada parte do espaço ao determinado indivíduo. Percebe-se com o zoneamento a fragmentação do espaço para se alcançar o ordenamento das cidades, como resultado cada área de cidade é destinada a uma função específica, por exemplo, áreas para a habitação, zona industrial e locais para o lazer.

O interesse com o estabelecimento do Urbanismo Moderno era o de diminuir os problemas urbanos advindos da industrialização e do inchaço das cidades. Contudo, a racionalização do espaço imposta em várias cidades brasileiras adquiriu o sentido inverso, visto que foi responsável por acentuar as desigualdades sociais no espaço urbano, fomentando ainda mais os problemas como a falta de habitação, o desemprego e o déficit em infraestrutura.

Assistiu-se ao estabelecimento do que Maricato (1997) denominou de modernização excludente, caracterizada pelo desenvolvimento moderno do atraso, pois associou o crescimento econômico com relações arcaicas, estimulando, assim, as contradições urbanas.

A perpetuação e ampliação dos problemas urbanos com o estabelecimento do Planejamento Moderno contribuem com a afirmação de que o estado de exceção caminhou lado a lado com a evolução das cidades brasileiras. Sabe-se que nem mesmo o planejamento proposto pelo Urbanismo Moderno conseguiu romper tal lógica, já que aprofundou a exclusão social e a segregação socioespacial.

As décadas de imposição do Planejamento Moderno no Brasil se tornaram compatível com a concretização da desigualdade nas cidades brasileiras, tornando-se possível afirmar que a imagem do ornitorrinco proposta por Oliveira (2003a) se relaciona com o modelo de desenvolvimento urbano adotado no país.

A partir da década de 1980, o Planejamento Moderno entra em declínio e, concomitantemente, ascende-se o Planejamento Pós-Moderno, também denominado de Planejamento Estratégico.

A visão de Vainer (2000) contribui para a compreensão das diferenças entre o Planejamento Moderno e o Planejamento Pós-Moderno. Segundo o autor, o Planejamento Moderno buscou na unidade de produção da empresa, mais precisamente a sua organização, a prática necessária para a gestão e o planejamento do espaço urbano. Por outro lado, os expoentes do Planejamento Pós-Moderno acreditam que a empresa pode oferecer embasamento para o planejamento das cidades, mas por meio de sua unidade de gestão e negócios, isto é, o planejamento da cidade deve seguir as diretrizes utilizadas pelas empresas para resistirem no cenário de competitividade presente no cenário neoliberal.

A ascensão do Planejamento Pós-Moderno em detrimento do Planejamento Moderno se estabelece devido às mudanças na estrutura político-econômica mundial a partir do final da década de 1970. O advento da globalização em conjunto com o neoliberalismo foi responsável por afetar na forma de atuação do Estado frente ao urbano.

Surge, então, o Planejamento Pós-Moderno que visa à adequação da cidade ao período da competitividade interurbana. Tal modelo defende a gestão da cidade como uma empresa, o que Harvey (2005) chama de empreendedorismo urbano.

Expoentes do Planejamento Estratégico, Borja e Castells, acreditam que as cidades importantes são as multinacionais do século XXI (BORJA, 1995). A concepção de cunho neoliberal acredita que o Estado deve reduzir a sua atuação na gestão urbana, devendo, quase que exclusivamente, criar condições para atrair novos investimentos e consumidores privados.

No novo paradigma de se planejar as cidades, a preocupação com o lugar se sobrepõe a do território. Harvey (2005) explica tal argumento afirmando que os projetos voltados para o território como a questão da moradia e da educação perdem relevância em prol dos projetos mais pontuais, direcionados ao lugar, como os projetos de refuncionalização e requalificação de áreas específicas.

No interior dos projetos que valorizam o lugar, destaca-se a ampliação das parcerias público-privadas. Dentro deste contexto, se percebe a ascensão das atividades especulativas que possibilitam a reprodução do capital por parte do setor privado. Para Harvey (2004), a parceria público-privada estabelecida por meio do Planejamento Pós-Moderno significa basicamente que o poder público assume os riscos dos investimentos e o setor privado se responsabiliza apenas pelos lucros.

A socialização dos custos e a privatização do lucro, abordada por Harvey (2004) com a ampliação das parcerias público-privadas, é responsável por acentuar ainda mais as desigualdades no espaço urbano. Amplia-se a concentração fundiária e a concentração de capital e, conseqüentemente, avança a presença do estado de exceção nas cidades.

As parcerias público-privadas se disseminam para vários segmentos das relações de produção sob a égide de se possibilitar a ampliação da reprodução do capital por parte da esfera privada.

Na busca por novos investimentos, a imagem da cidade passa a ser um elemento primordial, pois é sua característica que pode atrair ou criar repulsas aos novos consumidores e investimentos privados. Lynch (1997) aponta que a estrutura urbana marcada por objetos vivos e dotados de simbologia ocasiona a produção de uma imagem de fácil identificação da cidade, passando a cumprir um papel social.

Ao mesmo tempo em que atua como um papel social, a imagem da cidade oportuniza novos investimentos por meio da sua atratividade adquirida. São muitos os fatores que contribuem para a consolidação da imagem de uma cidade, destacando-se os símbolos que contribuem para a consolidação das memórias coletivas.

O reconhecimento da influência da imagem no processo de competição interurbana força o Estado a concentrar esforços para a constituição de uma imagem agradável das cidades. Segundo Sanchez (2003, p. 57), o Estado, mais precisamente os governos municipais “[...] estão cada vez mais preocupados em transformar a cidade em imagem publicitária e, com tal objetivo, seus governantes assemelham-se à figura do caixeiro-viajante, abrindo catálogos de venda de seu produto-cidade”.

Os interesses advindos com o Planejamento Estratégico culminam na transformação da forma de atuação do Estado nas cidades. A ação de gerir e planejar o desenvolvimento da cidade perde sua multiplicidade e passa a ser sinônimo meramente de se vender a cidade. Isto é, concentra-se esforços para atrair novos investimentos e consumidores.

Os principais projetos urbanos desenvolvidos pelos ideais do Planejamento Estratégico se resumem basicamente ao que Souza (2002) define como processos de “re...”. Ampliam-se, deste modo, os projetos de revitalização, revalorização, refuncionalização e recuperação. Tais projetos possuem uma escala de atuação micro e uma preocupação quase que exclusiva com a imagem do local. Consequentemente, os interesses sociais são relegados em prol do viés mercadológico, o que amplia a exceção nas cidades brasileiras.

Os projetos de “re..” na prática adquirem outros significados de “re...”, como a remoção oriunda de projetos de higienismo social e o remanejamento de pobres para as áreas periféricas. A própria denominação dos projetos públicos confere a estigmatização de determinada classe social, por exemplo, os projetos de revitalização estabelecidos em várias partes do mundo nas áreas degradadas e ocupadas principalmente por pobres. A análise da revitalização faz alusão à retomada da vida no local, ou seja, os planejadores acreditam que a presença de pobres, como os moradores de cortiços, não significa a existência de vidas, tornando-se necessário demolir ou modernizar as áreas para atrair novos moradores que vão dar vida ao local.

O remanejamento e a remoção consistem empiricamente na expulsão da população pobre das proximidades da classe social de melhor rendimento, bem como na possibilidade de atrair novos investimentos e consumidores para os locais outrora ocupados pela população de baixa renda, estimulando, assim, a especulação imobiliária, a gentrificação e a segregação socioespacial.

O processo de gentrificação apresenta distintas formas e natureza, contudo, Bidou-Zachariassen (2006, p. 28) afirma que “a gentrificação tem por corolário a saída das classes populares dos centros urbanos” associada a um processo de revalorização do fragmento urbano.

A gentrificação corresponde a uma estratégia que contribui para a ampliação da possibilidade de reprodução do capital nas cidades. Para Bidou-Zachariassen (2006), a gentrificação não se resume ao processo de revitalização de bairros antigos, mas sim a uma mudança das funções de determinados fragmentos urbanos acompanhada da transformação sociológica dos mesmos.

A gentrificação, tão presente nas cidades modeladas pelos ideais do Planejamento Estratégico, ao mesmo tempo que permite a ampliação da circulação de capitais, promove o afastamento e a exclusão de uma determinada classe social dos direitos básicos para a reprodução da vida nas cidades.

É assim que com o Planejamento Estratégico as cidades vão sendo moldadas de acordo com as exigências dos investidores e consumidores. A consequência básica é a reprodução de um espaço urbano pautado na padronização de seus objetos.

Para Sanchez (2003):

Os novos espaços destinados ao consumo são espaços sem espessura, sem história, descartáveis. Entretanto, para tornar-se sustentável, o projeto desses espaços deve procurar um enraizamento social ao resgatar, como mimese, traços da cultura material ou do imaginário da sociedade e reconstituí-los de forma simplificada, como pastiche, como uma ideia de cidade para ser consumida. (p. 90)

A análise de Sanchez (2003) contribui para a compreensão do processo de padronização das cidades em curso de várias partes do globo. O patrimônio e a identidade nas cidades geridas pelos ideais pós-modernos nada mais são do que cópias e imitações de outros modelos que já se adequam aos interesses do capital.

O que se evidencia é o caráter perverso inerente a gestão urbana pós-moderna. A exceção se faz presente no cotidiano da população de baixa renda que perde o direito à cidade devido à busca dos planejadores-empresendedores em angariar novos investimentos.

De acordo com Oliveira (2003b), a exceção é imposta pelo soberano, e hoje o soberano é o mercado. A análise descreve de forma objetiva os interesses advindos com a imposição do Planejamento Estratégico, visto que os esforços públicos não se voltam

para a distribuição de renda e para a melhoria das condições de vida da população, mas sim para permitir a execução dos interesses privados exigidos pelos empreendedores urbanos.

É possível afirmar que o estado de exceção também se impõe no espaço urbano por meio da desqualificação do público e qualificação do privado. Com o Planejamento Estratégico, assiste-se a tal processo que se torna essencial na economia globalizada, na qual as cidades devem competir entre si para adquirir novos investimentos e consumidores.

Com o Planejamento Estratégico, o consumidor se sobrepõe ao cidadão, fato que reforça a presença do estado de exceção nas cidades. É possível relacionar o estado de exceção com a presença do que Santos (2012) define como cidadão mutilado.

Para Santos (2012), o cidadão mutilado é aquele que não possui os seus direitos à integridade respeitados, sendo que são direitos inalienáveis do cidadão os referentes aos campos biológico, cultural, político, moral, assim como o patrimônio material e imaterial. Os modelos de planejamento urbano adotados no Brasil reforçam a disseminação do cidadão mutilado e os interesses mercadológicos incorporados pelo Estado resultam na negação do cidadão.

No contexto do Planejamento Estratégico, a questão da violência vem ganhando destaque como relevante motivador de estratégia para a ampliação dos interesses mercadológicos. Isso porque a formação de uma imagem apazível das cidades depende também do controle da violência.

Assim, novas estratégias de gestão urbana são formuladas para atenuar a violência no espaço urbano e, além disso, as novas ações convergem para que a questão da violência se torne útil para a atuação de novos segmentos que buscam a reprodução do capital.

Segmentos que outrora apresentavam exclusividade de atuação do Estado, a partir do novo urbanismo militar passam também a ser ofertados pelo setor privado. Graham (2016, p. 67) afirma que: “com muitos Estados perdendo seu monopólio tanto da violência quanto do território, a coerção se torna uma *commodity* a ser comprada e vendida”.

A coerção se enquadrou na lógica da reprodução do capital com a imposição da militarização urbana. As milícias, o mercado imobiliário e as empresas de segurança

privada atuam cada vez mais oferecendo mecanismos de segurança para o cidadão em busca da tão desejada circulação do capital.

Na cidade militarizada, advinda do novo urbanismo militar, a segurança também se transforma em mercadoria, o que acentua ainda mais as desigualdades em uma sociedade que enaltece o capital e abandona o social.

O histórico da urbanização brasileira revela que a exceção sempre esteve presente sob diferentes perspectivas e modelos de gestão urbana. Na gestão desenvolvimentista, a intenção era de controlar os problemas estruturais e sociais oriundos da industrialização e da urbanização acelerada, porém sabe que tal modelo não cumpriu seus objetivos e, contraditoriamente, alavancou as contradições urbanas.

Atualmente, com o Planejamento Estratégico, assiste-se a gestão da pobreza, visto que não se busca romper com as desigualdades, muito pelo contrário, a existência da pobreza deve ser útil para a reprodução do capital, por exemplo, a favela, segundo Rodrigues (1988), possibilita manter o salário baixo dos trabalhadores. Além disso, os projetos de requalificação feitos em tais áreas são responsáveis por inseri-las nos ideais mercadológicos que perpetuam a segregação socioespacial, a especulação imobiliária e a gentrificação.

A análise sobre a exceção nas cidades brasileiras exige uma reflexão que contemple a interferência do Estado e dos setores privados na reprodução do espaço urbano. Os interesses de cada momento histórico revelam as características das transformações do espaço urbano.

A tônica da desigualdade tão debatida no cenário das cidades contemporâneas apresenta vínculos com a gênese da urbanização. A formação de redes urbanas altamente polarizadas e, simultaneamente, redes urbanas pobres advindas do modelo agroexportador revelam as contradições ainda tão presentes no espaço urbano contemporâneo.

A análise permite compreender que o estado de exceção em que se encontram as cidades brasileiras hoje não surgiu de forma descontextualizada, visto que práticas de exceção já se inseriam na sociedade brasileira durante os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX.

A exceção não se enquadra como a totalidade e ser analisada, mas sim como um sintoma, que resulta das políticas urbanas. Portanto, só é possível questionar e romper

com a exceção quando se conhece profundamente as estratégias e os interesses estabelecidos no desenvolvimento das cidades em cada período histórico.

O modelo de gestão urbana atual, que é voltado aos interesses mercadológicos, parece que encontrou nas últimas décadas uma nova tática de aumentar a circulação do capital pelas cidades por meio da militarização urbana.

A violência urbana, mais precisamente a sua contenção, tornou-se um elemento central para a imposição de novas legislações e normas que afetam a estrutura urbana, as relações sociais e o cotidiano das pessoas no espaço urbano.

O modelo que se ascende para a contenção da violência é a militarização urbana, que ganha adeptos em todo mundo e também no Brasil. É cada vez mais comum se deparar com práticas policiais e militares que permitem a imposição de leis pelo Estado que se sobrepõe às já vigentes e, concomitantemente, geram possibilidades para o setor privado lucrar cada vez mais.

No contexto da militarização urbana surge a indagação de sua relação com a ampliação do estado de exceção. Isto é, a imposição de estratégias e ações contra a violência urbana pode contribuir com a exclusão e violação de direitos contra determinados habitantes das cidades?

A intenção do próximo subcapítulo é desvendar a interferência da militarização urbana, estratégia muito utilizada pelos favoráveis ao Planejamento Estratégico, no avanço da exceção nas cidades brasileiras.

1.1. A MILITARIZAÇÃO DA QUESTÃO URBANA: O NOVO MODELO DE URBANISMO E A AMPLIAÇÃO DA EXCEÇÃO

A perspectiva neoliberal vem interferindo diretamente no planejamento urbano das últimas décadas, no caso específico do Brasil é a partir do final da década de 1990, e com grande interferência do Consenso de Washington, que os ideais oriundos do Planejamento Estratégico se disseminam pelas metrópoles e cidades médias do país.

A necessidade de encontrar novos segmentos que possibilitam o controle social juntamente com a reprodução do capital faz que os gestores urbanos busquem novas gamas de atuações no espaço urbano. É nesse contexto que se evidencia a ascensão de uma nova forma de atuar no urbano que exalta e transfere a utilização de aparatos militares para as cidades. De acordo com Graham (2016), o processo mencionado é definido como novo urbanismo militar, sobretudo pela transferência dos aparatos de guerra cada vez mais para as cidades. Já Souza (2008) descreve tal modelo como militarização da questão urbana, caracterizada pelo avanço das práticas repressivas no espaço urbano.

Souza (2008) elabora uma análise muito relevante sobre o processo de militarização da questão urbana que vem sendo incorporado no Brasil principalmente a partir da década de 1990. O autor destaca que a militarização urbana se enquadra em práticas e ações, promovidas pelos diversos agentes de produção do espaço, que ampliam as técnicas policiais na gestão urbana com o intuito de prevenir e reprimir a violência no espaço.

O conceito da militarização urbana ou do novo urbanismo militar deriva do militarismo. Carneiro (2013), utilizando-se do respaldo teórico de Benjamin (2010), aponta que o militarismo consiste no uso exacerbado da violência para se alcançar os fins do Estado.

São muitas as estratégias de imposição da militarização urbana em diferentes cidades pelo mundo. Cada nação, de acordo com as suas particularidades econômicas, históricas, ambientais e sociais, aposta em ações e práticas que modificam o desenvolvimento das cidades, destacando-se os métodos de cerceamento, monitoramento, rastreamento, proteção e controle de áreas públicas e privadas.

As consequências da militarização para a estrutura urbana e para os habitantes das cidades também apresentam variações de acordo com as suas particularidades sociais, econômicas, ambientais e dos aparatos militares escolhidos. Contudo, pode-se

afirmar que a expropriação de direitos elementares de alguns habitantes e o avanço do estado de exceção consistem em um resultado comum nas diferentes cidades do globo adaptadas pelo novo modelo urbano.

O conceito de estado de exceção utilizado é o defendido por Agamben (2007), que o apresenta:

A exceção é uma espécie da exclusão. Ela é um caso singular, que é excluído da norma geral. Mas o que caracteriza propriamente a exceção é aquilo que é excluído não está, por causa disto, absolutamente fora de relação com a norma; ao contrário, esta se mantém em relação com aquela na forma da suspensão. A norma se aplica à exceção desaplicando-se, retirando-se desta. O estado de exceção não é, portanto, o caos que precede a ordem, mas a situação que resulta da sua suspensão. (p. 25)

Seguindo o pensamento de Agamben (2004; 2007), o novo urbanismo militar incide em diversas formas de concretização de uma exclusão inclusiva a determinados habitantes da cidade. Tal modelo de planejamento urbano faz com que alguns indivíduos, simultaneamente, estejam dentro e fora da lei, como será exemplificado posteriormente.

Graham (2016) afirma que o novo urbanismo militar impõe ao espaço urbano as técnicas que anteriormente foram usadas em guerras contra outras nações, contra as colônias e, também, as impostas para a realização de megaeventos esportivos.

Com embasamento no conceito do efeito bumerangue de Foucault, Graham (2016) acredita que as cidades atualmente abordam as questões de segurança mediante um aparato militar já testado em outras oportunidades externamente, como nas guerras militares.

A permissão para transferência do aparato militar às cidades é conquistada de acordo com as ditas necessidades de cada país, estado, região e cidade. Assim, é comum surgir as falácias de contenção do terrorismo, dos crimes violentos e da violência urbana. A própria forma de combate já adquire uma terminologia militar por meio do emprego do termo “guerra”, então, disseminam-se as “guerras ao terror”, “guerra ao tráfico de drogas”, “guerra aos criminosos”, dentre outras nomenclaturas que já demonstram o enraizamento dos ideais militares no espaço urbano. (GRAHAM, 2016)

No combate a cada uma das “guerras” presentes nas cidades são definidos fragmentos urbanos, classes sociais e indivíduos caracterizados como inimigos e, por

isso, torna-se necessário combatê-los. Tais inimigos se transformam em perigos duráveis, logo, adota-se a transformação dos sistemas jurídicos para o seu enfrentamento, conferindo o estado de exceção como regra.

Da mesma forma que em um cenário de guerra existem os inimigos externos que precisam ser eliminados, hoje materializados, por exemplo, pelos terroristas, com o estabelecimento do novo urbanismo militar surge o inimigo que se situa no interior das cidades, dentro do próprio país.

Os escolhidos como perigosos e inimigos são definidos pelo Estado e aceito por grande maioria da população por meio de discursos que esbanjam o ódio e o preconceito. Deste modo, os inimigos externos, sobretudo dos países do Norte, são atualmente os muçulmanos, já que são associados diretamente com os terroristas. E os inimigos internos, tanto dos países desenvolvidos quanto dos subdesenvolvidos, são geralmente os pobres, os imigrantes e os refugiados que abrigam as áreas periféricas das cidades caracterizadas pela deficiência em infraestrutura e serviços essenciais para a reprodução da vida no espaço urbano.

Apesar de os esforços da militarização se direcionarem para setores específicos da sociedade e do espaço urbano, é uma ilusão acreditar que os demais indivíduos e fragmentos urbanos estão completamente livres das imposições do novo urbanismo militar e, conseqüentemente, do estado de exceção.

Ao reconhecer que o militarismo urbano contribui para o estado de exceção se tornar regra, todos os habitantes da cidade estão suscetíveis as anomias que imperam na exceção. Martins (2016) acredita que no estado de exceção todos os habitantes se convertem, virtualmente, ao *homo sacer*.

A anexação de todos os cidadãos junto às técnicas da militarização ocorre, pois, como explica Graham (2016), com o modelo do novo urbanismo militar se presume a existência de um mundo no qual os civis não existem. Graham (2016, p. 67) complementa a hipótese afirmando que “[...] todos os elementos humanos são cada vez mais vistos como combatentes reais ou em potencial, terroristas ou insurgentes, alvos legítimos”.

A crença na existência de combatentes reais ou em potencial inerente ao novo urbanismo militar permite associar todos os habitantes das cidades ao que Agamben (2004; 2007) classifica como *homo sacer*. A relação ganha sentido com a militarização das cidades, pois o civil é substituído continuamente pelo militar, logo, aquele perde os

seus direitos de civis e se torna um ser humano matável, restando-lhe apenas a sua vida nua.

De acordo com Agamben (2004; 2007), a vida nua, representada pelo *homo sacer*, é a destituída de direitos, sobrando para o ser humano apenas a sua vida biológica, com ausência da vida política. Após a adoção do estado de exceção, muitos habitantes das cidades perdem sua cidadania, não tendo a possibilidade de exigir os seus direitos.

Os planejadores do novo urbanismo militar, segundo Graham (2016), acreditam que é na cidade que os combatentes reais e potenciais se camuflam. Tais inimigos se mesclam com os demais habitantes das cidades contemporâneas que são marcadas pela heterogeneidade típica do modelo político econômico neoliberal influenciado pela globalização. Assim, os gestores urbanos acreditam que precisam criar mecanismos de vigiar, controlar e identificar os possíveis responsáveis por atos violentos contra o Estado e a sociedade.

A cidade militarizada busca, de certa forma, um embasamento no passado para impor as estratégias de disciplinar os possíveis inimigos. A análise de Foucault (1987) sobre os dispositivos disciplinares adotados nas cidades europeias do século XVII para controlar os doentes e a peste se assemelham com algumas práticas impostas atualmente com o novo urbanismo militar.

Diniz e Oliveira (2013) explicam que juntamente com o poder disciplinar, no final do século XVIII, surgiu o poder denominado por Foucault como biopoder, que se diferencia do poder disciplinar por não atuar exclusivamente no corpo individual, mas sim no corpo coletivo.

As técnicas de transformação no e do espaço entre os séculos XVII e XVIII, analisadas por Foucault, possuem similaridades com as executadas nos dias de hoje, entretanto o que se difere é o objetivo e os interesses inerente a cada momento histórico. No passado, a intenção era de controlar o avanço da epidemia, isto é, possuía um caráter médico-higienista, já atualmente a intenção é impedir o avanço da criminalidade e da violência urbana.

A descrição dos dispositivos disciplinares e o biopoder estabelecidos na cidade pestilenta feita por Foucault (1987) demonstra as proximidades com as técnicas adotadas na cidade militarizada:

Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos – isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar. (p. 163)

O relato sobre a cidade pestilenta poderia ser confundido com um relato sobre as cidades desenvolvidas sob a égide do novo urbanismo militar. O espaço fechado e recortado de outrora é verificado atualmente na cidade militarizada por meio de técnicas imateriais e materiais. As técnicas materiais são representadas pelas grades, cercas, guaritas, câmeras e muros, já as imateriais são atribuídas pela relação entre capital e espaço urbano, pois, como afirma Rodrigues (1988), o valor de troca da terra direciona cada habitante, de acordo com sua classe social, a um determinado lugar. Portanto, a segregação socioespacial, a especulação imobiliária e a gentrificação são processos espaciais que contribuem com as injustiças materializadas nas cidades.

O ato de vigiar presente na cidade pestilenta se atualiza na cidade militarizada com a contribuição dos recursos tecnológicos. As câmeras de monitoramento e as imagens de satélite passam a oferecer informações valiosas para os agentes repressores do Estado e do setor privado combaterem o perigo, representado pela diferença.

É relevante lembrar que as câmeras e as imagens de satélite surgem no contexto militar, sendo que a corrida armamentista e a corrida espacial presentes na Guerra Fria fomentaram o avanço tecnológico nessas áreas. O investimento no período da Guerra Fria modificou amplamente a característica dos conflitos, isto porque o corpo a corpo foi sendo substituído gradativamente pelos centros operacionais, resultando em uma quase “guerra de *videogame*”. O exemplo da gênese de tal transformação foi a Guerra do Golfo do início da década de 1990.

O efeito bumerangue proposto por Foucault faz cada vez mais sentido quando se percebe que as tecnologias de rastreamento de guerra se deslocam para o espaço urbano, apresentando grande adesão dos gestores e da população.

A transferência do aparato militar para o espaço urbano transmite a sensação que a cidade vive constantemente sob ameaças. Para Graham (2016, p. 28), “guerras e mobilizações associadas deixam de ser restritas pelo tempo e pelo espaço e, em vez disso, se tornam, na mesma medida, ilimitadas e mais ou menos permanentes”.

Ao defender que a cidade vivencia conflitos de forma perene, o novo urbanismo militar oportuniza estratégias que coincidem com o controle socioespacial nas cidades em tempo ininterrupto. Para isso, Graham (2016) explica que o poder público cria novos mecanismos com o intuito de separar os habitantes considerados ameaçadores dos ameaçados.

A separação maniqueísta entre habitantes ameaçadores e ameaçados se torna uma prática comum na cidade militarizada. O Estado se torna responsável por criar ações que incentivam a exclusão e a desigualdade, alimentando ainda mais a figura do ornitorrinco, proposta por Oliveira (2003a), como característica das cidades brasileiras.

Graham (2016) afirma que:

Em vez de direitos legais e humanos e de sistemas jurídicos baseados na cidadania universal, essas políticas de segurança emergentes se fundamentam na elaboração de perfis de indivíduos, locais, comportamentos, associações e grupos. Tais práticas atribuem a esses sujeitos categorias de risco baseadas em suas supostas associações com violência, desordem ou resistência contra as ordens geográficas dominantes que sustentam o capitalismo neoliberal global. (p. 28-29)

Os direitos sociais são incessantemente solapados com as técnicas inerentes ao modelo da militarização urbana. Cria-se uma zona de anomia em que é difícil separar o aspecto jurídico, do policiamento e do militarismo. Todos os segmentos se excluem ao mesmo tempo que se incluem em uma forma de gestão urbana que altera as relações sociais e de produção materializadas nas cidades.

A intenção é definir grupos que representam riscos para a cidade objetivando, assim, implantar técnicas de controle específico a tal grupo que vai perdendo gradativamente alguns de seus direitos elementares.

O novo urbanismo militar se aproxima da concepção de Foucault (1987) sobre a interferência dos dispositivos disciplinares no espaço e na sociedade. De acordo com Foucault (1987, p. 184), as disciplinas “[...] efetuam uma suspensão, nunca total, mas também nunca anulada do direito”.

A zona de anomia existente no novo urbanismo militar já era imposta no século XVII no controle da peste. O que existe hoje é a imposição de novos modelos que culminam na mesma situação: a geração do estado de exceção na cidade por meio da exclusão inclusiva do aparato jurídico aos habitantes das cidades.

Contraditoriamente, em um espaço vigiado e monitorado, o sentimento de insegurança se eleva. A presença de câmeras de monitoramento, cercas e muros, ao invés de causar a sensação de segurança, alimenta ainda mais o medo da população. No espaço urbano nutrido pelo receio, qualquer ação que seja considerada suspeita pode ser contra-atacada com força e violência, sendo que muitas vezes se instaura a violação dos direitos humanos.

Experiências desastrosas de controle socioespacial, como a contenção do suspeito, são presenciadas em todo o mundo, especialmente nas cidades militarizadas. Os grandes exemplos brasileiros podem ser observados com a militarização da questão urbana no Rio de Janeiro por meio das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), pelas quais a segurança adquire um aparato militar e não meramente policial.

Um exemplo empírico da tragédia da militarização urbana pode ser demonstrado por meio de um caso que ocorreu no Complexo do Alemão. O simples fato de um menino mexer em seu celular na frente da casa de sua mãe foi interpretado pelo policial como um manuseio de uma arma. Sentindo-se acuado pelo potencial de ameaça do menino com a “arma”, o policial realizou um disparo ocasionando a morte do menino Eduardo².

A morte do menino Eduardo representa a perda de seus direitos civis. A sua associação com um possível suspeito o tornou um ser humano matável, isto é, transformou-o em *homo sacer*.

Não foi apenas a associação de Eduardo a um possível inimigo que aproximou o fato com o novo urbanismo militar. A arma utilizada pelo policial que culminou na morte de Eduardo foi um fuzil, equipamento usado pelo exército de vários países do mundo.

No novo urbanismo militar, as táticas militares conferem novos dinamismos que resultam no controle socioespacial, cada porção da cidade é protegida ou atacada de acordo com as suas particularidades. Normalmente, pela perspectiva dos gestores urbanos, as áreas mais elitizadas financeiramente exigem a proteção, por outro lado, os locais ocupados pela classe social de pior rendimento precisam ser contidos.

² O menino Eduardo de Jesus Ferreira, de 10 anos de idade, foi baleado e morto próximo à porta de sua casa por um tiro de fuzil disparado por um policial militar no Complexo do Alemão (RJ) no dia 02 de abril de 2015. De acordo com a Polícia Militar, ocorreu um confronto contra alguns criminosos do local e um dos disparos acertou o menino. Testemunhas que presenciaram o acontecimento negam a versão da PM. (BETIM, 2015).

As cidades norteadas pelas técnicas do novo urbanismo militar passam a conviver cada vez mais com a desigualdade socioespacial, nutrindo ainda mais o estado de exceção.

A questão da desigualdade social merece um aprofundamento de análise no atual estágio do capitalismo, o que é feito por Santos (2010) que também engloba a reflexão sobre a exclusão. Para ele:

A desigualdade e a exclusão são dois sistemas de pertença hierarquizada. No sistema de desigualdade, a pertença dá-se pela integração subordinada enquanto no sistema de exclusão a pertença dá-se pela exclusão. A desigualdade implica um sistema hierárquico de integração social. Quem está em baixo está dentro e a sua presença é indispensável. Ao contrário, a exclusão assenta num sistema igualmente hierárquico, mas dominado pelo princípio da segregação: pertence-se pela forma como se é excluído. Quem está em baixo, está fora. Estes dois sistemas de hierarquização social, assim formulados, são tipos ideais, pois que, na prática, os grupos sociais inserem-se simultaneamente nos dois sistemas, em combinações complexas. (p. 280)

Percebe-se que os sistemas de desigualdade e exclusão não podem ser relegados na análise do espaço urbano. As cidades capitalistas do mundo subdesenvolvido que se originaram e se expandiram concomitantemente à imposição de relações hierarquizadas do ponto de vista socioeconômico instauram novas formas de desigualdade e exclusão com a ascensão das práticas da militarização urbana.

Como afirma Santos (2010), a desigualdade se estabelece pela integração subordinada. A sociedade se integra em um sistema de submissão econômica de classes, isto é, a elite financeira depende da excelente performance da população de baixo poder aquisitivo para manter seus privilégios no atual jogo econômico, que consiste na sujeição dos pobres aos empregos precários e subempregos que lhe são oferecidos, consolida-se, então, a integração subordinada.

Entretanto, a presença da classe social de menor poder aquisitivo nem sempre é bem-vinda pelos mais ricos, especialmente quando se trata dos aspectos culturais e sociais envolvidos no espaço urbano (SANTOS, 2010). Nestes setores predomina a consolidação da exclusão e, para isso, buscam-se novas formas de impedir a participação de determinado segmento da sociedade na apropriação de certos fragmentos urbanos.

A busca pela contenção dos pobres no espaço por meio do urbanismo militar é mais uma estratégia do Planejamento Pós-Moderno em promover a limpeza social e a gestão da pobreza. O higienismo social que se estabelece normalmente com os projetos

de “re.”, como a revitalização, enxerga na militarização urbana mais um aliado para destinar ao pobre o seu devido lugar.

As cidades militarizadas se transformam em campos de batalha, tornando-se impossível dissociar o civil do militar. De acordo com Graham (2016):

Quando as técnicas de (tentativa de) controle urbano – zonas de segurança isoladas, muros, rastreamento, biometria, armas ostensivas não letais, mineração de dados – são semelhantes em Gaza, Bagdá e Nova York, então a indistinção se torna inevitável, em especial se acompanhada por uma demonização generalizada de direita das cidades centrais. (p. 80)

A indistinção entre militar e civil ocasiona a formação de uma zona de anomia nas cidades militarizadas. A preocupação principal se resume em conter grupos dissidentes, representados via-de-regra pelos mais pobres, com o argumento que tais elementos podem causar problemas futuros à sociedade de determinada cidade.

No Brasil são muitas as estratégias para a implementação da militarização urbana, existindo variações de acordo com as características sociais, econômicas, ambientais e culturais de cada cidade. É comum se deparar com cidades que adotam as ocupações policiais nas periferias, outras que espalham câmeras de monitoramento pelo território e ainda as que se isolam em ilhas materializadas pelos enclaves fortificados. (CALDEIRA, 2000)

Espera-se que as estratégias da militarização urbana possibilitem o controle socioespacial nas cidades brasileiras, sobretudo do pobre. O que se caracteriza como importante tática para o processo de venda da cidade oriundo do Planejamento Pós-Moderno. A competição por novos investimentos, indústrias e negócios no paradigma da competitividade interurbana tende a conceder a vitória para as cidades que se apresentam organizadas e preparadas de acordo com as exigências do *city marketing*, modelo definido por Sanchez (2003, p. 298) como “[...] mecanismo institucional de promoção e venda das cidades”.

A transmissão da imagem de uma cidade violenta e descontrolada do ponto de vista da segurança pública pode significar a perda de investimentos. Isso faz com que o Estado se preocupe cada vez mais em conter a violência, mesmo que de formas camufladas, como é o caso de se afastar os grupos ditos violentos, tornando a violência um problema exclusivamente visual e territorial.

O Estado não atua sozinho na busca pela contenção da violência. O setor privado também visualiza no setor a possibilidade de ampliar seus lucros, operando ações por meio das empresas de segurança privada e do mercado imobiliário. As primeiras oferecem um verdadeiro cardápio para garantir a proteção privada dos habitantes que podem pagar por tais serviços, já o mercado imobiliário oferece moradias ditas seguras, especialmente os enclaves fortificados. (CALDEIRA, 2000)

Souza (2008) acredita que a militarização da questão urbana se efetiva como importante estratégia para a criminalização da pobreza, do controle social e para a reprodução do capital. Para o autor:

Pode-se dizer, especificando um pouco mais e transitando da esfera jurídica para aquela das políticas estatais, que a segurança pública torna-se, ela própria, um “paradigma de governo”. Nesse ambiente, criminalizam-se grupos específicos da sociedade, e o medo do crime, da “desordem”, do “distúrbio” e da violência é utilizado como pretexto para um eficaz controle social, além de alimentar poderosas engrenagens do capitalismo contemporâneo: o “mercado da segurança” e o “mercado da informação”. (p. 152)

Evidencia-se a apropriação da violência urbana como elemento primordial na elaboração de novas regras e ações por parte do Estado. É assim que se redefinem os papéis no espaço urbano, isto é, com práticas que transmitem a ideia de busca por segurança pública, mas que na verdade se caracterizam pelo controle socioespacial e por alternativas para o desenvolvimento do capitalismo.

A junção das práticas públicas e privadas para enfrentar a violência urbana se adequa às novas exigências do mercado, pois se utiliza do engodo da insegurança para alavancar a reprodução do capital nas cidades. Apesar de o Estado buscar vantagens entorno do caos representado pela violência, são irrefutáveis os benefícios também conquistados pelo setor privado que lucra por meio da insegurança que paira na mente dos habitantes das fobópoles³.

A população de maneira geral acredita na viabilidade das atuações do setor público e privado que se aproximam da militarização urbana. O destaque se dá especialmente à população de poder aquisitivo mais elevado, que cada vez mais compra a ideia da necessidade de se residir em áreas ditas seguras em conjunto com a aquisição de serviços privados voltados à segurança particular, inserindo-se também nos ideais do

³ Conceito utilizado e analisado por Souza (2008).

militarismo urbano, logicamente que de forma distinta da inserção da população de baixa renda.

A adoção do planejamento urbano militarizado nas cidades com o respaldo de diversos aparatos militares, ao mesmo tempo em que impõe novas relações de produção que afetam a estrutura urbana e a vida cotidiana da população, é também responsável por perpetuar a exceção nas cidades brasileiras.

A exceção que esteve presente desde a gênese da urbanização brasileira adquire estímulo com a militarização das cidades. O novo modelo de urbanismo não tem contribuído com o rompimento da cidade ilegal marcada pelas favelas, submoradias e pela precariedade em infraestrutura e equipamentos públicos e privados em alguns fragmentos urbanos.

A militarização urbana cria estratégias para culpabilizar ainda mais os pobres como os responsáveis pelo caos urbano. Associam os pobres com o perigo nutrindo ainda mais o anseio da elite financeira em afastar os indesejáveis e, concomitantemente, permite a ampliação dos segmentos passíveis de circulação de capital, gerando cada vez mais a concentração de renda nas cidades que vendem soluções mágicas para a contenção da violência urbana.

1.1.1. A CONTENÇÃO DA VIOLÊNCIA: A RELAÇÃO ENTRE AS ESTRATÉGIAS DA MILITARIZAÇÃO URBANA E O ESTADO DE EXCEÇÃO

São inúmeras as possibilidades para a concretização do estado de exceção nas cidades pelo mundo, porém, a questão da violência urbana vem sendo utilizada cada vez mais como uma peça-chave para a suspensão ou sobreposição das ordens jurídicas já vigentes nos territórios.

A intenção aqui não é a de negligenciar e negar a existência da crise da segurança pública. É evidente que a sociedade brasileira, de forma geral, depara-se com o aumento de diferentes tipos de crime e até mesmo com o aumento da sensação de insegurança nas cidades. O que se busca questionar é como o poder público se utiliza da existência da violência no espaço urbano: buscando ações que se aproximam da prevenção dos crimes ou apenas alimentando práticas e normas altamente coercitivas e que, muitas vezes, rompem com os direitos humanos já garantidos nas legislações?

Quando se analisa a gestão urbana em muitas cidades brasileiras e também pelo mundo, evidencia-se a adoção da crise da segurança pública, representada pela violência urbana, como relevante estratégia para a transformação na forma de se planejar a cidade pelo Estado. Porém, a violência não é a única a impor novos dinamismos ao espaço urbano, mas faz parte de uma conjuntura de gestão urbana que também exalta os aspectos econômicos, culturais e ambientais. Todos esses elementos incorporam possibilidades para a reprodução do capital e para o controle socioespacial na cidade militarizada regida pelos ideais do Planejamento Estratégico.

A violência permite basicamente a atuação em dois planos para a incorporação da exceção: primeiro pela própria prática violenta por parte do Estado para se alcançar o que se deseja, podendo ser exemplificado pela violência executada pelo governo nazista alemão contra os judeus por meio dos campos de concentração no decorrer da Segunda Guerra Mundial; segundo pela utilização de um cenário de violência, que preocupa o estabelecimento da ordem no território, como possibilidade para instaurar novas normas que coincidem com a suspensão de outras já fixadas e em vigor, como é o caso da promulgação do *Patriot Act* durante o governo Bush nos Estados Unidos, no dia 26 de outubro de 2001. A lei permite a manutenção do estrangeiro, suspeito de terrorismo, preso, isto é, utiliza-se do receio do avanço do terrorismo, especialmente após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, para anular o estatuto jurídico do

indivíduo, restando ao suspeito, que não executou nenhum crime⁴, apenas a sua vida nua. (AGAMBEN, 2004).

A imposição de medidas de segurança que conferem a formação do estado de exceção sob o pretexto de contenção da violência se disseminam por várias partes do globo que adotam o novo urbanismo militar.

Em 2010, foi criada na França uma lei que proíbe o uso do véu islâmico integral em espaços públicos, apesar de o governo argumentar a criação da lei com o intuito de garantir a dignidade da pessoa e a igualdade de gênero, relatando sobre a possível submissão feminina presente no mundo árabe, evidencia-se um processo de intolerância direta contra os muçulmanos, fator cada vez mais frequente no mundo após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001.

Na mesma França, após os atentados terroristas do dia 13 de novembro de 2015 em bares, restaurantes e casa de shows de Paris, o presidente, com o apoio do congresso, decidiu decretar o estado de emergência no país. A origem da adoção do estado de emergência na França data-se de 1955, período no qual ocorreu a Guerra da Independência da Argélia, tal recurso foi utilizado poucas vezes no país, mas voltou a ser aplicado após os atentados. A aplicação em 2015 previa inicialmente doze dias, entretanto, foi ampliada para permanecer em vigor por três meses na França.

O estado de emergência instaurado na França, que muitos estão denominando de *Patriot Act* à francesa em alusão a lei imposta pelo governo Bush nos Estados Unidos após os atentados de 11 de setembro de 2001, permite inúmeras ações não previstas na Constituição, como o fechamento de espaços públicos; a restrição à circulação de veículos e pessoas no país; a permissão de buscas e apreensões sem o mandado judicial; e a imposição do toque de recolher.

No Brasil, o ano de 2014 foi marcado pela adoção ou apenas tramitação de legislações e projetos de leis que influenciam diretamente no estado de exceção. O chamariz para as mudanças foi a Copa do Mundo de Futebol de 2014, na qual a FIFA,

⁴ A concepção de punir antes do acontecimento do crime já foi retratada em uma ficção em 2002 pelo filme *Minority Report*, dirigido por Steven Spielberg. O filme futurista demonstra a atuação da polícia na prevenção dos homicídios na cidade de Washington em 2054. A novidade de atuação é que o suspeito é preso antes de cometer o crime, já que três pessoas com poderes de previsão, os *precogs*, conseguem obter uma premonição do crime e indicar o nome da vítima e do criminoso.

entidade reguladora do evento, exigiu a implantação da Lei Geral da Copa no país que sediou o evento.

A Lei Geral da Copa foi responsável por atribuir leis e ações que suspenderam a legislação máxima do país, isto é, a Constituição Federal. No período da Copa do Mundo, foi possível incorporar a venda casada de ingressos com outros produtos oficiais da FIFA; estabelecer a obrigatoriedade das festas públicas que fossem transmitir os jogos pela televisão utilizasse apenas a transmissão da Rede Globo; a permissão de vender bebidas alcoólicas nos estádios, dentre tantas outras normas que não são permitidas pelas legislações já existentes no país.

Visando se preparar para o megaevento no Brasil, foi até votado no senado o Projeto de Lei nº 728/2011 que – Define crimes e infrações administrativas com vistas a incrementar a segurança da Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, além de prever o incidente de celeridade processual e medidas cautelares específicas, bem como disciplinar o direito de greve no período que antecede e durante a realização dos eventos, entre outras providências.

O projeto de lei consistia basicamente em proibir as greves durante o período da Copa das Confederações e da Copa do Mundo, além de incluir o “terrorismo”, conceito dotado de grande subjetividade, como crime que necessita de severas punições, mesmo possuindo uma inexatidão no conceito de terrorismo, ou seja, de quais atividades se enquadrariam nesse tipo de crime.

Apesar do Projeto de Lei 728/2011 ter sido rejeitado pela Comissão, percebe-se que seu caráter coercitivo, legitimado pela manutenção da segurança, apresenta um modelo que culmina na formação do estado de exceção, já que se sobrepõe a direitos já estabelecidos pela Constituição Federal, como o direito à greve.

Foram exemplificadas algumas normas estabelecidas por diferentes países do mundo que apontam para a formação do estado de exceção. Dentre as normas mencionadas, destacam-se as que possuem uma relação com a contenção da violência urbana, isto é, a questão de segurança pública vem se tornando uma peça central no contexto das políticas urbanas e do estado de exceção.

Pode-se afirmar que no contexto da exceção, a violência urbana impõe um duplo rompimento da normalidade cotidiana. Primeiro, com a própria violência que é responsável pela alteração do ritmo habitual da população devido à anulação da integridade física e patrimonial. Segundo, pela atuação do poder público que se utiliza

da existência da violência para legitimar a imposição de novas leis e ações que atuam diretamente na suspensão dos direitos elementares do cidadão, ocasionando uma mudança direta nas relações sociais.

Arendt (1985) adota uma reflexão muito oportuna sobre a relação entre poder e violência na concepção do Estado. De acordo com a sua análise, o poder é inerente ao governo, já que as suas ações dependem de uma legitimação que é garantida pelo poder vigente. Entretanto, afirma que a violência não se enquadra como essência do Estado.

Segundo Arendt (1985, p. 32) “A violência é, por sua própria natureza, instrumental; como todos os meios, está sempre à procura de orientação e de justificativas pelo fim que busca”.

Constata-se, por meio do pensamento de Arendt (1985), que as políticas públicas que visam à redução da violência se enquadram como contraditórias. A contradição se concretiza, pois, ao mesmo tempo em que são criadas novas leis e normas que possuem o intuito de atenuar a violência urbana e garantir o retorno da normalidade no cotidiano da população. Percebe-se que as leis impostas transformam as possibilidades de reprodução da vida, impondo práticas e normas que se caracterizam pela violência contra determinados indivíduos da cidade.

A reflexão de Arendt (1985) converge com a hipótese que a tentativa de se estabelecer a segurança e o combate à violência possibilita o Estado a atuar fora dos mecanismos jurídicos. A consequência do uso do poder de forma sub-reptícia por parte do Estado culmina na ampliação do estado de exceção.

Na cidade militarizada, o Estado enxerga a violência urbana como um estado de emergência permanente, possibilitando a adoção de estratégias que visam a atenuar a violência, mas que na prática aumentam o estado de exceção.

Agamben (2004, p. 13) afirma que:

Este “*estado de emergência permanente*”, mesmo que não declarado, fundamenta e autoriza o recurso permanente a medidas excepcionais, deslocando o que antes era “*uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo*”.

É assim que os governos adotam o poder e a violência como essência do Estado, transformando a segurança em um paradigma de governo. Logo, a violência emerge nas cidades, regulada pelo estado de exceção, como uma prática de governo e não como um instrumento passível de justificativas para o seu uso.

A presença da violência consolidada na cidade se torna funcional e passa a motivar o estabelecimento do estado de exceção por meio do respaldo da necessidade. Segundo Agamben (2004, p. 44), com a necessidade de atenuar a violência urbana são implementadas legislações que se apresentam “como medida “ilegal”, mas perfeitamente “jurídica e constitucional”, que se concretiza na criação de novas formas (ou uma nova ordem jurídica) ”.

É importante revelar que o estado de exceção na concepção de Agamben (2004; 2007) se apresenta em uma zona de indistinção, na qual dentro e fora não se excluem. Relacionando com o caso de ações específicas nas áreas de exclusão urbana, percebe-se que os moradores estão fora com relação a alguns de seus direitos básicos, já que estes não são respeitados. Por outro lado, estão dentro quando devem acatar as novas normas e ações implantadas em seus lugares, caso contrário, podem sofrer punições estabelecidas pelos regimentos existentes.

Pontel (2012), ao analisar o pensamento de Agamben sobre o estado de exceção, afirma que:

Assim, consequentemente, o estado de exceção se configura como um espaço de indistinção que conjuga o vazio de direito no espaço anômico, como um vazio e uma interrupção do direito. O estado de exceção é uma zona de indiferença entre o caos e o estado da normalidade, uma zona de indiferença capturada pela norma, de modo que não é a exceção que se subtrai à norma, mas ela que, suspendendo-se, dá lugar à exceção. (p. 101)

Pontel (2012, p. 100) complementa a análise defendendo que: “Assim, a suspensão da norma não significa a sua anulação, ao passo que a zona de anomia, indeterminação, não é destituída de relação com a ordem jurídica”.

A situação de anomia presente em alguns fragmentos urbanos, na concepção de Agamben (2004; 2007), não condiz com a inexistência de normas, mas de sua suspensão. Isso se torna visível quando analisamos a realidade de abusos por parte dos agentes repressivos do Estado e parcelas da sociedade contra os habitantes das periferias.

Forma-se o vazio de direito no espaço anômico com o respaldo das ações direcionadas na busca pela contenção da violência urbana. A lógica de avanço dos mecanismos coercitivos por parte do Estado culmina na sobreposição dos direitos da população, restando-lhe um espaço vazio marcado pelo abandono das normas.

O que mais impressiona no paradigma de governo concretizado pelo estado de exceção atual é que praticamente todas as transformações operadas pelo poder público são criadas em regimes democráticos. Assim, as novas estratégias e normas são cunhadas em um ambiente dito democrático, mas que impedem o desenvolvimento das liberdades individuais e coletivas nos espaços urbanos geridos pela exceção.

A explicação da funcionalidade da violência pode ser compreendida quando o Estado se utiliza da imagem de um caos urbano, exemplificado pelo cenário de violência em determinados bairros, para a adoção de mecanismos e legislações que também se assemelham com a violência, como a violação dos direitos humanos tão presentes em ações policiais em bairros periféricos, favelas e conjuntos habitacionais existentes nas cidades brasileiras.

Outro exemplo típico das violações de direitos existente na periferia das cidades é a imposição, quase que rotineiramente, dos toques de recolher aos seus habitantes pelo Estado, pelos traficantes ou pelas milícias. Neste caso, o rompimento com os direitos previstos na Constituição Federal do Brasil é verificado pela análise do seu Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, **à liberdade**, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
[...] XV - é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens. (BRASIL, 1988, p. 3, grifo nosso)

O toque de recolher estabelece o não cumprimento do direito à liberdade e a livre locomoção no território. Impõe-se, assim, o estado de exceção nas cidades que não respeitam os direitos já garantidos a todos os cidadãos. O estado de exceção se confirma com a suspensão dos direitos previstos, mas sem a sua anulação, visto que a Constituição Federal continua vigente em todo o país.

Assmann e Bazzanella (2012) realizam uma reflexão apontando a relação entre os campos de concentração de judeus durante a Segunda Guerra Mundial, paradigma da política do estado de exceção de hoje, com os mecanismos cotidianos atuais de controle e vigilância criados nos espaços públicos em suas diversas esferas: locais, nacionais e globais. Os autores afirmam que:

Nesta mesma perspectiva, o campo se reproduz nos espasmos de violência dos exércitos nacionais e pretensamente supranacionais, ou das polícias nacionais e globais a que se atribui o direito de intervenção em outros países em nome de uma pretensa e paradoxal defesa da liberdade, e também está presente na biopirataria em busca de material genético de florestas, animais e seres humanos. Sob estas perspectivas, o campo se manifesta em nosso dia-a-dia e, fundamentalmente, na medida da busca por segurança, mesmo que isto implique na perda da liberdade. (ASSMANN; BAZZANELLA, 2012, p. 14)

A manifestação do campo de concentração pode ser em certa parte retomada pelas relações sociais executadas em diversos âmbitos. O argumento central da segurança e da liberdade, legitimam a atuação violenta em diversas partes do mundo, tais ações são responsáveis, muitas vezes, pela violação dos direitos e da liberdade, como também existiu nos campos de concentração construídos no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Apesar de Assmann e Bazzanella (2012) realizarem uma reflexão ampla, isto é, analisando as escalas nacionais e globais de atuação da polícia e do exército, a intenção desta pesquisa é demonstrar como as práticas militarizadas geram novas dinâmicas intraurbanas e interurbanas.

A exclusão, o controle e a vigilância que no decorrer da Segunda Guerra Mundial foi estabelecida por meio dos campos de concentração, atualmente se impõem pelo processo de militarização da questão urbana. A nova roupagem de se promover o estado de exceção, advinda da militarização urbana, altera as relações sociais em todo o espaço urbano.

Apesar de existir uma ênfase em associar o campo de concentração com as periferias das cidades brasileiras, é importante salientar que os mecanismos da militarização urbana se materializam em todo o espaço urbano, logicamente que de forma diversa, adaptando-se as particularidades e ditas necessidades de cada fragmento urbano.

Pelos fragmentos que formam o mosaico urbano, são instituídas ações da militarização urbana de diferentes formas e por distintos agentes que transcendem o Estado. A questão da segurança pública, peça-chave para a militarização urbana no Brasil, não é monopólio do Estado, de acordo com Souza (2008):

A “segurança pública” é, exemplarmente no Brasil, e de um modo insólito, dividida e disputada, de modo variável no tempo e no espaço, entre a polícia (e eventualmente também as Forças Armadas),

traficantes armados, grupos de extermínio (“milícias” paramilitares) e vigilantes privados. (p. 145)

O poder de cada agente, como a polícia, a milícia e os traficantes, em determinado fragmento do espaço, contribui para a forma em que se impõe a militarização urbana nas diferentes áreas da cidade.

Um aspecto em comum entre os diversos agentes consiste na adoção de técnicas coercitivas e violentas. É comum verificar notícias relacionadas à violência promovida pela atuação de policiais, traficantes, vigilantes privados e milícias.

Nas periferias, é comum se deparar com algumas estratégias da militarização urbana, destacando-se a ocupação policial, a imposição de uma morfologia urbana que dificulta a dispersão dos habitantes e a adoção do toque de recolher.

Nos fragmentos urbanos dotados de mais infraestrutura e ocupados pela população de melhor poder aquisitivo, as estratégias da militarização se destoam das impostas às áreas mais pobres. Isso porque nessas áreas são comuns a construção de enclaves fortificados, caracterizados pela presença de cercas, muros e câmeras de monitoramento, a contratação de seguranças privados e a utilização de carros blindados.

É evidente que existem diferenças com relação à interferência das estratégias da militarização pelos fragmentos urbanos, entretanto, é indiscutível que todos os habitantes da cidade militarizada convivem com o estado de exceção, logo, tornam-se *homines sacri*, seja pela perda dos direitos humanos e da liberdade ou pela eliminação do direito à cidade. (AGAMBEN, 2007)

Contudo, no interior de toda a desordem e da zona de anomia do estado de exceção existem novas regras que fazem com que alguns habitantes se tornem ainda mais matáveis que outros. É o caso da população pobre moradora das periferias brasileiras, que cotidianamente são classificadas como perigosas e, por isso, precisam ser mais combatidas que os demais habitantes das cidades.

Consequentemente, ações violentas contra os habitantes pobres são espalhadas pelo mundo, sendo que poucos habitantes das cidades se incomodam. O ser humano matável, que Agamben (2007) define como *homo sacer*, é personificado em várias partes do mundo: Freddie Gray⁵, em Baltimore (EUA); Amarildo de Souza⁶, no Rio de

⁵ Em Baltimore, cidade norte-americana marcada pela forte segregação racial, Freddie Gray, de 25 anos, foi preso ilegalmente, por seis policiais, pelo porte de uma faca no dia 12 de abril de 2015. No trajeto até o hospital o jovem foi agredido e ferido na viatura, morrendo no hospital no dia 19 de abril de 2015. Tal

Janeiro (Brasil); Fabiane Maria de Jesus⁷, no Guarujá (Brasil); Ezell Ford⁸, em Los Angeles (EUA); dentre outros incontáveis negros, pobres e marginalizados que são vítimas constantes de ações policiais, do tráfico e das milícias. Tais práticas são, infelizmente, toleradas pela sociedade devido à formação de um imaginário que associa os habitantes matáveis a um vírus propulsor da violência.

A vida da população e a estrutura urbana estão cada vez mais reféns da violência, por sua vez, a cidade vai se fragmentando e formando um mosaico que busca aproximar os iguais economicamente.

Carneiro (2013) esclarece que:

A produção de espaços urbanos que são edificados com influência do medo e do sentimento de insegurança, muito presente nas cidades multifuncionais, segundo Body-Gendrot (2001), promovem as “geografias securitárias” que são marcados pelos espaços de forte diferenciação social e cultural (multiétnicos e multiculturais) em que a riqueza e a exclusão social se acotovelam, instituindo, em decorrência, novas formas de governança que enaltece e fortalece, em especial, a segurança, tática fundamental para o controle social num espaço com multidiversidades. (p. 148)

O controle social, mencionado por Carneiro (2013), resulta na delimitação dos bolsões de pobreza e guetos no espaço urbano. Adota-se o isolamento de determinada classe social ou etnia para se evitar o contato cotidiano com os demais habitantes da cidade. Tal artifício, muito utilizado nas formas de gestão urbana, parece encontrar agora, com a questão da violência, o seu agente legitimador de atuação. Isto é, em prol da segurança de todo espaço urbano, decide-se cercear e dificultar a circulação de determinada parcela da população pela cidade.

A nova estratégia de gestão urbana impõe o declínio da coletividade em prol da individualidade. Segundo Pechman (2008):

acontecimento gerou uma onda de protestos na cidade, marcados pela crítica à discriminação racial aplicada pela polícia. (O GLOBO, 2015)

⁶ O ajudante de pedreiro Amarildo de Souza, de 42 anos, desapareceu após ser levado para averiguação por policiais da UPP da Rocinha no dia 14 de julho de 2013. Segundo os policiais, o ajudante de pedreiro foi liberado após a investigação na UPP, contudo, acredita-se que Amarildo foi assassinado pelos policiais. O Ministério Público do Rio de Janeiro denunciou quatro policiais militares pelos crimes de tortura, ocultação de cadáver, fraude processual e formação de quadrilha. (G1 RIO, 2016)

⁷ Fabiane, de 33 anos, foi agredida pelos moradores de seu bairro no Guarujá, aproximadamente cem pessoas, até a morte após ser confundida com uma sequestradora de crianças e praticante de magia negra que teve sua foto publicada em uma página do *Facebook*. Os ataques de linchamento tiveram grande adesão da população brasileira no ano de 2014, fenômenos que são denominados de “Justiçeiros”. (MONTENEGRO, 2014)

⁸ O jovem negro Ezell Ford, de 25 anos, foi morto por três tiros pelas costas disparados por dois policiais em Los Angeles, no dia 11 de agosto de 2014. (FRANCE PRESSE, 2014)

Diante da emergência de um novo modelo de conduta, uma nova inscrição psíquica se impõe: o narcisismo. O indivíduo deixa de se constituir pela norma coletiva, e o vínculo social deixa de ser vivido como um efeito global de agregação de ações. (p. 127)

O hábito de isolamento entre os iguais financeiramente em enclaves fortificados altamente vigiados implica na construção de um cenário urbano, pois tais áreas não condizem com a diversidade genuína do espaço urbano.

O que passa a geralmente existir na cidade militarizada é o isolamento tanto das classes de melhores rendimentos, quanto das de menores condições financeiras. Porém, a forma de se isolar as classes sociais é heterogênea, sendo que para os pobres o isolamento se dá de forma compulsória, especialmente com a presença da propriedade fundiária, das ocupações policiais e, em bairros específicos, por meio da morfologia urbana compatível com o controle socioespacial. Fatores que contribuem com a negação do direito à cidade⁹ aos habitantes das periferias pobres.

Já no caso da população rica, o cerceamento ocorre de forma voluntária, mas sob a influência do medo de se viver nas cidades, visto que são os próprios habitantes que decidem residir nos enclaves fortificados resguardados por todo um aparato de proteção privado. Para Rodrigues (2014, p. 13) “Os muros que cercam as propriedades privadas, em seu conjunto, redefinem as formas e os conteúdos da cidade”.

Bauman (2003) realiza uma análise sobre a interferência das práticas de isolamento oriundas da política do medo com a situação contemporânea da comunidade.

O bairro seguro concebido com guardas armados controlando a entrada; o gatuno e suas variantes substituindo os primeiros bichos-papões modernos do *mobile vulgus*, e juntamente promovidos à posição de inimigos públicos número-um; uma equiparação das áreas públicas a enclaves “defensáveis” com acesso seletivo; a separação em lugar da negociação da vida em comum; a criminalização da diferença residual — essas são as principais dimensões da atual evolução da vida urbana. E é na moldura cognitiva dessa evolução que a nova concepção de “comunidade” se forma. (p. 104)

A concepção de estabelecer a existência de inimigos faz parte do imaginário do setor privado e, nos últimos anos, encontra-se cada vez mais frequente pelo poder público. A consequência elementar é a imposição de barreiras para as relações sociais com o intuito de dificultar o contato entre a diferença.

⁹ O direito à cidade é aqui entendido segundo a proposta de Lefebvre (2001), que consiste na concepção da cidade como um bem coletivo, respeitando os direitos sociais e o bem público, isto é que permita o acesso universal aos bens inerentes ao espaço urbano.

A ampliação das câmeras de monitoramento, muros e cercas ocorrem concomitantemente às ações de segregar os pobres e evitar o seu contato com os demais fragmentos urbanos. O controle do espaço, que exige uma forte segregação, é responsável por também dividir as formas de abordagens das distintas classes sociais presentes nas cidades. Então, nas áreas em que se destacam os *homo sacer*: tudo é permitido. É sobretudo nestas áreas que o estado de exceção deixa de ser exceção e se torna regra.

A criminalização dos pobres se torna comum para se ampliar o leque de possibilidades de isolamento no espaço urbano. As táticas de isolamento se concretizam via ocupações policiais, aumento do encarceramento e mudança da morfologia urbana.

Wacquant (2003) faz uma análise sobre o avanço do Estado penal sobre o Estado caritativo, alertando que a técnica repressivo-penal se sustenta na criminalização da miséria acompanhada da política de contenção repressiva dos pobres.

Pode-se afirmar que a realidade das técnicas repressivas executadas nos Estados Unidos e analisadas por Wacquant (2003) foram importadas pelo governo brasileiro em suas diferentes esferas. A lógica de associar os crimes com os pobres e, conseqüentemente, exigir o encarceramento desta classe é considerado uma técnica de controle da violência tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil.

Wacquant (2003) relatou que a população carcerária dos Estados Unidos passou por um *boom* a partir da década de 1980. Segundo o autor, entre 1960 e 1991 a população carcerária passou por um crescimento de 314%. As prisões norte-americanas são abrigadas principalmente pelos negros. De acordo com Wacquant (2003, p. 29), “As taxas de encarceramento de afro-americanos triplicaram em doze anos e chegavam a 1.895 em cada 100 mil em 1993”.

No Brasil, a militarização da questão urbana fundamentada no encarceramento pode ser visualizada com os dados sobre a taxa de crescimento da população prisional disponibilizados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015): em 1990, a população prisional era de 90.000 pessoas, já em 2014, o número subiu para 607.731, sendo que da população carcerária no Brasil aproximadamente 60% é composta por negros.

A criminalização dos pobres sustenta a ideia de que eles não podem ser vistos em todo o espaço urbano, isso porque a sua presença significa risco à integridade física e patrimonial aos demais moradores da cidade.

A morfologia urbana passa a se moldar com o intuito de inibir alguns tipos de delitos e aumentar a sensação de segurança, como se o problema da violência urbana se limitasse a esfera físico-territorial. Souza e Compans (2009) promoveram uma reflexão que demonstrou a limitação na busca de compreensão do problema de segurança pela existência de fragmentos urbanos como os únicos responsáveis pela criminalidade, e não a cidade como um todo.

Souza e Compans (2009, p. 22) criticam a visão dos que acreditam em “locais perigosos” como um vírus letal e potencialmente avassalador “que somente pode ser controlado por uma política eficiente (e violenta, se necessário), disposta a atacá-los indiscriminadamente, contando com forte adesão das camadas médias”.

A visão de revelar fragmentos urbanos como focos de violência estimula o surgimento dos Espaços Urbanos Seguros, que consistem basicamente em práticas públicas direcionadas aos bairros periféricos e assentamentos irregulares tidos como inseguros. Contudo, as intervenções não buscam o aprimoramento da infraestrutura e dos serviços nos bairros, mas simplesmente a sua pacificação (SOUZA; COMPANS, 2009).

A busca pela pacificação nos bairros ditos potencialmente violentos é, entretanto, engendrada por meio de ações extremamente violentas por parte do Estado e seus agentes repressivos. Práticas de abusos que coincidem com a violação dos direitos humanos constituem a tônica de atuação nos Espaços Urbanos Seguros.

A análise das estratégias da militarização urbana direcionadas à periferia pobre revela que a coerção consiste em uma prática cada vez mais frequente em tais áreas. No contexto da militarização urbana, é defendida a prescrição básica de atenuar a violência urbana com ações repressivas e, paradoxalmente, violentas. Contudo, essas ações não ficam restritas apenas aos moradores das periferias, pois a cidade não é só fragmentada, é também, articulada, e em suas experiências de articulação, onde os cidadãos, de todas as etnias, cores da pele e condições sociais, circulam por toda a cidade e passam a ser todos, indistintamente, sujeitos dessas ações repressivas e violentas.

A consequência, geralmente, é desastrosa: a violência urbana não diminui, além disso, uma parcela específica da população, os moradores das periferias pobres, carrega o fardo exclusivo de culpa pela violência nas cidades.

É assim que a lógica da militarização urbana se torna compatível com o advento do estado de exceção. Em várias partes do mundo, a associação entre pobreza e perigo

faz jus à atuação irregular pelo Estado e seus agentes repressores, como a polícia e o exército.

A brutalidade policial é frequentemente noticiada em algumas partes do mundo, entretanto, os locais que sofrem com tais práticas apresentam uma semelhança principal: localizam-se nos bolsões de pobreza confinados nas grandes e médias cidades, como os subúrbios europeus e asiáticos, as periferias latino-americanas e os guetos norte-americanos¹⁰.

A singularidade de impor aos pobres a responsabilidade pela violência, tão adepta pelo Estado na cidade militarizada, é responsável por estabelecer um maniqueísmo espacial ao dividir a cidade entre áreas boas (não violentas) e ruins (violentas). Além disso, revela a influência de teorias positivistas para explicar toda a multiplicidade e subjetividade inerente a existência da violência urbana.

Vale destacar que alguns estudos de cunho positivistas já foram feitos para tentar desvendar o crime e a violência nas cidades. No século XIX, a Teoria de Lombroso¹¹, criada por Cesare Lombroso, afirmava que o criminoso era uma subespécie ou um subtipo humano. Com forte influência do evolucionismo de Darwin, a teoria de Lombroso relacionava a origem da criminalidade com a evolução do ser humano. A hereditariedade do indivíduo, bem como as suas características físicas deveriam ser consideradas para entender o criminoso nato.

A associação de pobres a criminosos, ampliada nas cidades militarizadas, assemelha-se a uma readaptação da Teoria de Lombroso, tornando a questão da violência algo exato. A atual pesquisa acredita que a questão da violência nas cidades apresenta multiplicidades quanto as suas causas e origens, não podendo se limitar a análise pelo viés meramente biológico ou socioeconômico.

Vários pesquisadores adotam críticas à associação pontual entre crime e pobreza. Segundo Misse (1995b, p. 9): “Tanto como estereótipo, ou como correlação estatística, quanto como ‘adequação causal de sentido’ ela é efetivamente espúria e socialmente perversa”.

¹⁰ É importante destacar que os mecanismos de exclusão no espaço urbano entre os guetos, periferias e subúrbios apresentam particularidades em seu processo de formação totalmente relacionado com o contexto histórico de cada país, região e estado. As especificidades interferem diretamente nas atuais condições de vida dos habitantes e na sua relação com os demais fragmentos urbanos. Wacquant (1995) realiza uma oportuna reflexão sobre a estrutura social e mental nas áreas de exclusão urbana do “Cinturão Negro”, nos EUA e do “Cinturão Vermelho”, da França.

¹¹ O livro *L'uomo delinquente*, publicado em 1896 por Cesare Lombroso, é uma das principais obras que influenciaram a formação da Escola Positivista de Direito Penal.

A concepção de relacionar a pobreza como causa da criminalidade é responsável por buscar compreender um fenômeno complexo por apenas uma lógica: a luta de classes. Zaluar (2002) defende que a análise da violência exige a reflexão que englobe outros segmentos, como o poder, o simbólico e da paixão destrutivos. Esta última se relaciona com a complexidade psicológica que pode estimular a prática da violência, como a dominação sobre o outro, o orgulho pela destruição do outro ou a sensação de prazer ao ter o poder de decidir sobre a vida e a morte.

Misse (1995a) descreve sobre as cinco teses equivocadas da criminalidade urbana no Brasil, fazendo uma crítica às seguintes análises sobre a questão da violência urbana: 1) a pobreza é a causa da criminalidade; 2) o bandido das áreas urbanas pobres (favelas, conjuntos habitacionais, áreas periféricas) é um herói e justiceiro; 3) a criminalidade urbana no Rio é descendente direta dos quilombos, dos capoeiras, das “estratégias de resistência” de negros e mulatos nos morros e favelas; 4) o migrante rural tradicional, geralmente nortista ou nordestino, inadaptado nas grandes cidades e lançado à miséria e ao isolamento dos vínculos comunitários, em geral ocupando funções desqualificadas em áreas como a construção civil, é o personagem central da violência urbana; 5) o aumento da criminalidade violenta é uma dimensão do aprofundamento da luta de classes.

Apesar de toda a abundância dos tipos de violência e, logicamente, de suas causas, existe uma ampla produção teórica que relaciona a violência urbana às teses criticadas por Misse (1995a). Dentre as cinco teses demonstradas, o poder público e o setor privado se utilizam cada vez mais da primeira e da quinta para nortear suas ações e legislações e impor a militarização da questão urbana. Entretanto, o poder público usa das teses equivocadas para responsabilizar o pobre pela violência e, assim, adotar o seu controle social. Em nenhum momento as teses de relacionar o pobre com a violência são embasadas para gerar mais oportunidade aos habitantes e melhorar a infraestrutura dos bairros pobres.

A ascensão da criminalidade e da violência nas cidades, portanto, exige uma compreensão ampla dos possíveis elementos fomentadores de tais mazelas urbanas. Neste contexto, o poder público não pode limitar suas ações de combate à criminalidade em táticas setorializadas que direcionam seus aparatos de segurança para intimidar os bairros periféricos reconhecidos como “focos de violência”.

O modelo de planejamento militarizado, sustentado, muitas vezes, por meio de práticas coercitivas e violentas do Estado nas periferias possui o respaldo dos demais moradores da cidade, especialmente dos que não sofrem diretamente com estas atuações, ou seja, da população de melhor poder aquisitivo. Em alguns casos até mesmo pelos moradores das áreas periféricas, que passam a acreditar que o seu bairro é o estimulador da violência na cidade.

Karam (2015) realiza uma análise sobre as práticas beligerantes do Estado contra determinadas áreas das cidades e a aceitação popular, afirmando que:

Ocupações militares, metralhadoras, lançadores de granadas, tanques, caminhões e jipes, carros anfíbios e outras viaturas blindadas, característicos de regimes de exceção, só parecem incomodar quando atingem setores privilegiados da população. Quando os ‘inimigos’ são somente os identificados como ‘traficantes’ e os que, pobres, não brancos, marginalizados, moradores de regimes de favelas, desprovidos de poder, a eles se assemelham, a localizada instauração de regimes de exceção não provoca protestos, nem causa qualquer comoção. (p. 37)

O apontamento de Karam (2015) é que o planejamento pautado pela lógica da militarização urbana é aceito por uma parcela da população desde que interfira exclusivamente nas periferias das cidades. As violações de direitos, quando limitadas às áreas periféricas habitadas pelos pobres, são acatadas mediante o discurso de se tratar de um mal necessário.

Silva (2004) esclarece:

Mais explicitamente: a representação da violência urbana constrói um componente de obrigação normativa subjetivamente aceito que, em certas situações e sob determinadas condições, substitui cursos de ação relativos a outras referências sem, entretanto, cancelá-las. (p. 3)

A afirmação de Silva (2004) enfatiza a relevância da violência urbana como chamariz para transformações de normas e legislações, sem a extinção das previamente estabelecidas. A presença da violência urbana garante ao Estado a liberdade de atuação com a imposição de novas normas e regras sem o questionamento da população. A violência se transforma numa licença conquistada pelo poder público para implantar ações e normas que lhe convém, independentemente de infligir ou suspender alguns direitos já garantidos pela população.

A substituição de práticas e normas alavancadas pela violência coincide com a formação do estado de exceção. Mudam-se os valores éticos com a imposição de novas condutas, permitindo discursos e práticas que se aproximam da ilegalidade.

As mudanças advindas com o combate à violência por meio da militarização urbana são responsáveis por alterar o imaginário da sociedade. Grande parcela da população agora aceita inúmeros atos ilegais, que se sobrepõe as leis já garantidas, desde que se alcance o tão desejado fim: atenuação da violência na cidade.

As estratégias da militarização urbana conferem a evolução do estado de exceção nas cidades brasileiras, que sempre estiveram relacionadas com a exclusão e com a falta de igualdade de infraestrutura a todos os fragmentos urbanos.

O ornitorrinco proposto por Oliveira (2003a) para interpretar o urbano no Brasil, cada vez mais cresce e ganha forma com o novo urbanismo militar. A mudança estrutural com o avanço das condições para a reprodução da vida é deixada de lado por meio do projeto que valoriza as práticas coercitivas de regulação do espaço.

As cidades militarizadas convivem com a propagação de um “vírus” que se instala na sociedade e que ataca diretamente as funções básicas de cada indivíduo. Dentre os principais sintomas que emergem destacam-se o sentimento de medo, a aceitação da militarização urbana, a permissão de perda dos direitos sociais e, inevitavelmente, o dano à liberdade individual.

O estado de exceção vem se tornando responsável por transformar as estratégias de reprodução do espaço urbano. As cidades que adotam as medidas da militarização urbana se caracterizam cada vez mais pelo espaço anômico, no qual a sobreposição das normas sociais se delinea em prol da ilusória contenção da violência urbana. Percebe-se que a norma jurídica não é respeitada temporalmente e uniformemente pelos fragmentos urbanos, atendendo-se aos interesses momentâneos do soberano contemporâneo: o mercado.

1.2. O ESPAÇO URBANO DE SOROCABA: A EVOLUÇÃO DA URBANIZAÇÃO E DAS DESIGUALDADES NO MUNICÍPIO

O município de Sorocaba está localizado no interior do estado de São Paulo a aproximadamente 90 quilômetros da capital, tal proximidade e o histórico de sua formação favorece o atual grau de urbanização, que segundo a fundação Seade (2016), atingiu 98,98% no município.

Considerando os aspectos humanos, Sorocaba apresenta uma população de 630.550 habitantes (SEADE, 2016), um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,798 (SEADE, 2010) e um PIB *per capita* de 53.027,33 (SEADE, 2014).

A dinâmica urbana de Sorocaba, sede da Região Metropolitana de Sorocaba, possui aproximação com o contexto da macrometrópole paulista¹². A macrometrópole apresenta destaque em questões socioeconômicas do estado de São Paulo, polarizando 74,6% da população do estado e 82,8% do PIB.

Figura 1 – Macrometrópole paulista



Fonte: Subsecretaria de desenvolvimento metropolitano do estado de São Paulo (2014)

¹² A Macrometrópole Paulista (MMP) é um dos maiores aglomerados urbanos do Hemisfério Sul. Abriga a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) — entre as seis maiores do mundo, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) —, além das RMs da Baixada Santista, de Campinas, de Sorocaba e do Vale do Paraíba e Litoral Norte, as Aglomerações Urbanas de Jundiaí e de Piracicaba e a Unidade Regional Bragantina, ainda não institucionalizada. (EMPLASA, 2016)

Para poder compreender a atual polarização econômica e populacional de Sorocaba é necessário apresentar um contexto histórico de seu processo de ocupação e povoamento, destacando-se a influência do período das feiras de muares, da construção da estrada de ferro Sorocabana e, posteriormente, da industrialização na cidade.

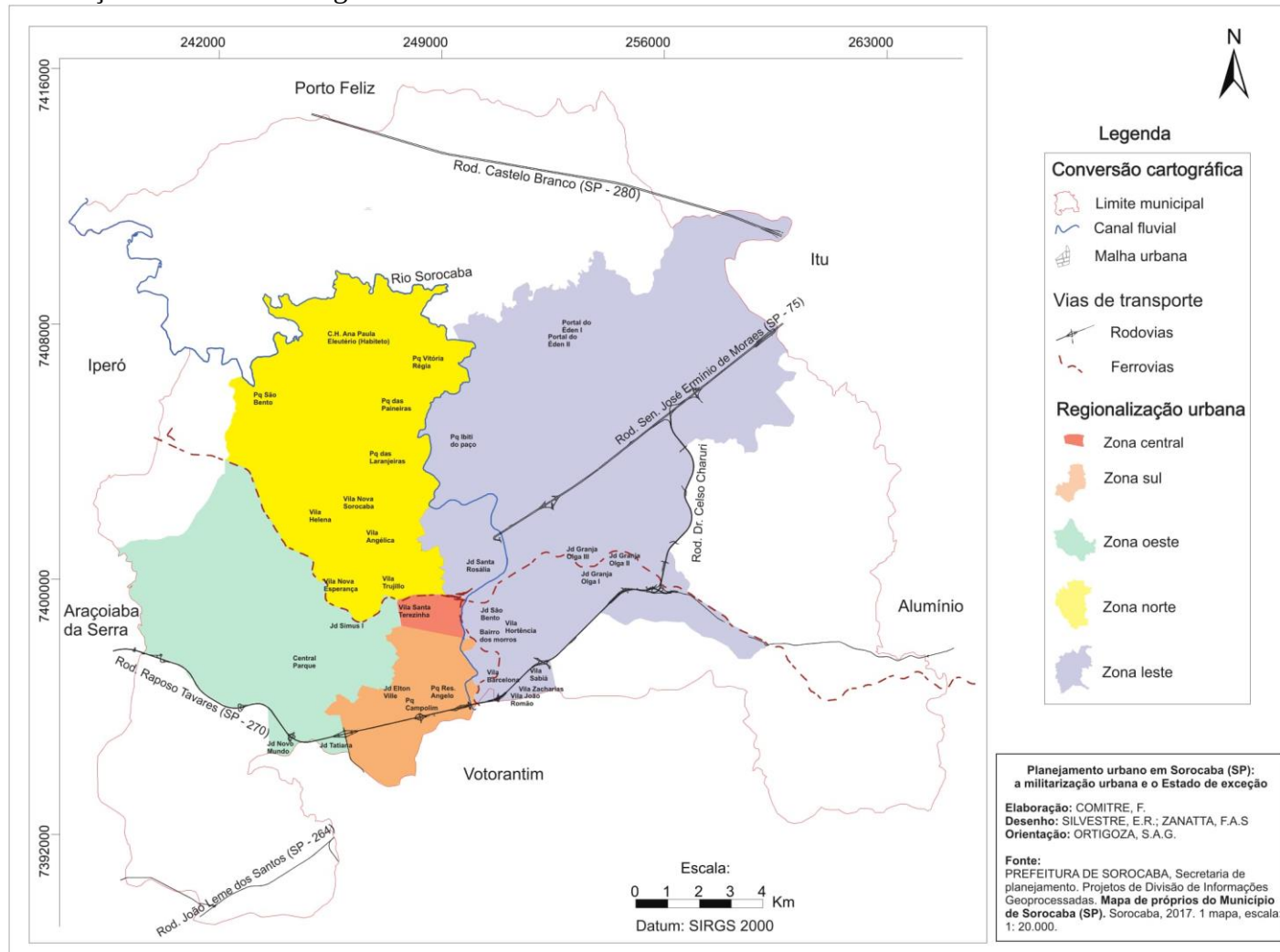
O território de Sorocaba de hoje, demonstrado no mapa 1, é consequência do histórico das relações sociais e de produção desenvolvidas no espaço durante o seu processo de ocupação e povoamento.

O mapa 1 demonstra os principais eixos de ligação de Sorocaba com a capital e com os demais municípios do interior paulista, enfatizando a espacialização das principais rodovias e o rio Sorocaba, responsáveis por permitir o deslocamento de produtos e pessoas até o território sorocabano. Revela também a regionalização de Sorocaba por meio da divisão em quatro zonas mais o centro.

A compreensão espacial dos eixos de ligação e da regionalização de Sorocaba serão úteis para entender a dinâmica de ocupação e desenvolvimento da cidade, visto que os modais rodoviário, ferroviário e o aquático possibilitaram e estimularam a ocupação e o desenvolvimento de atividades específicas de acordo com o período histórico.

No atual subcapítulo, será analisada a influência do rio Sorocaba, da Estrada de Ferro Sorocabana e das rodovias para o desenvolvimento, respectivamente, das bandeiras, da origem das indústrias têxtil e da ampliação da fixação de indústrias em Sorocaba no decorrer dos séculos de ocupação e expansão da cidade.

Mapa 1 - Regionalização de Sorocaba e alguns bairros mencionados na tese



Fonte: Prefeitura de Sorocaba (2017).

A característica estrutural, econômica e cultural de Sorocaba nos dias de hoje, remete-se a distintos momentos de ocupação e desenvolvimento. Segundo Frey (2010), a região de Sorocaba atravessou por dois momentos que influenciaram em seu desenvolvimento urbano e na sua atratividade econômica e populacional: o primeiro, que corresponde do final do século XIX até meados do século XX com o período do tropeirismo e das feiras de muares realizadas na região e, posteriormente, com a inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana. E o segundo momento, entre as décadas de 1970 e 1990, com a influência do processo de desconcentração produtiva nacional e, principalmente, do estado de São Paulo por meio da transferência de indústrias da capital do estado para as cidades mais próximas geograficamente.

A gênese do povoamento em Sorocaba condiz, segundo Baddini (2002), com a formação do primeiro núcleo formado por Baltazar Fernandes, dono de uma sesmária situada às margens do rio Sorocaba, a sua família e aproximadamente 500 escravos indígenas.

O povoamento em Sorocaba se iniciou nas primeiras décadas do século XVII, mas não se limitou ao fundado por Baltazar Fernandes. Outras áreas foram ocupadas, porém não obtiveram o êxito alcançado pelo povoamento de Baltazar Fernandes.

Carvalho (2004) revela que o povoamento de Baltazar Fernandes ocorreu na margem esquerda do rio Sorocaba. O símbolo da ocupação ocorreu com a construção de uma pequena capela dedicada a Nossa Senhora da Ponte.

Foi no ano de 1654 que foi fundado o povoado de Nossa Senhora da Ponte, situada às margens esquerda do rio Sorocaba e a sua localização, como rota dos bandeirantes vindos de São Paulo, favoreceu o seu desenvolvimento. Logo, em 1661 o povoado foi transformado em vila. (CELLI, 2012)

Sorocaba, durante o século XVII, explica Celli (2012), caracterizava-se como um eixo de ligação das trilhas e do rio, esse muito aproveitado pelas bandeiras. O rio Sorocaba, por ser um afluente do rio Tietê, permitiu o deslocamento entre o sertão paulista e o oeste do Brasil.

Sorocaba conquistou desenvolvimento inicial entre meados do século XVIII o fim do século XIX por ser um entreposto comercial no período do tropeirismo e das feiras de muares.

A vocação de Sorocaba para as práticas de comércio de tropas e arrecadação de impostos tem uma relação direta com as condições naturais do município, especialmente

com a qualidade ruim de seu solo. Tal característica impossibilitou o desenvolvimento de práticas agrícolas no município, como o café, que foi amplamente produzido nas cidades do interior paulista neste contexto histórico, induzindo a busca por novas atividades geradoras de capital.

Buganza (2010) esclarece que a junção de solos improdutivos com a posição geográfica de Sorocaba favoreceu o incremento do entreposto de comércio de muares. Se por um lado as condições naturais dificultaram a produção de espécies agrícolas, por outro, a sua localização serviu para atrair as atividades de comércio no período do tropeirismo.

A relevância de Sorocaba no decorrer do tropeirismo é mencionado por Baddini (2002) que afirma:

É durante o Império que Sorocaba firma sua importância econômica e estratégica para o governo central (tanto na instância provincial quanto imperial), tornando-se conhecida como o principal mercado paulista redistribuidor de animais para transporte. (p. 12)

O destaque no comércio de animais impulsionou a adoção de novas relações sociais e de produção em Sorocaba. A população flutuante, o tropeiro, que percorria as feiras, possibilitava um grande intercâmbio de ideias e de capital para o local.

Celli (2012) afirma que as feiras fomentaram o desenvolvimento de atividades agrícolas e manufatureiras, destinadas, sobretudo, ao abastecimento das tropas que deslocavam-se até Sorocaba com o intuito de executar negócios. É possível relacionar, portanto, as feiras de muares com o desenvolvimento inicial do mercado interno de Sorocaba.

No ano de 1842, Sorocaba foi elevada à categoria de cidade, tendo nas atividades ligadas à produção do algodão o principal fator impulsionador do crescimento econômico e urbano do período. Celli (2012) salienta que foi o acúmulo de capital oriundo do ciclo do tropeirismo que permitiu o investimento na produção de algodão.

A primeira atividade relacionada ao algodão em Sorocaba foi a produção agrícola, posteriormente, desenvolveu-se a indústria têxtil. De acordo com Carvalho (2004), a cultura de algodão se ampliou em Sorocaba a partir da década de 1860, impulsionada, sobretudo, pela Guerra de Secessão, que estagnou a produção de algodão nos Estados Unidos. Porém, o autor explica que poucas décadas depois o cultivo de

algodão já não era mais tão vantajoso devido ao fim da Guerra de Secessão e pelos elevados encargos direcionados a essa produção no Brasil.

Com a decadência do cultivo de algodão, a cidade de Sorocaba investiu na indústria têxtil. Os principais estímulos para a industrialização neste setor foram o cultivo de algodão ainda vigente, a construção da usina hidrelétrica de Itupararanga para o fornecimento de energia e, finalmente, a Estrada de Ferro Sorocabana, a qual permitia o escoamento dos produtos.

O declínio dos muares possui relação com o desenvolvimento de um novo modal de transporte: a ferrovia. A ferrovia também possibilitou o desenvolvimento urbano de Sorocaba, principalmente com a construção da Estrada de Ferro Sorocabana em 1875, o que foi fundamental para o processo de exportação do algodão e do café.

Celli (2012) faz uma análise sobre a influência da Estrada de Ferro Sorocabana para o processo de urbanização na cidade, afirmando que:

A expansão urbana de Sorocaba está intrinsecamente relacionada à localização da estação central de ferro que, próxima ao centro da cidade, direciona o estabelecimento das indústrias e das atividades urbanas ao seu redor. Podemos dizer, assim, que a estação ferroviária central de Sorocaba foi responsável pela polarização das atividades urbanas nas imediações. (CELLI, 2012, p. 90)

A observação de Celli (2012) contribui para a compreensão do processo de apropriação do espaço entre o final do século XIX e início do século XX em Sorocaba. Enfatiza-se que as áreas próximas à estação central e das adjacências da linha férrea foram as que apresentaram um maior adensamento industrial e, consequentemente, populacional.

Figura 2 - Estação da Estrada de Ferro Sorocabana

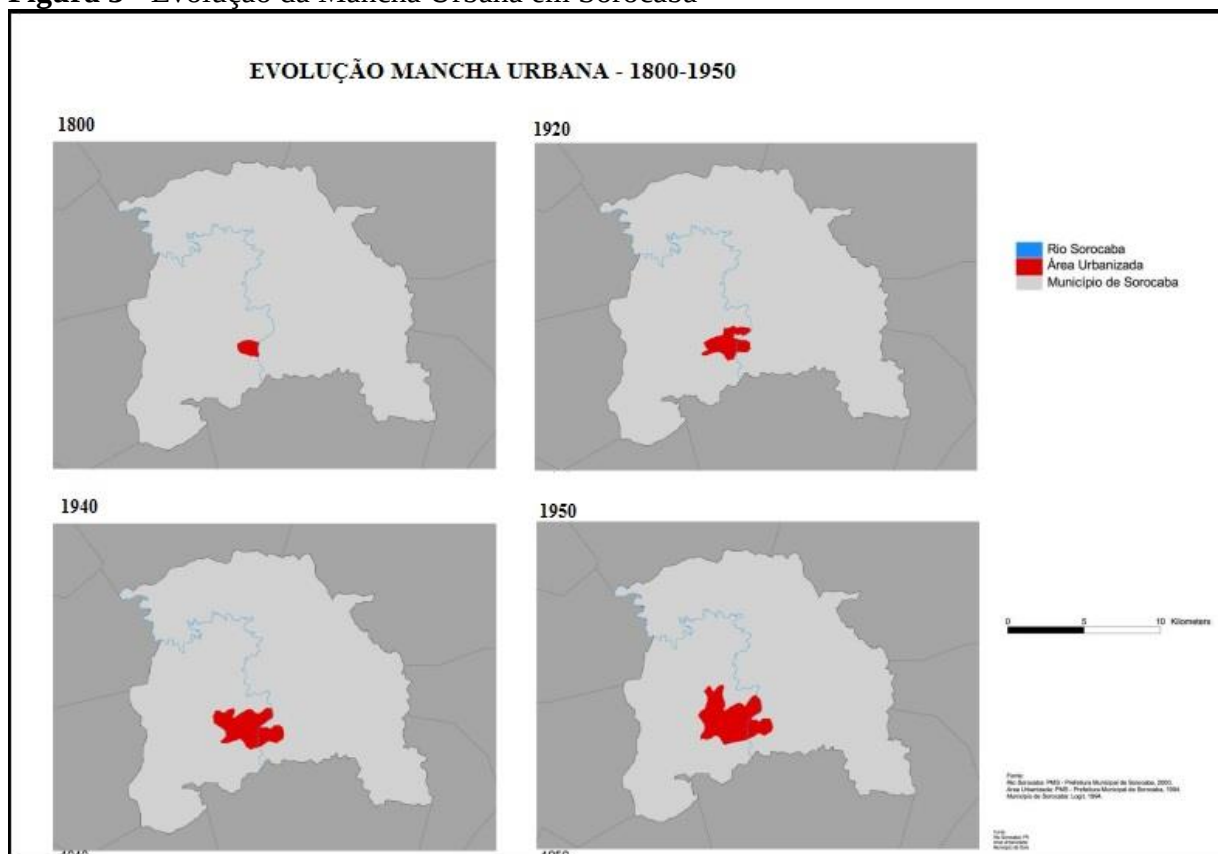


Fonte: Imagens Históricas de Sorocaba (1949).

A expansão urbana em Sorocaba, que já era contida na área central, ampliou a ocupação do centro devido à presença da estação férrea em tal área. Pode-se afirmar que até o início do século XX, mesmo com o início da apropriação em áreas situadas principalmente no noroeste e sul da cidade, com influência respectivamente da existência de oficinas da Estrada de Ferro Sorocaba e de fábricas, como a de calcário e de tecido, a concentração de infraestrutura e serviços ocorria nos entornos da área central (CELLI, 2012).

A evolução da mancha urbana de Sorocaba entre os anos de 1800 até 1950 é demonstrada na figura 3.

Figura 3 - Evolução da Mancha Urbana em Sorocaba



Fonte: Buganza (2010)

Primeiramente a indústria têxtil e posteriormente a solidificação de indústrias de bens de consumo foram fatores que estimularam a urbanização do município, tornando-se essenciais para a consolidação do crescimento econômico na cidade durante o século XX.

A Estrada de Ferro Sorocabana permitiu a integração econômica com a capital paulista, o que estimulou ainda mais o desenvolvimento pioneiro da indústria têxtil. Em

tal período, Sorocaba era denominada como “Manchester Paulista”, em alusão à cidade de Manchester na Inglaterra, polo mundial deste tipo de indústria desde a Revolução Industrial (BUGANZA, 2010).

A primeira indústria têxtil construída em Sorocaba foi a Nossa Senhora da Ponte, em 1881, já a última foi a fábrica Santo Antônio, construída em 1913. Ambas formavam a Companhia Nacional de Estamparia (Cianê).

A materialização do período das indústrias têxteis ainda pode ser observada em Sorocaba com a manutenção da edificação das Fábricas Nossa Senhora da Ponte e Santo Antônio, conferindo o processo que Santos (2009) define como rugosidade¹³. Atualmente, as fábricas foram refuncionalizadas e hoje abrigam o Pátio Cianê Shopping, como pode ser observado na figura 4.

Figura 4 – Fábrica têxtil refuncionalizada em Sorocaba



Fonte: Felipe Comitre (2013).

O segundo momento da industrialização em Sorocaba, produto do processo de desconcentração industrial, impulsionou a urbanização e desenvolvimento econômico da cidade. É importante salientar que o avanço da mobilidade urbana com a criação das rodovias Raposo Tavares (SP-270) na década de 1950 e Castelo Branco (SP-280) na

¹³ Na obra de Santos (2009), o conceito de rugosidade é definido como formas antigas remanescentes no espaço urbano, demonstrando tempos, relações sociais e de produção pretéritas, mas que se refuncionalizaram de acordo com o dinamismo inerente ao desenvolvimento urbano contemporâneo.

década de 1980 permitiu uma maior fluidez ao território, dando possibilidade para o escoamento de mercadorias e pessoas entre Sorocaba e a capital do estado.

A construção das rodovias Raposo Tavares e Castelo Branco demonstram o processo de mudança do modal de transporte para o escoamento dos produtos em Sorocaba. Tal transformação era resultado de um processo nacional, visto que o Brasil, a partir da década de 1950 gerou estímulos para a construção de rodovias.

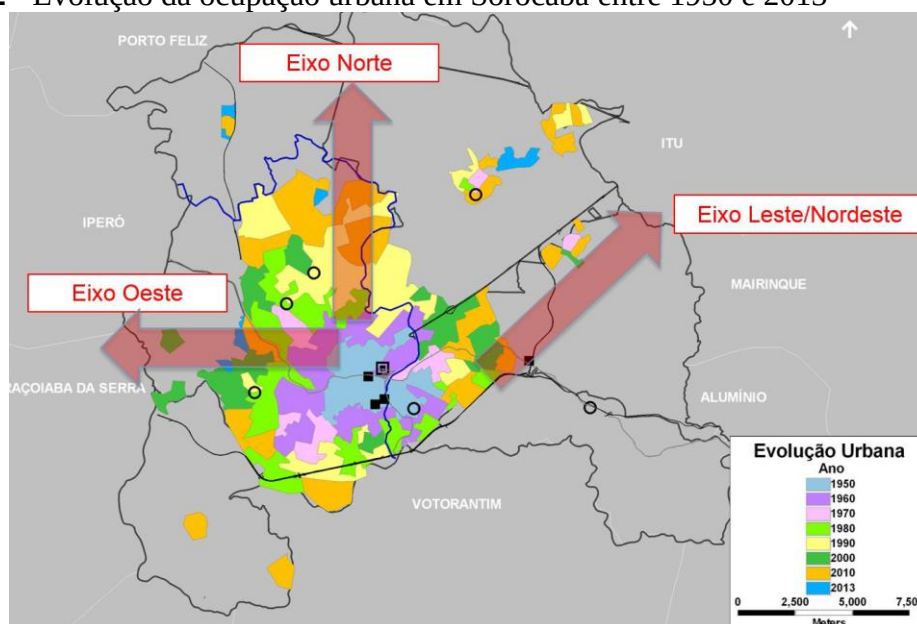
De acordo com Santos (1994 p. 39), “a partir de 1960, constroem-se estradas de rodagem de primeira ordem. O Brasil passa a ser cruzado por um grande número de rodovias de boa qualidade, entre as quais um bom percentual de autopistas”.

As transformações ocasionaram o desenvolvimento de Sorocaba em convergência com as características nacionais da época, isto é, privilegiando o sistema de transporte rodoviário. A presença de eixos rodoviários permitiu a fixação de um parque industrial na cidade.

O desenvolvimento urbano-industrial não acompanhado de melhorias na infraestrutura e serviços em todos os fragmentos urbanos culminou no avanço de problemas sociais, econômicos e ambientais na cidade de Sorocaba.

A evolução urbana de Sorocaba no período de 1950 a 2013, demonstrada no mapa 2, contribui para a análise das principais atividades econômicas e políticas públicas desenvolvidas na cidade, as quais culminaram na ocupação das regiões e bairros de Sorocaba em cada momento histórico.

Mapa 2 - Evolução da ocupação urbana em Sorocaba entre 1950 e 2013



Fonte: Plano de Mobilidade da Cidade de Sorocaba: 2013.

Analisando o mapa 2, percebe-se que na década de 1950 existia a concentração urbana de Sorocaba na região central. A ocupação das áreas que margeiam o centro se iniciou na década de 1960, destacando-se o deslocamento para a zona Norte e Oeste de Sorocaba.

O poder público municipal de Sorocaba até tentou ordenar o crescimento urbano com o intuito de evitar o espraiamento da cidade e o avanço dos problemas urbanos, mas não obteve sucesso. Segundo Zimmerman (1992), foi adotado pelo poder público na década de 1960 um dispositivo legal que impedia o surgimento de novos loteamentos em raios superiores a 500 metros das áreas já dotadas de infraestrutura.

Fica evidente a preocupação do poder público municipal em evitar o crescimento das periferias em Sorocaba naquele período. Vale destacar que foi também na década de 1960 que ocorreu a elaboração e aprovação, em 1966, por meio da Lei Municipal nº 1.438/66, do primeiro Plano Diretor da cidade.

O primeiro Plano Diretor foi complementado pelo Código de Obras e pelo Código de Zoneamento, respectivamente nos anos de 1966 e 1968. Todo o aparato legal demonstra o interesse do poder público em promover a adequação do uso e ocupação do espaço urbano, especialmente pela delimitação de zonas de uso com a permissividade e não permissividade para a fixação de determinadas atividades, o que demonstra a influência dos ideais presentes no Planejamento Moderno.

A conjuntura histórica do processo incipiente de industrialização em conjunto com o estabelecimento de Leis Municipais fez com que a ocupação em periferias fosse muito limitada na cidade de Sorocaba. Porém, o vazio demográfico da periferia sorocabana não se manteve nas décadas posteriores e já no final da década de 1970 se presenciou a ascensão da periferização no município.

Na década de 1970, ocorreu a ocupação de áreas situadas na zona Norte, Sudoeste e Leste de Sorocaba. Merece ser destacado o processo de desconcentração industrial, que foi responsável por estimular a fixação de indústrias na cidade, especialmente na zona Leste da cidade com a criação da Zona Industrial-Administrativa de Sorocaba no bairro do Éden.

A existência de uma rede urbana moderna ajustada com boa infraestrutura nos setores de transporte, energia e comunicações aliado ao fenômeno da desconcentração industrial em São Paulo fomentou a atração de indústrias para o território sorocabano. Lencioni (2003) ao analisar o processo de desconcentração industrial esclarece que já na

década de 1920 existiam indústrias situadas no interior de São Paulo, contudo, o avanço da transferência das indústrias para o interior paulista se consolida a partir da década de 1960.

A desconcentração industrial resultou do processo que Corrêa (2001) define como deseconomias de aglomeração. Para o autor, a aglomeração geográfica do processo produtivo apresenta um limite, visto que pode originar o aumento constante do valor da terra, impostos e aluguéis; a maior oneração com o sistema de transportes e comunicação que dificulta a interação entre as empresas; a falta de espaço para ampliação da área física das indústrias e também a adoção de restrições legais impostas ao espaço que impossibilitam o crescimento das firmas.

Os elementos descritos por Corrêa (2001) como responsáveis pela formação das deseconomias de aglomeração se consolidaram na cidade de São Paulo, sendo que a partir da década de 1970, algumas indústrias abandonaram o território da capital do estado para buscar melhores condições de produção em cidades próximas geograficamente e, posteriormente, em outros estados.

O processo de desconcentração espacial aliado à existência de infraestrutura básica para recepção das indústrias possibilitou o avanço do crescimento urbano-industrial para Sorocaba, assim como para outros municípios situados na proximidade da cidade de São Paulo.

A atratividade econômica de Sorocaba também gerou um elevado crescimento demográfico para a cidade, especialmente a partir da década de 1980, como pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1 - Evolução da população absoluta de Sorocaba

POPULAÇÃO ABSOLUTA DE SOROCABA-SP ENTRE 1980 E 2016	
ANO	NÚMERO DE HABITANTES
1980	268.396
1985	314.101
1990	365.529
1995	426.861
2000	492.245
2005	540.256
2010	585.780
2015	623.739
2016	630.550

Fonte: Fundação SEADE (2017).

Segundo dados do IBGE, a população da Região de Governo de Sorocaba passou de 218.258 habitantes, em 1940, para 973.018, em 1991.

No final da década de 1970, se iniciou a construção do Palácio dos Tropeiros, sede da Prefeitura Municipal de Sorocaba, com a finalização e inauguração do prédio no ano de 1981. Mais tarde, com a mudança da Câmara Municipal de Sorocaba em 1999, a região se consolidou como o Centro Cívico de Sorocaba.

A localização da sede da prefeitura na zona Leste, mais precisamente na avenida Engenheiro Carlos Reinaldo Mendes, estimulou a fixação de novos empreendimentos comerciais e residenciais que ampliaram a ocupação da região.

Paralelamente à atratividade econômica e populacional de Sorocaba a partir da década de 1970, surge o processo de favelização no município, processo que demonstra a fragilidade do poder público municipal em ofertar infraestrutura e serviços essenciais para os habitantes da cidade.

Zimrmann (1992) afirma que “A favelização (em Sorocaba) ganhou sua dimensão numérica, segundo a Secretaria Municipal de promoção Social, apenas no final dos anos 70 e início dos 80, quando atingiu cerca de 2% da população urbana”.

O crescimento periférico em Sorocaba se direcionou, inicialmente, para a porção noroeste da cidade. Zimmerman (1992) explica que o fator impulsionador do espraiamento da cidade foi a ampliação do sistema viário para áreas mais distantes do centro.

Os novos eixos viários construídos ocasionaram a dispersão de loteamentos populares pela cidade de Sorocaba. Grande parte dos loteamentos construídos estavam situados em áreas posteriores a vazios urbanos e, conseqüentemente, com grande escassez de infraestrutura e serviços.

O adensamento das favelas na região noroeste de Sorocaba se tornou possível devido ao desinteresse do poder público e do setor privado na área durante as décadas de 1970 e 1980. Maricato (2002) promove uma reflexão sobre o processo de ocupação da periferia voltada à construção de favelas e submoradias, afirmando que:

As novas favelas e loteamentos ilegais surgem nas terras vazias desprezadas pelo mercado imobiliário privado. Não é por outro motivo que as favelas se multiplicam em áreas públicas, áreas ambientalmente frágeis sobre as quais incidem leis protecionistas como é o caso das áreas *non aedificandi* nas beiras dos córregos (Lei Federal 6. 766/79). Nas terras vazias situadas em regiões valorizadas pelo mercado imobiliário, até mesmo quando são públicas, a invasão

não é admitida. Aí o poder de polícia municipal é exercido e as normas se aplicam. (p. 83)

A análise de Maricato (2002) apresenta validade no caso de urbanização em Sorocaba. A instalação das favelas e dos loteamentos ilegais se deu em áreas abandonadas pelo poder público e que, muitas vezes, localizavam-se em áreas de proteção ambiental ou proteção permanente, como as margens dos rios e córregos.

Se na década de 1960 houve uma preocupação elementar do poder público municipal em tentar conter o avanço do espraiamento da cidade, nas décadas seguintes se percebe a expansão da periferia como uma importante estratégia compatível com a ascensão da reprodução do capital no espaço urbano.

O mecanismo adotado a partir da década de 1970 em Sorocaba foi o de esquecimento da periferia com relação à dotação de infraestrutura e serviços. As desigualdades intraurbanas ganharam proporções cada vez maiores.

O esquecimento da periferia impõe condições precárias de vida a grande parcela da população e acabou gerando a contradição entre a cidade legal e a cidade ilegal. Na periferia pobre de Sorocaba, os direitos básicos dos cidadãos não eram contemplados, com destaque para a zona Norte da cidade, na qual dominava um cenário de falta de iluminação pública, transporte público escasso e precário, presença de submoradias em locais com praticamente nenhum lazer e serviços.

A favelização em Sorocaba demonstra a exceção no desenvolvimento urbano. Apesar do poder público direcionar esforços para controlar o avanço desordenado da cidade, a presença de favelas em Sorocaba revela que não houve a implantação de programas habitacionais compatíveis com a reprodução da vida digna na cidade.

A década de 1980 foi marcada pela favelização concentrada na zona Norte de Sorocaba, destacando-se a maior ocupação dos bairros: Parque Laranjeiras, Jardim São Guilherme, Jardim Maria Antônia Prado e Parque São Bento.

Se por um lado a zona Norte era receptora da favelização, a zona Sul, segundo Barreto (2007), iniciava a comercialização de terrenos do bairro Campolim. Tal bairro se tornou na década seguinte, de 1990, um dos principais bairros da cidade com relação à quantidade e qualidade de infraestrutura e serviços.

A zona Oeste atraiu moradores e serviços na década de 1980 devido a inauguração da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo

(CEAGESP), em 1983 e, anteriormente, com a instalação da Fábrica da Coca-Cola (Sorocaba Refrescos), no ano de 1977.

A década de 1990 trouxe novas mudanças para o planejamento urbano de Sorocaba, destacando-se o embasamento nos ideais neoliberais do Planejamento Estratégico.

Se por um lado a zona Sul de Sorocaba alcançou o aumento de infraestrutura e serviços, com ênfase para o bairro do Campolim com a construção do Hipermercado Carrefour incorporado ao Esplanada Shopping Center, respectivamente nos anos de 1990 e 1991 (BARRETO, 2007), por outro, a zona Norte manteve um caráter de precariedade quanto aos equipamentos urbanos, mas com o início do despertar do interesse público na periferia, sobretudo no final da década de 1990.

O despertar de periferia na zona Norte de Sorocaba não significou, porém, a dotação de infraestrutura e serviços básicos para a reprodução da vida aos seus habitantes. Muito pelo contrário, convergiu com políticas públicas que ampliaram a contradição entre a cidade legal e a ilegal.

A política habitacional adquiriu relevância na década de 1990 por meio da construção de conjuntos habitacionais de interesse social voltados principalmente para a zona Norte de Sorocaba.

Meira (2005) fez um levantamento das unidades habitacionais construídas pela CDHU e comercializadas em Sorocaba entre os anos de 1994 e 1998. Os bairros que foram beneficiados com as moradias foram: o Parque Vitória Régia, localizado na zona Norte, com 1056 unidades horizontais no período, a Vila Fiori, também situada na zona Norte, com 320 unidades verticais e o Jardim Ipatinga, na zona Oeste, com 608 unidades verticais.

A construção de unidades habitacionais de interesse social, entretanto, não significou o avanço das condições de vida nos bairros. A preocupação do poder público se direcionava quase que exclusivamente ao morar, relegando o habitar, que exige melhorias de infraestrutura e serviços essenciais para a reprodução da vida na cidade.

A intenção primordial do governo municipal no final da década de 1990 era promover o planejamento pautado no higienismo social, e simultaneamente, a incorporação da possibilidade de reprodução do capital em tais áreas.

É assim que os ideais do mercado imobiliário se adentram na gestão urbana pública, conferindo problemas urbanos típicos da sobreposição dos interesses privados

aos públicos. Consolidou-se, então, a reprodução do capital com grande interesse do mercado imobiliário e permissividade do poder público¹⁴.

O novo modelo de planejamento incorporado pelo poder público e aplicado pelo mercado imobiliário estimulou a especulação imobiliária juntamente com a segregação socioespacial em detrimento das condições de vida da população de menor poder aquisitivo.

Os interesses empresariais que passaram a direcionar o planejamento urbano a partir da década de 1990 em Sorocaba tornaram o espaço urbano ainda mais desigual. A exceção aumentava com o respaldo da suspensão de alguns direitos dos habitantes da cidade.

Figura 5 - O urbano ornitorrinco de Sorocaba



Fonte: Felipe Comitre (2017).

14 O interesse do poder público em promover o crescimento periférico em Sorocaba entre o final de década de 1990 e início de 2000 foi analisado por Comitre (2010). A pesquisa revelou como o poder público, mais especificamente o prefeito da cidade, incorporou políticas de interesse social, com ênfase na habitação, para conquistar benefícios próprios, fomentando ainda mais os problemas urbanos em Sorocaba.

O urbano de Sorocaba passou a adquirir ainda mais o formato do ornitorrinco: a verticalização originada no bairro Campolim a partir da década de 1990 coexistia com os barracos do Habiteto no mesmo momento histórico. A contradição entre pobreza e a riqueza existe na cidade até os dias de hoje, bairros ricos se distanciam de bairros pobres e, mais recentemente, a contradição é verificada no interior dos próprios bairros.

A figura 5 demonstra as diferentes paisagens pelos fragmentos urbanos de Sorocaba. A sequência das imagens, do canto superior esquerdo até o canto inferior direito, revelam as características socioespaciais dos seguintes bairros: Habiteto, Jardim São Carlos, Campolim, novamente o Campolim e bairro dos Morros.

A entrada do século XXI significou a manutenção e ascensão dos ideais mercadológicos de planejamento urbano em Sorocaba. A atuação do poder público em diversos segmentos da cidade se aproxima dos ideais privados com a intenção de gerar mais reprodução do capital no espaço urbano.

A zona Norte continuou a se expandir na década de 2000, sendo ocupada majoritariamente pela população de piores rendimentos. A região continua sendo útil para afastar a população mais pobre dos outros fragmentos urbanos ocupados pela população de melhores rendimentos.

A zona Leste também vem se transformando de acordo com as exigências do Planejamento Estratégico. Assiste-se a uma verdadeira disseminação de enclaves fortificados residenciais na região. O processo de enclausuramento entre as pessoas de melhor poder aquisitivo ganha força na região desde o final da década de 1990, tornando-se mais frequente nos dias de hoje.

Vários são os enclaves fortificados que se instalaram na zona Leste, podendo ser mencionado o Granja Olga I, II e III, o Rancho Dirce, o Village Saint Claire e o Residencial Vilazul.

Os enclaves fortificados não são exclusividades da zona Leste de Sorocaba, a zona Sul, Oeste e até mesmo a zona Norte são quase que diariamente transformadas por meio da construção de condomínios residenciais e *shopping centers*.

A zona Sul, que já contava com o Esplanada Shopping, passou, a partir de 2013, a contar com o Shopping Iguatemi-Esplanada. Na região sul, os serviços voltados à população de alta renda são inaugurados quase que diariamente, entretanto, muitos também fecham as portas, sobretudo, pelos preços do aluguel e do terreno na região.

A situação da zona Sul, materializada especialmente no bairro Campolim, revela o que Carlos (2001) define como o espaço amnésico ligado ao tempo efêmero, já que os referenciais que transmitem a identidade à população são destruídos mediante as necessidades do capital em um ritmo veloz tão característico da sociedade contemporânea na cidade do capital, regida pelo Planejamento Estratégico.

A criação de enclaves fortificados em Sorocaba será analisada no capítulo 4.4., tendo como enfoque as transformações na forma de apropriação do espaço e as consequências para a estrutura urbana e para a sociedade.

As contradições urbanas que se ampliaram nas cidades brasileiras a partir da segunda metade do século XX também se materializaram no espaço urbano sorocabano. A dotação diferencial de infraestrutura pelos fragmentos urbanos se tornou comum em Sorocaba, especialmente a partir das últimas décadas do século XX.

A consequência foi a formação do mosaico urbano, caracterizado por Corrêa (2001) como a divisão do espaço urbano em áreas que possuem heterogeneidade quanto aos equipamentos urbanos. Em alguns bairros de Sorocaba, é possível se deparar com a concentração de infraestrutura e serviços, enquanto em outros, o abandono e o descaso público é quase que total.

Outro fator recente que merece ser analisado e que se associa ao contexto da urbanização de Sorocaba é a polarização de serviços, equipamentos público e privado no contexto regional. A centralidade regional de Sorocaba se tornou mais evidente com a criação da Região Metropolitana de Sorocaba, em maio de 2014, por meio da Lei Complementar 1.241/2014, sancionada pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

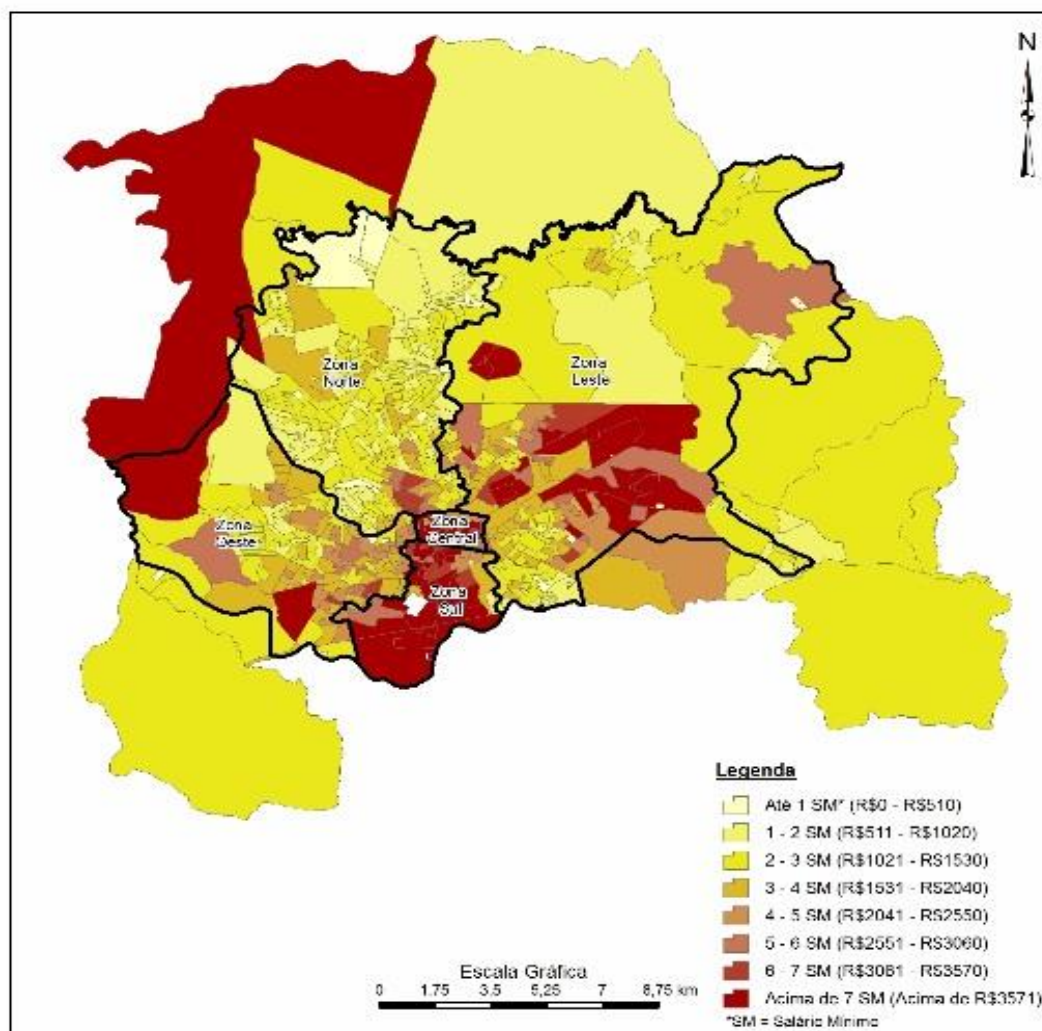
A consolidação da Região Metropolitana de Sorocaba apresenta suas origens a partir do processo histórico de formação e desenvolvimento econômico do município, remetendo-se aos períodos do tropeirismo, da produção de algodão e da industrialização.

A Região Metropolitana de Sorocaba é formada por 26 municípios, possui uma população de aproximadamente 1,7 milhões de habitantes, tendo uma economia de destaque com o Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente 50 bilhões de reais, o que representa 4% do PIB total do estado de São Paulo (CEPAM, 2014).

barreiras para o cumprimento das diretrizes inerentes ao estabelecimento de uma região metropolitana.

A heterogeneidade socioeconômica existente na RM de Sorocaba também é verificada no interior da cidade sede. A cidade de Sorocaba apresenta diversidade quanto à distribuição de infraestrutura e serviços pelo seu espaço urbano, existindo áreas altamente desenvolvidas e com grande quantidade de equipamentos coletivos e serviços privados, mas também áreas que apresentam déficit quanto à infraestrutura essencial para a reprodução da vida.

Mapa 3 - Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes em Sorocaba-SP



Fonte: IBGE (2010). Elaborado por Felipe Comitre.

O destaque de Sorocaba no atual contexto regional não é sinônimo de qualidade de vida para toda a sua população. A exceção se enraíza no espaço intraurbano de Sorocaba e em sua relação com os demais municípios da região metropolitana, visto que o município apresenta grande desigualdade social em seu território, sobretudo no extremo norte da Zona Norte da cidade, que apresenta um Índice Paulista de Vulnerabilidade Social¹⁵ considerado muito alto (IPVS, 2010).

O mapa 3 é útil para se compreender o Índice de Vulnerabilidade Social na cidade de Sorocaba, isto porque os dados de renda média por domicílio, disponibilizados pelo Censo Demográfico de 2010, revelam a concentração de renda nas áreas da Zona Sul e, em contrapartida, os piores indicadores na Zona Norte de Sorocaba.

O histórico da urbanização em Sorocaba demonstra que algumas áreas tiveram mais investimentos que outras. Além disso, os aspectos econômicos, culturais e ambientais influenciaram no desenvolvimento urbano da cidade.

Ultimamente, principalmente a partir da década de 1990, assiste-se a um processo de valorização do privado em detrimento do serviço público. Fator esse que estimula ainda mais a desigualdade entre os moradores de Sorocaba e de sua Região Metropolitana.

A compreensão do processo histórico de formação e desenvolvimento de Sorocaba possibilita a inserção de novas reflexões sobre os interesses atuais de planejamento urbano e as possibilidades futuras.

No capítulo 4, serão analisadas as principais políticas públicas de Sorocaba que alavancam o estado de exceção na cidade, tendo como pano de fundo os ideais do novo urbanismo militar que vem sendo inserido no planejamento da cidade, enfatizando o período entre os anos de 1997 e 2016.

¹⁵ O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), criado pela fundação SEADE, condiz com um instrumento para avaliar e auxiliar políticas públicas por meio da identificação de áreas que se encontram mais vulneráveis à pobreza. Utilizando-se de dados do Censo Demográfico, tendo início o Censo Demográfico de 2010, o IPVS usa os critérios socioeconômicos e demográficos para classificar as áreas intramunicipais em seis grupos de vulnerabilidade social. (FERREIRA; DINI; FERREIRA, 2006)

2. A RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA, MEDO E ESPAÇO URBANO: ABORDAGENS CONCEITUAIS

O reconhecimento da correlação entre violência e espaço urbano fornece embasamento para a compreensão da interferência da criminalidade e da violência nas formas de reprodução das relações sociais e, conseqüentemente, nos modelos de se planejar e gerir as cidades.

A violência urbana assola grande parte das cidades espalhadas pelo mundo, independentemente de estar situada no mundo desenvolvido ou subdesenvolvido. Porém, existem diferenças quanto aos tipos de violência que prevalecem em determinados territórios e, além disso, dos mecanismos adotados para a contenção da criminalidade. As estratégias de atenuar a violência estão vinculadas aos interesses e práticas do Estado, seus agentes repressores e pela própria sociedade.

Apesar de ser comumente empregada em discursos cotidianos, a violência urbana condiz com um conjunto de práticas complexas que afetam diretamente o sentimento de segurança dos habitantes.

Silva (2004) explica que:

Analizada em seus conteúdos de sentido mais essenciais, a representação da violência urbana seleciona e indica um complexo de práticas que são consideradas ameaças a duas condições básicas do sentimento de segurança existencial que costuma acompanhar a vida cotidiana rotineira – integridade física e garantia patrimonial. Ela aponta para o crime comum, mas o foco de atenção é a força nele incrustada, a qual é definida como responsável pelo rompimento da "normalidade" das rotinas cotidianas, isto é, de seu caráter cognitivo e axiologicamente não problemático e moralmente lícito. Esta é a razão pela qual violência urbana não é simples sinônimo de crime comum nem de violência em geral. (p. 3)

Ao analisar a questão da violência urbana não se deve, portanto, limitar o enfoque à análise ao crime comum. Percebe-se que a violência urbana exige uma reflexão que contemple um reconhecimento dos fatores que estão ocasionando a anulação da integridade física e da garantia patrimonial do cidadão e como isso afeta o seu cotidiano.

Carneiro (2010) analisa a violência como sendo:

[...] a representação de uma relação social inegociável, porque atinge, no limite, a condição de sobrevivência, material ou simbólica, daquele

que é atingido pelo agente da violência. A violência se consoma com o uso da força física ou da coação moral que acarreta em dano, impedindo o reconhecimento do outro: pessoa, classe, gênero ou raça, consequentemente, lesiona a sociedade democrática. (p. 264)

A concepção de Carneiro (2010) sobre violência possibilita relacionar a sua existência com a limitação da sociedade democrática e com o avanço das práticas de controle social. Assim, a violência incide um processo de força física ou coação moral que implica diretamente na sobrevivência da população.

Ambos os autores, Silva (2004) e Carneiro (2010), associam a violência a práticas que transcendem o crime comum. Tais autores acreditam que a violência afeta a sobrevivência física, patrimonial e simbólica dos indivíduos, fator responsável por alterar a dinâmica cotidiana das relações sociais, consequentemente, na reprodução do espaço urbano.

A violência precisa também ser interpretada pelo viés simbólico, pois ela está enraizada em discursos sociais, jurídicos e midiáticos. A violência simbólica está presente também no patrimônio histórico urbano, como por exemplo, os monumentos presentes nas cidades que, geralmente, remetem a períodos de conquistas que enaltecem os vitoriosos, por exemplo, valorizam os bandeirantes e os portugueses em detrimento dos indígenas e escravos.

A compreensão simbólica do espaço urbano é esclarecida por Lefebvre (2001, p. 63-64), que afirma que na cidade há muito mais que produção e consumo de objetos e coisas, “Consome-se tanto os signos quantos os objetos: signos de felicidade, de satisfação, do poder, da riqueza, da ciência, da técnica etc”.

Ao entender que a violência adquire um sentido simbólico nas relações sociais, é possível verificar a sua interferência na reprodução e consumo do espaço urbano. A análise de Corrêa (2001) contribui para relacionar a violência com a reprodução do espaço, até mesmo à violência simbólica. Para o autor, o espaço urbano é fragmentado e articulado; reflexo da sociedade; condicionante social; campo simbólico e campo de lutas.

A interferência do simbólico na reprodução do espaço urbano é esclarecida por Corrêa (2001, p. 150-151): “O espaço urbano torna-se, assim, um campo simbólico que tem dimensões e significados variáveis segundo as diferentes classes e grupos etário, étnico etc. Este é o quinto elemento de sua apreensão”.

A análise de Corrêa (2001) permite entender que as crenças, os valores, os mitos, as utopias e os conflitos são materializados na cidade sob diferentes formas, como os monumentos, os locais sagrados e as ruas dotadas de simbologia que afetam as relações cotidianas desenvolvidas no espaço.

A violência simbólica se instaura de diferentes maneiras no espaço urbano, por exemplo, pela classe social de melhor poder aquisitivo, que associa comumente o pobre à violência. Ou até mesmo as construções das periferias caracterizadas pelos barracos e ruelas que são relacionadas a uma verdadeira zona de guerra. Por outro lado, nos bairros mais elitizados as construções são caracterizadas, por grades altas, cercas elétricas, portarias exclusivas, guardas particulares nas ruas que estão relacionadas, muitas vezes, ao sentimento do medo.

O reconhecimento da reprodução do espaço pelo viés metodológico de Carlos (2001) também é útil para compreender a relação direta e indireta entre violência urbana e espaço urbano. A análise de Carlos (2001) sobre o espaço urbano, isto é, como produto, meio e condição das relações sociais, permite afirmar que a violência interfere nas relações sociais e, conseqüentemente, na reprodução do espaço urbano.

É importante entender que o espaço urbano, no contexto da militarização urbana, torna-se cada vez mais produto das relações mediadas pela violência. Por outro lado, deve-se compreender que o espaço também é um gerador¹⁶ de violência.

Para Melgaço (2010):

O espaço não só recebe uma ação humana como age num movimento de rebatimento dialético. Mais do que reflexo da sociedade, o espaço é a própria sociedade e é produtor de sociedade. Por extensão desse raciocínio, é possível dizer que o espaço tanto recebe violências quanto promove violências, o que clarifica a importância da Geografia para o estudo desse tema. (p. 41)

O movimento dialético entre violência e relações sociais, mencionado por Melgaço (2010), comprova que a modelagem do espaço urbano pode fortalecer as práticas violentas, isto é, o próprio espaço pode ser um indutor de violência para determinados indivíduos.

¹⁶ Em sua dissertação, Sampaio (2011), aborda a urbanização capitalista, essencialmente, como um processo violento.

Ao mesmo tempo em que a violência urbana estabelece o surgimento de novas relações sociais, a sua existência também é responsável pelo direcionamento de políticas públicas e estratégias que visam combater a sua ascensão.

Ao analisar a questão da violência urbana, Souza (2008) afirma não ser possível desconsiderar a interferência da violência e do medo na reprodução do espaço urbano. Para o autor, tanto a violência quanto o medo incidem na transformação social, econômica e espacial das cidades, isto é, na reprodução das relações sociais e, por conseguinte, na modelagem do espaço urbano.

Souza (2008), usando a base teórica de Wehrheim (2002) e Marcuse (2004), afirma que:

[...] é no mundo todo, inclusive na Europa, que se pode já perceber que a problemática da (in)segurança pública, tendo por pano de fundo o medo generalizado, se vai convertendo em um formidável fator de (re)estruturação do espaço e da vida urbanos. (p. 33)

A presença do medo e da violência é atualmente cada vez mais responsável por direcionar as relações sociais, bem como as políticas públicas implantadas nas cidades. As políticas relacionadas à questão da segurança pública se distinguem pelo globo, sendo possível se deparar com os países que estimulam medidas repressivo-penais; os que adotam campanhas pró ou anti-desarmamento da população; os que ampliam os monitoramentos das vias públicas; e os que incorporam políticas de criminalização, descriminalização ou legalização do uso de drogas.

Antes de refletir sobre as táticas utilizadas pela segurança pública, é fundamental analisar o próprio conceito de segurança, já que o termo utilizado cotidianamente apresenta interpretações diversas.

Melgaço (2010) elabora uma análise com o intuito de diferenciar os conceitos de segurança, insegurança e riscos. Para o autor, a segurança apresenta uma relação direta com a insegurança e com a inexistência de riscos. Ainda de acordo com Melgaço (2010), risco consiste na probabilidade de sofrer uma violência, já a insegurança apresenta um caráter mais subjetivo, pois se relaciona com o sentimento de tranquilidade com relação à violência. Dentro deste contexto, a segurança é alcançada mediante a ausência de insegurança e da inexistência de risco real de violência.

A definição de segurança defendida por Melgaço (2010) se fundamenta em um aspecto subjetivo. Isso porque a sensação de ameaça, típica de insegurança, possui variações que se remetem a diferentes tempos, lugares e sociedades.

A segurança pública também foi analisada por Melgaço (2010), que alertou que ela não se limita as instituições relacionadas à manutenção da ordem pública e nem a ideia de justiça. Segundo Melgaço (2010, p. 63), “a segurança pública está intrinsicamente ligada à questão de ordem”. Mas a ordem está associada a diferentes instituições, assim como aos cidadãos.

A análise da segurança pública nessa tese busca, portanto, identificar as imposições do poder público que resultam no estabelecimento da ordem em determinado espaço, mas que também considera a interferência das atuações dos indivíduos e da sociedade civil organizada.

A compreensão do espaço urbano requer, na cidade norteadada pelo novo urbanismo militar, a análise da interferência da violência e da (in)segurança nas relações sociais e, conseqüentemente, na reprodução do espaço.

Nos próximos subcapítulos serão debatidos sobre a concepção geográfica da violência, demonstrando um breve histórico de como a violência direcionou as relações sociais e a reprodução das cidades. Além disso, será analisada a interferência do medo na reprodução do espaço, enfatizando que a formação de um estigma contra determinados membros da sociedade pode contribuir com a criminalização de determinados grupos e da busca pelo seu isolamento no espaço urbano. Tal questão será aprofundada por meio do estudo de caso da cidade de Sorocaba.

2.1. A VIOLÊNCIA NA CONCEPÇÃO GEOGRÁFICA: ANÁLISE DE SUA INTERFERÊNCIA NA REPRODUÇÃO DO ESPAÇO

A violência e a humanidade sempre caminharam lado a lado. Desde as mais remotas civilizações humanas se reconhecem práticas que eram adotadas e que conferiam atos de ameaças a determinados indivíduos ou grupos da sociedade.

A violência, que juridicamente condiz com o uso da força física ou do emprego da intimidação moral contra alguém, é inerente a evolução da humanidade. Logicamente que os atos de força e intimidação passaram por constantes transformações até os dias de hoje devido às diferenças sociais, econômicas, culturais e ambientais que permeiam as sociedades.

Apesar da concepção jurídica sobre a violência, deve-se salientar que o conceito de violência transcende tal esfera. A compreensão sobre o conceito de violência exige uma visão que respeite sua multiplicidade, isto é, que incorpore práticas de coerção que culminam na ameaça à sobrevivência existencial, material e simbólica do indivíduo, como defendem os autores Silva (2004) e Carneiro (2010).

A visão unipolar sobre a violência pautada no segmento jurídico não revela as práticas ocultas do fenômeno que são inerentes ao espaço. A compreensão da interferência da violência na reprodução do espaço exige a revelação das violências mais sutis, como a privação de direitos humanos, assim como do direito à cidade. Tais formas de violência serão analisadas de forma aprofundada no capítulo 4.

Melgaço (2010) contribui com a análise sobre as formas de violência, alertando que até mesmo o planejamento urbano pode se caracterizar como uma prática violenta, especialmente quando privilegia a segregação socioespacial e a especulação imobiliária em detrimento do cidadão.

A análise da violência por meio da concepção geográfica condiz com uma análise ampla, que evita o reducionismo entre o bem e o mal ou o certo e o errado. A perspectiva da Geografia para a compreensão da violência não se limita pela espacialização de violências executadas no espaço, precisa-se também revelar as formas de violência provocadas pelo próprio espaço.

É indiscutível o destaque da Geografia na espacialização da violência, contudo, o seu método pode contribuir de forma mais aprofundada para a compreensão do tema, sobretudo por meio da reflexão sobre a atuação dos principais agentes produtores do espaço, como o Estado, o mercado imobiliário e as distintas classes sociais. A análise

precisa permitir a compreensão das relações sociais desenvolvidas no espaço e as políticas públicas implantadas que originam e estimulam as práticas violentas.

As relações sociais desenvolvidas nas cidades são mediadas pelos agentes de produção do espaço. Existe uma hierarquia entre os agentes e, assim, é possível definir os agentes hegemônicos e não hegemônicos de produção do espaço.

Os agentes hegemônicos de produção do espaço mudam de acordo com o contexto histórico, sobretudo devido aos principais condicionantes do momento. Aspectos como interesses políticos, econômicos, culturais, sociais e ambientais são responsáveis por conferir novas dinâmicas de reprodução do espaço. Vale destacar que as características de cada civilização e sociedade vão se materializando no espaço ao decorrer do tempo.

Carlos (2001) afirma que:

Lugar onde se manifesta a vida, o espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda sua multiplicidade. Reproduzindo ao longo de um processo histórico ininterrupto de constituição da humanidade do homem, este é também o plano da reprodução. Ao produzir sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço. (p. 11)

A afirmação de Carlos (2001) defende que o espaço é produto, condição e meio das relações sociais, o que comprova uma relação dialética entre sociedade e espaço. As relações sociais em conjunto com os aspectos políticos, econômicos, culturais e ambientais que predominam em determinado período afetam na modelação das cidades.

A compreensão da tríade condição, meio e produto é essencial para a análise dos principais agentes que transformam o espaço, embora exista uma constante transformação dos interesses e atores hegemônicos. Sob esse aspecto, a violência pode também ser analisada como influenciadora das relações sociais e do desenvolvimento das cidades.

O espaço como produto da violência se concretiza, pois, as relações dotadas de violência são materializadas nas cidades. O espaço também se torna condição da violência quando as suas estruturas já definidas, oriundas de momentos e planejamentos anteriores, geram ações violentas aos seus habitantes, como a exclusão e a segregação socioespacial, que serão analisadas no decorrer da tese. Finalmente, a compreensão do espaço como meio da violência se consolida quando se entende que as práticas violentas são nele realizadas.

O reconhecimento da relevância da violência na compreensão da reprodução do espaço legitima o estudo pelo viés geográfico. A relação entre violência e espaço, originada das relações sociais, possibilita uma reflexão aprofundada das causas e consequências da violência para a sociedade e, conseqüentemente, para as características da estrutura urbana.

As primeiras cidades que surgiram ao redor do mundo comumente eram influenciadas pela violência, sendo que muitas delas se assemelhavam propriamente a construções militares. O receio de guerra, a defesa do território e de sua população estimulou a adoção de um modelo de cidade que tinha na proteção o aspecto principal para a sua consolidação.

Um breve contexto histórico entre violência e reprodução do espaço permite a compreensão de como as civilizações enfrentavam o problema e quais alternativas eram estabelecidas pelos responsáveis pelo ordenamento do espaço em cada período.

É importante relatar que a análise das práticas de violência em distintas civilizações não tem o intuito de seguir um rigor cronológico e conceitual da História. A intenção se atenta à concepção geográfica, especialmente a de relacionar práticas violentas com a reprodução do espaço, destacando marcos temporais que atestam o aprofundamento da situação de violência nas cidades. Esse movimento do pensamento geográfico visa a servir como embasamento para se alcançar uma compreensão dos motivos para a existência da violência nas cidades contemporâneas e as principais formas de atuação pelos agentes de planejamento na busca pela sua contenção.

A contextualização apresentada nesta tese busca demonstrar as formas de violência instauradas em distintas civilizações, e não os tipos de crimes. Aliás, a diferenciação entre crime e violência é abordada oportunamente por Melgaço (2010), que afirma:

Considerar a violência como sinônimo de crime é reduzir a discussão apenas àqueles atos que a lei prevê. A violência, conforme as definições citadas anteriormente, encerra uma ideia mais ampla. A confusão também não se justifica pelo fato de que nem todos os crimes são necessariamente violentos e nem todas as violências são institucionalizadas na forma de crime. (p. 59)

De acordo com Melgaço (2010), o crime se limita às infrações à lei, já a violência é mais ampla e transcende os aspectos legais. Deste modo, a análise da violência se aproxima mais com o objeto de estudo da Geografia, visto que busca

esclarecer todas as práticas de repressão no espaço que também não estão previstas nas legislações, mas que afetam na dinâmica do espaço.

A contextualização histórica enfatizou algumas formas de violações estabelecidas aos habitantes em determinados momentos, destacando-se o não cumprimento de direitos elementares, sobretudo os civis, como a vida e a liberdade de ir e vir, e os culturais, relacionados ao desrespeito das diferentes etnias, crenças e valores da sociedade.

O intuito não é demonstrar apenas a violência que na época já se caracterizava como prática criminosa e juridicamente passível de punição, isto porque o Direito não foi contemplado de forma uniforme em todas as civilizações ao mesmo tempo. Cada sociedade, até os dias de hoje, apresenta códigos, estatutos, decretos e leis que se diferem das demais. Deste modo, o relato histórico visa contemplar também as práticas que não estavam presentes nos códigos penais que norteavam a conduta das civilizações, portanto, a análise feita é sobre a violência e não sobre os crimes.

O resgate histórico não visa a se ater a um conceito único de violência, mas ao de relacionar acontecimentos históricos em distintas civilizações que deflagraram prejuízos humanos a determinadas etnias e classes sociais e que, conseqüentemente, incorporaram novas premissas para a reprodução do espaço, outrora predominantemente rural e, nas últimas décadas, com maior influência do urbano.

Na civilização grega, a mitologia apresentava grande relevância, pois a proteção do indivíduo, da sociedade e da cidade era relacionada com os deuses, sobretudo Zeus. Tal crença, que também incorporava o viés da segurança, levou a edificação da Acrópole de Atenas¹⁷ e suas construções, como o Partenon.

Práticas que hoje são consideradas como violentas estiveram presentes na civilização grega, como a distinção entre homens livres e os escravos. Existia, na época, uma clara diferenciação de classes e direitos, gerando um espaço repressor com a utilização de técnicas coercitivas e de exclusão social.

As estratégias de policiamento tão disseminadas no mundo contemporâneo já estavam presentes na sociedade em Atenas. Le Goff (1998) descreve que os arqueiros

¹⁷ A Acrópole de Atenas, construída aproximadamente em 450 a.C., destinava-se a efetivação de aspectos simbólicos e de proteção da civilização. A simbologia era oportunizada por meio da construção de um templo voltado à deusa Atenas, já a questão da segurança era alcançada devido à posição estratégica da Acrópole, situada nas partes mais elevadas da cidade o que permitia a contenção de possíveis invasões. (MOSSÉ, 2004).

eram os responsáveis por garantir a segurança da cidade, impedindo os ataques dos inimigos.

A questão dos indivíduos responsáveis pela segurança em Atenas também apresenta uma similaridade com os indivíduos que cumprem a mesma função nas cidades contemporâneas. Segundo Le Goff (1998), os arqueiros eram pessoas, geralmente, menosprezadas pela sociedade. O que também ocorre em várias partes do mundo, principalmente no Brasil, visto que os policiais são inferiorizados pelos governantes, por meio da deterioração das condições de trabalho e pelos habitantes que não acreditam na eficiência da polícia.

Durante a Idade Média, era comum a existência de práticas violentas que adquiriam força pelas características de organização do espaço, da sociedade e da política. O sistema feudal possibilitou a reprodução do espaço intrafeudal voltado aos interesses dos agentes hegemônicos da época, isto é, favorecendo os interesses dos senhores feudais em detrimento dos servos.

O espaço no interior do feudo indicava para cada indivíduo o seu lugar, de acordo com a posição na hierarquia social. O intuito da divisão era organizar a manutenção do feudo e garantir a segurança intrafeudo. Mas a questão da segurança não se limitava à organização interna do feudo, isto porque os senhores feudais buscavam isolar o feudo das invasões bárbaras por meio da construção de muros juntamente com a presença de um aparato militar de sua responsabilidade.

Le Goff (1998) realiza uma análise sobre a questão da segurança nas cidades medievais, tornando-se possível estabelecer uma relação com as estratégias utilizadas hoje nas cidades. A descrição dos aparatos de segurança mencionada por Le Goff (1998) se assemelham em muitos aspectos aos enclaves fortificados tão presentes nas cidades militarizadas de hoje, como pode ser observado adiante:

A cidade da Idade Média é um espaço fechado. A muralha a define. Penetra-se nela por portas e nela se caminha por ruas infernais que, felizmente, desembocam em praças paradisíacas. Ela é guarnecida de torres, torres das igrejas, das casas dos ricos e da muralha que a cerca. Lugar de cobiça, a cidade aspira à segurança. Seus habitantes fecham suas casas à chave, cuidadosamente, e o roubo é severamente reprimido. (p. 71)

A severa repressão ao roubo, sobretudo ao relacionado à violação do domicílio, consistia numa prática altamente desenvolvida na Idade Média. O principal mecanismo

de defesa encontrado no período era o de trancar as portas das casas, o que já conferia um modelo de acentuar o isolamento e o contato com os diferentes, além de evitar a atuação dos bandos que disseminavam o medo naquele contexto histórico (LE GOFF, 1998).

O espaço na Idade Média, como consequência do medo e da violência representados pela existência dos bandos, caracterizou-se por apresentar uma arquitetura amplamente militarizada, destacando-se as muralhas que tinham a função de afastar os indesejáveis.

Durante a colonização da América, período das Grandes Navegações, o conflito e a desigualdade entre conhecimentos de guerra marcaram o contato entre os índios da América Latina e os colonizadores espanhóis e portugueses, havendo severas consequências para o espaço geográfico.

Galeano (2012) demonstrou de forma brilhante as atrocidades cometidas pelos europeus aos indígenas. Em um dos relatos o autor afirma que:

Muitos indígenas da Dominicana se antecipavam ao destino imposto por seus novos opressores brancos: matavam seus filhos e se suicidavam em massa. O cronista oficial Fernández de Oviedo assim interpretava, em meados do século XVI, o holocausto dos antilhanos: “Muitos deles se matavam com veneno para não trabalhar, e outros se enforcavam com suas próprias mãos”. (p. 34)

A violência cometida pelos europeus mudou completamente as relações sociais presentes na América Latina e, conseqüentemente, alterou substancialmente as formas de reprodução do espaço. As técnicas e ações indígenas foram violentamente suprimidas em prol do desenvolvimento que seguia às exigências dos colonizadores europeus.

De acordo com Bethell (2004, p. 42), “Algumas cidades nativas desapareceram totalmente, às vezes os espanhóis fundaram novos centros urbanos”. Fica evidente com o relato do autor que os colonizadores adotavam técnicas de dominação contra os principais impérios existentes na América Latina, como o Inca e o Asteca.

Vários recursos eram utilizados para impor novas relações aos habitantes da América Latina, como os voltados aos aspectos econômicos e religiosos (BETHELL, 2004).

A principal prática que originou a transformação do espaço na América Latina era legitimada pela missão religiosa que os europeus e os padres jesuítas tinham contra

o vasto império do diabo¹⁸ que existia na América. O objetivo divulgado era a eliminação das técnicas hereges realizadas pelos indígenas para, posteriormente, possibilitar que tal civilização passasse servir a deus. Mas outro fator é que impulsionava as ríspidas relações entre colonizadores e colonizados: a presença de riquezas que fomentavam o capitalismo mercantilista (GALEANO, 2012).

Galeano (2012) demonstrou que a riqueza de metais preciosos no continente americano, representada pelo mundaréu de ouro e prata, despertou a cobiça dos colonizadores e a prática de ações violentas contra os indígenas se fez presente para os europeus alavancarem a sua economia.

O espaço geográfico na América Latina foi então se modificando de acordo com os interesses das metrópoles europeias, tornando as monarquias absolutistas e a Igreja Católica os principais agentes hegemônicos de reprodução do espaço no período histórico.

As relações sociais materializadas nas cidades e vilas habitadas pelos indígenas, como os incas, maias e astecas, solaparam em prol das novas práticas comandadas pelos europeus. As poucas áreas que resistiram às intervenções europeias na América Latina, como as ruínas de Machu Picchu, ainda preservam alguns mecanismos de dominação e violência contra a civilização inca.

Primeiramente, por creditar a descoberta da cidade ao pesquisador norte-americano Hiram Bingham em 1911. Informação contestada por vários historiadores que afirmam que Machu Picchu já era reconhecida pelos peruanos. Outra forma de dominação e violência contra a civilização inca está relacionada com os artefatos encontrados em Machu Picchu, isto porque eles foram enviados por Bingham para a Universidade de Yale, nos Estados Unidos. Atualmente, a maior parte dos objetos encontrados nas ruínas de Machu Picchu está exposta em museus nos Estados Unidos e na Europa, o que comprava a dominação do povo latino-americano até os dias de hoje. (SANTOS, 2013)

No Brasil Colônia, a preocupação primordial com a segurança se enraizava na manutenção dos privilégios da elite local. A segurança no período era almejada pelos detentores do poder, mais precisamente pelos capitães-donatários, que eram os responsáveis pela proteção e desenvolvimento das capitanias hereditárias.

¹⁸ O termo império do diabo é designado na obra de Galeano (2012) para relatar a estratégia dos colonizadores de impor uma missão contra a heresia dos nativos, concomitantemente, a possibilidade de explorar as riquezas do local.

A obra de Fausto (1995) demonstra de forma elucidativa a história do Brasil, revelando os principais aspectos sociais, econômicos e culturais presentes em determinados períodos históricos que influenciaram na formação do país e nas condições existentes atualmente.

Fausto (1995) demonstra que muitas capitanias entraram em declínio devido a múltiplos fatores, destacando-se a falta de recursos, os desentendimentos internos e pelos ataques promovidos pelos índios.

A questão da violência, marcada pela ação beligerante entre capitães-donatários e índios, e vice-versa, impactou diretamente nas condições de desenvolvimento econômico das capitanias hereditárias. Fausto (1995, p. 25) afirma que “[...] não por acaso, as mais prósperas combinaram a atividade açucareira e um relacionamento menos agressivo com as tribos indígenas”.

A temática da violência não se limitou aos conflitos entre donatários e indígenas no Brasil Colônia, já que a questão do trabalho ampliou a violência para outros segmentos. O trabalho obrigatório a determinadas etnias e a força imposta para a manutenção da atividade laboral incidiam em práticas altamente violentas.

O trabalho compulsório presente no Brasil Colônia foi regra em toda a América Latina (FAUSTO, 1995). No Brasil, a escravidão utilizou-se primeiramente da mão de obra indígena e, posteriormente, da africana. As duas etnias sofreram um controle social imposto pelos agentes hegemônicos do período mediante o uso excessivo da violência, principalmente contra os escravos, que eram considerados seres inferiores.

O espaço geográfico brasileiro foi produzido seguindo o modelo de distribuição de terra existente no momento, com a doação das capitanias hereditárias sob o regime das Sesmarias. Porém, o que se deve salientar é a organização do espaço dentro das capitanias, e mais precisamente no interior das fazendas de engenhos de açúcar existentes no Nordeste brasileiro.

O receio com a possibilidade de ataques de negros e índios fez com que os senhores de engenho estabelecessem estratégias de reprodução do espaço no interior da fazenda que garantissem a sua segurança e a de sua família. O plano consistiu na fragmentação do espaço da fazenda segundo a classe social e o trabalho (FREYRE, 2013).

A preocupação em fragmentar o espaço da fazenda e destinar cada parte para uma função, considerando o risco da violência principalmente por parte dos explorados,

foi essencial para a manutenção da ordem no interior das fazendas. Tais relações e seus detalhes foram abordados por Freyre (2013). Nesse relato de uma época, centrada em forma específicas de produção, fica claro, o espaço sendo produzido, consistindo em meio e condição para que as relações de produção, baseada no escravismo, continuassem a se reproduzir.

A figura 7 representa a distribuição espacial do modelo Casa Grande e Senzala. O modelo adotado, conhecido como Casa Grande e Senzala, apresentava no primeiro à ocupação e proteção do senhor de engenho e seus familiares, já o segundo como o abrigo da mão de obra escrava.

Figura 7 - Esboço espacial da Casa Grande e Senzala



Fonte: Freyre (2013).

O que merece ser destacado no contexto histórico é a atuação dos senhores de engenho na regulamentação do modelo a ser implantado no interior das fazendas. Enaltecia-se a contenção da violência e da (in)segurança com estratégias que permitiam isolar e controlar socialmente os perigosos, ou seja, os escravos.

No século XVIII, ocorre uma grande transformação nas relações de produção em esfera mundial por meio da Primeira Revolução Industrial, originada inicialmente na

Inglaterra. As mudanças na forma de produção econômica afetaram na reprodução do espaço. Segundo Engels (1975), o advento da máquina a vapor e das máquinas da indústria têxtil foram os principais elementos que impulsionaram a transformação da sociedade.

A mecanização das fábricas, além de originar um grande avanço na produtividade de mercadorias, também foi responsável por acentuar a divisão das classes sociais entre burgueses e proletários.

A questão da violência esteve totalmente presente na Revolução Industrial, especialmente pela violência contra o proletariado, causando o conflito entre as distintas classes sociais. A industrialização foi responsável pelas transformações dos padrões de vida, alimentando a violência que se originava pela busca incessante pelo lucro (THOMPSON, 1987).

Engels (1975) afirma que:

Nesta guerra social, o capital, o controle direto e indireto dos meios de subsistência e de produção, é a arma com que se luta. Assim, é bem claro que o pobre suporta todas as desvantagens de uma tal situação. Ninguém se preocupa com ele. E lançado neste turbilhão, ele deve debater-se melhor ou pior. Se é suficientemente feliz para encontrar trabalho, ou seja, se a burguesia lhe concede a graça de enriquecer à sua custa, aguarda-o um salário que mal basta para o manter vivo; se não encontra trabalho, pode roubar, se porventura não teme a polícia, ou então morrer de fome, e neste caso a polícia velará por que ele morra de uma forma tranquila, que não choque a burguesia. (p. 45)

A classe explorada, representada pelo proletário, passou a ser violentada diariamente pelos patrões de diversas formas: pelas longas jornadas de trabalho, pelas péssimas condições existentes nas fábricas e pelo baixo salário que, geralmente, era incompatível com a reprodução da vida nas cidades.

As condições precárias existentes nas fábricas também eram materializadas no espaço urbano. As principais cidades industriais da Inglaterra apresentavam bairros com péssimas condições de infraestrutura, especialmente com baixa qualidade das moradias, destinadas, sobretudo, para a habitação dos proletários.

O processo de industrialização se intensificou no mundo após a Primeira Revolução Industrial. No século XIX, ocorreu a expansão da mecanização das indústrias para outros países, como França, Alemanha, Itália, Estados Unidos e Japão, surgindo assim a Segunda Revolução Industrial.

Paralelamente às revoluções industriais se ascendeu a ordem capitalista que Lefebvre (1999) definiu como caos urbano, marcado pela precariedade das condições de reprodução de vida aos trabalhadores das cidades.

As condições das cidades capitalistas, analisadas por Lefebvre (1999), evidenciam a presença do estado de exceção, sobretudo, na materialização dos bairros operários marcados por violações referentes à qualidade das moradias e do meio ambiente.

A ampliação da industrialização pelo globo coincide com o desenvolvimento inicial das cidades. Lefebvre (1999) afirma que:

Em torno de uma fábrica de porte médio, um vilarejo se constitui; ele engendra uma população tal que inevitavelmente outros industriais chegam para utilizar (explorar) essa mão-de-obra. O vilarejo se torna uma pequena cidade e a pequena cidade uma grande. (p. 11)

A relação direta entre industrialização e urbanização exposta por Lefebvre (1999) sintetiza o surgimento das cidades capitalistas. Toda a vantagem ocasionada pela fixação de uma fábrica e a atração de novos moradores é responsável também por estimular a instalação de novas indústrias.

A consequência do modelo de atratividade econômica e social existente com a instalação das primeiras fábricas e vilarejos condiz com o processo de crescimento urbano. As cidades, portanto, ampliam seus domínios e incorporam novas relações sociais, destacando-se a exploração da mão de obra.

A industrialização tinha, já nessa época, o urbano como conteúdo central e a cidade como a forma mais eficaz, por isso, foi ampliando sob seus moldes a vida nas cidades, fazendo uso da fragmentação do espaço e estabelecendo as articulações visando sempre a aceleração de seu fluxo produtivo.

O crescimento urbano aliado à exploração do trabalho na cidade capitalista confere o avanço da desigualdade social. A presença de distintas classes sociais junto com o direcionamento dos esforços públicos em apenas algumas áreas das cidades origina a fragmentação urbana.

Segundo Corrêa (2001):

O espaço urbano aparece, no primeiro momento de sua apreensão, como um espaço fragmentado, caracterizado pela justaposição de diferentes paisagens e usos da terra. Na grande cidade capitalista estas

paisagens e usos originam um rico mosaico urbano constituído pelo núcleo central, a zona periférica do centro, áreas industriais, subcentros terciários, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo, como as favelas e os condomínios exclusivos, áreas de lazer e, entre outras, aquelas submetidas à especulação visando futura expansão. (p. 146)

A fragmentação urbana, típica da cidade capitalista, estabelece distinções quanto à qualidade e quantidade de infraestrutura e serviços distribuídos pelo espaço. As diferenças de classes sociais e do espaço urbano convergem com a ascensão da violência, representada não só pela existência de determinados tipos de crimes, mas também pela violência evidenciada pela miséria, fome e precarização das condições de vida de uma parcela da população.

A relação de exploração do trabalho perpetua a desigualdade social e, inevitavelmente, a divisão do espaço. É possível fazer uma analogia entre o espaço fragmentado no Brasil Colônia, entre casa grande e senzala e a divisão intraurbana das cidades brasileiras nos dias de hoje.

As senzalas contemporâneas são materializadas no espaço urbano por meio das favelas e submoradias, típicas das cidades médias e metrópoles brasileiras. Assim como no período do ciclo do açúcar, as senzalas, agora modernas, continuam a oferecer sua mão de obra outrora escrava e agora mal remunerada às casas grandes, que são representadas atualmente pelos fragmentos urbanos elitizados, como os enclaves fortificados.

Toda a exclusão e desigualdade inerente às cidades atuais fomenta o avanço da violência urbana. A interferência da violência urbana é materializada na cidade capitalista atual. Em alguns momentos é até possível relacionar a influência da violência em tempos pretéritos com os contemporâneos. A sociedade parece não encontrar possíveis soluções para o enfrentamento do problema e passa a copiar estratégias estabelecidas em alguns momentos históricos.

A ausência de criatividade e a escassez na análise dos fatores que ocasionam a violência urbana tornam comum a adoção de práticas que se acreditava serem obsoletas. Os modelos antigos, que não solucionaram o problema da violência, são repaginados e copiados para tentar resolver o problema da violência urbana nos dias de hoje.

O combate aos índios pelos europeus no processo de colonização foi transformado hoje no combate aos pobres e aos negros. As atrocidades cometidas pelos

europeus contra os indígenas foram adaptadas e transferidas pelos agentes repressivos do Estado, sobretudo a polícia, contra a população das periferias pobres.

A desigualdade de direitos existente na antiga civilização grega entre homens livres e escravos é conduzida para o espaço urbano atual pelo viés do não cumprimento do direito à cidade a todos os habitantes.

Os enclaves fortificados se apresentam como uma cópia moderna dos antigos feudos, mas a preocupação atual não é com as invasões bárbaras e sim com a presença de crimes.

A questão da violência precisa incorporar preceitos e análises novas, que contemplem todas as mudanças que ocorreram no espaço urbano. Apesar de a violência ser tão antiga quanto à humanidade, e mesmo com a sua materialização no espaço urbano, os responsáveis pelo planejamento urbano, especialmente o poder público, ainda não conseguem enxergar a evolução e se desvincular das amarras ultrapassadas na abordagem do problema que afeta direta e indiretamente toda a sociedade urbana.

A contextualização buscou desvendar a multiplicidade da violência em diferentes momentos históricos e distintas civilizações. Demonstrou-se que a violência transcende os crimes e, assim, verificou-se que até mesmo as violências mais sutis interferiram e ainda interferem na reprodução do espaço urbano.

2.2. MEDO E ESTIGMA: ALIADOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO ESTADO DE EXCEÇÃO

Concomitantemente à violência, o medo de se viver nas cidades adquire *status* de relevância na transformação das relações sociais, na morfologia urbana e, conseqüentemente, na reprodução do espaço urbano.

A violência impõe barreiras sociais, econômicas e culturais para o desenvolvimento urbano, o que exige uma atuação fundamentada e adequada do poder público para garantir a contenção do problema que transforma o dinamismo de várias cidades pelo mundo.

Mesmo com todos os problemas oriundos da presença da violência nas cidades, o poder público, muitas vezes, subestima a multiplicidade de interferência da violência para simplesmente engendrar mecanismos e estratégias que estabelecessem um planejamento compatível com as táticas de guerra, estimulando ainda mais a formação do estado de exceção. Isto é, ao invés de procurar a adoção de medidas que respeitem todas as particularidades envolvidas na execução dos crimes e outras violações, simplesmente utilizam o caráter caótico da violência para empregar estratégias que são responsáveis pela transgressão dos direitos humanos.

Uma das principais estratégias angariada pelo poder público é a de utilizar a presença da violência para disseminar o medo de se viver nas cidades. Evidentemente que o Estado não possui total poder para transferir tal sentimento aos habitantes das cidades, mas para isso conta com aliados da iniciativa privada, como as empresas de segurança privada, o mercado imobiliário e os meios de comunicação.

A violência adquire um sentido ambíguo na relação entre Estado e população. Primeiramente por estimular o questionamento da população quanto à eficiência do poder público, mas, posteriormente, permite a incorporação de práticas militarizadas pelo Estado com amplo apoio popular.

O apoio popular é conquistado devido à crença de que o Estado está acatando os anseios dos habitantes de se conter a violência, mesmo que as práticas do poder público estejam dotadas de infrações dos direitos básicos do cidadão. Percebe-se que o Estado encontra no próprio cenário de caos, concebido pela violência urbana, a possibilidade de atuar por meio da extralegalidade.

A contradição inerente entre descontentamento popular com o governo e o aproveitamento da situação pelo Estado para a adoção de práticas repressivas faz com

que o espaço urbano seja produto de relações sociais amplamente contraditórias. Para muitos governantes, a imagem negativa da incompetência estatal pela existência de crimes é admissível perante a possibilidade de se adotar práticas, muitas vezes ilegais, em prol da contenção da violência.

O caos deflagrado pela violência favorece não só o Estado em suas medidas de extralegalidade, mas também os meios de comunicação que conquistam cada vez mais leitores e telespectadores por meio da disseminação das notícias relacionadas aos crimes. A ocorrência de violência ocasiona também uma onda de benefícios para o mercado imobiliário e para as empresas de segurança privada, que se aproveitam das notícias da criminalidade para alertar a população sobre a necessidade de habitar áreas seguras e adquirir serviços e produtos privados que oferecem a tão desejada segurança ao indivíduo.

O setor privado apresenta um catálogo de imóveis e serviços de segurança privada dito como essenciais para a reprodução da vida nas cidades. Observa-se que as relações entre Estado, meios de comunicação e mercado imobiliário são responsáveis por impor um novo plano simbólico aos habitantes da cidade.

A ascensão do medo no plano simbólico dos habitantes da cidade, norteadada pelo novo urbanismo militar, é investigada por Melgaço (2010). O autor utiliza as categorias de tecnoesfera e psicoesfera presente na obra de Santos (2009) para relacionar a interferência do plano das ideias no uso do território.

Melgaço (2010) acredita que:

A existência, no período atual, de uma esfera de ideias ligadas diretamente à sensação de insegurança permite que seja proposta a expressão psicoesfera do medo. O medo passa a fazer parte do imaginário coletivo e isso altera o cotidiano das pessoas e a maneira como usam o território. Se o medo sempre existiu, é certo que no período atual da globalização ele tem tomado proporções inéditas, sendo disseminado e reproduzido. (p. 105 – 106)

Melgaço (2010) demonstra que as ideias associadas à questão da (in)segurança, denominada de psicoesfera do medo, tornam-se relevantes para a reprodução do espaço urbano. Logo, o campo simbólico passa a interferir cada vez mais nas práticas sociais e, conseqüentemente, na materialização no espaço, ou seja, na tecnoesfera.

Melgaço (2010, p. 106) completa a análise afirmando que “A psicoesfera do medo aparece assim como uma pré-condição e uma justificativa para a instalação de uma

tecnosfera da segurança”. A visão do autor contribui para a concretização da relação dialética entre o medo e a militartização urbana, pois o campo das ideias legitima a atuação no campo da materialidade e, conseqüentemente, o campo da materialidade afeta no campo das ideias.

Na fobópole, em que impera a psicoesfera do medo, as relações mediadas pela questão da (in)segurança legitimam a ampliação das táticas coercitivas e repressivas pelo espaço. Concomitantemente, a presença das estratégias de coerção e repressão no espaço fomentam ainda mais o medo entre os habitantes da cidade, já que se deparam constantemente com objetos, símbolos e signos que se remetem à presença da violência urbana.

Com a transformação do imaginário urbano, os habitantes se sentem cada vez mais reféns da violência, exigindo a transformação de suas práticas cotidianas. Carneiro (2013, p. 147) aponta que “Fica evidente que a opção pela cultura do medo traz implicação direta para os desenhos urbanos, com manipulações que inculcam a *urbanização militarista*”. Logo, o espaço urbano se torna cada vez mais produto das relações sociais mediadas pelo medo de se viver nas cidades.

Souza (2008) também acredita que a violência se caracteriza como um elemento importante na reprodução do espaço urbano, afirmando que:

Não é sequer possível pensar em continuar usando impunemente expressões como “desenvolvimento urbano” se não se perceber que, de umas poucas décadas para cá, o medo e a violência vêm cada vez mais se apresentando como fatores de condicionamento das relações sociais e de modelagem do espaço nas cidades, e não só nas grandes – e de uma forma assaz preocupante. (p. 13)

Souza (2008) demonstra que a compreensão do desenvolvimento das cidades exige uma análise sobre a violência urbana e o medo, já que esta relação é diretamente responsável pela transformação social, econômica e espacial presente nas cidades.

Lira (2009) descreve o caráter singular do medo, demonstrando que tal sentimento apresenta uma subjetividade, pois é responsável por apresentar variações de pessoa para pessoa de acordo com sua vivência e cultura. Entretanto, uma nova concepção de medo vem se instaurando nas cidades de forma generalizada, é o que Baierl (2004) define como “medo social”, que consiste no medo da criminalidade violenta que passa a interferir nas ações de vários habitantes do espaço urbano.

Apesar de toda a subjetividade envolvida na questão do medo presente nas cidades, Baierl (2004) acredita que existem três fatores principais que são os responsáveis por despertar tal sentimento no imaginário das pessoas: o elevado índice de criminalidade; a ineficiência dos órgãos de segurança e justiça; e a cobertura exacerbada da mídia.

As variáveis apresentadas por Baierl (2004) afetam direta e indiretamente na manifestação do medo na população, que ocorre, segundo a autora, de duas formas: o medo real e o medo potencial. O primeiro está relacionado a situações empíricas, como sofrer um assalto, uma tentativa de homicídio ou lesão corporal, ou seja, fazer parte concretamente das estatísticas de violência. Já o segundo se relaciona com as especulações, isto é, com a possibilidade de sofrer algum tipo de violência.

O medo potencial é fomentado por vários segmentos, especialmente pelo mercado imobiliário e pelos meios de comunicação, que ganham, respectivamente, lucros e audiência. Forma-se a espetacularização da violência, noticiada por revistas e jornais ou transmitida ao vivo por programas de televisão específicos que jorram sangue nos lares dos brasileiros.

Todo o cenário de caos alarmado pelos meios de comunicação passa a nortear as relações sociais e os modelos de planejamento para as cidades. Para Debord (2003, p. 14) “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens”.

As relações entre as pessoas, especialmente as relacionadas com as práticas violentas, são valorizadas midiaticamente. Os programas televisivos que se dizem de cunho policial, embora mais se assemelhem ao sensacionalismo pitoresco, promovem verdadeiras caçadas por notícias perversas de violência.

Para isso usam das mais distintas estratégias para iludir o imaginário dos telespectadores, como entrevistas com os familiares das vítimas de violência, de imagens fortes com o auxílio de um discurso dramatizado e, até mesmo, de atuações melodramáticas executadas com personagens clichês relacionados ao tema da violência.

A figura 8 demonstra alguns programas que buscam audiência por meio da espetacularização da violência.

Figura 8 – A espetacularização da violência



Fonte: R7 e Band.com. Elaborado por Felipe Comitre.

Dentre os inúmeros programas que se disseminam pela televisão brasileira, pode-se destacar alguns ilustrados como o programa Balanço Geral, apresentado por Geraldo Luís na emissora Record de São Paulo, o programa Brasil Urgente da Rede Bandeirantes, que conta com a apresentação de José Luiz Datena e o Cidade Alerta também da Rede Record, apresentado por Marcelo Rezende.

Na figura 8 é possível verificar algumas táticas estabelecidas pelos programas sensacionalistas da televisão brasileira: sátiras com a morte; superficialidade para diagnosticar e propor medidas de contenção da violência, como a frase estampada na camiseta de Datena: “Polícia na rua”; corpos de vítimas demonstrados ao vivo; e entrevistas com familiares dotadas de sofrimento.

Outra estratégia adotada pelos meios de comunicação se pauta na análise inoportuna de dados estatísticos. A apreciação das estatísticas, muitas vezes, não segue um método de confiança e define uma situação de caos por meio de metodologias altamente questionáveis quanto à eficiência de compreensão real do fenômeno abordado.

Figura 9 - Irresponsabilidade na análise de dados estatísticos e a disseminação do medo

BRASIL

18/07/2013 13:43

Com mais mortes que Iraque, Brasil está em guerra e não sabe

f Recomende 67.208 views 55 Salvar notícia



No Brasil, mata-se 274 vezes mais do que em Hong Kong e 137 vezes mais do que na Inglaterra

País	2004	2005	2006	2007	Total de mortes
Iraque	9.803	15.788	26.910	23.765	76.266
Sudão	7.284	1.098	2.603	1.734	12.719
Afganistão	917	1000	4000	6500	12417
Colômbia	2.988	3.092	2.141	3.612	11.833
Congo	3.500	3.750	746	1.351	9.347
Sri Lanka	109	330	4.126	4.500	9.065
Índia	2.642	2.519	1.559	1.713	8.433
Somália	760	285	879	6.500	8.424
Nepal	3.407	2.950	792	137	7.286
Paquistão	863	648	1.471	3.599	6.581
Índia/Paquistão (Caxemira)	1.511	1.552	1.116	777	4.956
Israel/Palestina	899	226	673	449	2.247
Total dos 12 conflitos	34.683	33.238	47.016	54.637	169.574

Fonte: Revista Exame. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/nem-iraque-nem-sudao-brasil-esta-em-guerra-e-nao-sabe>

A reportagem da revista Exame publicada no dia 18 de julho de 2013 apresenta o título “Com mais mortes que Iraque, Brasil está em guerra e não sabe”. O dado ponderado para o autor chegar a esta conclusão foi o total absoluto de mortes nos países, revelando uma falta de conhecimento ou até mesmo má fé para a divulgação da notícia. Isto porque a população absoluta entre os países é altamente distinta, enquanto o Brasil possuía aproximadamente 200 milhões de habitantes em 2013, o Iraque tinha um valor aproximado de 33 milhões de habitantes. Portanto, é evidente que o Brasil tende a apresentar um índice absoluto de mortes superior ao Iraque, mesmo com a existência da guerra do Iraque no período adotado.

Arelado aos meios clássicos de comunicação (rádios, TVs, revistas, jornais etc) a *internet* tem se convertido também em um espaço aberto para a ocorrência de transmissão da violência o que gera, de certa forma, uma “tortura digital”, isso porque grandes grupos de pessoas disseminam vídeos e imagens, muitas vezes, em tempo real, criando um terror entre milhões de pessoas e contribuindo para espetacularizar ainda mais os atos violentos em todo o mundo. Essa é uma problemática que deve ser melhor pesquisada, pois demanda estudos específicos sobre essa modalidade de disseminação e divulgação da violência nos dias atuais.

A utilização de dados comparativos se enquadra como um recurso comum para a análise da violência urbana, entretanto, o seu uso exige um maior rigor metodológico. A irresponsabilidade com a utilização dos aspectos quantitativos, seguida de sua

divulgação descompromissada, origina a formação de uma concepção errônea da realidade.

As manchetes em conjunto com as ações do poder público e do mercado imobiliário passam a afetar o imaginário da população urbana. O paraíso urbano, utopicamente caracterizado pelo espaço que não padece de insegurança, passa a ser desejado nas cidades.

É nesse momento que, sem perceber, os habitantes das cidades se tornam ludibriados pelos discursos e práticas do poder público e do setor privado, que muitas vezes atuam em parceria para buscar a mesma finalidade: o controle social.

As táticas dos meios de comunicação que abusam da violência urbana não se limitam a conquistar novos espectadores, mas também convergem para estimular o sentimento do medo potencial entre os habitantes das cidades. Neste caso, torna-se comum o apontamento de áreas ou pessoas perigosas, o que ocasiona a criação de estigmas relacionados à violência para determinados moradores das cidades, normalmente os negros e pobres.

A delimitação de focos de violência ocasiona a rotulagem de indivíduos na cidade. Wacquant (1995) faz uma análise do estigma formado aos moradores das áreas de exclusão urbana e aponta algumas consequências sociais, econômicas e culturais impostas aos seus habitantes. Apesar de utilizar como estudo de caso as *cités*¹⁹ francesas do subúrbio de La Courneuve e os guetos negros da zona Sul de Chicago, nos Estados Unidos, é possível se embasar da argumentação de Wacquant (1995) para a situação da população marginalizada das favelas e conjuntos habitacionais populares do Brasil.

O receio de se tornar vítima da violência urbana faz com que uma parcela da população altere a sua concepção de cidade. A nova percepção direciona ações voltadas ao combate à violência, sendo que a principal recorrência entre os habitantes temerosos consiste no afastamento geográfico da criminalidade.

A exclusão de determinados grupos sociais no espaço urbano é relatado por Harvey (2004):

Assim, a riqueza se movimenta, seja se afastando ainda mais da cidade, rumo a ex-urbes que excluem explicitamente os pobres, os desprivilegiados e os marginalizados, seja se fechando por trás de altos muros, em “privatopias” suburbanas ou “comunidades fechadas”

¹⁹ As *cités* correspondem aos conjuntos habitacionais populares da França, ocupados majoritariamente pela população imigrante.

na área urbana. Os ricos formam guetos de opulência (suas “utopias burguesas”) e solapam conceitos de cidadania, de pertinência social e de apoio mútuo. (p. 201).

A descrição de Harvey (2004) sobre o processo de exclusão e segregação social presente nas cidades é hoje ainda mais alimentada por meio da questão da violência urbana. Entende-se, por meio do embasamento em Marisco (2003), que os conceitos de exclusão social e segregação socioespacial são distintos, porém, complementares. Isso porque a segregação socioespacial, nutrida pela propriedade fundiária e pelos instrumentos urbanísticos estatais, pode estimular a exclusão, representada pelo prejuízo de noções de cidadania, direitos humanos e democracia.

A intenção de não se deparar, muito menos de conviver com o diferente, faz parte do mecanismo da classe de melhor poder aquisitivo em associar o pobre com vários problemas, inclusive a violência. Assim, o afastamento do indesejável se torna um modelo de planejamento que estigmatiza o pobre, retira os seus direitos e menospreza a análise adequada da violência urbana.

A concepção de segurança no espaço urbano incorporada pelas elites oportuniza a reprodução do capital via mercado imobiliário e empresas de segurança privada, e, como consequência, acaba por ser favorecida por direitos exclusivos.

A população, moldada principalmente pelos interesses do mercado imobiliário, acredita que a criminalidade se enquadra como uma mazela endêmica de determinadas áreas, podendo, assim, ser superada por meio da ocupação de bairros ditos seguros: as “privatopias”, designada por Harvey (2004).

O estabelecimento de um estigma dificulta o desenvolvimento social aos moradores de guetos, favelas e conjuntos habitacionais populares em diversas esferas, tornando-se comuns relatos que revelam fracassos na aquisição de emprego, nas relações amorosas e também com os aparelhos burocráticos do Estado.

Wacquant (1995) revela tal situação afirmando que:

O estigma territorial afeta não só a interação com empregadores, mas também com a polícia, a justiça e a burocracia do bem-estar social, as quais são todas capazes de modificar seu comportamento e seus procedimentos quando lidam com um residente de uma *cité* deteriorada. (p. 70)

A modificação de comportamento por parte da polícia, justiça e da burocracia com os moradores dos conjuntos habitacionais populares franceses também ocorre em diversos bairros excluídos pelo mundo.

O estigma de relacionar o morador de áreas pobres como criminoso nutre a adoção de mecanismos que extorquem os cidadãos de seus direitos elementares. Formam-se, assim, “terras sem lei”, nas quais as legislações são suspensas ou sobrepostas por novas leis, o que evidencia a consolidação do estado de exceção.

Souza e Compans (2009) demonstram que:

Enquanto isso, na outra ponta, cresce a responsabilização da pobreza pelas mazelas da realidade contemporânea, apoiada pela “fabricação” por parte da mídia de um medo generalizado e de condições indeterminadas quanto às origens, tempos e locais de ocorrência. Como argumenta Cavalcanti *et al.* (2005), assim como Machado (2007), a responsabilização do perigo é atribuída genericamente ao pobre, representado em nossa realidade pelo seu local de moradia (a favela), que materializa o medo difuso e generalizado que acomete as camadas média e alta da população. (p. 14)

A atribuição dos principais problemas urbanos ao pobre é um discurso que vem sendo alimentado conjuntamente entre Estado, mercado imobiliário e mídia. De acordo com Graham (2016), os governos se utilizam da associação entre pobreza e violência para ampliar suas práticas de controle socioespacial por meio da imposição do novo urbanismo militar.

A relação entre pobreza e violência estabelecida nas cidades legitima a adoção da lógica da militarização urbana, concretizada pela ocupação policial e do exército em áreas periféricas consideradas perigosas e pela lógica da segurança privada nas cidades, exemplificadas pelos enclaves fortificados, carros blindados, câmeras de monitoramento e seguranças particulares.

Segundo Souza (2016):

Em um país como o Brasil, o pano de fundo da “militarização da questão urbana” são sentimentos difusos e cada vez mais presentes de medo e insegurança, reverberados e retroalimentados pela mídia (afinal, o horror cotidiano rende boas manchetes) e pelo sistema político-eleitoral (afinal, o medo generalizado costuma ser um bom instrumento de controle sócio-espacial). Sabe-se, porém, que a relação desses sentimentos com a incidência objetiva de crimes violentos (homicídios, assaltos, latrocínios etc.) está longe de ser linear. (p. 13)

A análise de Souza (2016) revela que a violência e o medo são utilizados pelo setor público e pelo privado como estratégia de concretização de seus interesses. Contudo, a associação não oportuniza a melhora das condições de vida na cidade e nem tampouco contribuem para atenuar a violência urbana.

O medo passa a representar um papel de destaque na dinâmica urbana, ocasionando mudanças das práticas sociais, econômicas e culturais desenvolvidas nas cidades. É assim que o espaço urbano se torna cada vez mais produto e condição das relações sociais norteadas pela (in)segurança pública.

De acordo com Souza (2008):

Um medo generalizado, ainda que matizado também ele (de acordo com a classe, a cor da pele, a faixa etária, o sexo e o local de residência), toma conta de corações e mentes, (re)condicionando hábitos de deslocamento e lazer, influenciando formas de moradia e habitat e modelando alguns discursos-padrão sobre a violência urbana. (p. 54)

A generalização do medo se evidencia nas formas materializadas no espaço urbano, o que, consequentemente, gera novas funções aos objetos construídos e incorpora novos processos fundados pelas relações sociais e de produção.

Melgaço (2010) realiza uma associação entre o medo e o processo de globalização, defendendo que “Não só os equipamentos, mas inclusive os medos têm se globalizado”. (p. 69)

A visão de Melgaço (2010) demonstra que o processo de globalização permite o acesso a técnicas oriundas de várias partes do mundo, mas também que o medo presente em diversas sociedades mundiais passa por um processo de padronização, fazendo-se presente e semelhante, por exemplo, entre um morador do Brasil e um dos Estados Unidos.

A globalização também é responsável por estimular o processo de securização urbana pelo mundo. As novidades e as táticas voltadas ao combate à violência incorporadas em determinados países, por meio da globalização, passam a ter adeptos em praticamente todas as partes do globo.

Basta se deslocar pelas cidades em que o medo já conseguiu se alicerçar na mente da sociedade, as fobópoles, para se deparar com imponentes muralhas, vastas câmeras de monitoramento, cercas elétricas e grades. Seguindo tal lógica, as empresas de segurança privada oferecem um verdadeiro *menu* com inúmeras opções,

exemplificados por escolta armada, vigilante pessoal, vigilante condutor de veículo, segurança pessoal armado, carros blindados e alarmes, que são alguns dos muitos instrumentos e ações disponibilizados para a aquisição da tão desejada segurança na cidade.

Ao enxergar apenas a crise da segurança pública, exaltada pelas ações dos meios de comunicação, a população de forma geral entra em um estado de inércia, já que aceita qualquer produto ou tomada de atitude que se diz favorável ao controle da violência urbana.

O cenário existente e supervalorizado da crise da segurança pública possibilita que até mesmo o poder público se aproveite da situação da violência urbana numa lógica contraditória, pois demonstra de um lado a sua ineficiência em garantir a segurança para os habitantes da cidade, mas de outro, a lógica do caos oferece todo um respaldo para adoção de leis e mecanismos que suprimem muitos direitos sociais preestabelecidos, visto que a população receosa da violência permite qualquer tipo de prática para amenizar seu sentimento de insegurança.

As reflexões oriundas do contato com bibliografias específicas sobre a violência, de trabalhos de campo junto a populações que revelam o seu cotidiano marcado pelo medo e também por meio da coleta e análise de dados primários e secundários se tornaram essenciais para a compreensão da violência urbana como categoria fundamental para a reprodução do espaço urbano.

A violência urbana e o medo servem, enfim, como embasamento para novas práticas de reprodução do espaço urbano, distribuídos em três pilares: a lógica do lucro pelo setor imobiliário e empresas privadas do ramo da segurança; a possibilidade de novas estratégias de planejamento urbano com o direcionamento de práticas ilegais que geram o estado de exceção; e, por último, mas não menos importante, a apatia social, já que o medo potencial legitima a aceitação de métodos prejudiciais e pautados na violação de alguns direitos elementares.

A disseminação do medo e a imposição da militarização urbana será analisada empiricamente no capítulo 4, tendo como objeto de estudo a cidade de Sorocaba. Será debatido como a utopia de contenção da violência pela militarização urbana lançada pelo Estado, mercado imobiliário e meios de comunicação favorece a formação de uma zona de anomia demarcada pelo estado de exceção, caracterizado pela gradativa suspensão e exclusão dos direitos elementares de uma parcela da população da cidade.

3. ANÁLISE SOCIOESPACIAL DA VIOLÊNCIA URBANA EM SOROCABA

Nos capítulos anteriores, foi analisada a relação entre violência, planejamento das cidades e reprodução do espaço urbano. Verificou-se que cada vez mais os temas de violência e o medo interferem no imaginário urbano fazendo com que a população e o poder público adotem práticas que transformam as relações cotidianas nas cidades.

Com o intuito de aproximar os conceitos debatidos, anteriormente, com a prática, decidiu-se analisar a situação da violência urbana em Sorocaba. Enfatizou-se, assim, o contato com dados estatísticos oficiais sobre alguns crimes ocorridos em Sorocaba e a opinião de uma parcela da população da cidade, por meio da aplicação de um questionário, sobre violência e medo.

A análise da violência não se limitou ao aspecto quantitativo, buscou-se também entrevistar e dialogar com agentes urbanos diretamente envolvidos com o novo urbanismo militar que vem se instaurando na cidade.

O contato com dados estatísticos, opinião dos moradores via questionário, entrevistas e diálogos com alguns agentes urbanos possibilitou o questionamento sobre a violência em Sorocaba. A intenção foi a de indagar se a violência se encontra em condições alarmantes na cidade ou se existe um discurso fundamentado na violência para se legitimar novas ações do poder público em parceria com o setor privado.

3.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS

A coleta de dados primários foi essencial para obter algumas informações sobre a opinião da população sorocabana sobre o medo e a violência na cidade. Para isso, foi aplicado um questionário aos habitantes de Sorocaba, o qual abrangeu indagações específicas sobre o tema.

Para a aplicação do questionário foi utilizada a pesquisa *survey*, que consiste basicamente na conquista de informações sobre determinadas características, ações ou opiniões de um grupo da população, tornando-se essencial o estabelecimento de um público-alvo (PINSONNEAULT; KRAEMER, 1993).

O questionário realizado sobre a violência em Sorocaba se enquadra no propósito descritivo do *survey*, visto que enfatiza a opinião dos habitantes. No caso particular de Sorocaba, buscou-se compreender a opinião dos habitantes referente ao medo e a violência no município.

Além disso, a aplicação do questionário respeitou um corte-transversal (interseccional), sendo que a coleta de dados ocorreu no recorte temporal de dezembro de 2015 até março de 2016.

A elegibilidade para aplicar o questionário consistiu no respondente morar em Sorocaba e possuir a idade a partir de quinze anos. A idade adotada como mínima foi escolhida mediante o desenvolvimento cognitivo do indivíduo de acordo com a teoria de Piaget. Cavicchia (2010) realiza uma análise sobre os estágios de desenvolvimento cognitivo proposto por Piaget, demonstrando que aproximadamente a partir dos 12 anos se inicia o estágio da inteligência formal.

Aos 15 anos, portanto, o adolescente já adquiriu o acesso ao raciocínio hipotético-dedutivo, deste modo, Cavicchia (2010, p. 24) afirma que “agora, poderá chegar a conclusões a partir de hipóteses, sem ter a necessidade de observação e manipulação reais”. Assim, segundo a teoria de Piaget, reconhece-se que a partir dos quinze anos já é possível verificar um desenvolvimento oportuno do raciocínio que permite a construção e o questionamento dos sistemas sociais. Isto é, já é inerente aos quinze anos os valores morais e o início da aquisição da autonomia, condizendo, enfim, na possibilidade de se argumentar sobre a questão da violência no município de Sorocaba.

A amostragem respeitou os indicadores de margem de erro de dez por cento da pesquisa *survey*, que demonstra a necessidade de se aplicar 96 questionários para cada cem mil habitantes. Para isso, foi calculado, de acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, o total de habitantes de Sorocaba com idade a partir de quinze anos, resultando em 463.102 habitantes. Logo, chegou-se a conclusão da necessidade de se aplicar 444 questionários.

Com a ideia de contemplar a aplicação do questionário entre os moradores dos vários bairros de Sorocaba, decidiu-se executar entrevistas pessoais em três pontos da cidade: a área central, o Terminal Santo Antônio e o Terminal São Paulo, com respectivamente 150, 100 e 100 questionários disponibilizados. E também no formato virtual por meio do *Google Docs* Formulário, com o auxílio de divulgação da pesquisa nas redes sociais como o *Facebook*, obtendo-se 94 respostas.

A área central foi escolhida devido à concentração do comércio popular e da grande circulação de pessoas. Já a escolha dos terminais de ônibus se relacionaram com a circulação de passageiros, sendo que ambos os terminais são responsáveis por oferecer transporte para praticamente toda a extensão territorial da cidade de Sorocaba.

O Terminal Santo Antônio é o mais importante da cidade, possui aproximadamente sessenta linhas de ônibus que saem de suas dependências, possibilitando a ligação com bairros de todas as zonas de Sorocaba, especialmente a zona Norte (CORREA, 2012).

O segundo terminal mais importante de Sorocaba é o São Paulo, que apresenta mais de trinta linhas de ônibus partindo de seu local para diversos bairros, destacando-se os situados na zona Leste e Oeste da cidade (CORREA, 2012).

O questionário apresentou um misto de questões abertas e questões fechadas. Tal escolha se deu para potencializar a análise da opinião pública sobre a violência e o medo na cidade de Sorocaba. Inicialmente, as questões eram voltadas aos dados socioeconômicos do entrevistado, com informações sobre a idade, sexo, bairro em que reside em Sorocaba, nível de escolaridade, estado civil, cor, tipo de moradia e renda familiar.

Posteriormente, aplicavam-se quatro questões relacionadas com o tema da violência e o medo, sendo elas: 1) Do que você tem medo na cidade de Sorocaba - questão fechada com a possibilidade de escolher até 3 respostas dentre 8 opções; 2) Você acredita que existem focos de violência em Sorocaba (bairros que concentram a

violência) – fechada com as opções sim ou não; 2.1) Se sim, quais são os bairros? – questão aberta; 3) Quais soluções você considera mais eficiente para diminuir a violência em Sorocaba? – questão fechada podendo escolher até 3 respostas dentre 10 opções; 4) Com relação à situação de proteção e segurança do seu bairro, dê uma nota de 0 até 10 para demonstrar a sua opinião. (Dentro da escala considerada 0 significa uma situação de excesso de violência e insegurança, já a nota 10 significa uma área altamente protegida e segura).

A disposição das respostas referentes às questões fechadas respeitou a ordem alfabética no questionário aplicado. Vale destacar que as perguntas sobre o medo na cidade de Sorocaba e as soluções para atenuar a violência na cidade apresentavam a opção ‘Outro’, neste caso, o entrevistado podia indicar uma resposta que não continha nas opções anteriores.

A tabulação dos resultados associada a entrevistas com alguns moradores da cidade contribuiu para o reconhecimento da opinião dos sorocabanos sobre o medo e a violência urbana. As respostas revelam aspectos que contribuem para a extensão das práticas do planejamento militarizado na cidade e da ascensão do estado de exceção.

Outra metodologia utilizada para se ampliar o conhecimento sobre o processo de militarização urbana em Sorocaba foi a de executar entrevistas não estruturadas com diferentes agentes urbanos. Assim, foram entrevistados moradores da periferia pobre, de condomínios residenciais fechados, membros de projeto sociais situados na periferia e um policial militar que atua na cidade.

A escolha das entrevistas não estruturadas, sem uma formatação prévia do entrevistador, se deu por valorizar a opinião do entrevistado. A liberdade dada para a sequência de falas do entrevistado contribuiu para a análise da vivência e do cotidiano em que ele está inserido. A preocupação do entrevistado para não perder o foco da análise foi apenas a de introduzir com fio condutor da entrevista a questão da violência urbana nas relações executadas pelo entrevistado. As entrevistas possibilitaram dar vozes à frieza dos números presentes nos dados estatísticos conquistados sobre os crimes e o medo em Sorocaba.

Convergindo com a questão ética e da própria segurança dos entrevistados, decidiu-se não utilizar o nome verdadeiro e nem descrever as falas que permitissem

identificar o entrevistado na escrita da tese. A opção pelo uso de nomes fictícios²⁰ se deu por tratar de um tema que comumente faz vítimas pelos fragmentos urbanos, portanto, a pesquisa não tem a intenção de reproduzir e estimular os conflitos entre os agentes repressores do Estado, do tráfico e a sociedade.

Além das entrevistas, decidiu-se realizar observações e diálogos informais com alguns habitantes de Sorocaba durante a execução dos trabalhos de campo entre os anos de 2015, 2016 e 2017. Não foram selecionados agentes específicos para os diálogos, sendo que eles ocorreram de forma natural, ou seja, como se fossem conversas características do cotidiano nos bairros.

A observação e o diálogo se tornaram útil para ampliar o conhecimento sobre o posicionamento das pessoas perante a violência e o planejamento urbano de forma menos sistemática, o que favoreceu a inserção do pesquisador no mundo e na maneira de pensar de determinados grupos sociais.

A definição pelo uso das entrevistas com agentes específicos da cidade se embasou na metodologia que Alves e Evanson (2013) utilizaram para analisar a realidade da implantação de ações voltadas à segurança pública nas periferias, mais precisamente nas favelas cariocas.

Alves e Evanson (2013) usaram a metodologia de entrevistas com os agentes envolvidos com o processo de militarização urbana das favelas cariocas, como policiais, líderes de associações e políticos, para indagar sobre as práticas implantadas no cotidiano periférico. Porém, os autores optaram pela estruturação das entrevistas com perguntas fechadas diferentemente do que foi proposto nesta tese.

A compreensão sobre a violência em Sorocaba foi feita de diferentes formas, assim, o uso de entrevistas embasadas na metodologia da História Oral possibilitou ampliar o conhecimento da violência urbana entre os diferentes agentes do espaço urbano. De acordo com Evangelista (2010), as entrevistas em História Oral podem seguir três características: a história oral temática, a tradição oral e a história oral de vida.

²⁰ Os nomes fictícios dados aos entrevistados se deu em homenagem à conquista dos moradores do Habiteto, bairro estigmatizado de Sorocaba que será analisado no decorrer da tese, de conseguirem colocar nome nas ruas do bairro entre o final de 2005 e início de 2006. O bairro ficou aproximadamente oito anos sem ter nome de ruas até serem escolhidos pelos próprios moradores. Neste contexto, foram selecionados os primeiros nomes das ruas do Habiteto, de forma aleatória, para servir de nome fictício aos entrevistados, a exceção foi o policial militar que foi citado pela sua profissão e não por um nome.

Para a realização da tese foi escolhida a história oral temática, na qual “há predominância de um assunto (tema) que percorre todas as entrevistas em detrimento da trajetória de cada entrevistado”. (EVANGELISTA, 2010, p. 174)

Dentre as etapas mais polêmicas do uso da história oral, destaca-se o processo de transcrição das entrevistas. Evangelista (2010) afirma que transformação da língua falada para a escrita literalmente não significa alcançar o que se é desejado, isto porque existem particularidades que transcendem a transcrição literal. Para Evangelista (2010, p. 177) “É somente por isso que insistimos na relevância da construção de um texto que, de fato, foge do que foi literalmente dito, mas se aproxima intensamente do que se quis dizer”.

As transcrições foram feitas pelo próprio pesquisador sem a ajuda de *softwares*. A escolha se deu pela aproximação do pesquisador com o tema e com os objetivos das entrevistas, permitindo um caráter mais fidedigno de transformação da fala do entrevistado em escrita. O envolvimento do pesquisador se torna essencial para a transcrição das experiências relatadas nas entrevistas (EVANGELISTA, 2010).

As informações obtidas oralmente pelas entrevistas foram adaptadas de acordo com as regras gramaticais elementares da linguagem escrita, sobretudo, com a retirada de vícios de linguagens. A intenção com as entrevistas foi a de aproximar a vivência e os pensamentos dos agentes entrevistados com o tema central da pesquisa, assim, as adaptações nas transcrições não alteraram o conteúdo exposto. A opção de adaptação se deu por se considerar a língua falada diferente da língua escrita.

Com o intuito de ampliar os métodos de análise sobre a violência urbana em Sorocaba, tornou-se oportuno também analisar e espacializar os tipos de crimes na cidade.

Para facilitar a compreensão da espacialização dos tipos de crimes na cidade, foi de extrema relevância realizar uma pesquisa de dados secundários coletados junto à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Os dados coletados no site da Secretaria relacionados aos crimes em Sorocaba no período de 2011 até 2016 foram tabulados e, posteriormente, especializados em quatro mapas referentes as seguintes temáticas: furtos, roubos, tráfico de entorpecentes e homicídios dolosos.

A metodologia escolhida para representar o caráter irregular da distribuição dos crimes em Sorocaba foi a de utilizar os indicadores de homicídios dolosos, roubos,

ocorrência de tráfico de drogas e furtos por Distrito Policial de Sorocaba, de acordo com os indicadores fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

Entende-se, porém, que os dados estatísticos não representam a realidade em sua plenitude. Muitas pessoas que sofrem distintos tipos de crimes, por não acreditarem na eficiência do Estado, deixam de realizar o Boletim de Ocorrência (BO) e, portanto, os dados oficiais relacionados à violência urbana apresentam uma lacuna quando se analisam as cidades brasileiras. Entretanto, as informações fornecidas pela SSP são as que apresentam maior aproximação com a distribuição real dos crimes nas cidades, por isso da sua escolha para nortear a pesquisa.

Dos tipos de crimes selecionados, dois se caracterizam como crimes contra o patrimônio, sendo eles roubos e furtos. Um se enquadra como crime contra a vida, os homicídios dolosos, e um é considerado crime contra a saúde pública, o tráfico de drogas.

Os delitos escolhidos estão presentes nas mais variadas cidades do mundo, sendo responsável por afetar diretamente as relações sociais e, conseqüentemente, a reprodução do espaço urbano.

O recorte temporal escolhido para a espacialização dos dados da SSP foi entre 2011 e 2016. O período de seis anos possibilita revelar a tendência de ocorrência dos crimes segundo os Distritos Policiais existentes na cidade de Sorocaba.

A espacialização dos crimes por Distrito Policial se tornou possível devido às ocorrências de delito em Sorocaba serem registradas de acordo com o bairro em que ocorreu o delito. Assim, cada Distrito Policial possui uma delimitação com os bairros que pertencem a sua área de atuação, logo, de acordo com a origem do bairro em que ocorreu o crime, um determinado DP será responsável por sua contabilização e averiguação.

A realização e apresentação de mapas que espacializam os dados estatísticos oferecidos pela SSP dos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio permitiu analisar quais conjuntos de bairros de Sorocaba sofreram mais ou menos com determinados tipos de infrações entre os anos de 2011 e 2016.

Os próximos subcapítulos vão aprofundar a análise do conjunto de bairros de Sorocaba que mais sofrem com os homicídios dolosos, o tráfico de entorpecentes, os roubos e os furtos. O intuito é refletir sobre os possíveis motivos para os delitos e as conseqüências para a estrutura urbana e para os moradores dos bairros.

Vale destacar que os dados de crimes disponibilizados são referentes a um conjunto de bairros que são contemplados por determinada delegacia. Assim, torna-se viável a obtenção de uma visão geral sobre a condição da violência urbana na área de abrangência de cada Distrito Policial. Entretanto, não é possível constatar, com os indicadores utilizados, as particularidades de cada bairro, visto que esta informação não é disponibilizada pelas delegacias de Sorocaba, nem pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

Para não se enquadrar como uma análise unilateral pautada apenas em números, buscou-se realizar trabalhos de campo e entrevistas com a população de diferentes bairros de Sorocaba. O deslocamento pelos bairros da cidade e o contato com alguns de seus moradores contribuiu para aprofundar o conhecimento das características sociais, econômicas, naturais e culturais existentes nos fragmentos urbanos de Sorocaba.

Os dados estatísticos possuem limitações na análise dos fenômenos que abordam, porém, a sua utilização em conjunto com as estratégias qualitativas proporciona uma melhor compreensão da realidade.

O intuito não é o de valorizar uma metodologia em detrimento de outra, mas o de aproximar diferentes formas de se estudar um tema para revelar suas especificidades e, assim, destacar os conteúdos que nos permitem a análise do espaço urbano sob o prisma da violência.

A compreensão da espacialização dos crimes em Sorocaba estimula o rompimento com a visão superficial de se analisar a questão da violência urbana nas cidades de forma geral, normalmente explicado pela existência de focos de violência. A ideia é de transcender os paradigmas impostos especialmente pelos meios de comunicação, mercado imobiliário e Estado.

3.2. PRINCIPAIS RESULTADOS DA PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE A VIOLÊNCIA URBANA EM SOROCABA

A aplicação de questionários junto aos moradores da cidade de Sorocaba possibilitou aproximar elementos teóricos relacionados ao tema do novo urbanismo militar e da formação do estado de exceção com o pensamento da população sobre violência urbana e possíveis soluções para atenuá-la.

Do total de questionários aplicados, 60,4% foi respondido por mulheres e 39,6% por homens. Segundo o Censo (2010), dos habitantes de Sorocaba, 51,07% são mulheres e 48,93% são homens. Com relação ao estado civil, 55,23% eram casados, 38,18% solteiros, 4,55% divorciados e 2,05% viúvos.

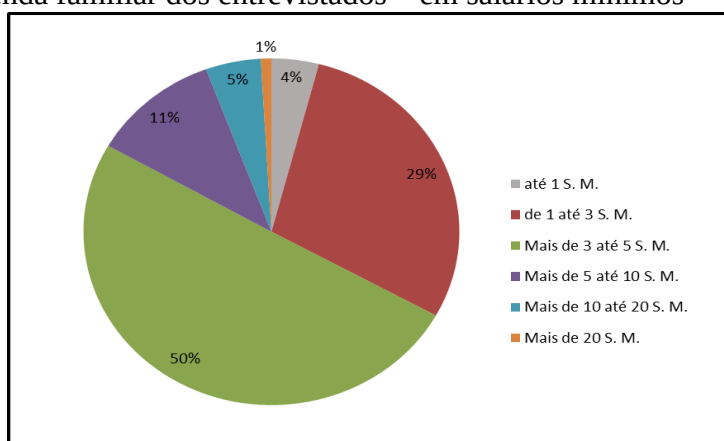
O nível de escolaridade que predominou entre os entrevistados foi o Ensino Médio completo, totalizando 59,9%. Seguido do Superior Completo com 14,2%, Ensino Médio incompleto com 7%, Superior Incompleto 6,8%, Pós-Graduação e Ensino Fundamental completo, ambos com 5,4% e, com menor quantidade, Sem Escolaridade e Ensino Fundamental incompleto, que contabilizou 0,7% cada.

As respostas sobre a cor da pele declarada pelos entrevistados demonstraram que 72,18% eram brancos, 14,02% pretos, 13,10% pardos, 0,69% amarelos. Nenhum dos entrevistados se declarou índio.

Com relação aos tipos de moradia, 87,27% dos entrevistados afirmaram morar em casa, 7,27% em apartamento em condomínio e 5,45% em casa em condomínio.

Os dados também revelaram que metade dos entrevistados possuem uma renda familiar de mais de 3 até 5 salários mínimos, como pode ser observado no gráfico 1.

Gráfico 1 – Renda familiar dos entrevistados – em salários mínimos



Fonte: Felipe Comitre (2016)

A faixa de rendimento de 1 até 3 salários mínimos também é muito frequente entre os entrevistados, com um total de 29%. A faixa de renda com a menor quantidade de entrevistados é a de superior a 20 salários mínimos, fator que contribui para a compreensão da concentração de renda no município de Sorocaba.

Aproximando-se com a questão da violência urbana e do medo em Sorocaba, foi indagado aos habitantes sobre os principais fatores que causam medo na cidade. As opções de resposta, quase que em sua totalidade, relacionavam-se com o crime. A exceção foi a opção das ações policiais, pois não são consideradas como crime pelo discurso jurídico, mas que dependendo de sua forma de atuação, podem resultar na imposição de crimes e violações dos direitos do cidadão.

A escolha de opções relacionadas ao crime se embasou na dificuldade de se mensurar o medo. Como já foi abordado nos capítulos anteriores, o medo consiste em um aspecto subjetivo, portanto, apresenta variações de acordo com a vivência e com os aspectos culturais de cada indivíduo. Assim, a indicação de itens específicos sobre o medo na cidade poderia variar desde o medo do abandono do espaço público ao medo de se deparar com pessoas de outra classe social.

A limitação dos motivos do medo na cidade para a esfera do crime também foi considerada a mais adequada, pois existe um processo de padronização do medo em percurso nas cidades, que é o medo da criminalidade violenta, definido por Baierl (2004) como “medo social”. O “medo social” se adentra no imaginário da população urbana principalmente nas cidades norteadas pelos ideais do novo urbanismo militar, como é o caso de Sorocaba.

3.2.1. DADOS PRIMÁRIOS ACERCA DO MEDO EM SOROCABA: ENTRE NÚMEROS, DADOS ESTATÍSTICOS SECUNDÁRIOS E RELATOS

A intenção da utilização de dados primários é a de relacionar o medo com a permissividade de se impor estratégias do novo urbanismo militar em Sorocaba. Assim, verificar o medo do crime na cidade, o ‘medo social’, tornou-se um importante aliado para compreender como a população acata o discurso do poder público e de alguns setores do poder privado que resultam na ampliação da militarização urbana e do estado de exceção em Sorocaba.

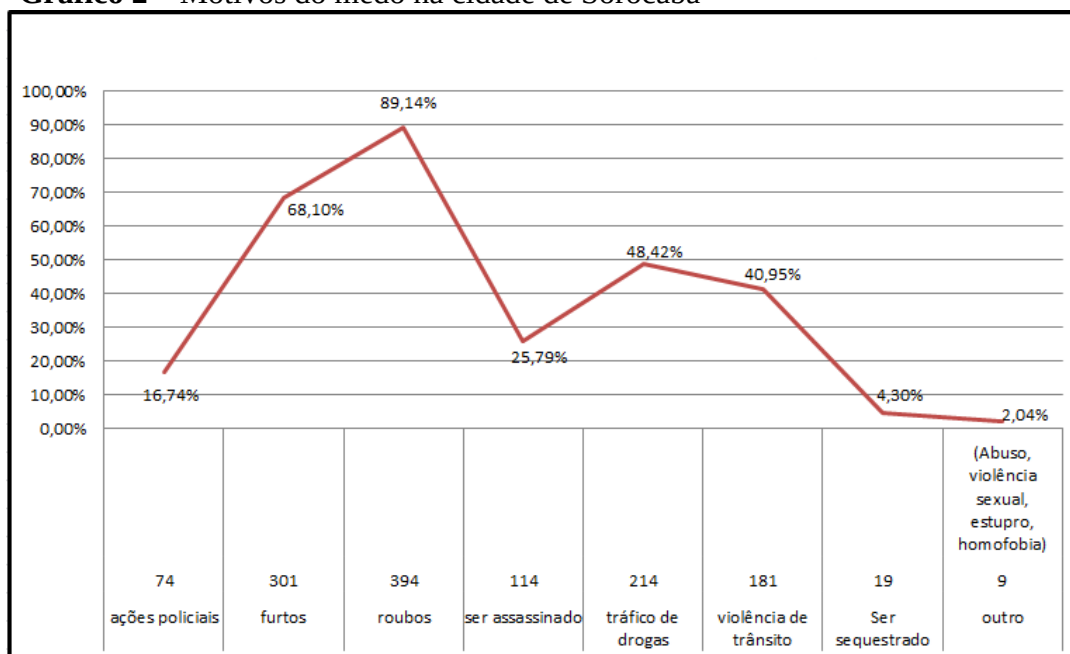
Com a intenção de ampliar o leque de reflexão sobre a relação entre medo e violência, foi realizado o cruzamento de dados das respostas do questionário aplicado com os habitantes de Sorocaba. Além disso, as informações obtidas por meio das entrevistas foram associadas aos dados estatísticos.

O cruzamento de dados possibilitou perceber que existe diferenciação do medo na cidade de acordo com a faixa de rendimento, com a cor, com o sexo, com a escolaridade e com o tipo de moradia dos entrevistados. A distinção de classe social, típica da cidade capitalista, é responsável por interferir no medo e na violência na cidade de Sorocaba.

Apesar de o questionário ser característico do método quantitativo, é possível utilizar os dados estatísticos para fomentar novas argumentações e reflexões sobre o tema, contribuindo assim para o fortalecimento da análise qualitativa.

A análise da compreensão do medo entre os sorocabanos obteve a contribuição das respostas oriundas do item do questionário que indagava sobre os principais motivos do medo na cidade de Sorocaba. As respostas podem ser observadas no gráfico 2.

A análise do gráfico permite afirmar que o sorocabano apresenta mais preocupação e medo com relação aos crimes contra o patrimônio, destacando-se o medo de ser roubado ou furtado, que apresentam, respectivamente, os indicadores de 89,14% e 68,10% das respostas dos entrevistados.

Gráfico 2 – Motivos do medo na cidade de Sorocaba

Fonte: Felipe Comitre (2016)

Apesar dessas respostas poderem estar atreladas a divulgação em Sorocaba de mais ocorrências de roubo do que de assassinatos, o resultado revela ainda que os valores capitalistas se adentram e enraízam cada vez mais na mente da população de Sorocaba. Na cidade capitalista, o ter vale mais do que o existir. Tal análise pode ser comprovada quando se compara o medo de ser roubado e o de ser assassinado: em Sorocaba, o medo de ser roubado é mais de três vezes superior ao medo de ser assassinado.

A sobreposição do ter ao existir presente entre os habitantes de Sorocaba se aproxima do que Santos (2012) define como o consumidor mais-que-perfeito. O autor afirma que a ascensão do consumidor ocorre simultaneamente ao declínio do cidadão.

O consumo, sem dúvida, tem sua própria força ideológica e material. Às vezes, porém, contra ele, pode-se erguer a força do consumidor. Mas, ainda aqui, é necessário que ele seja um verdadeiro cidadão para que o exercício de sua individualidade possa ter eficácia. Onde o indivíduo também é cidadão, pode desafiar os mandamentos do mercado, tornando-se um consumidor imperfeito, porque insubmisso a certas regras impostas de fora dele mesmo. Onde não há o cidadão, há o consumidor mais-que-perfeito. É o nosso caso. (SANTOS, 2012, p. 56)

Ao se deparar com as respostas dos sorocabanos, evidencia-se que os mandamentos do mercado direcionam as relações sociais na cidade. Até mesmo a questão subjetiva do medo se encontra respaldada pelo consumo, e não pela cidadania.

A atuação dos meios de comunicação, das empresas de segurança privada e do mercado imobiliário possui destaque na alteração do plano simbólico dos habitantes da cidade. Isso pode contribuir para o medo de perder um patrimônio ser superior ao de perda da vida.

Os crimes contra a pessoa – crimes contra a vida – não geraram tanto receio quanto aos crimes contra o patrimônio na cidade de Sorocaba. O medo de ser assassinado foi escolhido por 114 entrevistados, o de ser sequestrado apenas 19 e a opção outros obteve 9 menções, destacando neste item as ações contra a pessoa, como abuso, violência sexual e estupro.

Contudo, uma possível explicação para a maior incidência de menções relacionadas ao crime contra o patrimônio se sustenta na quantidade dos tipos de crime, visto que roubos e furtos são bem mais frequentes nas cidades quando se comparado aos homicídios.

A violência de trânsito, que foi a quarta opção mais votada, também merece uma atenção especial na associação com o medo na cidade. Apesar de refletir diretamente na violação da vida, a violência de trânsito também possui uma relação indireta com o valor dado ao automóvel pela sociedade brasileira. O culto ao carro e o *status* que esse patrimônio proporciona a determinados habitantes pode ser um importante indicador de a população sorocabana elencar a violência de trânsito como um elemento relevante na geração da insegurança e do medo na cidade.

A reflexão que surge neste instante é: o medo da violência de trânsito é elevado em Sorocaba devido ao risco de se perder a vida ou de ter seu patrimônio danificado?

O contato com dados estatísticos demonstra que a violência de trânsito é um fenômeno preocupante na cidade de Sorocaba. De acordo com a reportagem de Santana, publicada no Jornal Cruzeiro do Sul no dia 09 de fevereiro de 2014, no ano de 2013 “[...] foram 90 mortes classificadas como homicídio culposo por acidente de trânsito e outras duas contabilizadas como homicídio doloso, com intenção de matar”. Segundo a mesma reportagem, os números de 2013 demonstram um aumento de 55% com relação aos dados do ano de 2012.

A violência de trânsito se concretiza em Sorocaba pelo respaldo da relação entre valorização do automóvel e irresponsabilidade ao dirigir. Márcia Pontes, especialista em planejamento e gestão de trânsito, revela em reportagem concedida a Anderson Silva, do Jornal Zero Hora, no dia 30 de dezembro de 2015, que o culto ao carro faz com que o motorista se sinta superior perante aos demais agentes presentes no trânsito, como o ciclista e o pedestre.

O medo do tráfico de drogas também foi bastante relatado pelos entrevistados, mais precisamente por 48,42% dos que responderam ao questionário. A política de guerra às drogas tão presente na sociedade brasileira também é vivenciada em Sorocaba, fomentando, muitas vezes, a militarização urbana. As áreas reguladas pela comercialização das drogas seguem um dinamismo que não se limita a atuação dos traficantes. Muito pelo contrário, confere novos poderes, corrupções e mais violência em um cenário que engloba polícia, morador da periferia, milícias e consumidores.

Karam (2015) defende que:

Formal ou informalmente autorizados e mesmo estimulados por governantes, mídia e grande parte do conjunto da sociedade a praticar a violência, expõem-se à prática ilegais e a sistemáticas violações de direitos humanos, inerentes a uma atuação fundada na guerra. A missão original das polícias de promover a paz e a harmonia assim se perde e sua imagem se deteriora, contaminada pela militarização explicitada na política de “guerra às drogas”. (p. 37)

A política de guerra às drogas é visível e concebida e acaba ocasionando a formação de relações específicas no espaço urbano. Legalidades e ilegalidades, violências e violações de direitos, polícia e bandido, criminoso e vítima, paz e guerra são práticas e resultados dialéticos que transformam a reprodução da vida em locais normatizados pela guerra às drogas e, mais especificamente, pela militarização urbana.

É comum, no Brasil, ouvir denúncias de que a comercialização das drogas nas cidades adota uma estratégia muitas vezes alinhada entre traficantes e policiais. Contudo, em alguns momentos, percebe-se uma ruptura do acordo entre eles, o que alavanca os indicadores de violência no espaço urbano, especialmente nos bairros pobres que sofrem cotidianamente com a presença do tráfico de drogas e as operações policiais.

O consumo das drogas abrange as distintas partes do espaço urbano. Porém, a guerra às drogas promovida pelo poder público apresenta uma limitação físico-

territorial. A atuação da polícia no combate ao tráfico ocorre, quase que exclusivamente, nos bairros periféricos que sofrem diretamente com o modelo de controle social oriundo da guerra às drogas, assemelhando-se mais apropriadamente ao controle socioespacial do pobre.

De acordo com os relatos de moradores de periferias em Sorocaba, as atuações policiais são, muitas vezes, carregadas de violência e violações constitucionais, que se espalham a todos os moradores, não se limitando aos traficantes.

Chico²¹, morador do Laranjeiras, disse em entrevista que “a polícia deveria fazer o seu trabalho da mesma forma em todas as partes da cidade. A atuação devia ser a mesma no Campolim e no Laranjeiras”. (CHICO, 2015)

O relato de Chico converge com as práticas dos policiais que são pautadas em excessos contra muitos habitantes da periferia. Basta conversar com os moradores das periferias pobres para se deparar com relatos de abuso de poder e falta de respeito durante as operações policiais.

Outro relato que demonstra os abusos da polícia pelos habitantes das periferias é o de dona Palmira²², moradora do bairro Habiteto. Ela fala sobre uma situação envolvendo policiais e um de seus filhos:

P.: Um dia meu filho estava chegando do cursinho da UFSCar, que ele fazia. Ele saía da escola e ia direto para o cursinho. Meu filho só conseguia pegar o último ônibus para voltar para casa. Um dia, quando ele desceu do ônibus, eu moro bem próxima do ponto de ônibus, ele foi abordado pela polícia. O policial perguntou para o meu filho de onde que ele estava vindo e meu filho respondeu que estava vindo do cursinho. O policial continuou dizendo que sabia de qual cursinho meu filho estava voltando e chamou meu filho de macaco. Meu filho continuou falando que estava vindo do cursinho. O policial pediu para ver o que tinha na mochila, revistou tudo e viu que só tinha material de escola. Depois disso o policial deu uma 'bicuda' no meu filho e disse que o meu filho tinha três segundos para sumir da frente dele. Ainda bem que meu filho estava pertinho de casa. Deu tempo de correr e entrar em casa. (PALMIRA, 2017)

O relato de dona Palmira reforça a relação conflituosa e de desconfiança existente entre moradores do Habiteto e policiais militares. Durante a entrevista, dona Palmira relatou vários casos de abusos policiais envolvendo seus filhos e outros moradores que ela conhece ou conhecia do Habiteto.

²¹ O nome Chico é fictício.

²² O nome Palmira é fictício, pois se pretende manter a identificação dos entrevistados em sigilo.

Por outro lado, os policiais se sentem acanhados no ambiente hostil que se tornou a periferia, consequentemente, deslocam-se para as operações policiais como fossem literalmente a uma guerra.

Os relatos de violência entre moradores de Sorocaba e a polícia podem ser analisados com o apoio dos dados de ocorrências envolvendo policiais civis e militares disponibilizados pelo site da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

A tabela 2 demonstra as ocorrências envolvendo policiais civis e militares no Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior, DEINTER 7, responsável pela abrangência da região de Sorocaba entre os anos de 2005 e 2016.

O DEINTER 7 abrange cinco Delegacias Seccionais: Sorocaba, Avaré, Botucatu, Itapetininga e Itapeva. Totalizando 78 cidades, sendo que a sede do Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 7 fica no município de Sorocaba.

É importante salientar que no período analisado ocorreram alterações de metodologia para a obtenção dos dados. Entre setembro de 2008 e março de 2015, a letalidade policial era calculada por meio das mortes legítimas representadas em duas classes: “morte decorrente de intervenção policial em serviço” e “homicídio doloso fora de serviço reações”. A partir de abril de 2015, houve a mudança das divisões, existindo a “morte decorrente de intervenção policial em serviço” e a “morte decorrente de intervenção policial fora de serviço”.

Os dados da letalidade policial não são contabilizados nos indicadores de homicídios, visto que são considerados como intervenção policial, consistindo em ações legítimas.

Tabela 2 – Ocorrências envolvendo policiais civis e militares – DEINTER 7

OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO POLICIAIS CIVIS E MILITARES – Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior - DEINTER 7																										
ANO	2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		TOTAL	
	Civil	Militar	Civil	Militar	Civil	Militar	Civil	Militar	Civil	Militar	Civil	Militar	Civil	Militar	Civil	Militar	Civil	Militar	Civil	Militar	Civil	Militar	Civil	Militar	Civil	Militar
Pessoas mortas em confronto com a polícia em serviço	0	9	0	11	1	13	3	10	1	10	1	8	4	6	0	6	0	14	1	33	1	28	0	27	12	175
Pessoas mortas por policiais de folga	0	0	0	1	2	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	5	5	8
Pessoas feridas em confronto com a polícia em serviço	1	23	1	23	3	7	2	9	1	12	0	12	0	9	1	16	0	9	0	20	8	19	0	23	17	182
Pessoas feridas por policiais de folga	0	1	0	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	4	1	1	2	10
Policiais mortos em serviço	0	0	0	2	0	5	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	1	0	1	0	2	0	0	3	11
Policiais feridos em serviço	4	10	11	17	6	27	4	8	4	15	5	11	5	25	7	7	4	8	5	16	6	20	5	5	66	169

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP). Elaborado por Comitê (2016).

O período escolhido, de 2005 até 2016, deu-se pelo fato da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo não fornecer os dados por DEINTER até 2004. Isto é, os dados eram computados de acordo com quatro variáveis: capital, Grande SP, Interior e Estado, o que impossibilitou o entendimento das ocorrências envolvendo policiais na região de Sorocaba.

Os dados revelam que nas cidades do DEINTER 7, assim como no estado de São Paulo e no Brasil, a polícia mais mata em serviço do que morre, principalmente a Polícia Militar. Entre os anos de 2005 e 2016, houve 187 pessoas mortas em confronto com policiais na área de abrangência do DEINTER-7, sendo 175 vítimas das atuações dos policiais militares e 12 da polícia civil. Por outro lado, foram 11 policiais militares e 3 policiais civis mortos em serviço no período.

De acordo com os dados nacionais, fornecidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil teve 3.345 pessoas mortas por policiais, civis e militares no ano de 2015. O dado contabiliza as pessoas mortas em confronto com a polícia em serviço e as pessoas mortas por policiais de folga. Em contrapartida, foram 393 policiais mortos em serviço.

Os números mencionados do caso nacional revelam que a taxa de letalidade policial no Brasil em 2015 foi de 1,6 por 100 mil habitantes. A reportagem de Acayaba (2016) demonstra que em 2015 o estado com maior letalidade policial foi o Amapá, com 5 por 100 mil habitantes, seguido pelo Rio de Janeiro, com 3,9 por 100 mil habitantes. O estado de São Paulo registrou a taxa de 1,24 por 100 mil habitantes.

Como pode ser observado na tabela 2, foram 29 pessoas mortas em confronto com a polícia em serviço e 2 pessoas mortas por policiais em folga na região do DEINTER-7 em 2015. O delegado diretor do Departamento de Polícia Judiciária do Interior (DEINTER-7), José Aparecido Sanches Severo, informou por meio de reportagem concedida para o jornal Diário de Sorocaba em 14 de maio de 2016 que a população estimada do DEINTER-7, em 2015, era de aproximadamente 3 milhões.

Usando os dados da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo sobre a letalidade policial e a estimativa da população do DEINTER-7, informada pelo delegado Severo, chega-se à conclusão que em 2015 a taxa de letalidade policial na região de Sorocaba foi de 1,03 por 100 mil habitantes.

A análise das taxas de letalidade policial permite afirmar que a média da região de Sorocaba é inferior à média nacional, que foi de 1,6 por 100 mil habitantes, e também abaixo da taxa do estado de São Paulo, que foi de 1,24 por 100 mil habitantes.

Apesar de os indicadores não demonstrarem uma situação de caos e emergência com relação à letalidade policial na região de Sorocaba, o dado obtido por meio da aplicação do questionário junto à população de Sorocaba revelou que 16,74% dos entrevistados afirmaram ter o receio das ações policiais.

A taxa de receio das ações policiais converge com a relação de intolerância e ódio recíproco entre policiais e moradores da cidade de Sorocaba, sobretudo da população periférica, que será mais bem compreendido com o cruzamento de dados do questionário.

A análise da tabela 2 permite afirmar que a letalidade policial se encontra em ascensão na região de Sorocaba. Entre os anos de 2005 e 2014, os indicadores apresentavam um ritmo que não ultrapassou o número de 14 pessoas mortas em confronto com a polícia, essa em serviço ou em folga. Porém, a partir de 2014, os dados mais que duplicaram, sendo que em 2014 foram 34 mortos, em 2015 abaixou para 31 e em 2015 chegou a 33 pessoas mortas em decorrência de atuação policial, em serviço ou em folga.

Outro dado que merece ser analisado é o número de policiais feridos em serviço no DEINTER-7 entre 2005 e 2016. No período, foram 169 policiais militares e 66 policiais civis feridos. Os números demonstram a dificuldade no cotidiano dos policiais, isto porque eles convivem com o risco de ser morto ou ferido durante o serviço ou a folga.

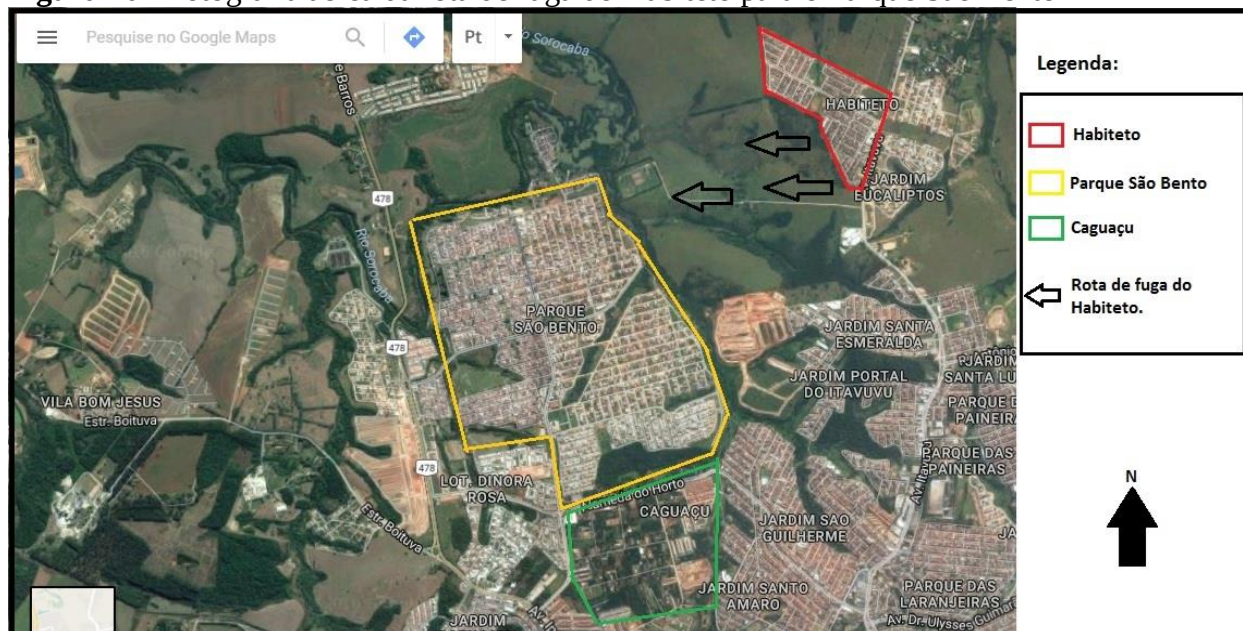
O policial militar que concedeu a entrevista para a tese²³ relatou o caso de um colega de trabalho que foi morto em serviço no ano de 2014:

PM.: Você soube do policial que foi metralhado dentro da viatura em 2014? Eu estava em dia de serviço. Foi na avenida Itavuvu. Os assassinos estavam com dois carros “dublê”, aparelharam e metralharam a viatura. Depois dos disparos eles entraram com os carros no Habiteto, largaram o carro e fugiram pela mata com cavalos até o Parque São Bento. (PM, 2016)

²³ No mês de dezembro de 2016, foi realizada uma entrevista com um policial militar que atua na cidade de Sorocaba desde o ano de 2004. A concessão da entrevista se deu pelo acordo de se manter o mais rigoroso sigilo ao entrevistado, já que o policial poderia sofrer retaliação da corporação, dos demais policiais e de determinados habitantes da cidade.

A rota de fuga dos assassinos, por meio de uso de cavalos, mencionada pelo policial entrevistado, pode ser visualizada na figura 10.

Figura 10 - Fotografia aérea da rota de fuga do Habiteto para o Parque São Bento



Fonte: *Google Earth* (modificado por Felipe Comitre).

O relato do policial entrevistado apresenta uma situação que converge com o relato de dona Palmira e que talvez explique os motivos para ao cenário de guerra que se instaurou na periferia da zona Norte de Sorocaba após a morte do policial militar no ano de 2014. Dona Palmira, ao ser perguntada sobre as atuações policiais no Habiteto, contou sobre a morte de dois meninos no bairro:

P.: No Habiteto tinham dois jovens, um de 16 e outro de 17 anos, que eram 'aviãozinho' dos traficantes. O sonho desses meninos era ir um dia ao McDonald's. Não lembro ao certo em qual ano que fizeram um McDonald's na avenida Itavuvu, perto de casa. Um pouco depois que inaugurou aquele McDonald's tinha uma promoção que quem comprava o lanche ganhava um copo. Eles acharam que essa era a oportunidade de comerem no McDonald's e realizar o sonho. Nossa, essa história chocou o bairro! Os meninos pegaram o dinheiro e um deles avisou a mãe que estava indo ao McDonald's e que iria comer o lanche e trazer o copo para ela. Eles pegaram uma moto velha dos amigos deles, a moto estava toda irregular, sem placa e eles sem habilitação. Mesmo assim os meninos foram no McDonald's comer o lanche. A polícia conta outra versão, mas a que eu estou falando é a verdadeira desse fato. Na volta para casa eles passaram no posto Príncipe para abastecer, e lá sempre trabalha um policial disfarçado como segurança. A hora que eles passaram no posto para abastecer eu

acho que o segurança reconheceu os meninos, porque os policiais não saem do bairro. E também eles viram a moto sem placa, sem nada e acionaram a viatura. A hora que os meninos saíram do posto eles perceberam que estavam sendo perseguidos pela polícia. Sabendo disso eles começaram a correr. Eu acho que qualquer jovem faria isso na mesma situação porque existe o medo. Eles devem ter pensado que estavam sem habilitação e no nosso bairro todos sabem que os policiais matam mesmo, então, os meninos fugiram. Quando os meninos chegaram na entrada do bairro, na hora que fizeram a curva para entrar a polícia atirou neles, no meio das costas do que estava na garupa da moto. Só que o tiro atingiu o menino que estava na frente também. A arma dos policiais era tão potente que a bala varou o menino e acertou o outro. E os policiais não pararam de atirar. Os policiais pegaram os dois jovens e levaram para um terreno no fundo do bairro, colocaram os meninos nos buracos que tem de construção no terreno e fuzilaram os meninos. Os policiais não deixaram ninguém se aproximar para saber quem era. Muita gente viu porque isso era onze e meia da noite. Muita gente presenciou isso. Dessa vez foi a que teve uma guerra do crime contra a polícia, se eu não me engano foi em 2014. Foi horrível! Era uma guerra. E desnecessária porque os policiais mataram dois jovens inocentes. Os meninos não estavam armados e não enfrentaram os policiais. Eles só estavam querendo fugir dos policiais. (PALMIRA, 2017)

Existe a hipótese de os relatos do policial e de dona Palmira estarem inter-relacionados, pois o McDonald's da avenida Itavuvu foi inaugurado em novembro de 2013. De acordo com o relato de dona Palmira, algum tempo depois, os jovens se deslocaram para o estabelecimento para comer o lanche, ou seja, no início de 2014.

A análise de jornais da cidade de Sorocaba permitiu descobrir que a morte dos jovens ocorreu na madrugada do dia 13 de março de 2014. Portanto, tudo indica que a morte dos jovens pela polícia originou uma retaliação contra policiais por parte dos traficantes do Habiteto. Consequentemente, no dia 27 de abril, o policial militar Sandro Luiz Gomes foi morto no bairro Paineras, na avenida Itavuvu, como se observou no relato do policial transcrito anteriormente.

Após a morte dos dois jovens, os moradores dos Habiteto realizaram protestos contra a atuação da polícia militar no bairro. Os moradores afirmavam que os jovens tinham sido executados. A versão da polícia, de acordo com a reportagem de Gallonetti (2014), é que o confronto ocorreu após os jovens tentarem matar um segurança do posto de gasolina na Avenida Itavuvu.

A visão de dona Palmira, que segundo ela converge com a opinião de muitos habitantes do bairro Habiteto, contraria o argumento dos policiais. Para a moradora do Habiteto, os policiais cometeram excessos na forma de atuar contra os dois jovens.

O posicionamento de dona Palmira é compatível com os aparatos legais que norteiam a prática dos agentes repressivos do Estado, isto porque em nenhum momento os jovens promoveram um enfrentamento aos policiais, isto é, os policiais não correram risco de morte.

Logicamente que os jovens infringiram algumas regras previstas na legislação, contudo, a indagação de dona Palmira é se os jovens mereciam a morte ou um julgamento coerente com o crime cometido, que foi o de dirigir sem habilitação e com a motocicleta irregular.

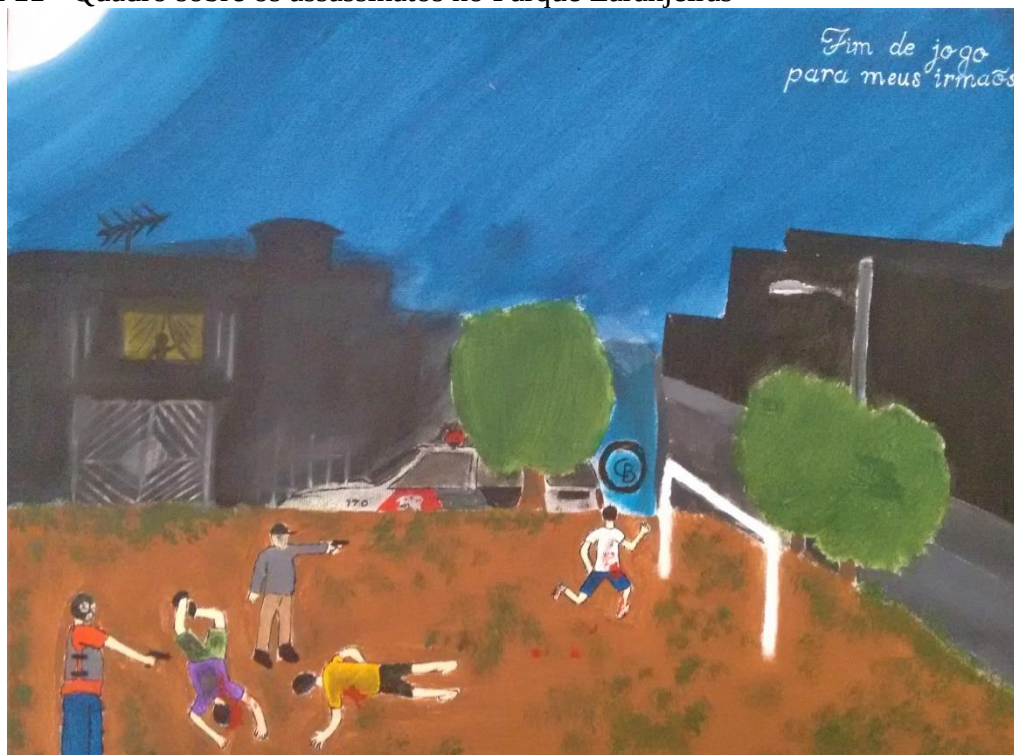
Percebe-se, com o caso mencionado pelos entrevistados, que a violência combatida com violência ocasiona o avanço dos crimes na cidade de Sorocaba. Isso se evidencia com a onda de assassinatos que acometeu Sorocaba após a morte do policial militar Sandro.

De acordo com a reportagem de Eloy de Oliveira, publicada no dia 30 de abril de 2014, “Sorocaba (SP) já registra 15 assassinatos desde o último domingo (27), a maioria por tiro. O primeiro crime foi o que vitimou o policial militar Sandro Luiz Gomes, de 35 anos, na madrugada de domingo”. Os corpos das vítimas foram encontrados principalmente na zona Norte, nos bairros Jardim Casa Branca, Jardim Zulmira, Nova Sorocaba, Paineiras, Vitória Régia, Vila Hortência, Itanguá e Parque Laranjeiras.

Os moradores da periferia, inclusive de bairros atingidos pela onda de assassinato, afirmam que os homicídios existentes tinham relação direta com a morte do policial e foram praticados por policiais à paisana. O entrevistado Dimas afirmou que “No ano passo mataram um policial militar, a polícia veio até aqui e matou três meninos no Laranjeiras, matou três no bairro Paineiras. Então tem o local certo que eles escolhem para se vingar”. (DIMAS, 2015).

A morte de três pessoas no Parque Laranjeiras ocorreu em um campo de futebol. O acontecimento foi retratado por um menino do bairro durante uma oficina de pintura proposta por um projeto social existente no Parque Laranjeiras, como pode ser observado na figura 11.

Figura 11 - Quadro sobre os assassinatos no Parque Laranjeiras



Fonte: acervo do projeto social Parque Laranjeiras (2017).

A imagem retrata os tiros disparados contra três jovens que estavam no campo de futebol do bairro Laranjeiras. O título utilizado pelo menino, “Fim de jogo para meus irmãos”, faz referência a uma música do grupo de rap Sinapse e CIA, formada por moradores da zona Norte de Sorocaba.

Na tentativa de confirmar a hipótese entre a morte do policial e os assassinatos em Sorocaba, no decorrer da entrevista com o policial houve a seguinte indagação: “Logo após o assassinato do policial houve uma onda de assassinatos em Sorocaba. A polícia tem alguma relação com isso”?

A resposta do policial foi a seguinte: “Aí ninguém sabe o que aconteceu. Vinha tendo uma onda de crimes e foi uma coincidência”. Contudo, ao dar o relato que estava sendo gravado em áudio, o policial entrevistado negava por meio de gestos manuais e faciais o que ele dizia ser coincidência.

Subentende-se, portanto, que foi sim uma retaliação da polícia devido à morte do policial Sandro. Porém, existe todo um procedimento de se negar a atuação da polícia com os quatorze homicídios ocorridos em Sorocaba no período.

É possível afirmar, portanto, que a onda de assassinatos nos primeiros meses de 2014 em Sorocaba teve como início a morte de dois jovens do Habiteto por policiais

militares, após isso, o PCC (facção que comanda o tráfico no Habiteto) exigiu a morte de policiais, o que culminou na morte do policial Sandro. Por fim, após a morte do policial, outros quatorze assassinatos foram executados na cidade. Percebe-se, assim, que a contenção da violência por meio de táticas violentas gera cada vez mais mortes, medo, ódio e instabilidade na relação entre policiais e moradores de periferia.

A entrevista com o policial permitiu se perceber como é o pensamento dos policiais sobre a população periférica. Durante os relatos, ficou evidente a forma como policiais e moradores da periferia se relacionam.

De acordo com o policial:

PM.: Lá do fundão da zona Norte a gente percebe que o pessoal odeia nós, odeia a polícia e odeia o poder público. Mas são as mesmas pessoas que fazem protesto e queimam pneus quando uma criança é atropelada. O pai e a mãe não cuidam, deixam as crianças brincando na rua e, assim, o próprio vagabundo que está usando o carro roubado ou a moto irregular com o número do chassi e do motor riscado, que eles dizem ser de leilão, mas que não são, atropelam as crianças do bairro. Os vagabundos empinam motos que eles dizem que é de leilão, mas são motos roubadas. A molecada sem habilitação, empinando e tirando rachas atropelam crianças. Quando isso acontece os moradores fazem manifestação, interdita a via. Mas na hora que a gente está fiscalizando e aborda a população daquela área para verificar as ilegalidades cometidas eles falam que a polícia os aborda porque eles são pobres. Então a própria população se exclui. (PM, 2016)

O relato do policial revela o ódio existente entre eles. O próprio policial afirmou em entrevista que “Eu acredito que a relação de ódio entre os moradores das periferias e a polícia nunca vai acabar”.

Durante a entrevista com dona Palmira houve a seguinte indagação:

F.C.: Existe algum enfrentamento dos moradores do bairro com relação à presença da polícia? A polícia pode entrar no bairro?

P.: A polícia entra no bairro a hora que ela quiser. Eles entram o fazem o que quiserem. Eles jogam bomba dentro das casas de quem eles querem. Eu tenho prova de casas de amigas minhas com a porta tudo arrebitada de bomba que os policiais jogaram. Sendo que na casa só mora ela e um filho de 14 anos, eles só trabalham e vão para a igreja. É uma casa que não tem nada de errado. (PALMIRA, 2017)

A fala de dona Palmira é que não existe resistência à entrada dos policiais no Habiteto. Contudo, no relato pode ser verificado que isso não significa a não existência de abusos feitos pelos policiais, como foi exemplificado com o caso de sua amiga.

O posicionamento do policial sobre a entrada no Habiteto é diferente, para ele:

PM: Eu comecei a trabalhar na PM de Sorocaba em 2013. Quando eu cheguei as viaturas não podiam entrar no Habiteto porque era apedrejado, a criminalidade lá era muito intensa, o tráfico comanda. A população não gosta da polícia, não queria receber o policiamento e se vai lá vai arrumar uma ‘zica’ para o policial mesmo. Após a atuação da Companhia Alfa²⁴ a criminalidade diminuiu no Habiteto. Veja você, atualmente está se tornando comum a população do Habiteto ligar para o 190 para atender ocorrência lá. Como briga de marido e mulher, acidente de trânsito. O que não acontecia de jeito nenhum. (PM, 2016)

O relato do policial demonstra que a situação do bairro Habiteto era insustentável, sendo comum os moradores atacarem as viaturas. No mesmo relato, o policial disse que não é aconselhável a entrada de policiais no Habiteto com apenas uma viatura. Apesar das dificuldades, o policial afirma que a situação vem melhorando no bairro, especialmente após o início da atuação da Companhia Alfa em agosto de 2015.

A relação entre polícia e moradores de bairros periféricos materializa a contradição imposta ao espaço urbano. O que existe é uma prática de ódio recíproco pela qual os oprimidos fardados e os oprimidos matáveis (traficantes e habitantes das periferias pobres) cometem ações responsáveis por privar os direitos elementares do outro para a reprodução da vida.

O coronel Íbis Pereira (2015) realiza um apontamento sobre a interferência do método da guerra contra às drogas na relação entre polícia e os traficantes das favelas cariocas, afirmando que:

Há trinta anos, ao menos, pelotões de servidores públicos armados, em sua maioria jovens negros e pobres (26 anos em média), são empurrados para dentro de bairros pobres – onde os aguardam outros jovens igualmente pobres e majoritariamente negros -, num esforço irracional para reduzir um comércio que o vazio do mundo contemporâneo só faz ampliar. A letalidade policial é incompreensível, desconsiderada essa sintonia entre o ideário da militarização da segurança pública e a representação coletiva do criminoso como um inimigo a ser varrido a canhonadas, fruto de um autoritarismo ancestral e socialmente admitido. (p. 43)

²⁴ De acordo com o policial entrevistado a Companhia Alfa consiste em uma unidade destinada a atuar especificamente na zona Norte de Sorocaba com a ampliação de efetivo de Militares vindos de outras unidades. A intenção é aumentar o patrulhamento e diminuir os crimes relacionados ao tráfico de drogas.

O argumento de Pereira (2015) revela que a estratégia de guerra às drogas, muito presente nas cidades adeptas do novo urbanismo militar, não é responsável por gerar um decréscimo na violência urbana. Muito pelo contrário, o modelo incorpora uma estratégia que esgota as possibilidades reais de enfrentar o problema da insegurança, além de alimentar o ódio entre as classes sociais semelhantes e oprimidas em nossa sociedade.

A realidade periférica impossibilita o esquecimento das operações policiais norteadas pela violência, visto que diariamente novas histórias são construídas pelos agentes repressores do Estado, tornando a periferia uma constante zona de guerra.

Percebe-se que a violência é um problema que assola toda a cidade, mas que as ações repressivas do Estado apresentam uma limitação territorial, isto é, concentram-se nas periferias pobres habitadas por seres matáveis, os *homo sacer*.

Carneiro (2013) explica que:

A repressão aos crimes não são uniformes nos territórios de uma cidade. A cultura policial é agir com mais “rigor” nos bairros periféricos das cidades, *hiperguetos* de pobreza material e intelectual, além dos locais habitados preponderantemente por etnias de afrodescendentes. Raramente, os bairros que concentram a riqueza econômica – em especial, os condomínios fechados de elevadíssimos padrões construtivos são importunados pelas organizações policiais com ações repressivas, reforçando as críticas de Foucault e de Caldeira, de que as estatísticas são utilizadas – nesses casos - como tecnologia de poder. (p. 48)

O entendimento da repressão do crime no espaço urbano feito por Carneiro (2013) evidencia que o mosaico urbano presente na cidade capitalista influencia diretamente na atuação policial. Os dados estatísticos e os relatos demonstram que os policiais convivem com o medo de ser vítimas durante o exercício de sua função, seja atuando na periferia ou em qualquer área da cidade. Por outro lado, os moradores das periferias pobres possuem o receio de se tornarem vítimas dos policiais ou do tráfico a qualquer instante.

É assim que o medo social se ascende em um modelo de gestão da violência que diferencia os policiais e os habitantes da periferia, ao invés de os aproximar. A intolerância entre polícia e morador de periferia oculta a realidade entre eles que é, muitas vezes, semelhante, pois os rendimentos dos policiais são compatíveis com a reprodução da vida em bairros periféricos, e não nos bairros mais nobres da cidade.

Ao ser indagado quanto ao receio de ser policial em Sorocaba, o entrevistado respondeu:

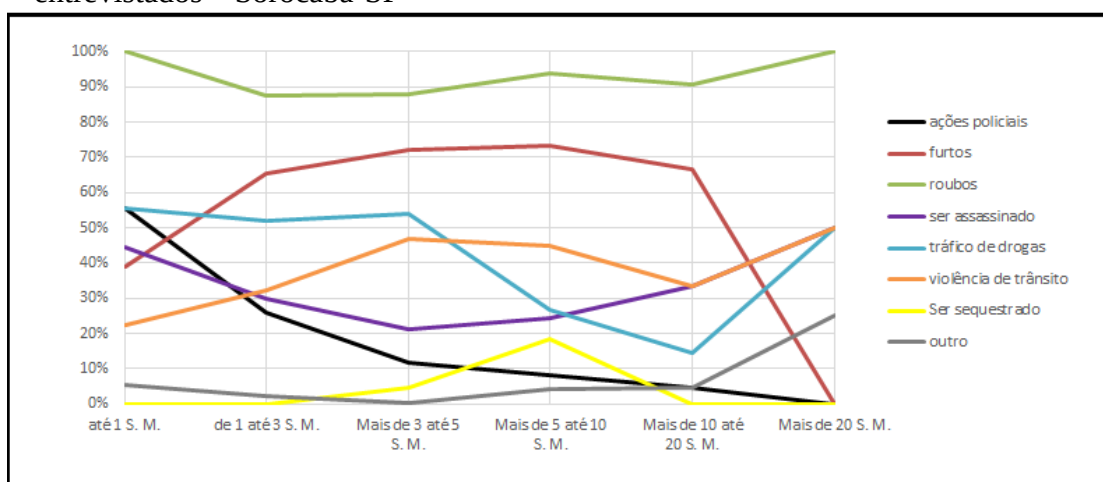
PM: Eu não. Particularmente eu não. Mas a grande maioria sim. Eu tenho receio só que aconteça algo com a minha família. Por exemplo, eu morava na zona Norte numa residência, uma casa normal. Eu juro por Deus do céu, eu não ia nem ao banheiro desarmado. Eu dormia armado, ia ao banheiro armado, se eu tivesse almoçando eu estaria armado, dentro da minha casa. Agora eu estou morando em outro lugar, é um condomínio, então a minha arma sempre está próxima de mim, mas não tanto como antes. (PM, 2016)

O policial afirma não ter medo de sua profissão, mas esclarece que o receio é comum entre a maior parcela dos policiais de Sorocaba. Mesmo com a afirmação de não ter medo de ser policial, a fala do entrevistado demonstra as instabilidades emocionais inerentes ao cotidiano do profissional. O entrevistado informou que não conseguia fazer tarefas diárias básicas, como ir ao banheiro, sem estar portando a sua arma. Além disso, relatou o medo de que aconteça algo com a sua família.

A situação dos policiais exposta pelo entrevistado contribui para a compreensão da existência das práticas beligerantes entre polícia e moradores periféricos. O resultado é o aumento da violência urbana contra ambos.

O questionário aplicado aos moradores de Sorocaba possibilitou fazer cruzamento de dados com relação ao medo na cidade, como é o caso do gráfico 3 que relaciona o medo com o rendimento salarial do entrevistado.

Gráfico 3 – Relação dos motivos do medo com o rendimento econômico dos entrevistados – Sorocaba-SP



Fonte: Felipe Comitre (2016).

Para a população com até 1 salário mínimo, o medo na cidade de Sorocaba está relacionado principalmente com os roubos (100%), com as ações policiais (56,6%), com o tráfico de drogas (56,56%) e com ser assassinado (44,44%).

O medo de ações policiais, do tráfico e de ser assassinado tem uma relação direta com o local de moradia dos habitantes com renda familiar de até 1 S. M. O salário incompatível com a aquisição de imóveis em áreas minimamente dotadas de infraestrutura força o pobre a ocupar as periferias caracterizadas pela presença de submoradias, pelo tráfico de drogas e por constantes operações policiais.

Carlos (2004) explica sobre a fragmentação urbana causada pela existência da propriedade privada:

A existência da propriedade privada significa a divisão e parcelarização da cidade, bem como a profunda desigualdade do processo de produção do espaço urbano que se percebe de forma clara e inequívoca no plano da vida cotidiana inicialmente revelada no ato de morar, que coloca o habitante diante da existência real da propriedade privada do solo urbano. (p. 27).

A cidade fragmentada, com a diferenciação de distribuição dos equipamentos coletivos e, principalmente, pela existência da propriedade privada, estabelece espaços permissivos e não permissivos de apropriação, resultando no cotidiano dos indivíduos.

O cotidiano dos moradores das periferias pobres possibilita a compreensão dos elevados indicadores de medo das operações policiais, do tráfico de drogas e de ser assassinado.

Os relatos dos moradores das periferias pobres de Sorocaba já mencionados neste capítulo demonstram os constantes abusos policiais. Na periferia, é comum a existência de excessos nas abordagens policiais, a entrada de policiais nas residências sem o mandado judicial, as torturas e homicídios oriundos da atuação da polícia e do tráfico.

Até o policial militar entrevistado mencionou que “Acontecia de entrar em casas do Habiteto para procurar os vagabundos. Alguns com mandados de busca e apreensão e outros sem”.

Dona Palmira, em entrevista, reforça que:

P.: Se eu for contar para você sobre todos os abusos de autoridade dos policiais que eu já vi no Habiteto, nossa é muita coisa! Lá os abusos existem todos os dias. Muitas vezes eu abri o portão de casa para

deixar os jovens se esconderem da polícia. Muitas vezes eu fico na calçada e dou suporte para os meninos que sofrem abusos dos policiais. (PALMIRA, 2017)

O abuso de poder da polícia na periferia pobre se sustenta pelo processo de criminalização da pobreza, fator que é ampliado por meio da imposição das táticas de militarização urbana. No novo urbanismo militar, o Estado se torna mais presente na periferia, porém não para dotação de infraestrutura, mas quase que exclusivamente por meio de ações repressivas, que em nada asseguram os direitos sociais a todos os cidadãos.

Em Sorocaba, o medo de ações policiais entre os habitantes vai decrescendo conforme se aumenta faixa de rendimento familiar. O medo de ações policiais foi relatado por 55,56% da população com até 1 S. M. Em contrapartida, o medo de ações policiais cai para 4,76% entre a população com rendimento de 10 até 20 S. M. e chega a 0% entre os habitantes com renda familiar superior a 20 S. M.

Ser assassinado vem se tornando um *modus operandi* nas periferias brasileiras. O receio que os pobres possuem de ser assassinado não é oriundo meramente da atuação da mídia por meio da valorização das notícias violentas. Mas principalmente pelo cotidiano marcado por relações repressivas em que os pobres estão submetidos.

O medo de ser assassinado também apresenta decréscimo conforme vai aumentando o rendimento familiar. Da população com até 1 S. M., a proporção de entrevistados que citou ter medo de ser assassinado foi de 44,44%, já a faixa de 1 até 3 S. M., foi de 29,92%. Contudo, a partir da faixa de rendimento superior a 10 S. M., existe uma retomada do receio de ser assassinado, sendo que na faixa de 10 até 20 S. M. alcança 33,33% e superior a 20 S. M. é de 50% dos entrevistados, fazendo dos membros da faixa de melhor rendimento os que mais têm medo de ser assassinado.

Para os mais ricos, a desigualdade social pode ser o principal motor para o medo de ser assassinado, visto que a condição de vida entre as classes mais ricas e as mais pobres é totalmente oposta.

Além disso, o estigma de associar o pobre ao violento pode também estimular a visão que o rico vive sob o risco iminente de morte. Tal estigma impulsiona a busca incessante dos mais ricos em afastar o pobre de seus bairros e áreas. Não à toa a população de melhor poder aquisitivo reivindica constantemente junto ao poder público, normas e ações que dificultam a livre circulação do pobre pelo espaço.

O medo da violência de trânsito apresenta uma relação inversa ao do medo das ações policiais em Sorocaba. Isto é, são as classes de melhores rendimentos que mais citaram o medo da violência de trânsito, sendo de 50% entre a população com rendimento superior a 20 S. M., 33% entre os de 10 e 20 S. M. e 44,9% entre os que apresentam a renda de 5 até 10 S. M.

O medo da violência de trânsito entre os habitantes com rendimento familiar até 1 S. M. é o menor de todos, com 22,22%. Uma possível explicação pode ser revelada pela dificuldade dos habitantes de menor poder aquisitivo obterem ou possuírem automóveis.

A cultura do automóvel e o *status* oriundo de possuir tal patrimônio são mais visíveis entre a população da classe média e alta financeiramente. Logicamente que o pobre também apresenta um imaginário que se associa com a cultura do automóvel, ainda mais nos últimos anos, pois o acesso ao veículo se tornou mais possível para muitos indivíduos por meio da facilidade de crédito e dos incentivos fiscais, como a redução do IPI. Porém, o cotidiano de deslocamento do pobre é mais compatível com o uso do transporte coletivo.

O medo de ser sequestrado só foi mencionado pelos entrevistados de rendimento entre as faixas de 3 a 5 S. M. e de 5 a 10 S. M, sendo de 4,5% e 18,37% respectivamente. As demais classes econômicas não citaram tal medo.

O indicador de ser sequestrado relacionado com o rendimento permite afirmar que é a classe média que mais possui o medo de ser sequestrado. O medo entre os habitantes da classe média coincide com as dificuldades de pertencimento da classe, visto que seu poder de compra mais se assemelha as classes de menores rendimentos, entretanto, seus interesses e simbologias convergem com o da população mais rica.

A instabilidade quanto à identidade e reconhecimento de classe contribui para desvendar o medo do sequestro entre a classe média: consideram-se ricos e, portanto, possíveis vítimas desse crime (deflagrando o medo potencial), contudo, não possuem renda suficiente para pagarem por segurança privada, carros blindados e outros serviços de segurança particular.

A ampla divulgação pela mídia de sequestros relacionados a pessoas famosas e ricas é um elemento que direciona a normatização da análise do sequestro como um crime específico da classe média e alta, ou seja, de caráter particularmente econômico e voltado à extorsão.

Pode-se afirmar que existe um esquecimento de outros fatores responsáveis por estimular o sequestro, como questões políticas²⁵, ideológicas, relações interpessoais e familiares, relações afetivas e exploração sexual.

A interpretação simplista do sequestro como uma questão exclusivamente econômica pode ter influenciado a resposta do questionário pelos habitantes de Sorocaba. Convergindo com a hipótese, o pobre, de maneira geral, não apresenta o medo do sequestro, pois acredita estar imune a esse tipo de crime.

O que chama a atenção é que a população com rendimento superior a 10 S. M. não tem medo de ser sequestrada na cidade de Sorocaba, pois a porcentagem de citação de medo deste tipo de crime nessa classe social foi nula. Uma das possíveis explicações para o fato se dá pelo pagamento de segurança privada juntamente com o uso de carros blindados e a aquisição de vários outros serviços relacionados ao aparato de segurança.

O medo de crimes contra o patrimônio, como os roubos e furtos, destacou-se em quase todas as faixas de rendimento familiar. O medo do roubo foi superior ao furto em todas as classes sociais.

A população com até 1 S. M. citou o medo do roubo em sua plenitude (100% dos entrevistados), já com relação ao furto, o indicador foi de 38,89%. O indicador de medo do furto para a população com rendimento de até 1 S. M. é o segundo mais baixo, com 38,89%. A pouca quantidade de bens e patrimônios dos mais pobres pode se relacionar com o baixo indicador.

Outro dado que chamou a atenção foi a ausência, pela população com a faixa de rendimento superior a 20 S. M., do medo de ser furtado. Nenhum entrevistado com este rendimento familiar citou ter medo de furto. Porém, o medo de ser roubado foi relatado por todos os entrevistados, totalizando 100% das respostas.

O resultado das respostas dos entrevistados com rendimento superior a 20 S. M. sugere afirmar que não existe o medo da perda isolada de seus bens. Mas que a perda de seus bens em associação com atos violentos gera grande preocupação aos mais ricos.

As demais faixas de rendimento apresentam dados parecidos com relação ao medo de furtos e roubos, seguindo uma diferença quase que padrão de

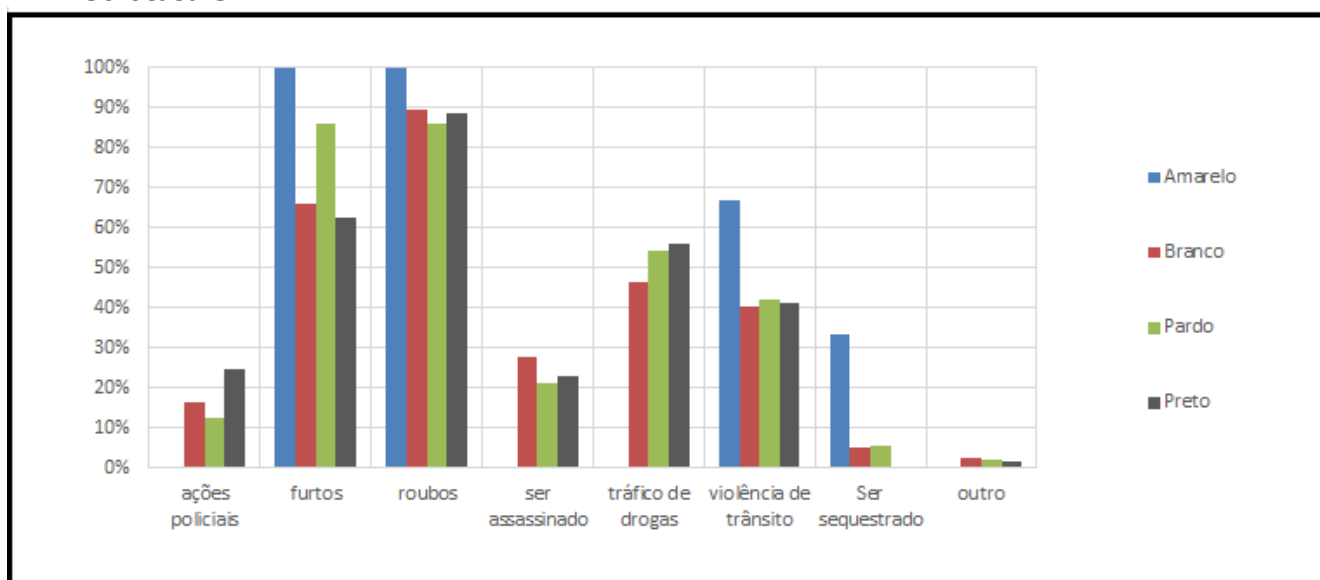
²⁵ Um dos sequestros de cunho político que mais chamou a atenção no Brasil foi o do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em 1969. O sequestro foi realizado por duas organizações que militavam contra a Ditadura Militar do Brasil: a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) (O GLOBO, 2013). O documentário "Hércules 56" demonstra a ação das organizações e as suas exigências para libertar o embaixador dos Estados Unidos.

aproximadamente 20% entre o medo dos crimes contra o patrimônio, sendo o medo do roubo o mais citado.

Ao relacionar a cor do entrevistado com o tipo de medo na cidade de Sorocaba, também se tornou possível verificar as particularidades entre os dados. O gráfico 4 demonstra as particularidades dos indicadores medo na cidade e cor do entrevistado.

Antes da análise é importante relatar que nenhum entrevistado se declarou índio e apenas 0,69% se declararam amarelos. Portanto, dificulta a formação de um perfil de grupo, já que a quantia favorece a transmissão de particularidades de cada indivíduo.

Gráfico 4 – Relação dos motivos do medo com a cor da pele dos entrevistados – Sorocaba-SP



Fonte: Felipe Comitre (2016).

O primeiro dado que merece atenção é o da distinção entre a cor do entrevistado e o medo das ações policiais. A população negra é a que mais tem medo de ações policiais em Sorocaba, com 24,59%. Seguida da população branca com 16,29% e da parda com 12,28%.

A entrevista com o policial permitiu questionar sobre o perfil do criminoso:

F.C.: Existe uma rotulagem do bandido? É possível definir um perfil do criminoso?

PM: Sim, tem sim. Vou quebrar um paradigma aí. O negro não dá problema para nós, muito pouco. Eu acredito que, eu não sei quantas pessoas eu preendi nesses 12 anos, mas eu acho que eu devo ter prendido cerca de 250 pessoas e dá para contar nos dedos os negros

que eu prendi. Branco dá muito mais problema que o negro, mas o grande problema é aquele meio termo, o seis e meia, o mulatinho. Porque ele já vem de uma formação diferenciada, ele não é nem uma coisa nem outra. Esse aí dá problema! (PM, 2016)

A resposta do policial chama a atenção para a associação do negro ao bandido no Brasil. A pergunta em nenhum momento associou o perfil do negro ao bandido, mas na resposta do policial fica subentendido tal lógica, visto que em sua fala, disse que iria quebrar um paradigma dissociando o negro do perfil de bandido.

A continuação do argumento do policial demonstra o racismo, ainda que algumas vezes velado, ao relacionar o ‘seis e meia’, isto é, o pardo com a violência. O argumento é que essa etnia não é uma coisa nem outra e, por isso, gera problema.

Ao dizer sobre o rompimento de um paradigma, o policial, de forma indireta, perpetuou o estigma do negro e do pardo como perigoso e suspeito. O contexto histórico do Brasil, relacionado à produção escravista, continua interferindo na inferiorização do negro, assim, o combate ao crime e o encarceramento da população brasileira se apresenta racializada.

O maior receio dos negros com relação às operações policiais revelado pelos dados coletados via questionário faz sentido quando se analisa o paradigma da segurança pública não só brasileiro, mas mundial, de relacionar o negro como suspeito e violento. O que fomenta o que Sinhoretto define como “racismo institucional” (REIS, 2014).

A reportagem de Thiago Reis, publicada no site G1 em 26 de março de 2014, demonstrou os dados da pesquisa sobre a letalidade policial no estado de São Paulo, feita pelo Grupo de Estudos sobre Violência e Administração da UFSCar.

Segundo a pesquisa, coordenada pela professora da UFSCar Jacqueline Sinhoretto, “61% das vítimas da polícia no estado são negras, 97% são homens e 77% têm de 15 a 29 anos. Já os policiais envolvidos são, em sua maioria, brancos (79%), sendo 96% da Polícia Militar” (REIS, 2014).

A letalidade policial tem alvo certo no estado de São Paulo: os jovens negros. O indicador abordado na pesquisa da UFSCar demonstra que o negro corre risco de morte cotidianamente nas cidades paulistas, o que não se difere da realidade em Sorocaba.

De acordo com os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, no ano de 2013 ocorreram 18 assassinatos de pardos e 14 de negros em Sorocaba, representando respectivamente 42,85% e 33,33% do total.

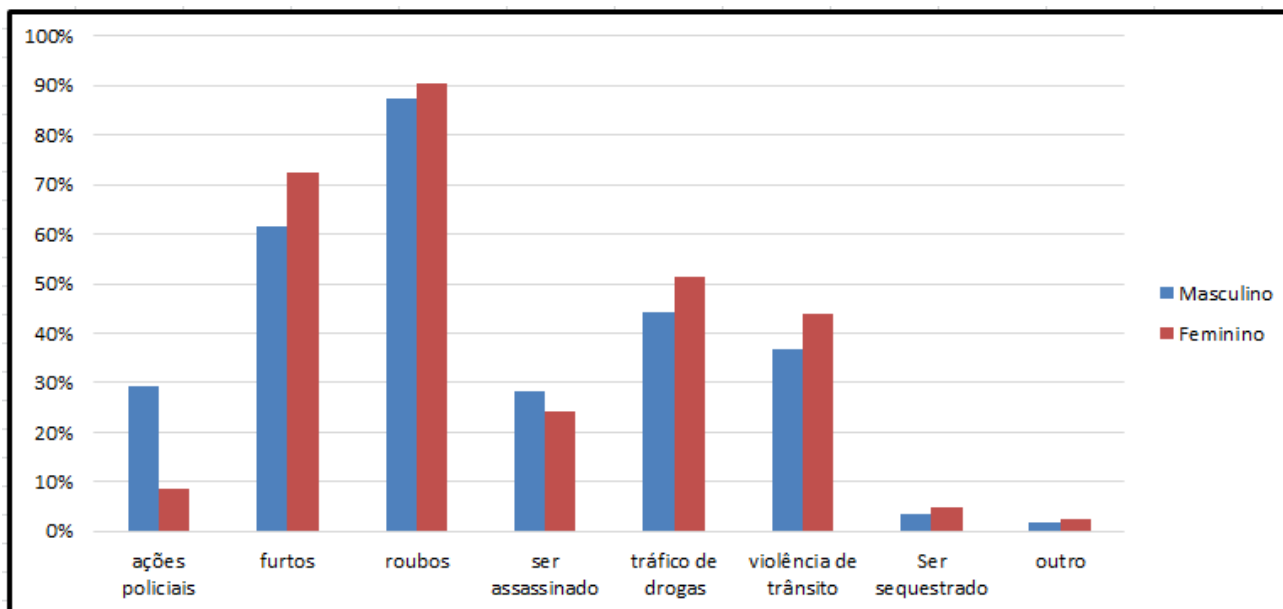
Somando-se os dados, chega-se à conclusão que em 2013, do total de homicídios em Sorocaba, 76,8% eram pardos ou negros. Já no ano de 2012, foram 13 negros assassinados e 16 pardos, o que significa respectivamente 27,62% e 33,99% do total. É possível afirmar que no ano de 2012 os homicídios de negros e pardos representaram 61,61% do total na cidade de Sorocaba.

Ao retomar a análise do gráfico que faz o cruzamento do medo com a cor do entrevistado, percebe-se que roubos e furtos são os crimes que mais causam medo entre os habitantes de Sorocaba, independentemente de sua cor.

O medo de ser sequestrado não foi citado entre os negros, diferentemente dos brancos (4,79%), pardos (5,26%). Os dados referentes ao medo de ser assassinado, do tráfico de drogas e violência de trânsito apresentaram quantias quase que semelhantes.

Os indicadores originados do cruzamento de dados entre sexo do entrevistado e o tipo de medo na cidade de Sorocaba também foi realizado. De forma geral, não houve diferenças significativas entre os relatos de medo de homens e mulheres, como se evidencia no gráfico 5.

Gráfico 5 – Relação dos motivos do medo com o gênero dos entrevistados – Sorocaba-SP



Fonte: Felipe Comitre (2016).

Apenas dois indicadores apresentaram uma diferença superior a 7%: o medo de furtos e de ações policiais.

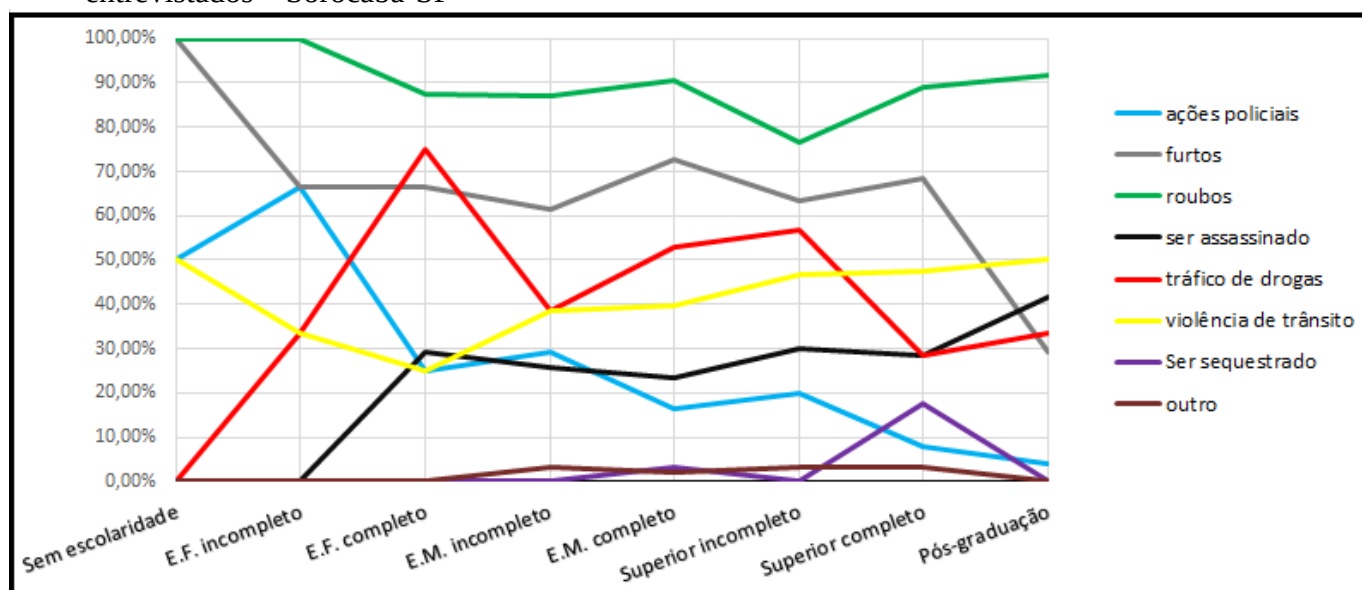
As mulheres sorocabanas possuem mais medo de furtos do que os homens, apesar de ambos os gêneros terem bastante receio desse crime. Foi verificado que 72,28% das mulheres e 61,49% dos homens têm medo de ser furtados.

A maior amplitude dos resultados de medo entre o sexo masculino e o feminino ocorreu no item das ações policiais. 29,31% dos homens citaram ter medo das ações policiais e apenas 8,61% das mulheres relataram a questão.

A preocupação dos homens apresenta um respaldo estatístico, como já foi demonstrado anteriormente por meio da divulgação da pesquisa do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração da UFSCar, das vítimas da polícia no estado de São Paulo. 97% são homens.

O cruzamento de dados entre nível de escolaridade e medo na cidade de Sorocaba, exposto no gráfico 6, proporcionou a reflexão de situações específicas.

Gráfico 6 – Relação dos motivos do medo com o nível de escolaridade dos entrevistados – Sorocaba-SP



Fonte: Felipe Comitre (2016).

Antes de iniciar a análise do cruzamento dos dados entre medo e nível de escolaridade, é importante informar que os grupos relacionados aos níveis de sem escolaridade e de Ensino Fundamental incompleto apresentaram poucas respostas, mais precisamente três entrevistados em cada grupo.

A baixa quantidade de respostas em ambos os grupos dificulta a construção coletiva sobre o medo nas cidades por estas faixas de escolaridade. Pode ser que o

resultado expresse mais questões individuais do que propriamente de grupo, assim, é necessária ter uma atenção redobrada com os dados obtidos com relação a tais grupos.

O medo de ações policiais é mais frequente na população com menor nível de escolaridade. Da população entrevistada que se declarou sem escolaridade, 50% afirmou ter medo das ações policiais, já o indicador de medo da população com o Ensino Fundamental incompleto foi de 66,67%. Apesar de apresentar um baixo número de entrevistados em tais grupos, os trabalhos de campo e as entrevistas abertas contribuíram para considerar que a população de menor escolaridade apresenta sim receio das operações policiais, ou seja, reforçaram a tendência dos dados quantitativos.

A população que menos mencionou o medo das ações policiais são as mais estudadas, 7,94% dos que apresentam nível superior completo e 4,17% dos pós-graduados. O medo das ações policiais entre os menos estudados segue a mesma lógica da população negra e dos mais pobres. Os indicadores estão inter-relacionados, pois os habitantes das periferias brasileiras são, geralmente, pobres, negros e com baixo nível de escolaridade.

A ideia não é rotular o morador das periferias pobres de Sorocaba, mas alertar o processo de perseguição e violação dos direitos humanos em curso contra os habitantes pobres, negros e de baixo nível de escolaridade na cidade.

A análise isolada de cada item, com relação ao medo das ações policiais e, posteriormente, a reflexão pautada na interdependência dos fatos, indica a consolidação do estado de exceção em Sorocaba, sobretudo contra os habitantes das periferias pobres.

O medo de ser furtado possui uma homogeneidade entre as pessoas de diferentes níveis de escolaridade, com valores próximos a 65% dos entrevistados. Neste item, a ruptura ocorre com a população que possui pós-graduação, com apenas 29,17%.

É entre os pós-graduados, contudo, que se apresenta o maior receio de ser assassinado: 41,67%. Comparando tal indicador com o de furtos, percebe-se que a população mais estudada apresenta mais medo dos crimes contra a pessoa do que contra o patrimônio.

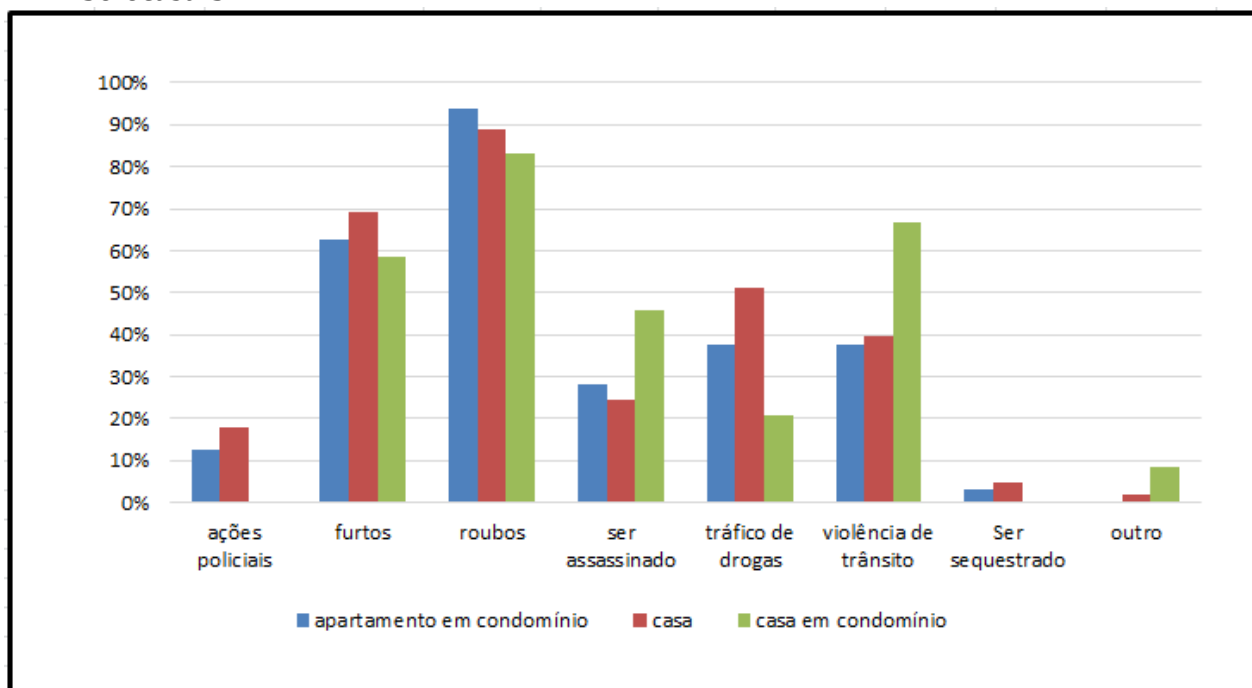
O medo do tráfico de drogas atingiu o pico entre a população que apresenta o EF completo. Normalmente, é a população de baixa qualificação escolar que enxerga no tráfico a possibilidade de mudar de vida, tornando-se comum adentrar-se no meio como ‘aviãozinho’.

Com exceção da população sem escolaridade, que representa apenas 0,7% dos entrevistados, são as pessoas mais estudadas que apresentam menos receio do tráfico, como é o caso dos que possuem o ensino superior completo e pós-graduação, com respectivamente 28,57% e 33,33%.

A questão do medo de ser roubado segue a mesma lógica de uniformidade entre a população de diferentes escolaridades, predominando a taxa de aproximadamente 80% dos entrevistados.

Outro cruzamento de dados que foi feito e que contribui para debater sobre o medo e a violência em Sorocaba foi o de tipo de moradia com o medo na cidade. Os dados podem ser observados no gráfico 7.

Gráfico 7 – Relação dos motivos do medo com o tipo de moradia dos entrevistados – Sorocaba-SP



Fonte: Felipe Comitre (2016).

Novamente, o medo das ações policiais apresentou discrepância, o que gerou a necessidade de se ter mais cuidado na análise. Para os que moram em casas de condomínio fechado, ninguém se referiu ao medo das ações policiais. Mas 18,02% dos que moram em casas e 12,5% dos que moram em apartamentos em condomínios relataram ter medo das ações policiais.

Existe uma dificuldade em estabelecer uma associação direta entre tipo de moradia e rendimento. Porém, é possível afirmar que a população residente em

condomínios de casas tende a apresentar melhores condições financeiras. Aceitando superficialmente tal associação, torna-se possível relacionar, mesmo que indiretamente, que os moradores de condomínios de casas, por serem mais ricos, são os que menos possuem medo da polícia. Até porque os moradores dos condomínios não se deparam em seu dia a dia com as extralegalidades advindas das ações policiais no espaço urbano.

Logicamente que a relação entre tipo de moradia e rendimento se torna muito subjetiva, deste modo, prefere-se evitar considerações amplas sobre a associação.

O que é possível defender por meio da análise do gráfico sobre o tipo de moradia e o medo é que os moradores de condomínio, tanto em casas quanto em apartamentos, são os que menos possuem o medo de ser sequestrado. Tal fator pode ser associado com as constantes publicidades do mercado imobiliário que combinam o residir em condomínio com a segurança.

Por outro lado, são também os moradores de condomínios que mais apresentam o medo de ser roubado. Novamente, torna-se possível refletir sobre o poder do mercado imobiliário em conjunto com a mídia no direcionamento da necessidade de residir em locais resguardados por segurança privada para evitar o roubo.

O que mais chama a atenção é que a atuação do mercado imobiliário e da mídia se torna tão estratégica e, simultaneamente, contraditória, pois força a população a destinar recursos financeiros para adquirir imóveis em condomínios, porém, o residir nos ditos enclaves fortificados não significa a extinção o medo de ser roubado. Ainda mais porque o convívio com câmeras de monitoramento, grades e cercas remetem constantemente aos moradores dos condomínios os riscos de sofrer determinados crimes.

Se por um lado o isolamento da população que mora em casas de condomínios fechados permite a ausência do medo das ações policiais, de outro, alimenta o imaginário que toda saída de sua área de proteção, isto é, de seu condomínio, será acompanhada do risco de sofrer um tipo de violência.

A sensação de insegurança fora do condomínio é propagada principalmente pelo *marketing* estabelecido pelo mercado imobiliário. E, neste caso, os habitantes acreditam que a segurança só existe em sua propriedade privada dotada de cercas, arames, portarias protegidas por seguranças e câmeras de monitoramento.

O indicador que contribui para a análise do isolamento como segurança é o item do medo da violência de trânsito, sendo que a taxa mais elevada se encontra pelos

moradores de casas em condomínio com 66,67%. Seguido de quem mora em casa (39,43%) e de quem reside em apartamentos em condomínios (37,5%).

A disparidade de medo da violência de trânsito entre os moradores de diferentes tipos de moradia, com destaque do medo aos moradores do condomínio, demonstra que o espaço externo ao condomínio se torna um ambiente hostil. O que justifica, geralmente, os altos investimentos em carros blindados, visto que serão essenciais para enfrentar o mundo externo aos muros dos condomínios.

A tentativa em diferenciar os espaços em seguros e perigosos é característico do novo urbanismo militar. Graham (2016), ao analisar o novo urbanismo militar, revela a existência de mundos maniqueístas, representados por lugares bons (amigos) e maus (inimigos). De acordo com o autor:

A guerra mobiliza uma dialética carregada de apego ao local: a ideia de que os “nossos” lugares são a antítese dos lugares do inimigo demonizado. [...]. Ela sentimentaliza determinado espaço enquanto destitui a humanidade dos espaços do inimigo. (GRAHAM, 2016, p. 93)

Em Sorocaba, a população moradora de condomínios fechados associa as áreas exteriores aos muros dos condomínios como locais demonizados. Isso faz parte do processo de criminalização dos diferentes, sobretudo, dos pobres.

O cumprimento dos afazeres diários exige que o morador abandone a sua casa e o seu condomínio, isso quando o enclave fortificado não disponibiliza tudo no interior de seus muros, como o Alphaville de São Paulo, que possui escolas, mercados e *shopping*. Mas, normalmente, o morador deve sair de seu condomínio e encarar o trânsito da cidade, devendo se deparar com a heterogeneidade urbana, o que lhe causa grande receio.

O sentimento de medo, retroalimentado pelo Estado, mercado imobiliário e empresa de segurança privada na cidade militarizada, segue a lógica de definição de áreas amigas e áreas inimigas. Foi possível verificar a distinção de lugares bons e maus em Sorocaba por meio da aplicação do questionário que abordava a seguinte questão: “Você acredita existir focos de violência em Sorocaba? Se sim, quais são os bairros?”

Para 96,16% dos entrevistados, a cidade de Sorocaba apresenta focos de violência. O gráfico 8 demonstra, por meio da metodologia de nuvem de palavras, os bairros citados pelos entrevistados como os focos de violência de Sorocaba. Os nomes

violência é uma mazela de todo o espaço urbano, mas sim de alguns bairros específicos da cidade.

A metodologia de nuvem de palavras em associação com a adoção de tonalidades de cores para cada região da cidade de Sorocaba para demonstrar os bairros citados como os focos de violência pelos entrevistados possibilitou compreender que a população sorocabana, usualmente, acredita que a violência se resume basicamente a uma região da cidade, a zona Norte.

A concepção de existência de focos de violência na cidade de Sorocaba é resultado da atuação de diferentes segmentos, devendo-se destacar os meios de comunicação, o mercado imobiliário e o próprio Estado que contribuem para a criminalização da pobreza.

A tabela 3 revela os dez bairros que mais foram citados pela população que respondeu ao questionário sobre o medo e a violência em Sorocaba.

Tabela 3 – Bairros mais violentos de Sorocaba-SP segundo a opinião dos entrevistados

BAIRROS MAIS VIOLENTOS DE SOROCABA (SP) SEGUNDO A OPINIÃO DOS ENTREVISTADOS			
POSIÇÃO	BAIRRO	ZONA DA CIDADE	CITAÇÕES
1º	Habiteto	Zona Norte	144
2º	Vitória Régia	Zona Norte	78
3º	Nova Esperança	Zona Norte	72
4º	Vila Helena	Zona Norte	48
5º	Novo Mundo	Zona Oeste	40
6º	Paineiras	Zona Norte	34
7º	Parque São Bento	Zona Norte	33
8º	Vila Barão	Zona Norte	33
9º	Laranjeiras	Zona Norte	29
10º	Jardim Tatiana	Zona Oeste	21

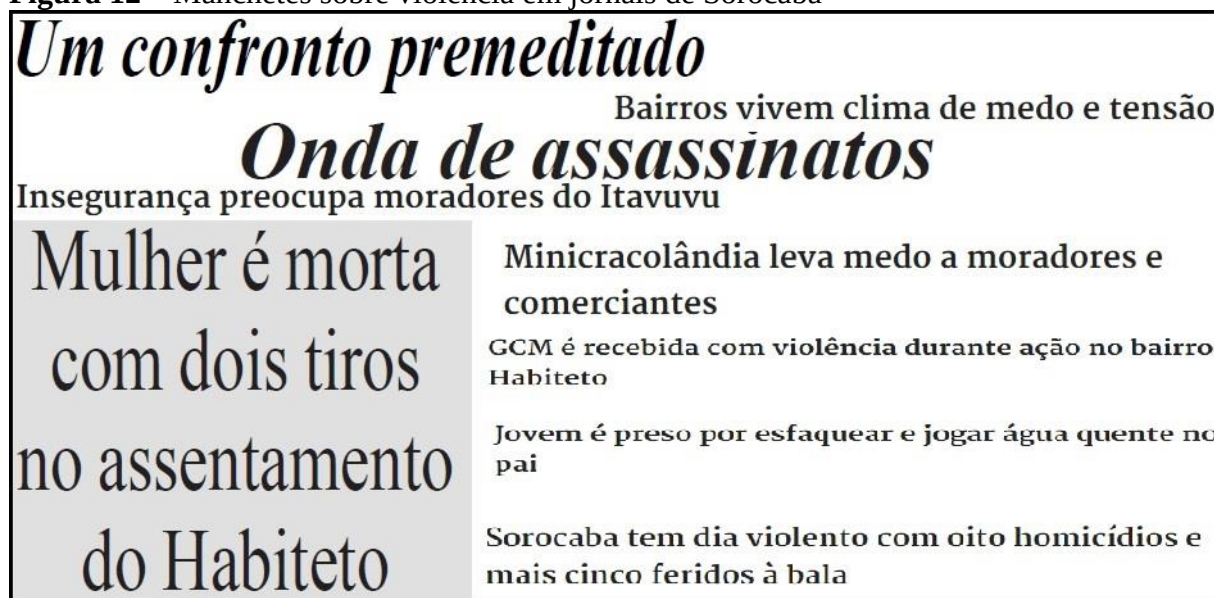
Fonte: Felipe Comitre (2016).

A análise tabela 3 possibilita a reflexão sobre a estigmatização de determinados bairros em Sorocaba. Deve-se, inicialmente, destacar a quantidade excessiva de citações obtidas pelo bairro Habiteto, pois o total de 144 menções é quase o dobro do segundo bairro mais comentado, o Vitória Régia com 78. Os moradores dos bairros pobres são vistos pela população de melhor poder aquisitivo como “verdadeiros monstros” que

circulam perigosamente pela cidade, o que estimula a concretização do fenômeno denominado por Souza (2008) como fobópole.

A atuação dos meios de comunicação como agentes relevantes na estigmatização dos bairros pobres com a violência pode ser verificada por meio da figura 12.

Figura 12 – Manchetes sobre violência em jornais de Sorocaba



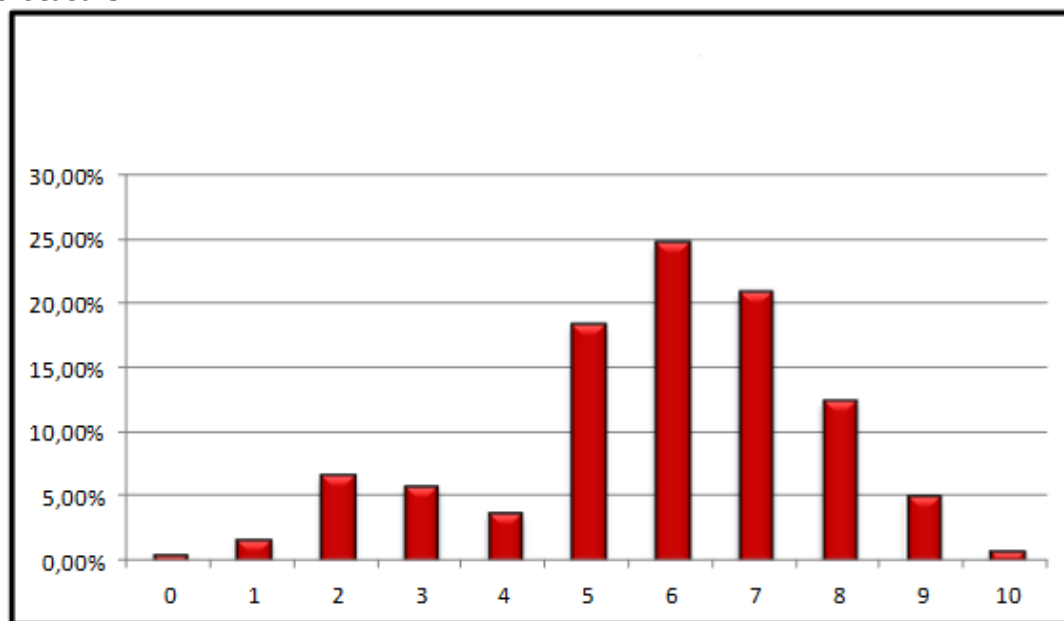
Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul. Adaptado por Comitre (2016).

A figura 13 ilustra algumas manchetes do Jornal Cruzeiro do Sul, o jornal mais assinado no município no período de 1997 até 2016. As notícias relacionadas aos bairros pobres da zona Norte de Sorocaba são frequentemente associadas à violência. Palavras como assassinatos, medo, morte, tiro estão constantemente nas publicações de notícias sobre os bairros pobres.

Com o intuito de convergir com a declaração de focos de violência em Sorocaba, procurou-se indagar sobre a situação de segurança no bairro do entrevistado. A resposta consistia em dar uma nota de 0 a 10 com relação ao nível de segurança do bairro de residência do entrevistado. Sendo que na escala considerada, 0 significa uma situação de excesso de violência e insegurança, já a nota 10 significa uma área altamente protegida e segura.

O resultado demonstra que poucos habitantes estão totalmente satisfeitos, assim como insatisfeitos com a segurança de seu bairro. Apenas 0,46% dos entrevistados deu a nota 0, mas também só 0,69% deu a nota 10.

Gráfico 9 – Avaliação dos entrevistados quanto ao nível de segurança de seu bairro – Sorocaba-SP



Fonte: Felipe Comitre (2016).

A nota mais dada entre os entrevistados com relação a segurança no bairro foi 6, com 24,71%. Isso demonstra que a população ainda almeja melhorias para reduzir a violência urbana em seu bairro e, conseqüentemente, na cidade.

Mas será que um dia vai existir um grande contingente populacional totalmente satisfeito com a segurança de seu bairro?

A total satisfação com relação à segurança pode significar a não necessidade de morar em condomínios fechados, ter carros blindados, pagar segurança privada, o que causaria uma queda nos lucros das empresas privadas da área. E, por outro lado, diminuiria a possibilidade do poder público adotar leis e ações que solapam os direitos humanos, tornando-se difícil a incorporação do estado de exceção.

As notícias sobre eventos violentos tornam-se úteis para um conjunto de setores em Sorocaba. Os meios de comunicação garantem a ampliação das vendas e, conseqüentemente, de seus lucros a partir de notícias sensacionalistas que enaltecem a violência. Já o mercado imobiliário e as empresas privadas se beneficiam das notícias, pois se aproveitam da construção de um imaginário de cidade violenta para vender produtos e imóveis que destacam a necessidade de se viver com segurança.

O medo é um sentimento que se instala em praticamente todos os habitantes das metrópoles e cidades médias, contudo, os fatores que alimentam tal sentimento se diferem pelos fragmentos urbanos. As características econômicas, culturais, ambientais

e a distribuição da infraestrutura e serviços são elementos que interferem no medo de se viver nas cidades por todo o globo, não sendo diferente em Sorocaba.

É assim que o medo legitima a implantação cada vez mais frequente das táticas da militarização urbana, o que resulta na concretização do estado de exceção tendo como respaldo a busca pela segurança urbana. Dialeticamente, a exceção como paradigma de governo resulta na militarização urbana, fator que estimula a ascensão da exceção e da militarização no espaço urbano.

O medo do tráfico de drogas é mais presente entre os moradores de casa e de apartamento em condomínio, com 51,17% e 37,5% respectivamente. A população que reside em casas em condomínio é a que menos tem receio do tráfico, contabilizando 20,83%.

O poder de isolamento, legitimado com os condomínios fechados, faz com que o seu morador acredite não se deparar com o comércio ilegal de drogas e todos os mecanismos de violência oriundos desse tipo de crime, o que explica o menor indicador de medo do tráfico entre os habitantes desse tipo de moradia.

Contudo, sabe-se que no interior de condomínios fechados existe o consumo e a venda de drogas, como foi o caso de um condomínio situado na zona Oeste de Sorocaba. Segundo uma moradora, que não quis se identificar, a síndica decidiu em assembleia espalhar câmeras de monitoramento por todo o condomínio, pois alguns adolescentes estavam consumindo drogas em áreas comuns do condomínio. É importante salientar que tais notícias dificilmente estampam os jornais da cidade, isto porque a notícia pode afetar no mercado imobiliário por meio da desvalorização dos imóveis situados em condomínios que convivem com o problema das drogas.

O cruzamento de dados obtidos por meio da aplicação do questionário com os moradores de Sorocaba evidencia que a violência e o medo não são vistos de forma homogênea entre os seus habitantes. Questões relacionadas aos aspectos sociais, econômicos e culturais são responsáveis por interferir na análise da questão da segurança urbana.

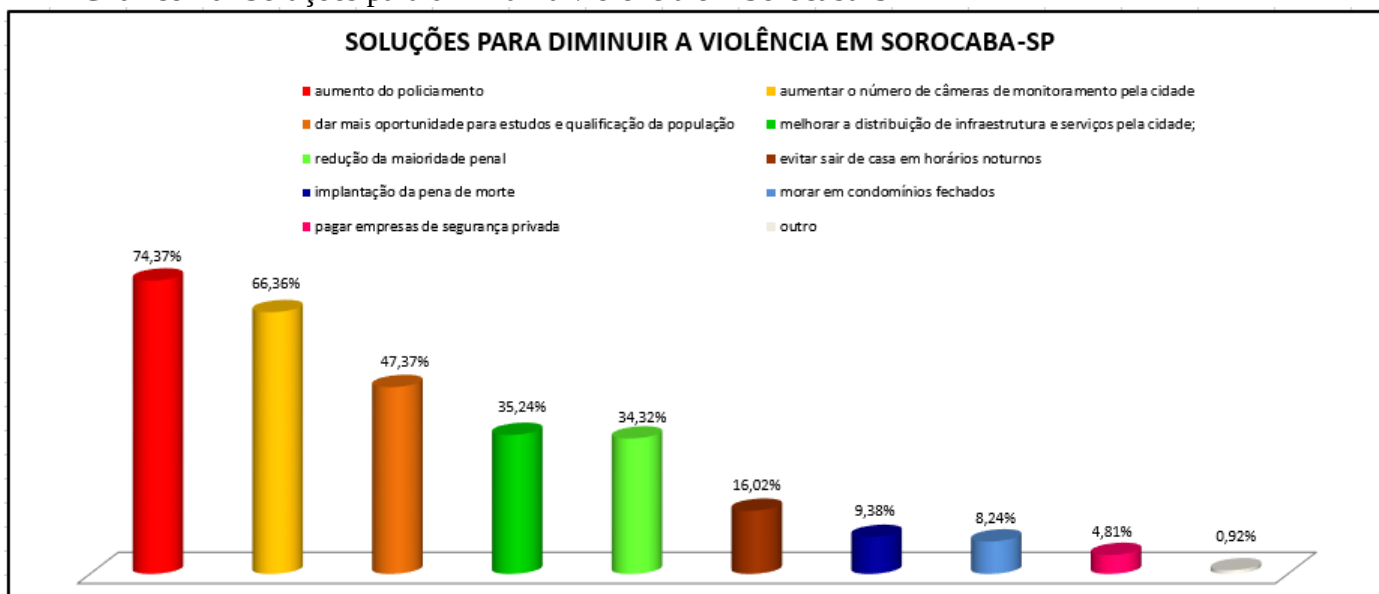
A aplicação do questionário permitiu também se deparar com o que a parcela entrevistada da população de Sorocaba acredita ser relevante para atenuar a violência na cidade. As soluções para a violência na cidade foram registradas pelos habitantes por meio do questionário aplicado que serão expostas e analisadas no próximo subcapítulo.

3.2.2. ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA URBANA: AS SOLUÇÕES PROPOSTAS PELOS SOROCABANOS ENTREVISTADOS

O tema presente no questionário aplicado aos habitantes do município não se limitou ao medo na cidade de Sorocaba, adentrou-se também na consulta sobre as possíveis soluções para diminuir a violência na cidade.

No item sobre as soluções para a violência na cidade, o entrevistado poderia escolher até três opções já elencadas ou escolher a opção ‘outro’ com a possibilidade de informar o que acredita contribuir com a redução da violência, mas que não constava dentre as opções. O resultado, que pode ser observado no gráfico 10, converge com a ascensão da militarização urbana. Grande parcela da população acredita que a violência em Sorocaba será atenuada por meio da implantação e ampliação de estratégias da militarização urbana.

Gráfico 10- Soluções para diminuir a violência em Sorocaba-SP



Fonte: Felipe Comitre (2016).

As opções mais escolhidas pelos habitantes de Sorocaba como relevantes na diminuição da violência urbana consistem em práticas repressivas, que impõe limites para a livre circulação da população pelo espaço e, concomitantemente, retira a liberdade do indivíduo.

A resposta mais mencionada pelos entrevistados como solução para a violência foi o aumento do policiamento, com 74,37%. A segunda solução mais defendida pela

população foi a de aumentar o número de câmeras de monitoramento pela cidade, totalizando 66,36% dos entrevistados.

Em entrevista concedida, o policial também considerou que a diminuição da violência também passa pelo policiamento, não exclusivamente pelo seu aumento quantitativo, mas principalmente pelo aspecto qualitativo:

F.C.: Qual é a solução para atenuar a violência em Sorocaba?

PM: Valorização moral e financeira do policial. Quando eu falo da valorização moral é ter um respaldo para a gente trabalhar. Existe uma seção que se chama Seção de Justiça e Disciplina (SJD). É lá que você pode reclamar: ‘o policial me abordou e foi meio truculento na abordagem, sei lá, me mandou tomar no cu, qualquer tipo de reclamação sua. Catou dinheiro seu na abordagem’. Muitas e muitas vezes, a maioria das reclamações são infundadas. É que o cara vê que ele está ficando evidente e vai fazer uma denúncia para a polícia parar de incomodá-lo. Daí fica naquela o que acusou não consegue provar, ‘rola’ um inquérito, um processo, uma averiguação e não prova nada. O policial não bateu no cara, não levou o dinheiro dele. Só que quando você não comprova que uma pessoa não faz alguma coisa ou que você tenha mentido, você deveria responder uma falsa comunicação, uma difamação, uma denúncia caluniosa. Se for comprovado que o policial não cometeu o erro que foi denunciado teria que haver algo contra quem fez a denúncia. A SJD vai apurar a denúncia e se for comprovado que o policial cometeu irregularidades, ele vai ser punido. Muitas vezes a sanção imposta é acima da irregularidade que ele cometeu, é mais pesada. Por exemplo, às vezes por um tapa na cara um “vuco-vuco”, o policial é mandado embora. É errado o que ele fez? É! Mas não era para tanto. Aí em um caso constatou que o policial não fez nada, o que é feito? Nada! Fica por isso mesmo. Eu acho que a SJD devia atuar em defesa do policial também. É uma coisa que está mudando também, vem melhorando, mas tinha que ser mais automático. (PM, 2016)

Para o policial, a diminuição da violência na cidade passa pela ampliação da autonomia da polícia. Segundo o agente, a Seção de Justiça e Disciplina limita o trabalho e, além disso, adota punições assimétricas aos policiais considerados culpados por determinadas denúncias.

Muito se debate sobre os excessos dos policiais em determinadas áreas da cidade, porém, o policial acredita que o setor responsável pelo controle da corporação dificulta a sua atuação. Ou seja, para o policial, não basta ampliar o policiamento, mas principalmente dar respaldo para a atuação do policial.

Outros mecanismos que convergem com o modelo da militarização urbana tiveram bastante adesão dos entrevistados como solução para atenuar a violência em Sorocaba.

A redução da maioria penal foi defendida como solução para a violência por 34,32% dos entrevistados em Sorocaba. O Brasil, segundo os dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), com relação ao primeiro semestre de 2014, é o país com a quarta maior população carcerária do mundo. A prática de encarceramento apresenta um ritmo de crescimento e se continuar assim, um em cada dez brasileiros estará na prisão em 2075 (DEPEN, 2014).

Percebe-se que existe uma contradição iminente na relação entre sistema prisional e violência. Mesmo com o avanço do encarceramento da população, não é visualizado melhorias significativas na segurança pública brasileira. Portanto, ascende-se o questionamento que se a redução da maioria é realmente viável como solução para a violência urbana.

A insistência em enfatizar determinadas notícias relacionadas aos crimes cometidos por jovens infratores, sobretudo os mais brutais, em conjunto com o desrespeito aos familiares das vítimas, oportuniza a formação da comoção popular em meio a rios de sangue que escorrem pela TV.

Aproximadamente 34% da população sorocabana clama por punir os menores de idade, tornando-se evidente a preocupação em punir e não em evitar a execução de diferentes tipos de crimes no município.

Outro dado que possibilita a reflexão sobre a questão da redução da maioria penal é que, segundo o DEPEN (2014), os menores de idade cometem menos de 1% dos crimes no Brasil e, destes, a minoria são hediondos. Por outro lado, são os adolescentes as maiores vítimas de homicídios no país, portanto, a solução proposta com a redução não condiz com a realidade nacional, fazendo da exceção a regra para, assim, legitimar leis que violam direitos já sancionados, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Ainda com relação à militarização urbana e o medo na cidade, 16,02% dos entrevistados consideram como solução para a violência urbana evitar sair de casa em horários noturnos, o que demonstra a aceitação de um toque de recolher em Sorocaba.

Soluções de caráter mais estrutural, que convergem com a justiça social e rompem com a lógica da militarização urbana, também foram mencionadas. Dos

entrevistados, 47,37% acreditam na solução de dar mais oportunidade para estudos e qualificação da população e 35,24% de melhorar a distribuição de infraestrutura e serviços pela cidade. Tais dados indicam que muitos habitantes ainda acreditam em soluções que transcendem a militarização urbana.

A solução que mais converge com os aspectos sociais e estruturais foi mencionada por dona Palmira como possível solução para diminuição da violência:

F.C. O que você considera importante para acabar com a violência em Sorocaba? O que pode ser feito para diminuir os crimes?

P.: A minha ideia é que deveria ter mais políticas públicas. Eu acho que deveria ter mais lazer, ter mais educação qualificada principalmente. O jovem sentir prazer de ir para a escola, fazer faculdade. Tinha que ter mais políticas públicas voltadas à periferia. Se tivesse mais políticas públicas, nem o Habiteto e nenhum outro bairro periférico seria do jeito que é hoje. Eu acho também que deveriam formar profissionais, policiais, com mais responsabilidade e humildade para eles saberem se colocar no lugar deles. Para eles não se esquecerem principalmente qual que é o papel deles na sociedade. Porque eu acho que a polícia hoje, não são todos, não estou descriminando todos os policiais, mas a maioria deles não sabem qual é o papel deles. (PALMIRA, 2017)

Dona Palmira expõe que a redução da violência na cidade de Sorocaba depende da maior atuação do Estado na periferia, mas não a atuação oriunda das táticas da militarização urbana, como as constantes operações policiais.

A questão do policiamento esteve, inclusive, na fala de dona Palmira sobre a redução da violência. Para ela, é necessário mudar o processo de formação dos policiais, dotando-os de mais humanidade. A ideia de dona Palmira para diminuir os crimes condiz com a necessidade de se ampliar as políticas públicas ofertadas nas periferias, exemplificando a importância do lazer e da educação para os moradores das áreas mais pobres da cidade.

Assim como o medo na cidade de Sorocaba, a solução para a violência também está intrinsicamente relacionada com as questões econômicas, sociais e culturais da população. A atuação entre Estado, mercado imobiliário, empresas de segurança privada e mídia são responsáveis por estimular a formação de um novo imaginário urbano aos habitantes que não só direciona os medos na cidade, mas que também norteiam as possíveis soluções para a violência urbana.

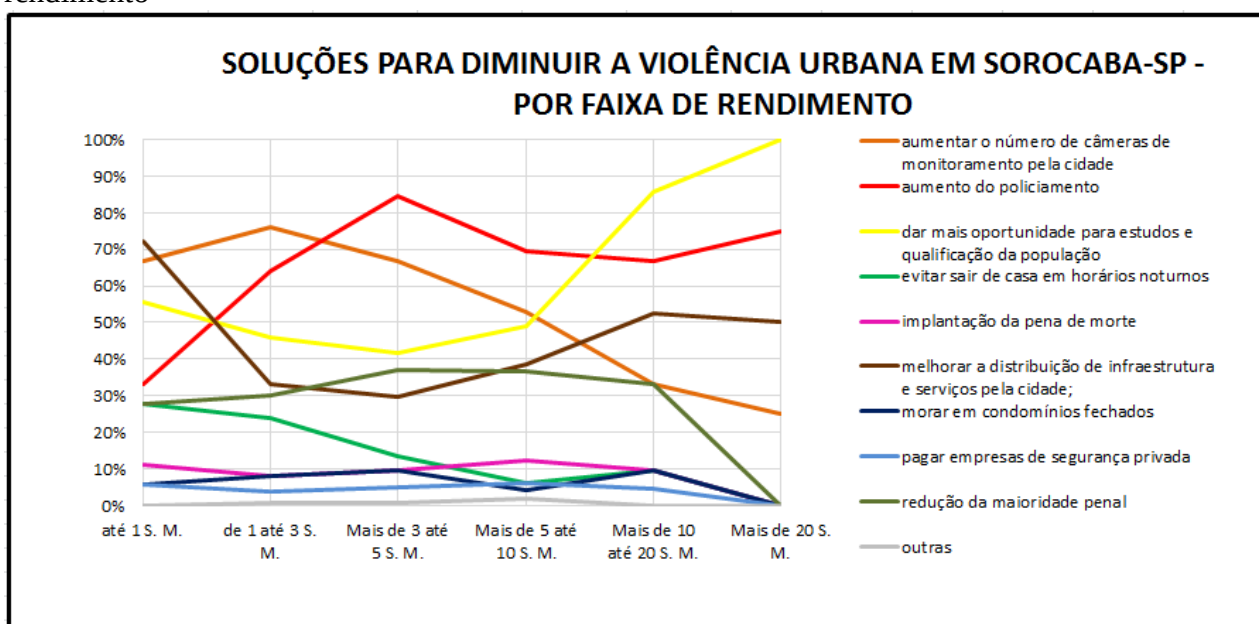
As soluções para a violência defendidas por grande parcela dos entrevistados de Sorocaba se aproximam dos interesses das empresas privadas do ramo. Percebe-se a

apropriação e o estímulo ao medo para a viabilização da venda de ‘soluções mágicas’ para se viver com segurança nas cidades.

O imaginário da população sobre as soluções para atenuar a violência, assim como o medo da violência, não apresenta uniformidade entre os habitantes de Sorocaba. A análise dos resultados do questionário aplicado aos habitantes de Sorocaba por meio do cruzamento de dados possibilitou entender as particularidades com relação à solução da violência proposta de acordo com o rendimento, da cor, do sexo, do nível de escolaridade e do tipo de moradia do entrevistado.

Ao analisar a relação entre renda e soluções para atenuar a violência em Sorocaba, evidencia-se algumas especificidades entre os distintos grupos que merecem ser destacadas. As observações podem ser feitas a partir da apreciação do gráfico 11.

Gráfico 11 – Soluções para diminuir a violência em Sorocaba-SP – por faixa de rendimento



Fonte: Felipe Comitre (2016).

O grupo favorável ao aumento do número de câmeras de monitoramento pela cidade vai decrescendo conforme o rendimento dos entrevistados aumenta. O fato é mais bem compreendido quando se depara com os dados da população de 1 até 3 S. M. e a com renda superior a 20 S. M., que possuem respectivamente 76,19% e 25% dos entrevistados favoráveis à ampliação das câmeras do monitoramento como solução para a violência.

A população de melhor rendimento convive mais com as câmeras de monitoramento, pois normalmente estão instaladas em seu local de moradia (condomínios de apartamento e casas) e em seu ambiente de trabalho. Mesmo assim continuam se sentindo inseguros e com medo da violência, portanto, para eles a presença de câmeras de monitoramento não é considerada uma solução.

Já os mais pobres consideram a dotação de câmeras de monitoramento pela cidade uma estratégia eficiente para a redução da violência. Uma possível explicação para isso se engendra no *marketing* feito pelo mercado imobiliário, empresas de segurança privada e o Estado que divulgam massivamente informações e vendem serviços privados de segurança.

A defesa do aumento do policiamento como solução para diminuição da violência em Sorocaba apresenta diversidade de aceitação de acordo com o rendimento. As pessoas com as menores faixas de rendimentos são as que menos acreditam na viabilidade do aumento do policiamento como solução para violência, no grupo de até 1 S.M. de renda 33,33% defendem o aumento do policiamento, já na faixa de 1 até 3 S.M. o número foi de 64,29%. Dentre os que mais defendem o aumento do policiamento se destacam grupos com rendimento entre 3 e 5 S.M. com 84,62%, de rendimento superior a 20 S.M. com 75% e o de 5 a 10 S.M. com 69,39%.

Quem convive constantemente com as operações policiais, normalmente a população de menor renda, percebe que a presença da polícia não é a solução para a violência. Ainda mais, em casos presenciados em diversas cidades brasileiras, em que o principal agente de segurança do Estado adquire funções inversas a sua criação, não fornecendo proteção e gerando ainda mais repressão e violência.

O item intitulado “dar mais oportunidade para estudos e qualificação da população como possível solução para a redução da violência urbana” também teve diferenciação de acordo com a classe social do entrevistado.

Entre os habitantes com faixa de rendimento de até 10 S. M., a opção “dar mais oportunidade” não ultrapassou os 50%, com exceção da população com rendimento de até 1 S. M., na qual o dado foi de 55,56%. A população com rendimento superior a 10 S. M. foi a que mais enfatizou a necessidade de dar mais oportunidade – de 10 até 20 S. M. (85,71%) e mais de 20 S. M. (100%).

A população de maneira geral ainda não consegue associar a melhoria da justiça social com a redução da violência na cidade. Chama a atenção o indicador das pessoas

com rendimento inferior a 1 S. M. em que mais da metade defendeu a qualificação da população, esta população vive nas cidades e poucos têm oportunidade de se capacitar. Entre os mais ricos, tal necessidade ficou evidente, vale destacar que a população com maiores rendimentos condiz, geralmente, com aquela que possui maior qualificação e oportunidade para estudos, portanto, tal classe percebe a diferença que o acesso à educação pode oferecer ao indivíduo.

Outro elemento relacionado à consolidação da justiça social é a melhoria na distribuição da infraestrutura e serviços pela cidade. Tal indicador foi mencionado por 72,22% da população com renda até 1 S. M. como possível solução para atenuar a violência urbana.

A população pobre, que convive com o descaso público e o déficit de infraestrutura, acredita na relevância da distribuição dos equipamentos públicos como fundamental para atenuar a violência. O viver em áreas precárias e a falta de oportunidade significam, para muitos de baixa renda, a diminuição das expectativas e oportunidades, podendo impulsionar a entrada no crime.

Na opção relativa a “evitar sair de casa em horários noturnos”, os dados decrescem conforme se aumenta o rendimento da população. Entre os entrevistados com renda até 1 S. M., 27,78% mencionaram não sair de casa como solução para a violência. Já entre as pessoas com renda acima de 20 S. M. a taxa foi de 0%.

A aceitação do toque de recolher é mais evidente entre a população de menor poder aquisitivo. A realidade da noite nos bairros pobres é bem diferente da experimentada nos bairros ricos. Na periferia pobre, a violência está presente dentro dos estabelecimentos, mas, sobretudo, nas ruas e praças, que contam geralmente com a atuação da polícia e do tráfico. Na periferia, a atuação policial pautada na guerra às drogas dissemina vários sentimentos, porém poucas vezes o de paz.

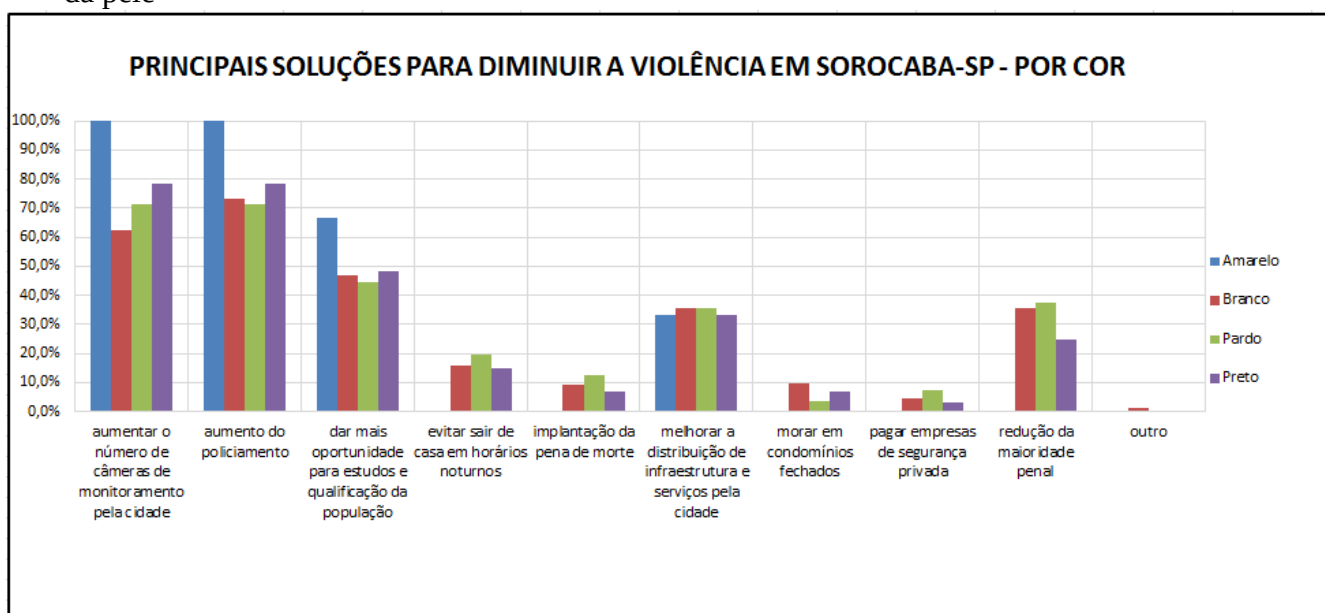
Jacobs (2003), ao analisar a questão da segurança na cidade, enfatiza que uma cidade só alcança a segurança se os espaços forem seguros, inclusive as ruas e calçadas. Ao aprofundar a sua análise, a autora faz uma reflexão sobre a importância da ocupação do espaço público, afirmando que: “Não é preciso haver muitos casos de violência numa rua ou num distrito para que as pessoas temam as ruas. E, quando temem as ruas, as pessoas as usam menos, o que torna as ruas ainda mais inseguras”. (JACOBS, 2003, p.30)

O toque de recolher se sustenta no perigo de estar nas ruas, praças e calçadas em determinados horários devido à violência. Porém, pouco se analisa que a consequência elementar do toque de recolher consiste no esvaziamento do espaço público, o que o torna ainda mais violento. Existe, então, um ciclo vicioso marcado pela presença do toque de recolher e do esvaziamento do espaço público, sendo a ascensão da violência o seu principal processo resultante.

A relação entre cor da pele e solução para a violência apresenta particularidades de acordo com determinados grupos e, em alguns casos, os dados são bem próximos, como a defesa do aumento do policiamento e das câmeras de monitoramento pela cidade, que são as duas soluções mais citadas pelos entrevistados de todas as cores de pele.

As particularidades entre cor da pele do entrevistado e solução para a violência podem ser observadas no gráfico 12.

Gráfico 12 – Principais soluções para diminuir a violência em Sorocaba-SP – por cor da pele



Fonte: Felipe Comitre (2016).

A solução para atenuar a violência urbana que apresentou indicadores com distinção relevante de acordo com a cor da população foi à redução da maioria penal. O grupo que mais defendeu a redução da maioria como solução foi o dos pardos, com 37,5%, seguido dos brancos (35,46%) e, finalmente, os pretos com 25%.

Os dados demonstram que a população negra é a menos favorável à redução da maioria penal na cidade de Sorocaba. Vale salientar todo o preconceito racial ainda

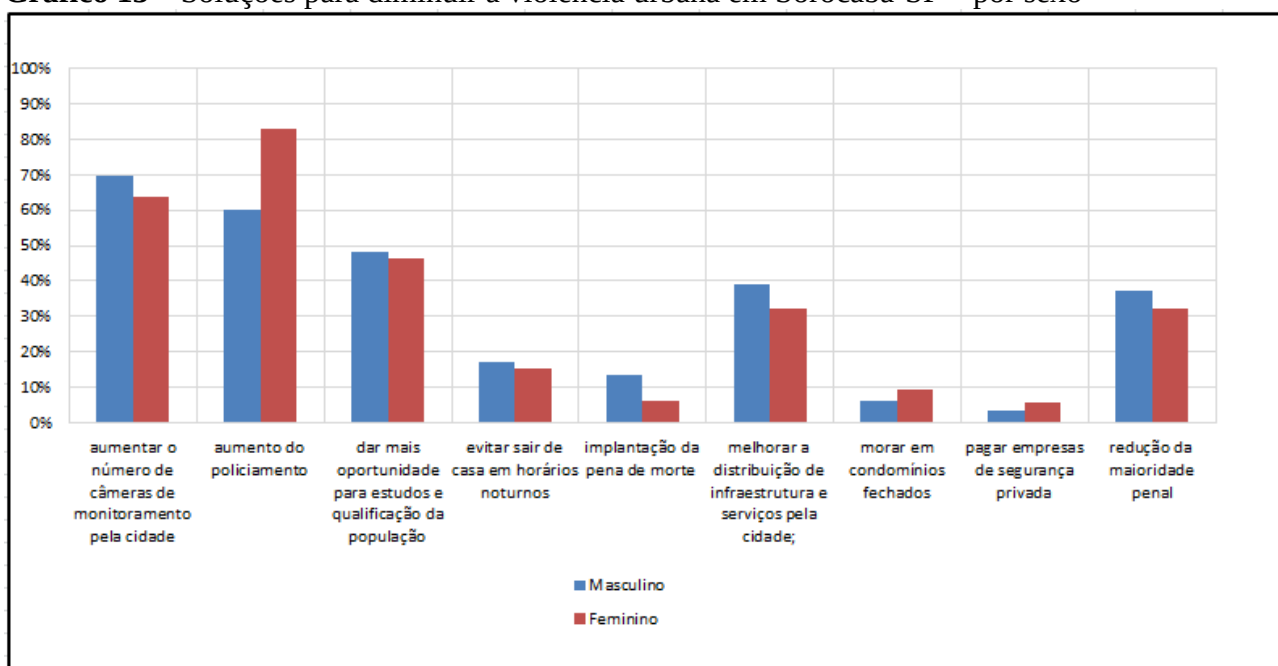
existente no Brasil. Mesmo que de forma velada, o racismo dificulta a ascensão social e alimenta a formação de estigmas contra a população negra.

Um dos estigmas pode ser verificado quando se analisa os indicadores sobre a população carcerária brasileira. De acordo com os dados do DEPEN (2014), os negros representavam 67% da população prisional brasileira no primeiro semestre de 2014.

A ideia do encarceramento pode ser compatível com a normatização dos usos do espaço, outrora rural e hoje urbano. O espaço da maioria dos negros sofre alterações no decorrer da história: no período da colonização eram as senzalas, com o processo de urbanização lhe destinaram as periferias sem infraestrutura, hoje continua nas periferias ou em outras duas possibilidades: nos postes para serem amarrados pelos ‘justiceiros’²⁶ ou nas prisões.

O cruzamento de dados entre sexo do entrevistado e solução para a violência também apresentou distinções, como é demonstrado no gráfico 13.

Gráfico 13 – Soluções para diminuir a violência urbana em Sorocaba-SP – por sexo



Fonte: Felipe Comitre (2016).

O aumento do policiamento apresenta maior adesão, como solução para a violência, pelas mulheres (82,95%) do que pelos homens (60%). Tal indicador pode

²⁶ Os justiceiros são cidadãos comuns que decidem realizar “justiça com as próprias mãos”. O argumento principal do grupo é que o Estado é omissor e a polícia ineficiente, assim, decidem atenuar os problemas, sobretudo o da violência, por meio de ações próprias, tornando-se comum a execução de linchamentos e amarrar pessoas em postes para serem violentadas e servirem de exemplo. (LONGO, 2014).

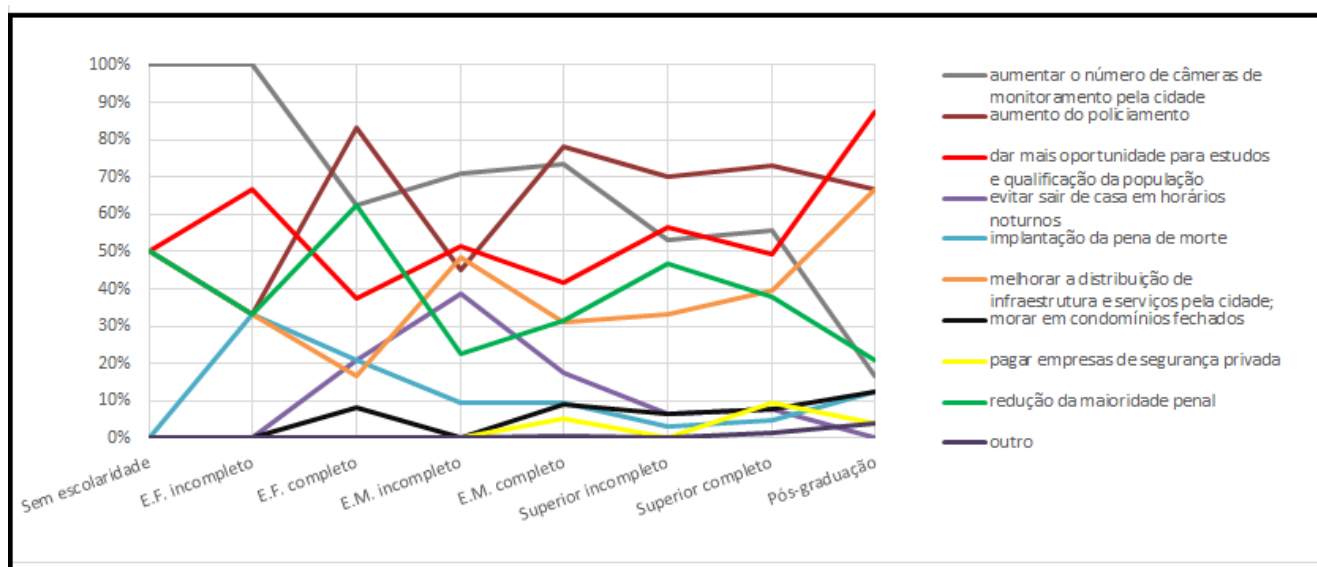
estar relacionado com os dados já mencionados sobre a letalidade policial, realizado pelo Grupo de Estudos Sobre Violência e Administração da UFSCar, responsável por revelar que a população que mais sofre com mortes oriundas das atuações policiais são os homens (97%).

A diferença de opinião de acordo com o gênero é evidente também na defesa da implantação da pena de morte. Sendo que 13,71% dos homens citaram tal estratégia para conter a violência urbana e apenas 6,44% das mulheres.

A pena de morte, que incide diretamente na violação do direito à vida, possui pouca adesão entre as mulheres. Fatores como o sentimento materno pode contribuir para a análise de tal dado.

O nível de escolaridade e as opções selecionadas como soluções para a violência urbana apresentam diferenciações de acordo com o nível de formação. O gráfico 14 permitir visualizar o cruzamento de tais dados.

Gráfico 14 – Soluções para diminuir a violência urbana em Sorocaba-SP – por nível de escolaridade



Fonte: Felipe Comitre (2016).

Aumentar o número de câmeras de monitoramento obteve maior citação entre o grupo que apresenta o Ensino Médio completo, com 73,38%. Contudo, o mesmo grupo acredita que a solução mais eficiente é o aumento do policiamento, mencionado por 78,33%.

O aumento das câmeras de monitoramento é considerado a solução mais eficaz para a população com escolaridade de Ensino Médio Incompleto, com 70,97% das respostas. Em todas as outras faixas de escolaridade, o aumento das câmeras de monitoramento está em segundo ou terceiro item mais citado como solução para a violência.

O segmento que foge a esta regra é o da população com pós-graduação, pois apenas 16,67% citaram a proposta como útil para a segurança urbana, sendo a quinta colocada dentre as opções dadas. Em todas as outras faixas de escolaridade, o aumento das câmeras foi mencionado por mais de 50% da população.

Percebe-se, então, que o nível de escolaridade afeta na defesa de mecanismos voltados à segurança urbana. A população com maior nível de escolaridade não acredita na viabilidade da ampliação das câmeras de monitoramento como relevante para a redução dos crimes na cidade de Sorocaba.

A técnica oriunda da militarização urbana tem mais adeptos entre pessoas com nível de escolaridade mais baixo. Isso demonstra que as ações conjuntas entre Estado, mercado de segurança e mídia, em disseminar a importância da militarização urbana, não é amplamente absorvida, principalmente pelos mais escolarizados.

O aumento do policiamento, outra estratégia inerente à militarização urbana, é largamente aceito pela população sorocabana, mesmo entre as pessoas com os diferentes níveis de escolarização.

A faixa de nível de escolaridade que menos acredita na eficácia do aumento do policiamento é a com o EM Incompleto (45,16%) e que possui Pós-Graduação (66,67%). Aquela tende a se deparar com mais frequência com as operações policiais, já essa tende a apresentar mais conhecimento teórico sobre os fatores que ocasionam a violência e os problemas advindos da atuação da polícia nas cidades brasileiras.

A opção de dar mais oportunidade para estudo e qualificação foi a mais citada entre as pessoas com pós-graduação (87,5%). De maneira geral, conforme aumenta o nível de escolaridade dos entrevistados, sobe a proporção da defesa de se ampliar a oportunidade para estudo como solução para atenuar a violência na cidade de Sorocaba.

A estratégia de evitar sair de casa em horários noturnos apresentou a relação inversa a de dar mais oportunidade para estudos. A população com menor escolaridade é a que mais defende a técnica, sendo defendida por 20,83% da população com o E.F. Completo, 38,71% dos que possuem E.M. Incompleto, 17,49% com o E.M. Completo.

Com relação aos mais estudados, o indicador cai para 6,67% com os que apresentam o nível Superior Incompleto, 7,94% com Superior Completo e 0% com pós-graduação.

A situação faz emergir a reflexão sobre a situação dos bairros das cidades e, mais precisamente, por que sair de casa no horário noturno pode se tornar perigoso?

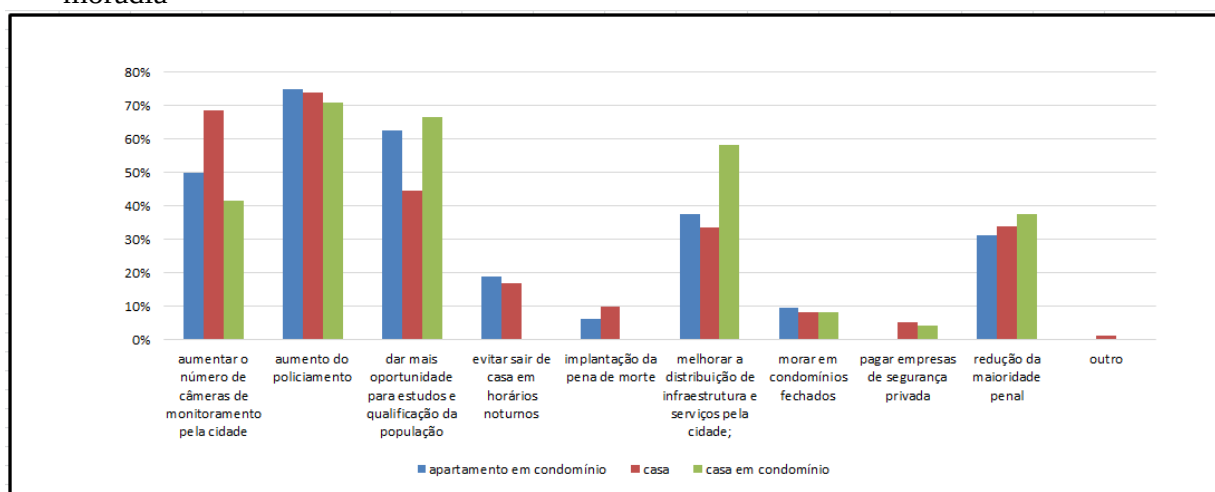
A população com menor nível de escolaridade, que habitualmente é moradora das periferias urbanas, é a que mais defende evitar sair de casa no horário noturno. A explicação se aproxima com a feita anteriormente da relação entre soluções para a violência por faixa de rendimento. Ou seja, o cenário de violência representado pela guerra às drogas nas periferias oportuniza a adesão pelo toque de recolher.

A questão de implantar a redução da maioridade penal com o intuito de se reduzir o medo e a violência possui muitos adeptos entre todos os níveis de escolarização. O menor indicador ocorre entre a população com pós-graduação (20,83%) e o maior entre a população que possui o E.F. Completo (62,5%).

A necessidade de melhorar a distribuição de infraestrutura como responsável pela diminuição da violência urbana apresentou divergências de opiniões. Quem mais defendeu a prática foram os entrevistados com pós-graduação (66,67%). Por outro lado, os que menos acreditam na eficiência da prática foram os que possuem o E.F. Completo (16,67%). Resumidamente, a população com menor nível de escolaridade é a que mais defende as práticas da militarização urbana.

A associação entre tipo de moradia do entrevistado e as soluções para a violência também foi analisada. Os dados podem ser analisados no gráfico 15.

Gráfico 15 – Soluções para diminuir a violência urbana em Sorocaba-SP – por tipo de moradia



Fonte: Felipe Comitre (2016).

Alguns indicadores chamaram mais a atenção, como o caso dos defensores do aumento das câmeras de monitoramento da cidade. A população que reside em casa foi a que mais mencionou a ampliação das câmeras como solução, 68,5% dos entrevistados. No outro extremo, estão os moradores de casa em condomínio, com 41,67% dos que responderam ao questionário.

A contradição exposta com a análise do indicador da ampliação das câmeras de monitoramento consiste na menor defesa de tal estratégia pelos moradores de condomínio de casas. Isto porque os condomínios fechados, denominados de enclaves fortificados, são altamente estruturados com câmeras de monitoramento por quase todas as suas partes internas e externas. Isso demonstra que a população que mais convive com as câmeras de monitoramento não as consideram como principal solução para a redução da violência.

Outro dado que obteve diferenciação de adesão de acordo com o tipo de moradia foi o de evitar sair de casa em horários noturnos. Dos que moram em apartamento em condomínio, 18,75% citaram a estratégia e 16,8% dos moradores de casa relataram a solução. Entre os moradores de casa em condomínio, a opção de evitar sair de casa em horários noturnos não foi citada por ninguém.

A implantação da pena de morte obteve pequena defesa entre a população que reside em apartamento em condomínio (6,25%) e casa (9,97%). Ninguém que mora em casa em condomínio mencionou a pena de morte como solução.

A opção relacionada à melhoria de distribuição de infraestrutura e serviços pela cidade foi defendida por mais da metade da população que mora em casa em condomínio, mais precisamente 58,33%. Já a população que mora em apartamento em condomínio e em casa citou a opção em aproximadamente 35%.

Os moradores de casa em condomínio normalmente são os que possuem mais acesso a infraestrutura e serviços de qualidade. Assim, percebe-se a valorização da infraestrutura e a relevância de sua distribuição mais equilibrada na cidade para reduzir a violência.

Mesmo com toda a particularidade de opinião sobre o medo e as soluções para reduzir a violência em Sorocaba de acordo com as características socioeconômicas dos entrevistados, pode-se afirmar que a tendência posta ao espaço é a da existência de uma guerra urbana, isto é, de uma situação caótica.

Acredita-se que a adoção de ações que transformam a cidade em um cenário de guerra seja a mais eficaz contra a preocupante disseminação da violência. Mudanças estruturais que estimulam a aquisição do direito à cidade por todos os habitantes ainda apresentam pouco destaque entre a população de Sorocaba.

O contato com os dados primários adquiridos por meio da aplicação do questionário a uma parcela da população de Sorocaba aliado a entrevistas e trabalho de campo contribui para compreensão que o avanço dos ideais do novo urbanismo militar na cidade é defendido não só pelo Estado, como também, por grande parcela da população.

Para entender a questão da violência, buscou-se analisar também dados secundários disponibilizados por órgãos competentes e que são responsáveis por quantificar os crimes no estado de São Paulo. Assim, o próximo capítulo visa à utilização de alguns dados da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, dando ênfase aos dados sobre o município de Sorocaba, com o intuito de aumentar o leque de reflexão sobre a violência urbana na cidade.

3.3. A VIOLÊNCIA EM SOROCABA A PARTIR DE DADOS OFICIAIS

Com o intuito de contrapor o discurso e a realidade da violência em Sorocaba, o atual subcapítulo buscou utilizar dados estatísticos oficiais, fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, de argumentos adquiridos em entrevistas e do embasamento teórico oportuno para melhor compreender a situação da violência no município de Sorocaba.

Os dados estatísticos referentes a alguns tipos de crimes contra a pessoa, contra o patrimônio e contra a saúde pública foram espacializados no território de Sorocaba em mapas temáticos. O produto cartográfico gerado estimula a análise mais aprofundada sobre as particularidades de cada fragmento urbano.

A junção das metodologias para se conhecer a violência urbana em Sorocaba possibilitou refletir sobre a disposição dos crimes na cidade, os discursos utilizados por diferentes agentes da cidade e os interesses inerentes à questão da violência na reprodução do espaço urbano.

A metodologia para se analisar a violência em Sorocaba por meio do respaldo de dados estatísticos incidiu na elaboração de recursos cartográficos formulados a partir da espacialização de quatro tipos de crimes por Distritos Policiais existentes em Sorocaba no período de 2011 até 2016.

O resultado foi a confecção de quatro mapas, cada um com um tema específico, sendo eles: furto, roubo, tráfico de drogas e homicídios dolosos. O intuito foi o de analisar a espacialização do crime relacionando-os com os aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais existentes em cada Distrito Policial. Os mapas dos crimes foram confeccionados individualmente, entretanto, a análise ocorreu de forma conjunta se utilizando da sobreposição dos dados.

A intenção com a espacialização dos crimes em Sorocaba não consiste em estimular ainda mais o estigma contra determinadas áreas da cidade. Muito pelo contrário, espera-se reconhecer as particularidades de cada bairro para, posteriormente, servir de embasamento para políticas públicas e ações da iniciativa privada que não se limitem à destinação de operações policiais em bairros periféricos ou outras táticas oriundas do novo urbanismo militar, mas que principalmente fomentem práticas que ampliam o direito à cidade para os habitantes, independentemente de sua classe social.

É importante reiterar que os dados estatísticos, principalmente os relacionados aos crimes, apresentam limitações e defasagens. Dentre alguns motivos se destacam o não registro de crimes pelas vítimas por meio dos Boletins de Ocorrência nas delegacias, fator explicado pela descrença na solução do caso. Além da não realização dos boletins de ocorrências, os dados não se apresentam totalmente fidedignos, pois alguns crimes contra a pessoa, como o homicídio, são comumente burlados ou não julgados por órgãos responsáveis, como é o caso de alguns homicídios que eram transformados nos boletins de ocorrência e nos inquéritos policiais, até janeiro de 2016, em “resistência seguida de morte”.

A nova lei publicada no Diário Oficial do dia 04 de janeiro de 2016 prevê a substituição do termo supracitado para “lesão corporal decorrente de oposição à intervenção policial” ou “homicídio decorrente de oposição à ação militar”. A grande indagação que fica é se a mudança jurídica incorpora a transformação na prática.

A questão dos homicídios é apenas um fator que demonstra a dificuldade em se analisar os dados estatísticos relacionados à violência urbana, entretanto, o uso de tais dados são os mais próximos da realidade, já que são registrados pelos órgãos competentes do Estado.

A utilização de recursos cartográficos, mesmo com o reconhecimento de suas fragilidades, ainda pode contribuir para averiguar as situações e as condições de violência pelos fragmentos urbanos.

A ideia não é a de estabelecer apenas uma compreensão do comportamento espacial da criminalidade urbana em Sorocaba, mas sim em analisar a viabilidade e funcionalidade das práticas de combate a violência inserida em Sorocaba a partir do conhecimento prévio da distribuição dos crimes pela cidade.

Os mapas serão apresentados e analisados seguindo a seguinte sequência: furtos e roubos, tráfico de drogas e homicídios dolosos. Espera-se alcançar uma reflexão sobre os principais fatores que influenciam na distribuição dos crimes no município de Sorocaba.

3.3.1. A DISTRIBUIÇÃO DOS FURTOS E ROUBOS NO ESPAÇO URBANO DE SOROCABA

A criminalidade apresenta diversidade quanto as suas causas. O processo histórico de formação de determinada localidade incide diretamente nas futuras relações que vão se materializar no espaço.

A distribuição dos furtos e dos roubos em Sorocaba apresenta bastantes similaridades. Os Distritos Policiais que mais se deparam com os furtos são, via de regra, os que também mais sofrem com os roubos.

A aproximação dos indicadores com relação aos crimes de furto e roubo permite a adoção de uma reflexão conjunta sobre a espacialização dos dois tipos de crime pelo espaço urbano de Sorocaba.

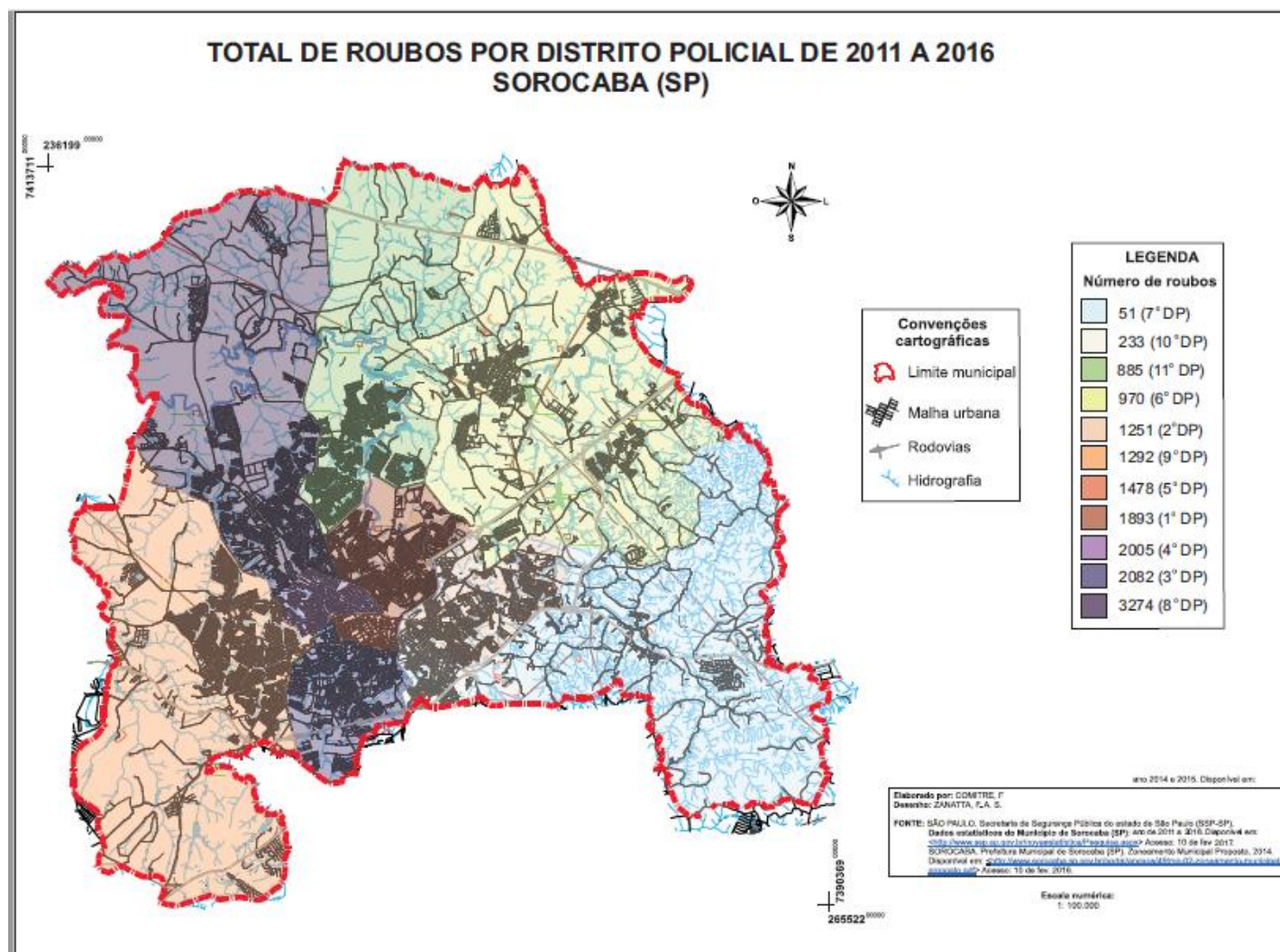
As pequenas variações com relação à quantidade de furtos e roubos podem ser observadas a partir da análise dos mapas 4 e 5. O mapa 4 possibilita visualizar a distribuição dos furtos em Sorocaba por Distrito Policial entre os anos de 2011 e 2016. Já o mapa 5 espacializa os roubos por Distritos Policiais em Sorocaba também entre os anos de 2011 e 2016.

Antes de analisar os mapas, é necessário compreender os conceitos e as diferenças entre furto e roubo. A definição de furto é encontrada no Código Penal do Brasil, Decreto-Lei nº 2.848/1940, dos Crimes Contra o Patrimônio, Capítulo I – Do Furto, que no Art. 155 é descrito como “Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel” (p. 40).

De acordo com o Código Penal do Brasil, Dos Crimes Contra o Patrimônio Capítulo II, Art. 157 o roubo consiste em “Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência” (p. 41).

Os dados especializados de furtos e roubos foram obtidos pela SSP. Em ambos os crimes, estão inclusos a subtração de bancos e cargas, porém, a subtração de veículos foi desconsiderada.

Mapa 5 – Total de roubos por Distrito Policial em Sorocaba entre 2011 e 2016



Os mapas 4 e 5 ilustram tanto a multiplicidade quanto à distribuição dos crimes contra o patrimônio no município de Sorocaba. A análise preliminar permite afirmar que os crimes contra o patrimônio não se limitam a um bairro ou a área de abrangência de um Distrito Policial específico. A presença dos furtos e roubos em Sorocaba possui relação com as questões socioeconômicas do município. A ideia aqui não é a de associar o crime com a pobreza, tese criticada por muitos autores com destaque para Misse (1995b).

A relação com o aspecto econômico contribui para a reflexão de que a desigualdade social consiste em um importante elemento para a forma de distribuição dos crimes nas cidades. O aspecto econômico relacionado com a violência urbana é compreendido de acordo com a concepção de Misse (1965b, p. 10), que afirma: “[...] não é exatamente a pobreza que leva ao crime, mas pode ser a ‘revolta’. Uma revolta que pode ter semelhança com aquela que o crime produz em todos nós”.

A compreensão da ‘revolta’ se relaciona com a desigualdade social inerente às cidades capitalistas, sobretudo as cidades do mundo subdesenvolvido, visto que possuem contradições urbanas marcadas pela cidade legal e ilegal, que afetam na reprodução da vida de acordo com a sua classe social.

A desigualdade é responsável por estimular a violência, de acordo com Maricato (1996):

O aumento do desemprego acarreta um aumento da violência. A segregação urbana com concentração da pobreza fornece um ambiente favorável à disseminação e à reprodução da violência. A reversão desse quadro não dispensa o investimento na qualidade ambiental dessas regiões ao lado de programas destinados à geração de emprego e renda. (p. 51)

Para Maricato, não é a pobreza que explica a violência, mas sim a desigualdade social, econômica e ambiental existente na cidade capitalista. A falta de oportunidades de qualificação, de emprego, a precariedade ambiental de determinados bairros e a concentração de renda são fatores essenciais para se compreender a reprodução da violência urbana.

A influência da desigualdade para a compreensão da violência urbana também é analisada por Caldeira (2010). Para a autora, a segregação socioespacial e a desigualdade são elementos que estimulam os crimes contra o patrimônio.

A compreensão da desigualdade socioeconômica em Sorocaba pode ser alcançada por meio da sobreposição dos dados disponibilizados nos mapas 3, 4 e 5. A análise conjunta dos mapas revela que, com exceção dos situados no 8º DP, são os bairros localizados na área central e na zona Sul da cidade os que mais apresentam quantidades de furtos e roubos. Logo, são os bairros que possuem a concentração de renda e de serviços os que mais sofrem com os crimes contra o patrimônio.

O 8º DP de Sorocaba, situado na zona Norte, é o que apresenta a maior quantidade de furtos e roubos entre os anos de 2011 e 2016, com respectivamente 7.735 e 3.274 casos. Os principais bairros situados no 8º DP são: Jardim São Guilherme, Parque São Bento, Vila Helena, Vila Angélica, Jardim Ipanema, Nova Sorocaba, Habiteto, Recreio dos Sorocabanos, Caguaçu, Vila Elza e Vila Aeroporto.

A desigualdade social, ambiental e econômica existente entre os fragmentos urbanos de Sorocaba também são visíveis no interior dos DP, como é o caso dos bairros que formam o 8º DP. Os bairros deste distrito, situados mais próximos da área central, apresentam uma dinâmica urbana e um histórico de formação bem distinto dos bairros mais periféricos do DP.

A Vila Helena, Vila Elza e Vila Angélica são bairros da zona Norte que possuem o histórico de ocupação mais antigo, que se remete ao período das primeiras décadas do século XX. Para se ter ideia, a Vila Angélica, que é um dos bairros mais antigos do 8º DP, teve a sua primeira capela construída no ano de 1944, em homenagem a Nossa Senhora Aparecida. Atualmente, tais bairros possuem um dinamismo com a existência de serviços básicos, como padarias, mercados e açougues.

O principal fator que impulsionou a ocupação dessa área foi a presença da avenida Ipanema, que é responsável por cruzar e interligar diferentes bairros do 8º DP. A avenida Itavuvu também apresenta importância para o processo de ocupação da zona Norte de Sorocaba e funciona como limite territorial entre o 8º e o 11º DP de Sorocaba.

Por outro lado, os bairros mais distantes do 8º DP foram ocupados a partir da década de 1980, como é o caso do Parque São Bento, considerado atualmente o bairro mais populoso de Sorocaba (URBES, 2014). O avanço da ocupação dos bairros mais distantes da zona Norte ocorreu devido à atuação do poder público municipal, especialmente a partir do final da década de 1990 com o Projeto de Desfavelamento de Sorocaba. Política pública que resultou na construção do Conjunto Habitacional Ana Paula Eleutério, popularmente conhecido como Habiteto.

A desigualdade entre os bairros do 8º DP é um agente estimulador da violência e, mais especificamente, dos crimes contra o patrimônio presentes em seu território. A revolta e a falta de oportunidade, sobretudo nos bairros mais periféricos, reforçam as disputas entre a cidade legal e a cidade ilegal.

Atualmente, os bairros do 8º DP passam por um novo dinamismo, influenciado, especialmente, pela construção do Parque Tecnológico e da Fábrica da Toyota, respectivamente nos meses de junho e agosto de 2012. Apesar da fábrica da Toyota estar situada na área do 11º DP, a sua localização interfere diretamente na dinâmica urbana dos bairros situados no 8º DP.

Outro fator responsável por afetar na dinâmica urbana da zona Norte foi a construção da segunda unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), localizada na avenida Itavuvu, número 6515, ao lado do Habiteto.

Figura 13 - Fábrica da Toyota, SENAI e Parque Tecnológico



Fonte: Felipe Comitre (2017)

O contato com moradores dos bairros próximos aos novos estabelecimentos, entretanto, permite afirmar que as melhorias de infraestrutura e serviços não se destinam aos interesses da comunidade local, mas sim dos ideais mercadológicos que regem o crescimento da zona Norte nas duas últimas décadas. Isso porque não houve a inclusão dos moradores dos bairros, nem mesmo o SENAI situado ao lado do Habiteto absorveu estudantes de seu bairro vizinho.

As inaugurações do Parque Tecnológico, da fábrica da Toyota e do SENAI são responsáveis por estabelecer o processo de valorização do espaço em uma área que desde a sua origem de ocupação esteve associada à precariedade com relação à quantidade e qualidade de infraestrutura e serviços. É assim que o moderno e o arcaico, o legal e o ilegal se misturam pelos bairros do 8º DP. O urbano ornitorrinco, defendido por Oliveira (2003a), ganha novos traços na zona Norte de Sorocaba, fator que estimula a revolta e a incidência de crimes contra o patrimônio na região marcada principalmente pela escassez de direitos básicos, como o direito à cidade.

Dando continuidade à análise dos mapas de furtos e roubos de Sorocaba, verifica-se que o 3º DP é o segundo ranqueado em Sorocaba. Entre os anos de 2011 e 2016, ocorreram 6.997 furtos e 2.082 roubos nos bairros que abrangem o distrito policial.

Os bairros do 3º DP se situam na zona Sul da cidade, caracterizados por excelentes indicadores socioeconômicos e pela ocupação da elite financeira de Sorocaba. Os principais bairros que se encontram nesse DP são: Campolim, Elton Ville, Jardim Pagliato, Vila Leão, Jardim Portal da Colina, Parque Residencial Angelo Vial e Jardim Isaura.

A gênese do Campolim está relacionada a uma antiga chácara, que a partir do final da década de 1970 e início de 1980 passou pelo processo de loteamento seguido da venda dos terrenos. De acordo com Barreto (2007), a chácara pertencia a Achilles Campolim, conhecido como Quiló, e era utilizada principalmente para a criação de gado leiteiro e para o cultivo de gêneros agrícolas voltados à subsistência da família.

Após a morte de Quiló, na década de 1950, a chácara foi administrada pelo seu filho, João Campolim. A área despertou o interesse de empreendedores imobiliários e na década de 1970 a família Campolim fez um acordo com os proprietários da Construtora e Empreendedora Júlio e Júlio. O acordo resultou no loteamento da chácara

com a dotação de infraestrutura para a venda dos terrenos, que inicialmente apresentavam um preço muito baixo (BARRETO, 2007).

A valorização e verticalização do Campolim ocorrem a partir da década de 1990. O principal agente impulsionador para o despertar do interesse no bairro foi à fixação do Shopping Esplanada e do hipermercado Carrefour, situados na mesma área²⁷. A partir desse período a especulação imobiliária ganha força nos bairros do 3º DP.

Segundo a pesquisa de Dados do Mercado Imobiliário (DMI) executada pelo portal Viva Real, tendo como base os dados de venda no quarto trimestre de 2016, o bairro Campolim se caracteriza por apresentar o segundo metro quadrado mais valorizado da cidade, avaliado em R\$4.952, perdendo apenas para o Portal da Colina que possui o metro quadrado avaliado em R\$6.633, também situado na Zona Sul.

O Campolim conta hoje com a presença do Shopping Iguatemi-Esplanada, dos hipermercados Carrefour, Extra e Wal-Mart, de bares e baladas, de lojas de decoração como a Tok&Stok e Konsulfree, além da presença de prédios comerciais, destacando-se a presença de centros financeiros, escritórios, empresas de construção civil e clínicas médicas, bem como prédios residenciais.

Figura 14 - Paisagens do bairro Campolim



Fonte: Felipe Comitre (2017).

²⁷ O processo de verticalização e valorização do bairro Campolim é abordado na dissertação de mestrado de Ison Juliano Barreto (2007). O autor analisa a atuação dos principais agentes de produção do espaço no bairro e a consequência para a estrutura urbana de Sorocaba.

Nos bairros que abrangem o 3º DP se encontram também colégios particulares reconhecidos em Sorocaba, com destaque para o Anglo, o Ser e o Objetivo Portal. A presença dos colégios pode ser um fator que estimula o aumento de roubos e furtos, isto porque os alunos comumente saem das dependências dos colégios para almoçar e, muitas vezes, distraem-se com o uso de celulares, o que torna os estudantes mais vulneráveis à possibilidade de roubos e furtos.

O poder público também incorporou praças e locais de lazer no bairro, destacando-se o Parque Carlos Alberto de Souza, popularmente conhecido como Pista de Caminhada do Campolim.

As moradias dos bairros do 3º DP estão se adaptando cada vez mais ao novo urbanismo militar. Os crimes em tais bairros buscam ser solucionados por meio da ampliação das táticas de militarização urbana, com ênfase nas arquiteturas militarizadas. A tecnoesfera da segurança, conceituada por Melgaço (2010), ganha muitos adeptos entre os moradores dos bairros Campolim, Elton Ville, Jardim Isaura e Portal da Colina, como será analisado no capítulo 4.

As estratégias da militarização urbana na zona Sul de Sorocaba podem ser observadas na figura 15.

Figura 15 - Tecnoesfera da segurança na zona Sul de Sorocaba



Fonte: Felipe Comitre (2017).

O policial entrevistado explicou a sua versão para a existência de muitos crimes contra o patrimônio nos bairros da zona Sul de Sorocaba, afirmando que:

A violência se concentra na zona Norte. Nas áreas mais nobres tem muito roubo por conta dos criminosos que saem da zona Norte e vão até os bairros ricos. O cara sai da periferia e vai roubar, por exemplo,

no Campolim. Porque ele sabe que o dinheiro está no Campolim. (PM., 2016)

A explicação do policial revela que os roubos e furtos são, comumente, mais presentes nas áreas ocupadas pela elite financeira da cidade. Em seu argumento, fica claro que a violência é consequência da desigualdade socioeconômica existente em Sorocaba, revelada pelo paradoxo zona Sul e zona Norte.

O que chama a atenção é que o avanço das táticas de militarização urbana dos bairros ocupados pela elite financeira por meio da implantação da tecnoesfera da segurança não resulta na redução da criminalidade, especialmente dos roubos e furtos.

Mesmo com a grande quantidade de condomínios, câmeras de monitoramento e normas que dificultam a presença de habitantes das áreas mais pobres nos bairros elitizados, percebe-se uma elevada quantidade de crimes contra o patrimônio na zona Sul de Sorocaba.

O que chama a atenção é que apesar de classe de maior poder aquisitivo adquirir mecanismos oriundos da tecnoesfera da segurança, quando foram questionados sobre a violência e o medo em Sorocaba, apresentado no subcapítulo anterior, revelaram que a solução da violência passa, primeiramente, pela geração de mais oportunidade de estudos e qualificação para a população.

A população de faixas de rendimento entre 10 e 20 S.M e a acima de 20 S. M. que respondeu ao questionário acredita que a solução da violência depende de questões que transcendem a militarização urbana. O grupo defende que além da geração de mais oportunidades, torna-se importante o melhoramento das condições e da distribuição de infraestrutura pela cidade. Esta opção foi a terceira mais apontada como solução para a diminuição da violência entre os grupos mencionados, perdendo apenas para a oportunidade de qualificação e para o aumento do policiamento.

A contradição se torna evidente com relação ao entendimento sobre a violência entre os mais ricos de Sorocaba. De maneira geral, eles acreditam que a solução para a violência necessita de mudanças mais estruturais da sociedade e do espaço urbano. Porém, as suas atuações práticas convergem com os modelos da militarização urbana, especialmente ao adquirir serviços típicos da tecnoesfera da segurança.

A explicação para isso é que a compra de imóveis em condomínios dotados de câmeras de monitoramento, carros blindados e a contratação de seguranças privados é mais simples de ser alcançada do que a mudança estrutural que eles de fato acreditam.

Assim, os ricos se rendem ao *marketing* excessivo do mercado imobiliário e de empresas de segurança privada, passando a consumir muitos de seus produtos, mesmo sem acreditar de fato em seu potencial de atenuar a violência na cidade.

A associação da ocorrência dos roubos e furtos com as áreas de concentração de renda e serviços se sustenta ainda mais em Sorocaba quando se analisa o terceiro colocado em furtos e o quinto em número de roubos: o 5º DP.

O 5º DP, que abrange a área central de Sorocaba, apresentou entre 2011 e 2016, 6.707 casos de furtos e 1.479 roubos. A concentração de serviços, concomitantemente à atratividade populacional da área durante o dia explica o número elevado de crimes contra o patrimônio. De acordo com Lobo e Guimarães (2013), o centro comercial principal é, comumente, um dos locais com maior incidência de criminalidade contra o patrimônio nas cidades devido aos seguintes fatores: a aglomeração de pessoas, a organização territorial das atividades que facilita a fuga, ruas mal iluminadas em conjunto com a deterioração das edificações e do espaço público.

Ruas conhecidas do comércio popular de Sorocaba se situam no 5º DP, como a rua Doutor Braguinha, que contém lojas especializadas em roupas, e a rua XV de Novembro, conhecida como rua dos bancos devido à concentração de instituições financeiras.

Além do centro, o 5º DP é abrangido por bairros habitados pela classe média de Sorocaba, como os bairros Santa Terezina, Jardim Vergueiro e Vila Casanova. Pode-se afirmar que são bairros de ocupação antiga, devido à proximidade com a área central, mas que apresentavam um caráter residencial. Entretanto, a partir das duas últimas décadas os bairros estão perdendo o caráter residencial e adquirindo a função comercial, sendo que a mudança de função pode estar contribuindo para o aumento dos crimes contra o patrimônio nestes bairros.

Um grande exemplo da mudança de função das edificações do 5º DP é a rua Santa Terezinha. Nos últimos anos, inúmeros comércios passaram a se instalar no local. Atualmente, a rua conta com oficina mecânica e troca de óleo, restaurantes, supermercado, clínica médica, comércio de água e purificadores de água e loja de roupas.

Ampliando a análise dos mapas 4 e 5, constata-se que o 4ºDP apresentou 5.874 furtos e 2.005 roubos. Os dados revelam que o 4ºDP foi o quarto com o maior número de furtos e o terceiro em número de roubos entre os DP de Sorocaba.

O 4º DP é formado pelos bairros Trujilo, Vila Carvalho, Jardim Zulmira, Nova Esperança, Jardim Imperial, Jardim Ana Maria e Vila Barão. De maneira geral, são bairros de uso residencial ocupados pela população de classe média e baixa, existindo uma desigualdade socioeconômica e ambiental entre os moradores e as condições dos bairros.

A desigualdades socioeconômicas podem ser reveladas quando se compara dois bairros do 4º DP: Trujilo e o Jardim Nova Esperança. O primeiro foi ocupado pela classe média nas décadas de 1980 e 1990, desenvolvendo-se imóveis de bom padrão juntamente com uma infraestrutura adequada, com ênfase para a área próxima à avenida General Osório, por exemplo, o Sorocaba Shopping. Já o segundo bairro apresenta um histórico de associação com o tráfico de drogas, que será detalhado com a análise do mapa sobre o tráfico de drogas em Sorocaba.

Sorocaba, que hoje é conhecida pela concentração de *shopping centers*, iniciou a transformação simbólica do consumo em 19 de março de 1981, com a inauguração do Sorocaba Shopping, primeiro shopping de Sorocaba e o terceiro do Brasil. (MARQUES, 2011). O Sorocaba Shopping se encontra na avenida Afonso Vergueiro, estando na divisa entre o 4º e o 5º DP.

O bairro do Trujilo, que tinha um histórico de uso residencial, também apresenta mudanças em suas funções. A partir da década de 2000, se assiste a um avanço de comércios principalmente de bares e restaurantes próximos ao Colégio Dom Aguirre/UNISO. Outro bairro que deixou de ser exclusivamente residencial foi a Vila Carvalho, sendo que o grande propulsor para isso foi a inauguração do hipermercado Carrefour, na antiga chácara Sônia Maria, em 20 de novembro de 2001.

O 1º DP de Sorocaba apresentou 4.694 casos de furtos e 1.893 de roubos entre os anos de 2011 e 2016, tornando-se o quinto em quantidade de furtos e o quarto em número de roubos.

O 1º DP é formado por bairros que se situam próximos ao centro até as divisas com a zona Leste e zona Norte. Fazem parte do 1º DP os bairros: Vila Santana, Jardim Sorocabana, Santa Rosália, Vila Odin, Vila Progresso, Vila Fiori e Vila Gomes. A extensão territorial do 1º DP é elevada, o que contribui com a variedade de infraestrutura, serviços e equipamentos urbanos pelos bairros. Portanto, a desigualdade socioeconômica é bem marcante entre os bairros.

A gênese de grande parte dos bairros que formam o 1º DP está relacionada com a presença da Estrada de Ferro Sorocabana e, mais tarde, pelas indústrias têxteis. Os bairros foram antigas vilas operárias criadas nas primeiras décadas do século XX. (CELLI, 2012).

É possível se deparar com bairros de excelente infraestrutura e serviços e com moradias elitizadas, como é o caso do Jardim Santa Rosália. Mas também existem bairros com déficit de infraestrutura e serviços, como é o caso da Vila Mineirão e Vila Fiori.

O Jardim Santa Rosália foi um dos bairros mais elitizados de Sorocaba entre as décadas de 1980 e 1990. O bairro demonstra ainda hoje os resquícios de ocupação pela população de alto poder aquisitivo, sobretudo, pela existência de casas de alto padrão. Nas duas últimas décadas, as casas vêm perdendo sua função residencial e passando a adquirir um caráter comercial. Alguns moradores do bairro relatam o problema da violência, especialmente os roubos, para explicar a perda de sua característica residencial. Tornou-se comum os antigos moradores saírem do Jardim Santa Rosália em sentido aos condomínios residenciais fechados situados na zona Leste e Sul de Sorocaba.

Se por um lado os bairros situados na zona Sul e nas áreas próximas ao centro apresentam grande quantidade de crimes contra o patrimônio, mais precisamente furtos e roubos, por outro, os bairros de ocupação mais recente e periféricos são os que menos apresentam os indicadores de crime contra o patrimônio.

O DP com menor incidência de roubos e furtos entre 2011 e 2016 foi o 7º DP, contabilizando 114 roubos e 51 furtos. O 7º DP se situa na porção leste de Sorocaba, próximo as divisas com os municípios de Alumínio e Mairinque.

Os principais bairros que abrangem o 7º DP são: Brigadeiro Tobias e Caputera. São bairros de baixa densidade demográfica e baixos indicadores socioeconômicos. Tal DP possui predomínio da zona rural com a existência de casas de veraneio. Pode-se afirmar que a baixa ocupação populacional dos bairros que abrangem o 7º DP, juntamente com o baixo rendimento econômico, interfere na pouca incidência de crimes contra o patrimônio.

Na última década, porém, o bairro Caputera está vivendo um adensamento populacional oriundo da construção de loteamentos fechados, condomínios fechados e de quitinetes. A disseminação das quitinetes ocorre devido à proximidade com o

campus da cidade universitária da Universidade de Sorocaba (UNISO), já os condomínios e loteamentos se aproveitam da presença da área rural para vender a possibilidade de se morar próximo à natureza. Cabe destacar que as empresas do ramo imobiliário costumam noticiar o bairro Caputera como o “pulmão” de Sorocaba, o que comprova o fetichismo ambiental apropriado pelo mercado imobiliário.

Figura 16 - Outdoor e parte do site descrevendo o lançamento de condomínio no bairro Caputera

Tereza Maria

O sonho de morar junto à natureza e perto dos principais centros comerciais da cidade agora é realidade. São 51 lotes a partir de 1000m² com portaria, segurança 24h e completa infraestrutura. No bairro Caputera, considerado o pulmão de Sorocaba.*

Residencial Tereza Maria. Um lugar irresistível!

* O bairro Caputera é o primeiro da cidade a ser inserido no projeto "Bairro Verde" porque possui uma alta concentração de riachos e vasta cobertura de vegetação nativa.

LANÇAMENTO

RESIDENCIAL
TEREZA MARIA
Caputera

LOTES A PARTIR DE
1.000 M²
EM CONDOMÍNIO FECHADO

PLANTÃO DE VENDAS:
(15) 3227-3479

PROJETO: **TPC** ENGENHARIA E ARQUITETURA

VEREADOR: **RIBERA** ASSOCIADOS IMOBILIÁRIOS (15) 3232-1545

PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO: **MGT BOLINA** ENGENHARIA

Alameda São João, 20 - PMS Parque Vista do Sol, Sorocaba - SP, 13506-900. 0709-2015 / 116-6

Fonte: Felipe Comitre (2014).

A figura 16 demonstra as vantagens divulgadas pela empresa imobiliária de se adquirir um terreno no local, isto porque a sua compra oportuniza três dos principais

desejos inerentes aos habitantes das metrópoles e cidades médias brasileiras: morar em um local seguro, próximo a natureza e com grande espaço.

Depois do 7º DP, o que contou com menor quantidade de roubos e furtos foi o 10º DP. Neste foram registrados 602 furtos e 233 roubos no período entre 2011 e 2016.

Os bairros do 10º DP se localizam na zona Leste, à leste do rio Sorocaba, sendo que alguns estão próximos à divisa com Votorantim. Caracterizam-se pela ocupação por população de baixa renda e pela infraestrutura escassa. Os principais bairros são: Vila Pinheiros, Além Ponte, Barcelona, Vila Colorau, Vila Zacharias, João Romão e Sabiá.

A ocupação inicial dos bairros Vila Colorau, João Romão e Sabiá se remete à década de 1970. Os bairros, conhecidos popularmente como bairro dos Morros devido as condições de relevo da área, possuem péssimas condições de infraestrutura e serviços, como pode ser observado na figura 18. Além disso, a maior parte dos imóveis situados nestes bairros não possuem documentação.

De acordo com o site da Prefeitura de Sorocaba, em reportagem publicada no dia 01 de junho de 2015, os primeiros documentos de posse dos imóveis da Vila Colorau, Zacharias, João Romão e Sabiá iriam ser emitidos a partir de agosto de 2015. A mesma reportagem revela que a inexistência de documentos esteve associada ao processo de grilagem da terra, seguida de um processo de reintegração de posse.

Figura 17 - Bairro dos Morros



Fonte: Felipe Comitre (2014).

O 11º DP foi outro que contou com baixos indicadores de roubos e furtos quando comparado aos demais na cidade de Sorocaba. Foram 1.760 furtos e 885 roubos entre 2011 e 2016, o que reforça a hipótese de os bairros mais pobres e periféricos possuírem menos crimes contra o patrimônio.

Os bairros que abrangem o 11º DP estão localizados na zona Norte de Sorocaba, estendendo-se até o limite com o município de Porto Feliz. O 11º DP apresenta uma grande extensão territorial, mas a sua porção mais ao norte se caracteriza por vazios urbanos e áreas de contato com a zona rural. Destacam-se os seguintes bairros: Maria Antônia Prado, Parque Laranjeiras, Jardim Guaíba, Jardim Santo André, Vila Formosa Jardim Casa Branca, que estão situados mais ao sul do DP. Os bairros situados na porção norte do 11º DP são: Parque Vitória Régia, Conjunto Habitacional Herbert de Souza e o Jardim J. S. Carvalho.

Os bairros do 11º DP apresentam um processo de ocupação recente, sobretudo, a partir da década de 1990. A ocupação ocorreu sem a disposição de equipamentos coletivos públicos essenciais para a reprodução da vida, assim, a infraestrutura urbana é deficitária e as moradias se apresentam em sua grande maioria inacabadas. Os bairros situados mais ao sul do 11º DP também são marcados por péssimos indicadores socioeconômicos, paralelamente a uma grande concentração populacional.

A análise dos mapas 4 e 5 possibilitou ampliar o conhecimento sobre a distribuição dos tipos de crimes contra o patrimônio em Sorocaba, enfatizando dois tipos: o furto e o roubo.

Pode-se afirmar, com base nos argumentos expostos anteriormente, que o crime contra o patrimônio se concentra em áreas habitadas pelos de melhor poder aquisitivo e com a estrutura urbana dotada de comércio e serviços.

A compreensão da distribuição dos roubos e furtos de Sorocaba se torna importante para romper com a visão de associar a violência exclusivamente aos bairros pobres da cidade. O que está oculto muitas vezes na análise do crime é a interferência da desigualdade social, ambiental e econômica, portanto, o contato com os fragmentos urbanos e os seus habitantes consiste numa estratégia que permite se deparar com as características da cidade capitalista, na qual estimula cada vez mais a desigualdade e a criminalização dos pobres, relegando a segundo plano a justiça social e o direito à cidade.

3.3.2. O TRÁFICO DE DROGAS E OS HOMICÍDIOS DOLOSOS EM SOROCABA

O atual subcapítulo busca desvendar a distribuição do tráfico de drogas e dos homicídios dolosos na cidade de Sorocaba, mapas 6 e 7, tendo como respaldo os dados sobre apreensão de drogas e homicídios por distrito policial disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP).

O tráfico de drogas é considerado crime de acordo com a Lei nº 11.343/2006 – Capítulo II, previsto no Art. 33 como:

Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentada.

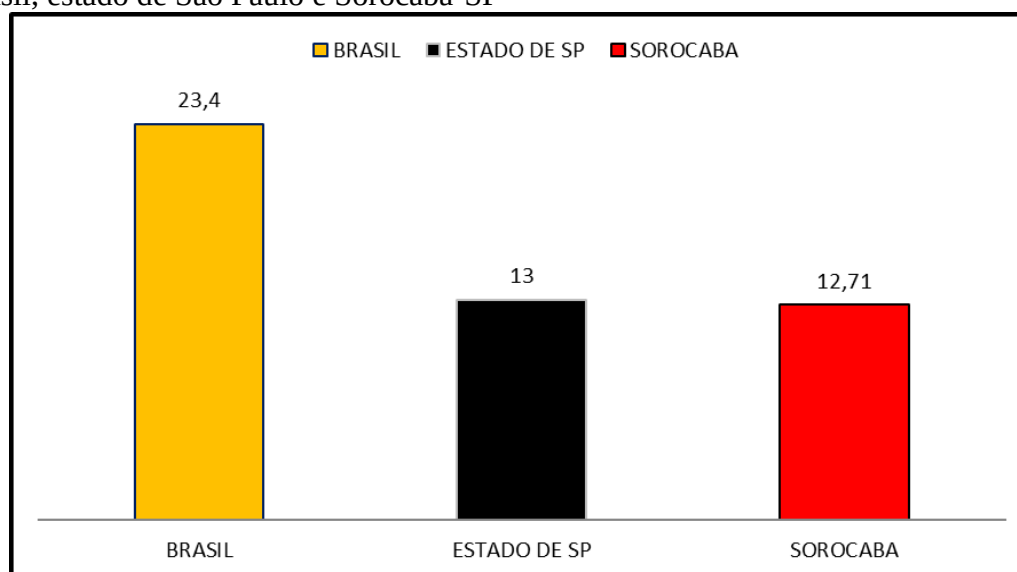
O tráfico de drogas é considerado um crime contra a saúde pública, isto porque o consumo de entorpecentes pode ocasionar sérios danos de saúde ao usuário.

A definição de homicídio se encontra no Código Penal do Brasil, Decreto-Lei nº 2.848/1940, dos Crimes Contra a Pessoa, Capítulo I – Dos Crimes Contra a Vida, sendo dividido, segundo o Art. 121 “matar alguém”, em homicídio simples ou homicídio qualificado. O simples consiste no ato de matar alguém, já o qualificado é o ato de matar com a existência de motivos, por exemplo, para receber recompensa. Os homicídios são divididos ainda em doloso ou culposo e a principal diferença é que no homicídio doloso a morte de uma pessoa é provocada intencionalmente por outra.

A escolha em analisar o tráfico de drogas paralelamente aos casos de homicídio em Sorocaba ocorreu pelo fato de que o primeiro, muitas vezes, interfere no segundo. Zaluar (2007, p. 45) defende que: “Hoje, então, o comércio de drogas tornou-se sinônimo de guerra em muitos municípios do Brasil, mas com diferenças regionais entre cidades e entre bairros na mesma cidade”. A análise da autora revela que o processo de combate às drogas no Brasil gera a formação de guerras no espaço intraurbano, sobretudo pelo enfrentamento ao tráfico nas periferias pobres via caráter militarizado.

Antes de buscar compreender a espacialização do tráfico de drogas e dos homicídios em Sorocaba, decidiu-se comparar os dados oficiais da cidade com a média do estado de São Paulo e do Brasil.

Gráfico 16 – Taxa média de homicídio por 100 mil habitantes entre 2004 e 2014 no Brasil, estado de São Paulo e Sorocaba-SP



Fonte: Secretaria de Segurança Pública de São Paulo – SSP.

O gráfico 16 explicita o menor indicador para o município de Sorocaba, com relação a média de homicídios por 100 mil habitantes do ano de 2004 até 2014, quando comparado ao estado de São Paulo e ao Brasil.

A tabela 4 demonstra a evolução da taxa de homicídio doloso em Sorocaba, São Paulo e Estado de São Paulo do ano de 1999 até o ano de 2015.

Tabela 4 – Taxa de homicídio em Sorocaba, São Paulo e estado de São Paulo

Ano	Taxa de Homicídio Doloso por 100 mil pessoas		
	Sorocaba-SP	São Paulo-SP	Estado de São Paulo
1999	20,01	52,58	35,27
2000	23,51	51,23	34,18
2001	23,89	49,16	33,30
2002	25,97	43,63	31,25
2003	23,20	39,97	28,57
2004	20,15	31,24	22,58
2005	18,39	22,56	17,86
2006	15,36	18,27	15,45
2007	9,67	13,96	12,19
2008	12,16	11,38	10,96
2009	10,93	11,08	11,18
2010	10,07	10,63	10,49
2011	8,60	9,01	10,08
2012	10,82	12,02	11,53
2013	9,70	10,27	10,50
2014	13,80	9,83	10,06
2015	8,50	8,56	8,73

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (2016).

A análise da tabela 4 permite afirmar que no último ano da década de 1990 o município de Sorocaba apresentava uma taxa de homicídio por cem mil pessoas inferior à média do Estado de São Paulo e de sua capital. A diferença era evidente, enquanto Sorocaba apresentava 20,01 homicídios dolosos por cem mil pessoas no ano de 1999, a capital São Paulo e o Estado de São Paulo contabilizavam, respectivamente, 52,58 e 35,27 homicídios dolosos por cem mil habitantes.

Apesar de Sorocaba possuir um número elevado de homicídios em 1999, a sua realidade era melhor, quanto à segurança pública, comparando-se com os indicadores do Estado de São Paulo e de sua capital. De 1999 até 2015, o município de Sorocaba apresentou os menores índices de homicídios dolosos por cem mil habitantes em quase todos os anos quando relacionado com os casos do Estado de São Paulo e da capital. As exceções ocorreram nos anos de 2005, 2008 e 2014.

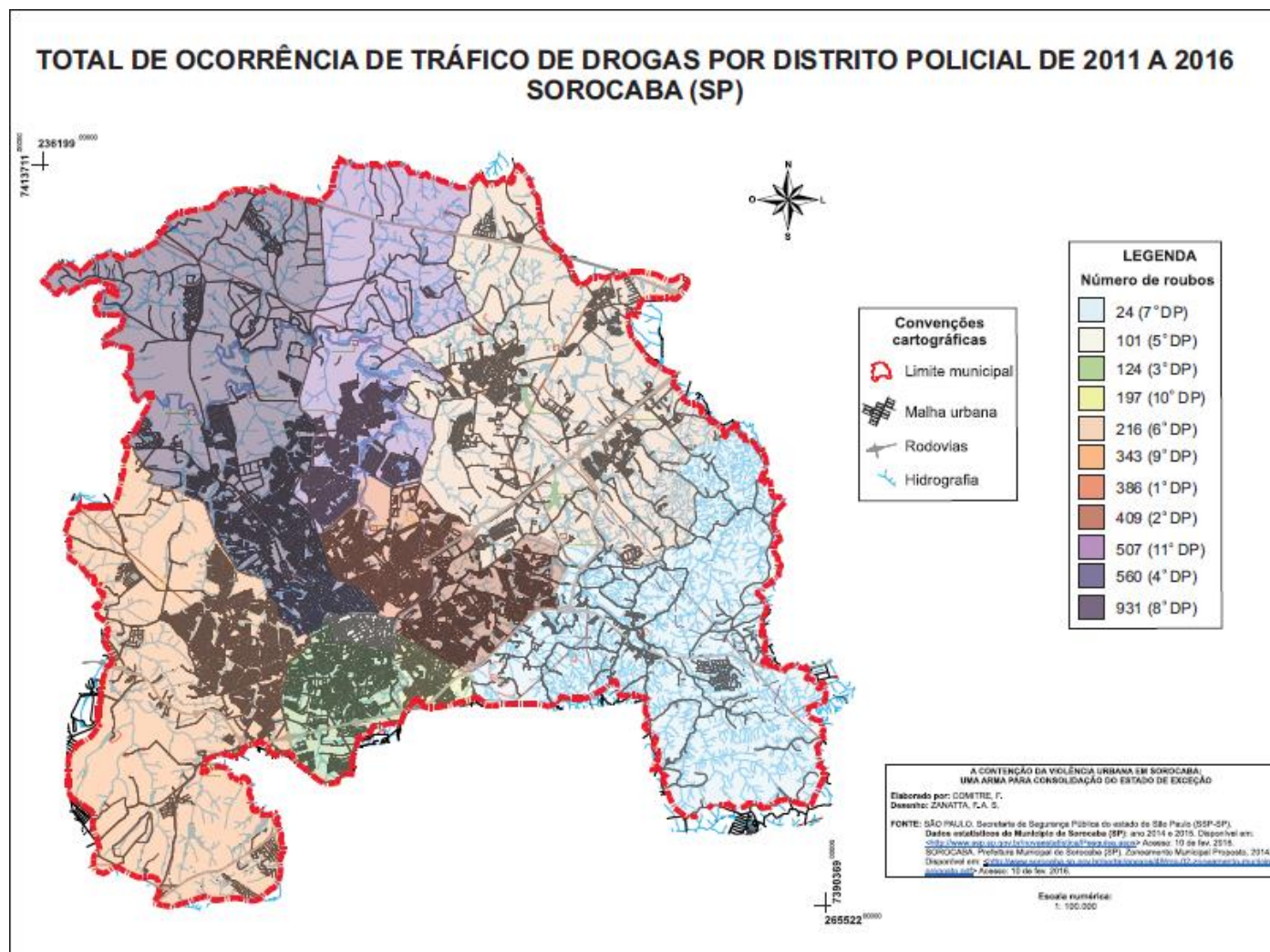
Em 2005, o número de homicídios dolosos por cem mil pessoas em Sorocaba foi menor que a capital, porém mais elevado que a média do estado. Já em 2008, a taxa de Sorocaba superou tanto a capital quanto a média do estado. Contudo, a diferença entre as taxas não foi tão expressiva.

No ano de 2014, a taxa de homicídios dolosos por cem mil pessoas em Sorocaba chegou à marca de 13,80. O número ultrapassa o indicador de 9,83 da capital e 10,06 do estado de São Paulo. Contudo, o ano de 2014 apresentou particularidades em Sorocaba, especialmente pela presença da ROTA nas operações policiais feitas em periferias, como será aprofundado no capítulo 4.

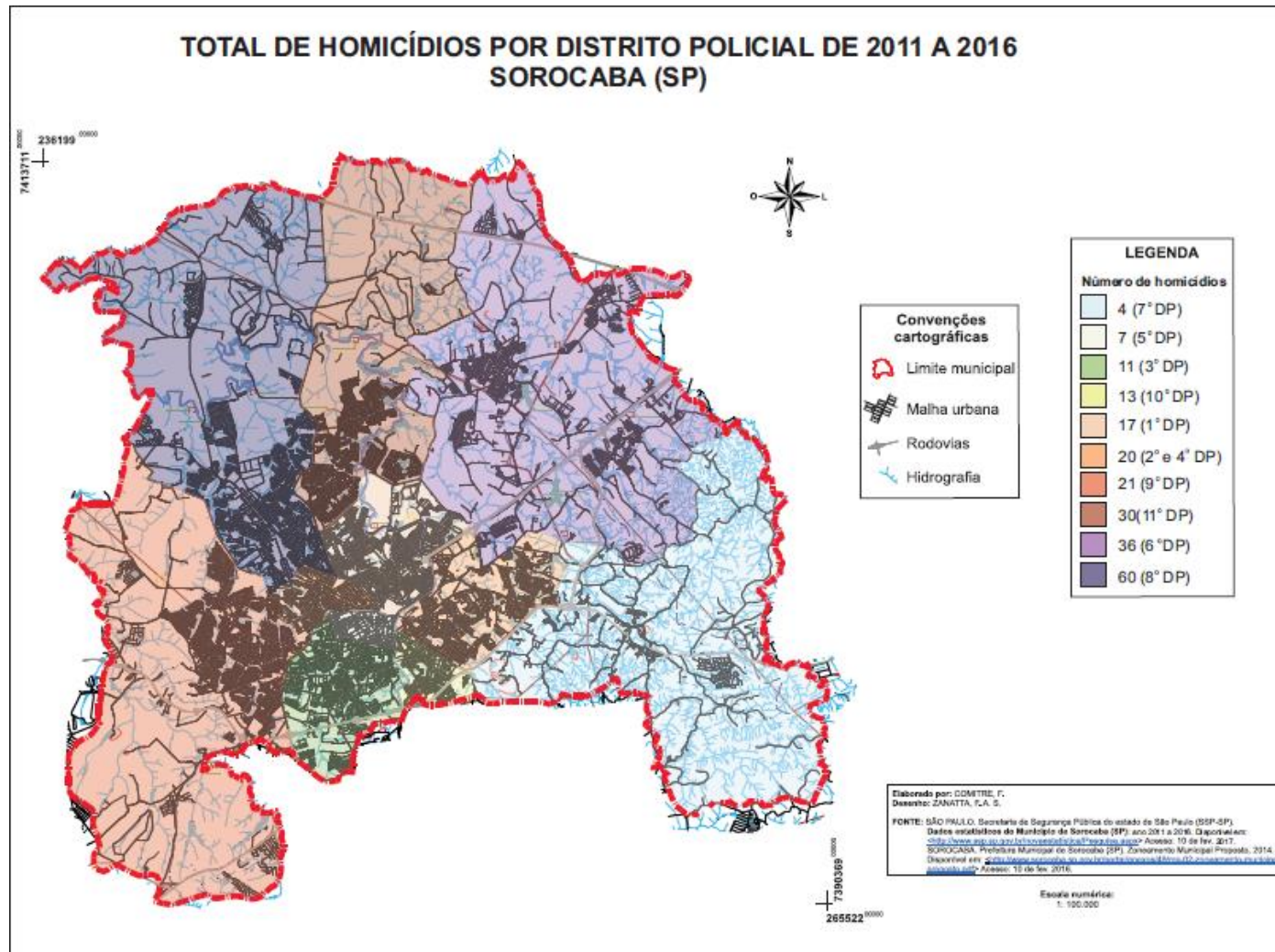
De maneira geral, percebe-se uma significativa redução do índice de homicídios dolosos no Estado de São Paulo e, por conseguinte, em praticamente todos os seus municípios. Uma possível explicação consiste na estratégia imposta pelo governador Geraldo Alckmin de excluir os dados de homicídios oriundos de ação de policiais militares de folga demonstra o desinteresse do poder público em enfrentar seriamente o problema da violência urbana. O governador demonstra um cuidado exclusivamente com números, promovendo formas de burlar os dados, o que permite a sua autopromoção e a conquista de novos eleitores.

A análise dos mapas 6 e 7 visa estimular a compreensão da associação entre o tráfico e os homicídios em Sorocaba, enaltecendo os principais aspectos históricos de formação dos bairros e a sua relação com os crimes existentes em seus limites territoriais.

Mapa 6 – Ocorrências de tráfico de drogas por Distrito Policial de Sorocaba



Mapa 7 - Homicídios por Distrito Policial de Sorocaba



A sobreposição dos dados sobre o tráfico de drogas e homicídios dolosos em Sorocaba revela a inter-relação entre estes tipos de crime. De forma generalizada, os bairros que mais possuem ocorrências por tráfico de drogas são também os que apresentam os indicadores mais elevados de homicídios dolosos. Contribuindo com a hipótese, os DP com os menores índices de tráfico de drogas coincidem com os com menores quantidades de homicídios dolosos.

Em Sorocaba existe uma linha imaginária que divide as áreas que sofrem com os homicídios dolosos, tráfico de drogas e as que possuem um indicador quase nulo destes tipos de crime. Assim como a linha que separa o mundo desenvolvido do mundo subdesenvolvido na regionalização da Nova Ordem Mundial, a cidade de Sorocaba também possui uma clara divisão com relação aos crimes de tráfico de drogas e homicídios dolosos. A zona Norte da cidade é a que mais sofre com tal problema, já a porção Sul apresenta números inferiores com relação aos crimes contra a vida e contra a saúde pública.

É possível associar a linha imaginária com o traçado real da linha férrea de Sorocaba, visto que a concentração dos homicídios dolosos e do tráfico de drogas ocorrem nas áreas situadas ao norte desta localidade, como pode ser observado na análise conjunta dos mapas 1, 6 e 7.

Os três Distritos Policiais com a maior quantidade de ocorrências de tráfico de drogas em ordem são: 8º DP, 4º DP e 11º DP. Já com relação aos casos de homicídios dolosos, os três DP com mais incidência também em ordem decrescente são: 8º DP, 6º DP e 11º DP. O 8º DP e o 11º apresentam a mesma colocação quando se analisam o tráfico de drogas e os homicídios dolosos.

Quando se analisam os DP com menores indicadores de tráfico de drogas e homicídios, chega-se à conclusão que eles apresentam a mesma sequência. O 7º DP é o que apresenta menos ocorrências de tráfico e de homicídios dolosos, logo após está o 5º DP seguido do 3º DP e, posteriormente, do 10º DP.

Os DP com os menores indicadores de homicídios dolosos possuem características em comum, destacando-se: as melhores condições de infraestrutura, serviços e rendimento da população.

O 7º DP, como já foi abordado no subcapítulo anterior, apresenta pequena densidade demográfica e pouca concentração urbana. Os bairros são, em sua maioria, da zona rural, logo, apresentam um dinamismo que se difere da realidade urbana.

A análise dos mapas sobre Homicídios Dolosos, Roubos e Furtos sem a visão das particularidades dos bairros de abrangência do 7º DP, como o baixo povoamento, pode gerar uma falsa sensação de segurança nesses bairros, o que na realidade não acontece.

O 5º DP abrange o centro e bairros do entorno. A explicação para a pequena quantidade de tráfico de drogas neste DP pode se dar pelo grande fluxo de pessoas e de policiais na área, isto porque a concentração do comércio confere um grande dinamismo aos bairros. A grande circulação de pessoas e de agentes repressores do Estado são fatores que dificultam a venda de drogas ilegais. Outro fator que contribui com o baixo número de tráfico é a presença massiva de câmeras de monitoramento no centro de Sorocaba utilizadas pela polícia como estratégia de combate ao tráfico. Isso faz com que o traficante fique exposto e, portanto, cria-se o receio de comercializar drogas nesses locais.

Constata-se que os DP com maior a incidência de homicídios e tráfico de entorpecentes são os ocupados pela população de menor poder aquisitivo, como pode ser verificar no mapa 3. Contudo, a intenção não é a de associar violência com pobreza, considerando o pobre como o responsável pelo avanço da criminalidade na cidade. Muito pelo contrário, o que se propõe com o estudo da relação entre rendimento e violência é a de incitar um questionamento sobre as causas para a existência de um elevado número de tráfico de drogas e homicídios nas áreas periféricas e pobres de Sorocaba.

É na zona Norte e na zona Leste que se encontram os principais DP com altas taxas de tráfico de drogas e homicídios, mais precisamente nas periferias dessas regiões. O tráfico é realidade nas periferias das cidades brasileiras, a sua existência se remete a ilusão de ascensão social e econômica em um cenário marcado pelo abandono dos setores público e privado.

Para Maricato (1996):

Sem perspectiva de trabalho ou pelo menos à segurança de um trabalho regular; sem estímulo para estudar, discriminada pela cor e pela pobreza; envolvida por uma intensa publicidade que liga felicidade ao padrão de consumo inatingível; participe de uma realidade social desigual e arbitrária além de fetichista, na qual convivem extremos de carências básicas e o consumo conspícuo; submetida a uma relação de favor com os políticos; crescendo em contato com a violência no cotidiano e tendo o crescente aumento das drogas como possibilidade de fuga e eventualmente de ganhos rápidos e fartos, essa é a realidade da imensa massa de jovens que habitam as periferias metropolitanas. Com a ausência da cidadania, o terreno é fértil para o desenvolvimento do crime organizado, especialmente através do tráfico de drogas. (p.45)

Nas periferias da zona Norte e zona Leste de Sorocaba, o tráfico de drogas transmite a ilusão de possibilidade de mudança de vida a muitos jovens que são cotidianamente esquecidos por não terem acesso às ações de cunho social inerentes ao Estado.

Se por um lado o Estado abandona o habitante periférico dos direitos elementares do cidadão, por outro, ele se alia ao setor privado dando apoio as estratégias do mercado imobiliário e da mídia, que se esforçam em criminalizar a pobreza, como já foi discutido nos capítulos anteriores.

Wacquant (2003) faz uma análise da situação nos Estados Unidos, explicando que o Estado vem adotando, sobretudo nas últimas três décadas, a substituição do padrão de sua política social por meio do abandono do (semi) Estado-providência para a expansão do Estado penal e policial pautado na criminalização dos pobres.

Nas periferias pobres, existe um círculo vicioso pautado no abandono, retirada da cidadania, possibilidade de mudança a partir do tráfico e morte. A retirada de direitos básicos aliada à criminalização do morador da periferia faz com que, em alguns casos, o indivíduo marginalizado se adentre no tráfico como uma forma de se inserir em uma sociedade cada vez mais regulada pelo poder do capital.

A possibilidade de mudança por meio do tráfico de drogas é, porém, efêmera. Não tarda para que os envolvidos com o tráfico na periferia pobre tenham contatos quase que diários com a morte. A existência de facções rivais do tráfico, da polícia e de milícias resulta na ascensão da violência e de crimes nas periferias, principalmente os homicídios. Cabe salientar que este tipo de crime não se restringe aos membros das facções do tráfico, já que acometem muitos moradores das periferias pobres que não apresentam nenhuma relação com o tráfico.

O 8º Distrito Policial registrou 60 homicídios dolosos entre os anos de 2011 e 2016, conquistando a liderança no critério, que não possui motivos para a comemoração, mas apenas para preocupação. O referido DP também é líder em ocorrências de tráfico de drogas, sendo que muitos dos bairros de seu limite territorial possuem destaque no tráfico de varejo, como é o caso dos bairros Habiteto e do Parque São Bento.

Os bairros do 4º DP de Sorocaba também apresentam condições urbanas frágeis, sobretudo, o bairro Nova Esperança, o qual possui um histórico que se agrega ao tráfico de drogas.

O policial entrevistado, quando indagado sobre a distribuição do tráfico de drogas em Sorocaba, respondeu:

PM: Na zona Norte tem muitos problemas, mas fora dessa região também. Tem o bairro dos Morros, com altíssimo índice de tráfico. O bairro dos Morros que é o João Romão, Vila Sabiá e Zacharias, na zona Leste. Ali é bem complicado. É muito difícil de fazer o policiamento. Aí tem na zona Oeste o bairro Nova Esperança, que de 2015 para cá aumentou muito a criminalidade. A gente percebe nitidamente que é uma nova geração do crime, filhos dos vagabundos que já morreram ou foram presos que moravam no Nova Esperança mesmo. É um bairro também bem complicado de fazer policiamento porque as ruas são bem estreitas, tem muita população na rua o que torna perigoso por expor a vida de outras pessoas.

A fala do policial expõe que o tráfico de drogas está presente em vários bairros de Sorocaba, mas que tal crime se concentra em áreas com péssimas condições com relação à estrutura urbana, serviços públicos e habitados pela população de menor renda.

O 11º DP foi o que apresentou o terceiro maior número de ocorrências de tráfico de drogas, 507 entre os anos de 2011 e 2016. Os bairros que formam esse DP estão situados na zona Norte de Sorocaba, área com os piores indicadores socioeconômicos e de grande vulnerabilidade social. Os bairros Vitória Régia, Parque Laranjeiras e Santo André 2, que fazem parte do 11º DP, possuem proximidades com o tráfico de drogas.

A maior disparidade entre os dados relativos ao tráfico de drogas e homicídios dolosos ocorre com o 6º DP, visto que ele é o segundo em número de homicídios e o sétimo com relação as ocorrências de tráfico de drogas. Isto é, mesmo não possuindo um número elevado de tráfico de drogas, é um DP que se destaca negativamente na existência de homicídios dolosos.

O 6º DP abrange a zona industrial de Sorocaba, portanto, com o uso mais destinado ao setor secundário da economia. Porém, alguns de seus bairros apresentam grande contingente populacional, como o Éden e a Aparecidinha.

Algumas particularidades do 6º DP podem contribuir para o entendimento da não relação direta entre tráfico de drogas e homicídios dolosos. O tráfico de drogas é baixo se comparado com os demais fragmentos urbanos e pode ser explicado pela pequena concentração urbana e populacional nos bairros que formam o 6º DP. Assim, quando se analisa os números absolutos do tipo de crime, metodologia utilizada para a confecção dos mapas, a inferioridade populacional e urbana pode influenciar no número total de ocorrências de tráfico. Diferentemente se fosse realizado um levantamento que levasse em consideração a quantidade de habitantes, dando um resultado proporcional.

Contudo, utilizando-se da mesma linha de raciocínio, a pequena quantidade de habitantes nos bairros do 6º DP também influenciaria na quantidade de homicídios, que

tenderia a ser baixa. Não é o que acontece na prática, já que em números absolutos de homicídios, o 6º DP é o que apresentou a segunda maior quantidade.

A contradição fez com que se tornasse oportuno verificar o número de homicídios por ano entre os anos de 2011 e 2016 no 6º DP. Em 2011, não ocorreu nenhum homicídio doloso nos bairros deste DP, em 2012 foram dois casos, em 2013 mais um caso, em 2014 foram dezessete homicídios, em 2015 foram 7 e, finalmente, em 2016 mais nove casos.

A análise por ano permitiu constatar que foi no ano de 2014 em que ocorreu um número excessivo de homicídios no 6º DP. Os dezessete casos romperam com a lógica de baixa quantidade do crime contra a pessoa nos bairros situados no 6º DP. Para se ter ideia, se for somado o número de homicídios nos demais anos, entre 2011 e 2016 com exceção do ano de 2014, chega-se ao número de 19 homicídios. Ou seja, apenas dois casos a mais do que ocorreu apenas no ano de 2014.

A reportagem de Adriane Mendes, publicada no jornal Cruzeiro do Sul em 19 de dezembro de 2014, entrou em contato com o delegado José Umberto Urban Filho para apurar as causas do número excessivo de homicídios nos bairros do Éden e Cajuru, que fazem parte do 6º DP. O delegado Urban Filho esclareceu para a reportagem que foi o desentendimento entre membros de uma quadrilha, que atuava no tráfico de drogas e no assalto de casas, que resultou na série de mortes registradas nos bairros entre março e agosto de 2014.

Vale relembrar, porém, que no ano de 2014, Sorocaba viveu uma onda de assassinatos. A associação do aumento de homicídios no 6º DP com o contexto da morte dos jovens do Habiteto e do policial militar, explicação mais aceita para a disseminação dos homicídios no período, pode ser verificada por meio da análise da tabela 5, que demonstra o número de homicídios dolosos e de vítimas nos meses de março e abril.

Tabela 5 – Homicídio dolosos em Sorocaba nos meses de ocupações policiais em 2014

HOMICÍDIOS DOLOSOS EM SOROCABA NOS MESES DE OCUPAÇÕES POLICIAIS EM 2014				
Distrito Policial (DP)	Homicídios Dolosos		Número de vítimas Homicídios Dolosos	
	Março	Abril	Março	Abril
6º	4	1	7	1
8º	4	3	4	5
11º	2	3	2	7
Todos os DPs de Sorocaba	14	14	17	25

Fonte: Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP). Organizado por: Comitê (2016).

A tabela 5 demonstra a quantidade dos homicídios dolosos e do número de vítimas nestes crimes em Sorocaba nos Distritos Policiais específicos da cidade, que estavam sob as operações policiais, e a soma de todos os DP nos meses de março e abril de 2014.

A análise dos homicídios dolosos ocorridos no mês de março revela a concentração do crime contra a pessoa nos bairros da zona Norte e zona Leste da cidade. A soma dos homicídios dolosos no 6º, 8º e 11º DP totaliza dez casos, o que significa 71,42% de todos os homicídios dolosos que ocorreram em Sorocaba no mês de março.

No mesmo mês de 2014, existiu entre o 6º, 8º e 11º DP treze vítimas de homicídios dolosos, sendo que o total do mês em toda a cidade foi de dezessete. A quantidade de vítimas entre os DP da zona Norte e zona Leste equivale a 76,47% do total de vítimas no mês de março em Sorocaba.

Outro fato que chama a atenção sobre o mês de março de 2014 é a diferença entre o número de homicídios dolosos e de vítimas. Existiram dez homicídios dolosos que computaram o total de treze vítimas de homicídios. O dado revela a existência de chacina no período, já que um homicídio doloso apresentou mais de uma vítima.

No mês de abril de 2014, ocorreram sete homicídios dolosos que foram responsáveis pela existência de treze vítimas. Novamente, permite-se relacionar os dados com a concretização de mais chacinas na cidade de Sorocaba.

Os homicídios dolosos nos 6º, 8º e 11º Distritos Policiais representaram 50% de todos os existentes no mês de abril de 2014. Seguindo a mesma linha, o número de vítimas de homicídios foi de 52% do total de Sorocaba em abril de 2014.

A certificação do elevado número de homicídios dolosos nos bairros do 8º, 6º e 11º DP de Sorocaba contribuiu para romper com o estigma de foco de violência direcionado contra a população dos bairros mais pobres, visto que existe uma corrente que continua defendendo a associação entre crime e pobreza.

Souza e Compans (2009) elaboram uma crítica ao modelo de criminalização da pobreza e da formação dos Espaços Urbanos Seguros, esclarecendo que:

Mostra-se uma transferência do problema de segurança ou de periculosidade: não é mais a cidade metropolitana berço dos riscos, mas certos espaços da cidade, locais em que não apenas se originam “seres perigosos”, mas onde reside o próprio perigo, possível de transbordar de modo incontrolável, tomando a cidade como um vírus letal, que somente pode ser controlado por uma política eficiente (e violenta, se necessário), disposta a atacá-los

indiscriminadamente, contando com forte adesão das camadas médias. (p. 22)

A crítica de Compans e Souza (2009) consiste no discurso que limita a violência a uma esfera físico-territorial. A argumentação das autoras contra a visão simplista da violência faz sentido quando se observam os mapas 6 e 7, isto porque os bairros periféricos são os que mais sofrem com a violência, o que exige a ampliação da reflexão sobre o modelo repressor adotado pelo Estado nas periferias pobres.

Em questionário aplicado na cidade, percebeu-se que muitos habitantes consideram os bairros periféricos como o Habiteto, Laranjeiras e Parque São Bento como os focos da violência. Contudo, os dados demonstram que os habitantes destes bairros são vítimas da violência contra a vida, e não os disseminadores da violência pela cidade.

O alto número de homicídios dolosos está diretamente associado a guerra às drogas por meio da atuação da polícia e dos traficantes nos bairros, paralelamente, à ausência do respeito aos direitos elementares de todo cidadão nas áreas periféricas. São comuns ocupações policiais, chacinas e violações dos direitos humanos em vários fragmentos urbanos pobres.

Souza (2008) demonstra que a violência na periferia não se dá pela ausência do Estado, mas sim pela sua presença coercitiva que associa os moradores periféricos aos inimigos. É o processo de criminalização da pobreza que estabelece um cenário de guerra em áreas habitadas pela população pobre.

As práticas beligerantes oriundas do narcotráfico são distorcidas pelo poder público e pelo setor privado com afirmações que responsabilizam apenas os moradores das favelas e a morte dos pobres não é vista como um problema social, mas apenas como a justiça sendo feita. Capriglione (2015, p. 57) esclarece que “A tragédia do filho morto no Capão Redondo ou no Alemão vira registro. Em Ipanema ou nos Jardins, é matéria de capa”. Isso quando a morte nas periferias vira registro, já que se percebe o baixo indicador de averiguação dos homicídios no Brasil.

É de se espantar o abandono em que se encontra a população das periferias de Sorocaba. Apesar da taxa de homicídio em Sorocaba estar bem próxima da média do Estado de São Paulo e muito inferior aos indicadores nacionais, percebe-se a concentração desse tipo de crime em alguns bairros da cidade.

O contato com dados estatísticos e mapas sobre a violência em Sorocaba revelam as várias facetas de reprodução da violência na cidade. Todos os dados demonstrados são úteis para se afastar do pensamento superficial e opressor de se analisar a violência urbana.

Não é possível aceitar a construção de um imaginário que culpabiliza exclusivamente o pobre como o motor da violência nas cidades. Enquanto tal produção social é executada pelo poder público em parceria com o mercado imobiliário e a mídia, a juventude pobre e periférica é comumente assassinada nos principais centros urbanos.

O horizonte de compreensão da violência urbana se encontra opaco, de difícil assimilação. Poucos buscam transpor a péssima visibilidade com argumentos que transcendam o dualismo.

O clarear do horizonte sobre a violência urbana exige estudos mais amplos, que se debrucem também na atuação do Estado, do poder Judiciário e dos meios de comunicação, revelando a sua interferência no imaginário da população e, conseqüentemente, na reprodução do espaço.

É necessário evitar a limitação físico-territorial do crime, pensando na cidade como um todo, caracterizada pela perspectiva de Carlos (2001), que entende o espaço urbano como produto, meio e condição das relações sociais. Dentro desse contexto, a violência precisa ser compreendida como agente estimulador de novas estratégias que conferem novos usos e formas ao espaço.

A construção do medo fomenta a lógica do planejamento urbano fundamentado pelo cerceamento das cidades espalhadas pelo mundo e, sobretudo no Brasil. Primeiramente, por permitir a ascensão dos condomínios fechados mediante a busca pelo que Safatle (2015) define como “imunização do medo”. Por outro, por legitimar ações e normas pelo poder público que são responsáveis por violar alguns direitos sociais já conquistados, rompendo principalmente com a liberdade do cidadão, ocasionando a formação do estado de exceção.

4 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONTENÇÃO DA VIOLÊNCIA EM SOROCABA: ZONA DE ANOMIA E ESTADO DE EXCEÇÃO

O poder público em Sorocaba, especialmente no recorte temporal analisado entre os anos de 1997 e 2016, incorporou várias estratégias para enfrentar o problema da violência urbana. O embasamento para a elaboração das políticas públicas de contenção da violência se enquadrou nos ideais que Graham (2016) denomina de “novo urbanismo militar” e Souza (2008) de “militarização da questão urbana”.

O período escolhido para a análise revela o avanço dos ideais neoliberais e da militarização urbana no governo do Palácio dos Tropeiros²⁸. A partir de 1997, com o início da gestão do prefeito Renato Amary, o poder público de Sorocaba passou a implantar estratégias e políticas públicas cada vez mais voltadas para a contenção da violência, paralelamente, aos interesses da reprodução do capital.

O paradigma de governo posto em prática em Sorocaba, especialmente a partir de 1997, converge com as ações características do novo urbanismo militar explicitada por Graham (2016). O autor explica que a comparação com uma zona de guerra constante contra as drogas e o terror “[...] solidifica mudanças mais amplas de paradigmas urbanos sociais, de bem-estar e keynesianos para ideais autoritários e militarizadas do papel do Estado para manter a ordem” (GRAHAM, 2016, p. 76).

Na busca por novos investimentos, alguns aspectos passaram a ser valorizados em detrimento de outros na cidade. O valor de uso da terra foi gradativamente sendo superado pelo valor de troca. Consequentemente, as preocupações do poder público se voltavam às necessidades do capital, em contrapartida, as necessidades sociais se tornaram ainda mais relegadas. Parafraseando Marx, os direitos sociais, “se desmancham no ar” por meio da ampliação dos mecanismos de controle no espaço urbano.

O empreendedorismo urbano adotado, que defende a gestão da cidade de acordo com os modelos empresariais (HARVEY, 2005), se alicerçou em parcerias público-privadas com o intuito de se conter a violência a partir da ascensão de táticas militares no espaço urbano, estabelecendo um novo paradigma de governo entre os anos de 1997 e 2016. Tal modelo foi apoiado por grande parcela da população, especialmente pela transformação visual que a cidade passou nos primeiros anos de gestão do ex-prefeito Renato Amary.

²⁸ O Palácio dos Tropeiros, inaugurado em 15 de junho de 1981, corresponde à sede do poder público municipal de Sorocaba.

A disseminação dos aparatos militares origina o avanço dos espaços disciplinares nas cidades. Os espaços disciplinares da atual cidade militarizada não se limitam as arquiteturas confinadas, como os presídios, as escolas e as fábricas, expostas por Foucault (1987). A tecnologia também é utilizada como importante ferramenta para a ampliação do disciplinamento do espaço, pois possibilita a imposição do controle panóptico via artifícios virtuais e eletrônicos, por exemplo, pelas câmeras de monitoramento.

O avanço e a utilização de recursos tecnológicos para impor práticas de disciplina e controle da população, como as câmeras de monitoramento e as imagens de satélite, fez com que no fim da década de 1970 Foucault considerasse a mudança da “sociedade da disciplina” para a “sociedade do controle” (SOUZA; COMPANS, 2009).

Souza e Compans (2009), por meio do embasamento de Foucault, afirmam que:

A sociedade do controle se apoia fortemente na dimensão da política voltada ao condicionamento corporal (ou a biopolítica), em que o item segurança, dentre outros, muda de escala, sendo direcionado no sentido da dimensão microfísica, assumindo papel estratégico na estruturação do poder e do comportamento, por meio da ampliação de mecanismos de persuasão, de vigilância e controle. (p. 13)

A “sociedade do controle” estabelece estratégias que condicionam a população. As novas tecnologias voltadas à contenção de violência se encaixam neste contexto, pois possibilitam ampliar a vigilância da sociedade. Pode-se afirmar que o espaço urbano de Sorocaba, moldado pelos ideais da militarização urbana, vem adquirindo o caráter de um grande enclave fortificado. As normas que se limitavam ao interior dos muros dos condomínios residenciais se fazem cada vez mais presentes na cidade inteira.

O avanço da militarização urbana advindo das normas e práticas estabelecidas pelo poder público municipal impossibilita traçar grandes diferenças entre o espaço militarizado, definido por Melgaço (2010) como securitização urbana, e o espaço interno de um enclave fortificado.

Os aparatos de segurança como guaritas, cancelas, câmeras de monitoramento e guardas armados que, inicialmente, limitavam-se aos enclaves fortificados, são comumente destinados a todo espaço urbano, transformando a concepção do espaço público na cidade. Em Sorocaba, os aparatos de segurança espalhados pela área urbana conferem novos usos ao espaço, originando novos mecanismos de controle social que fomentam a exclusão socioespacial.

A principal política municipal de controle socioespacial, estabelecida por Renato Amary em seu primeiro mandato, foi a de utilizar as questões do *déficit* de moradias e da contenção da violência para implantar o seu principal plano habitacional para a cidade: o Projeto de Desfavelamento de Sorocaba, em 1997. O resultado do projeto foi a criação do Conjunto habitacional Ana Paula Eleutério, conhecido popularmente como Habiteto, no ano de 1998. Os governos posteriores seguiram as diretrizes embasadas na contenção da violência iniciadas em 1997, sendo assim na gestão de Vitor Lippi (2005 até 2012) e de Antônio Pannunzio (2013 até 2016).

A elaboração e a consolidação de leis e normas que convergem com os ideais de exceção não surgiram espontaneamente no município de Sorocaba. A legitimação do planejamento que fomenta a exclusão e a criação do espaço anômico foi conquistada por meio de ações prévias de controle da violência urbana que se alinhavam principalmente aos interesses do Estado, do mercado imobiliário e das empresas privadas de segurança.

A consequência básica foi a instauração de uma zona de anomia, que culminou na transformação do modo de pensar e agir no desenvolvimento urbano de Sorocaba. A violência urbana se tornou tema central para a reprodução do espaço urbano, porém, o que ocorreu foi a apropriação da questão da segurança pelos agentes dominantes da reprodução do espaço.

Ao ser apropriada por agentes como o Estado, mercado imobiliário e os meios de comunicação, a questão da violência urbana passou a ser utilizada como possibilidade de reprodução do capital, da imposição da segregação socioespacial e da especulação imobiliária. Para conquistar mais adeptos o discurso dos agentes dominantes já se encontrava feito: é necessário conter a violência, mais precisamente, deve ser feita uma “guerra contra a violência urbana”.

Durante os vinte anos de gestão urbana a partir de 1997, que coincide com a presença de um único partido na prefeitura de Sorocaba, foi disseminado o discurso de conter o avanço da criminalidade na cidade e, para isso, surgiram algumas normas e ações que transformaram a reprodução do espaço, tornando-o ainda mais excludente.

No recorte temporal escolhido para a tese, os anos de 1997 até 2016, várias estratégias e leis foram implantadas pelo poder público municipal, destacando-se: o Projeto de Desfavelamento de Sorocaba; as operações policiais nas periferias pobres; a proibição de

estacionar carros entre 00 e 05 horas na Pista de Caminhada do Campolim; a Lei dos Bares; a permissão de fechamento de vias públicas e a inauguração da Muralha Eletrônica²⁹.

A tabela 6 contribui com a análise da evolução e convergência das normas e ações impostas pelos governantes em Sorocaba caracterizadas pela adoção do estado de exceção.

Tabela 6- Quadro-síntese das principais práticas de estado de exceção em Sorocaba entre 1997 e 2016

QUADRO-SÍNTESE DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS DE ESTADO DE EXCEÇÃO EM SOROCABA ENTRE 1997 E 2016			
Gestão	Ano	Medidas	Consequências
Renato Amary	1997	Projeto de Desfavelamento de Sorocaba	Segregação socioespacial; higienização social; exclusão social.
Renato Amary	1997-2004	Operações Policiais em Bairros Pobres	Violação dos direitos humanos; avanço da violência; controle social.
Renato Amary	2002	Proibição de Estacionar Carros na Pista de Caminhada do Campolim entre 00-05 horas	Afastamento do indesejável; Diminuição da ocupação do espaço público; Segregação do lazer.
Vitor Lippi	2005-2012	Ocupação Policial em Bairros Periféricos	Violações dos direitos humanos; Criminalização da pobreza.
Vitor Lippi	2012	Lei dos Bares	Imposição de um toque de recolher a população mais pobre.
Vitor Lippi	2005-2012	Operações Policiais em Bairros pobres	Violação dos direitos humanos; avanço da violência.
Antônio Pannunzio	2013-2016	Operações Policiais em Bairros pobres	Violação dos direitos humanos; avanço da violência.
Vitor Lippi Antônio Pannunzio	2011-2015	Fechamento de ruas	Privatização do espaço público; Afastamento do indesejável.
Antônio Pannunzio	2015	Muralha Eletrônica	Controle social; “Cidade vigiada”.

Fonte: Felipe Comitre (2016).

²⁹ A Muralha Eletrônica consiste em um sistema voltado para a segurança na cidade de Sorocaba, sendo caracterizada pelo monitoramento de 170 pontos da cidade por meio da existência de 70 radares inteligentes e 1.114 câmeras de segurança da Guarda Civil e da Urbes.

A análise conjunta das principais medidas e leis criadas pelo poder público municipal em Sorocaba entre 1997 e 2016 contribui para se entender o paradigma de planejamento urbano quem vem sendo instaurado na cidade. A possibilidade de inter-relacionar as normas e leis, relacionadas com a militarização urbana, permite afirmar que a exceção vem se tornando regra em Sorocaba, mais precisamente um paradigma de governo.

As práticas de exceção que mais se configuram como paradigma de governo, abusam de técnicas ineficazes, reducionistas e que adotam as ações pontuais como soluções mágicas de combate a violência.

As principais políticas criadas pelo poder público municipal para o combate à violência urbana serão analisadas com o intuito de refletir sobre a implantação de leis e normas como fomentadoras na formação do estado de exceção, visto que promovem a suspensão de direitos já estabelecidos.

Sabe-se que o Estado é o ente responsável pela garantia dos direitos aos cidadãos, cabendo às políticas públicas definirem ações para garantir o seu cumprimento. Contudo, o que se observa em Sorocaba, com a ascensão do estado de exceção, é uma inversão de valores, na qual o Estado deixa de garantir os direitos elementares, já que as políticas implantadas se voltam para a violação e suspensão dos direitos já conquistados.

4.1. AS OPERAÇÕES POLICIAIS NAS PERIFERIAS: ESTIGMA E DISSEMINAÇÃO DO HOMO SACER

São muitas as táticas de imposição da militarização urbana em diferentes cidades pelo mundo. Métodos de cerceamento, proteção e controle de áreas públicas e privadas deixam de ser exceção e se encaixam gradativamente em paradigmas de governo no novo urbanismo militar.

O novo urbanismo militar se fundamenta pela busca de redução da violência por meio da utilização de práticas repressivas e pontuais, tornando-se comum o estabelecimento de locais perigosos. A definição de focos de violência legitima a criação de novas normas e legislações por parte do Estado que, muitas vezes, pode originar o avanço do estado de exceção e a disseminação do *homo sacer*, conceitos estes propostos por Agamben (2004; 2007).

Dentre as estratégias de se impor os ideais do novo urbanismo militar na modelagem do espaço urbano, destaca-se a adoção das operações e ocupações policiais em bairros periféricos. A fundamentação para a ampliação das operações policiais em periferias pobres ocorre por meio da associação entre violência urbana e os cinturões de pobreza, tornando-se comum a delimitação de regiões, bairros e logradouros ditos perigosos.

É relevante esclarecer que as operações e ocupações policiais não ocorrem de forma homogênea pelo espaço urbano. Existem áreas permissivas e não permissivas à presença policial de forma ostensiva, sendo respectivamente as periferias pobres e as áreas nobres da cidade.

A heterogeneidade de atuação pelos agentes repressivos do Estado é norteadas pelas condições socioeconômicas dos bairros, isto é, as características gerais dos moradores quanto a sua etnia e rendimento direcionam ações específicas da polícia.

Kehl (2015) faz um relato importante e crítico sobre a relação entre polícia e população periférica:

Os policiais se arriscam tanto, coitados. Ganham tão pouco para servir à sociedade e podem tão pouco contra os criminosos de verdade. Eles precisam acreditar em alguma coisa, precisam de alguma compensação. Os meninos pardos e pobres da periferia estão aí pra isso mesmo. Para morrerem na lista dos suspeitos anônimos. Para serem executados pela polícia ou pelos traficantes. Para se viciarem em crack e se alistarem nas fileiras dos soldadinhos do tráfico. Para sustentar nossa ilusão de que os bandidos estão nas favelas e de que, do lado de cá, tudo está sob controle. (p. 78)

O relato revela a falta de consciência dos agentes repressores do Estado que não reconhecem a complexidade envolvida com a questão da violência nas cidades. Simultaneamente, demonstra a falta de oportunidade e a criminalização dos jovens que habitam as periferias pobres.

O mosaico urbano inerente às cidades capitalistas interfere nos mecanismos de repressão ao crime. Mas não é só a forma de abordagem policial que se distingue de acordo com o fragmento urbano, as práticas coercitivas que convergem para a formação do estado de exceção também são impostas de forma heterogênea pelo espaço urbano.

A consideração de moradores dos bairros periféricos como eternos suspeitos e os moradores de bairros elitizados financeiramente como constantes vítimas se torna uma tática muito útil, endossada pelo Estado, meios de comunicação e mercado imobiliário, para impedir o contato entre as distintas classes sociais nas cidades.

O paradigma construído entre violência e pobreza consiste em uma estratégia de dominação do poder público a todos os habitantes da cidade, logicamente que de forma variada. Os pobres são dominados pelas práticas opressoras do Estado, principalmente com a atuação constante dotada, muitas vezes, de excessos pela polícia. Já a população com melhores rendimentos é dominada pela transformação de seu imaginário, que passa a associar os bairros periféricos como focos de violência, tornando-se necessário invocar práticas beligerantes específicas contra os moradores das periferias e, se possível, afastar-se cada vez mais geograficamente dos pobres.

Carneiro (2013) utiliza a contribuição teórica de Chauí (1993) para demonstrar que a cultura do medo se encaixa como uma estratégia de dominação, afirmando que os ambiciosos dominam os que se orientam pelo medo. Relacionando tal pensamento com a incorporação do estado de exceção em Sorocaba, percebe-se que os ambiciosos são representados pelo Estado, meios de comunicação, empresas privadas de segurança e mercado imobiliário. Por outro lado, os orientados pelo medo são os habitantes da cidade.

Entre os orientados pelo medo existe uma divisão representada primeiramente pelos habitantes que sofrem diretamente com as consequências do medo por meio de práticas opressoras, que são os pobres. O outro grupo, classe média e alta financeiramente, é norteado pelo medo imaginário e pelos interesses do mercado imobiliário, Estado e empresas privadas de segurança. Consequentemente, tal grupo acata e legitima a violação dos direitos humanos contra os moradores das periferias por considerá-los os focos da violência.

Acredita-se com a atuação específica em algumas áreas da cidade, as mais pobres, que a violência urbana se resume a um problema de esfera físico-territorial. A atuação fragmentada da polícia reforça a visão dos planejadores urbanos embasados pelo novo urbanismo militar de relacionar o morador da periferia ao perigo itinerante, o que justifica a necessidade de se situar a pobreza.

As operações policiais nas periferias pobres resultam, empiricamente, na contenção espacial do pobre por meio de práticas repressivas. A contenção não ocorre exclusivamente pelas operações policiais, mas também por outras táticas da militarização urbana, que serão analisadas posteriormente, que são responsáveis por dificultar o livre deslocamento do pobre pelo espaço urbano.

A lógica de isolar determinado segmento da sociedade em áreas específicas não é exclusividade do atual modelo de militarização da questão urbana. Foucault (1987) analisou o processo de contenção dos doentes, contaminados pela peste, durante o século XVII, afirmando que:

Em primeiro lugar, um policiamento espacial estrito: fechamento, claro, da cidade e da 'terra', proibição de sair sob pena de morte, fim de todos os animais errantes; divisão da cidade em bairros diversos onde se estabelece o poder de um intendente. Cada rua é colocada sob a autoridade de um síndico; ele a vigia; se a deixar, será punido de morte. (p. 162)

As medidas para o controle do doente foram adaptadas na cidade militarizada contemporânea para a contenção do pobre. O perigo, que antes era associado à doença, se transferiu para a violência nos dias de hoje. O antigo poder do intendente passou para o policial, que se tornou o responsável pelo isolamento do perigo. No século XVII, o controle ocorria mediante o exame para se constatar a presença da doença, hoje, nas periferias pobres, as abordagens policiais adquirem o mesmo sentido na imposição da vigilância.

É possível afirmar que o pobre é considerado nas cidades militarizadas como uma peste responsável por alavancar a violência e, por isso, precisam ser controlados por meio de estratégias de contenção físico-territorial.

As periferias pobres, ocupadas perenemente ou sazonalmente por policiais, transformam-se no que Wacquant (2003) define como campos, numa clara comparação com os campos de concentração existentes na Segunda Guerra Mundial.

A visão de associar as periferias aos campos possibilita a compreensão de que os pobres se encontram vigiados e fechados no espaço urbano. O cerceamento dos habitantes das periferias não é posto por meio das grades como nos presídios, mas é executado principalmente pela atuação da polícia juntamente com recursos tecnológicos e pela própria morfologia urbana que impõe um controle a céu aberto. Wacquant (2003) explica que o controle a céu aberto possibilita iludir os pobres, já que proporciona uma falsa sensação de liberdade.

A falsa sensação de liberdade procura camuflar o processo de criminalização da pobreza advindo das práticas do novo urbanismo militar. Bauman (2003, p. 109) aponta uma relação entre a guetificação e a criminalização, afirmando que “A guetificação é paralela e complementar à criminalização da pobreza; há uma troca constante de população entre os guetos e as penitenciárias, um servindo como grande e crescente fonte para a outra”.

A relação apresentada por Bauman (2003) é comum nas metrópoles e cidades médias brasileiras, como na cidade de Sorocaba. Os moradores dos guetos, as favelas e periferias pobres brasileiras, ao serem considerados como criminosos, seguem a lógica perversa de reprodução da vida: dos bairros periféricos para as prisões e vice-versa.

Mas a lógica da reprodução de vida da população periférica não se esgota na relação entre periferia e presídio. Outras formas de reprodução perversa de vida dos moradores das periferias pobres podem ser destacadas frente ao novo urbanismo militar: dos bairros periféricos para os cemitérios ou dos bairros periféricos para as listas de pessoas desaparecidas.

A prática de desaparecimento de corpos foi analisada por Araújo (2014), mais especificamente sobre o desaparecimento forçado de corpos no Rio de Janeiro como consequência da atuação da polícia, dos traficantes de drogas e das milícias nas favelas da cidade.

A perversidade e as violações de direitos básicos para a reprodução da vida dos habitantes das periferias pobres se sustentam pelo estigma criado contra eles. A estigmatização da população pobre interfere em várias de suas práticas cotidianas. Wacquant (1995) promove uma análise sobre as *cités* francesas, mas que pode ser também contemplado no caso das periferias brasileiras:

Seria difícil os moradores da *cité* desconsiderarem o desprezo do qual são objetos, uma vez que o estigma de morar num conjunto de habitação popular de baixa renda tem sido associado à pobreza, ao crime e à degradação moral, o que os afeta em todos os aspectos da vida — na procura de empregos, no

envolvimento romântico, na relação com agentes de controle social, como a polícia ou órgãos de bem-estar social, ou simplesmente na aproximação com outras pessoas. (p. 70)

A existência da formação de um estigma relacionando pobreza e violência na periferia francesa se faz presente em diferentes periferias urbanas pelo mundo. Em Sorocaba, ser morador dos bairros periféricos e ditos como foco da violência é sinônimo de se deparar com práticas violentas por parte de policiais quase que diariamente, de ter dificuldade em obter acesso a empregos, de ser excluído de vários direitos sociais e também do direito à cidade e de, lamentavelmente, tornar-se um ser matável, podendo ser morto sem a abertura de um inquérito para apurar os motivos e punir os culpados.

Ser morador da periferia em uma cidade que valoriza a militarização urbana é se tornar o principal “inimigo interno” da cidade. Os crimes nos espaços urbanos militarizados são explicados por meio da culpabilização do pobre, já que esse é considerado um eterno suspeito.

As ocupações policiais nas periferias são previamente aceitas por quase toda a população devido ao imaginário construído que associa os moradores das favelas aos criminosos. Fato comprovado pelo questionário aplicado em Sorocaba responsável por revelar que 74,37% dos entrevistados citaram o aumento do policiamento como solução para redução da violência na cidade. Sendo assim, praticamente não existe um questionamento sobre as extralegalidades e violações dos direitos humanos originadas das atuações policiais nos bairros pobres.

Para Oliveira (2014), o Estado e seus agentes repressivos elaboram um cenário que associa diretamente o habitante da favela com o tráfico ou conivente a ele, demonstrando que:

Os executores da política de segurança e os policiais em geral imaginam os morros usualmente como "o espaço do inimigo". Os habitantes das favelas, à diferença dos demais cidadãos, são vistos como colaboradores em relação ao seu próprio mal, portadores de uma permissividade ou insuficiência moral que não os distingue suficientemente do crime organizado. (OLIVEIRA, 2014, p. 11)

A relação estabelecida entre habitante da favela e criminoso gera uma estigmatização que permite a repressão nas periferias pobres sem a necessidade de se respeitar os direitos constitucionais do cidadão. Aliás, o habitante da favela perdeu o seu caráter de cidadão com a ascensão da militarização urbana e tornou-se um ser humano matável, o que Agamben (2004) denomina de *homo sacer*.

Segundo Agamben (2007):

Aquilo que define a condição do *homo sacer*, então, não é tanto a pretensa ambivalência originária da sacralidade que lhe é inerente, quanto, sobretudo, o caráter particular da dupla exclusão em que se encontra preso e da violência à qual se encontra exposto. Esta violência – a morte insancionável que qualquer um pode cometer em relação a ele – não é classificável nem como sacrifício e nem como homicídio, nem como execução de uma condenação e nem como sacrilégio. Subtraindo-se às formas sancionadas dos direitos humano e divino, ela abre uma esfera do agir humano que não é a do *sacrum facere* e nem a da ação profana, e que se trata aqui de tentar compreender. (p. 90)

O *homo sacer* é duplamente excluído da sociedade, primeiramente pela exclusão da participação de seus direitos, isto é, as leis fundadas nas cidades não servem para eles, pois não são respeitados seus direitos elementares, como a vida. A outra forma de exclusão se dá pela zona de indistinção em que o *homo sacer* se encontra devido ao seu caráter matável. Estar vivo ou morto é indiferente para o Estado e para os demais segmentos da sociedade, ou seja, a sua execução não é classificada como homicídio ou sacrilégio, isto é, vive-se em um estado de anomia.

No *habitat* dos pobres, as periferias urbanas, os direitos dos cidadãos são desrespeitados com o aval de grande parcela da população. O habitante da periferia, ao ser comparado como um suspeito potencial, sofre uma destituição de seus direitos jurídicos pelo poder soberano (AGAMBEN, 2007).

A retirada dos seus direitos políticos (*bios*) e a resistência exclusiva de sua vida nua (*zoé*) transforma o morador das periferias no que Agamben (2007) determina como *homo sacer*. Com a suspensão dos direitos, o habitante se torna matável e, assim, as violências praticadas contra o *homo sacer* não são consideradas violações ou crimes.

As paisagens das periferias, marcadas pelas cores laranja, cinza e azul, que representam respectivamente a alvenaria sem pintura, o reboco e as caixas d'água visíveis, não são vistas como áreas repletas de moradias de baixo padrão construtivo e de descaso político, mas sim como focos de violência urbana. Em Sorocaba, os focos de violência são demarcados por um conjunto de bairros, já apresentados na tabela 3, destacando-se o Habiteto, o Parque Vitória Régia, Nova Esperança, Vila Helena, Novo Mundo, Paineiras e Parque São Bento.

A constatação da criminalização da pobreza e da relação entre polícia e moradores de bairros periféricos em Sorocaba foi observada com o relato de Dimas, morador do bairro Laranjeiras, que em entrevista concedida afirmou:

D.: Eu acho que a instituição Polícia Militar peca muito, eu vejo ela criada para manter o patrimônio dos ricos. Quando passa uma viatura no nosso bairro eles não têm o papel de cidadão, de ter uma boa relação com os moradores do bairro. Os policiais passam olhando como se todo mundo fosse suspeito. Como se em cada ponto houvesse um bandido. (DIMAS, 2015)

O relato de Dimas comprova a existência de um estigma contra os habitantes das periferias pobres de Sorocaba. O estigma relacionado a perigosos e bandidos se insere no imaginário dos policiais, assim, o deslocamento dos agentes repressores do Estado para as periferias já é dotado de uma simbologia permeada de ódio e intolerância, o que alimenta a possibilidade de práticas ilegais contra os moradores das periferias.

A estigmatização de bairros perigosos em Sorocaba é evidente em diversos segmentos. Por exemplo, as atuações policiais se adaptam às condições socioeconômicas presentes no bairro, isto é, em áreas pobres e periféricas existem constantes violações dos direitos humanos.

A entrevista cedida por um policial militar para a pesquisa permitiu ter acesso às formas de atuação da polícia de acordo com o bairro da cidade e os receios que permeiam tais práticas.

Quando indagado sobre a forma de abordagem da polícia, de acordo com o bairro da cidade, o policial respondeu:

P.M.: Tem polícia que fica meio melindrada, com medo de fazer a abordagem. No Vitória Régia ele faz um tipo de abordagem e na Santa Rosália ele faz outra. Eu não! Eu abordo todo mundo do mesmo jeito. Existe o medo de o cara ser alguém influente e isso prejudicar o desenvolvimento do policial, medo de ser punido. (PM, 2016)

A argumentação do policial possibilita constatar a existência de abordagens distintas de acordo com o bairro da atuação policial. O entrevistado nega que ele faça diferenciação de abordagem, porém, afirma que a distinção é uma prática comum entre os policiais militares de Sorocaba.

Entre os membros da corporação da Polícia Militar existe o receio de abordar pessoas “ditas” importantes que podem prejudicar o desenvolvimento da carreira do policial. Isso demonstra que a detenção do poder no Brasil significa a não necessidade de cumprimento dos deveres por todos. No país da “carteirada”, o principal agente repressor do Estado não consegue impor a lei aos detentores de cargos ditos relevantes e, por outro lado, abusam do poder contra a população periférica.

Sobre o processo de abordagem, o policial entrevistado continuou explicando:

P.M.: Existe diferença de abordagem sim. Não com excesso de violência, mas com uma energia diferente. Por exemplo, “VAI MEU DESCE DO CARRO, DESLIGA O CARRO E DESCE! ”, isso lá no Vitória Régia, dando uma ordem legal e com energia. Agora no Santa Rosália, por exemplo, “O motorista...Desliga o carro e desce”. É o tom de voz que é muito diferente. (PM, 2016)

Para o policial entrevistado, não existe abuso de poder da polícia em determinadas áreas de Sorocaba, mas sim uma diferenciação da forma de abordagem, mais precisamente da energia empregada na fala do policial durante a sua atuação.

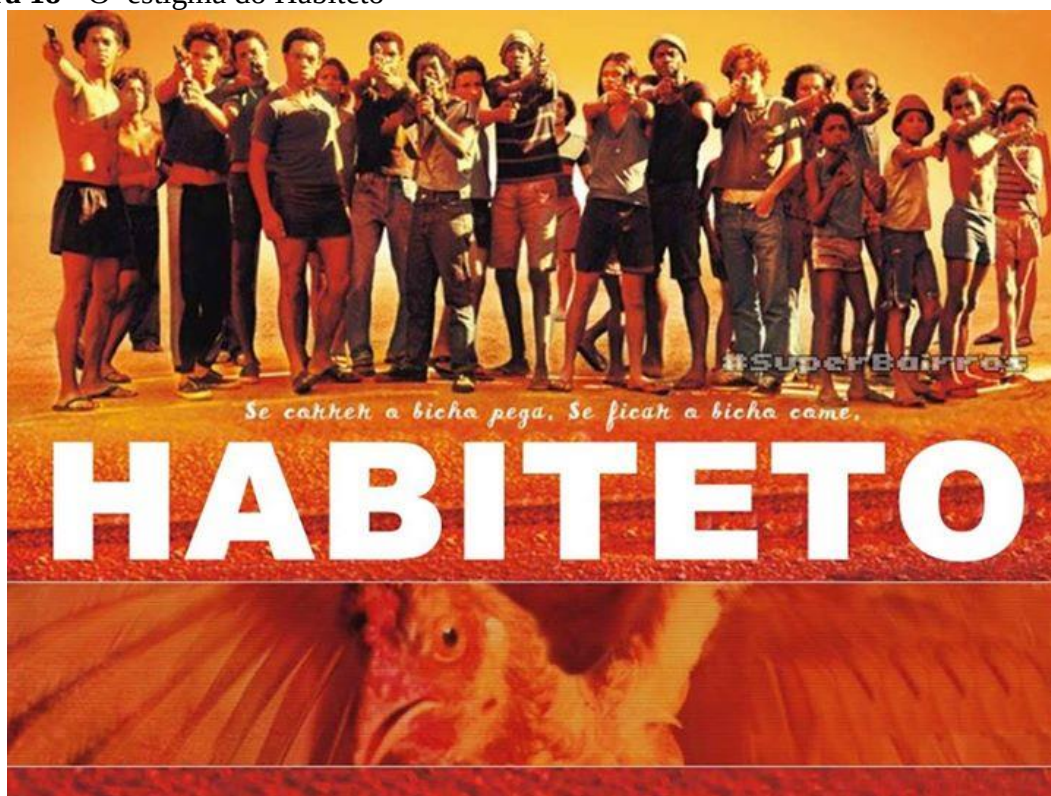
Na entrevista, o policial explicou que são nos bairros mais pobres que os policiais atuam com mais energia durante a abordagem. Para o policial entrevistado, se não existir uma abordagem enérgica, a população periférica não vai respeitar o agente repressor do Estado.

É possível verificar a estigmatização de bairros de Sorocaba por meio dos argumentos e discursos proferidos pelos habitantes da cidade e também pela forma de atuação policial.

Os discursos são enraizados de pré-conceitos e estabelecem uma relação entre violência e os moradores de bairros periféricos. Tal imaginário se transpõe também para a formação de ditados populares na cidade, os quais se adequam à violência simbólica, como por exemplo, “esse aí é naipe Habiteto”. Frase comumente mencionada quando um indivíduo está envolvido em algum conflito interpessoal, quando se encontra malvestido ou até mesmo de acordo com a sua cor e rendimento. Isto é, quando é negro e pobre, logo, é considerado “naipe Habiteto”.

A estigmatização pode ser observada na figura 19, que foi publicada no dia 16 de junho de 2015 pelo grupo Super Bairros, na rede social do *Facebook*. A imagem contém a seguinte apresentação sobre o bairro Habiteto: “Uma produção que vai tirar o seu fôlego...e a carteira também!!!”.

Figura 18 - O estigma do Habiteto



Fonte: *Facebook* – Grupo Super Bairros.

A associação do Habiteto com o filme *Cidade de Deus*, do diretor Fernando Meirelles, explicita a existência do perigo, representado pelo bairro, no imaginário de grande parcela da população sorocabana.

O Habiteto, em Sorocaba, e a *Cidade de Deus*, no Rio de Janeiro, apresentam muitas semelhanças, especialmente com relação às suas origens e processos de formação. Ambos são produto de políticas de interesse social com a criação de conjuntos habitacionais em áreas periféricas juntamente com a ausência de dotação prévia de infraestrutura e serviços de qualidade nos bairros.

O caráter de abandono dos bairros não é questionado por grande parcela da população, no entanto, as classes sociais de melhor poder aquisitivo se organizam quase que exclusivamente para satirizar e disseminar o estigma construído contra os habitantes das periferias pobres.

A página do *Facebook*, Super Bairros, é muito popular em Sorocaba, podendo ser verificada pela quantidade de usuários que curtiam a sua página até junho de 2015: mais de 22 mil usuários da rede social. Entre as principais ações da página, destacam-se a construção

imagens pejorativas e sátiras sobre os bairros da cidade. Conferindo aos bairros pobres e periféricos metáforas quase sempre relacionadas com a questão da violência urbana, que pode ser observada na figura 19.

Figura 19 – Sátiras sobre a violência no Parque São Bento



Fonte: Facebook – Grupo Super Bairros

O parque São Bento, satirizado pelo grupo Super Bairros de Sorocaba, apresenta precariedade quanto à infraestrutura e serviços, entretanto, a divulgação de sua característica se limita a presença da violência e do tráfico.

A análise das sátiras presentes em redes sociais, como as páginas específicas de Sorocaba, demonstra que muitos habitantes do município ironizam as péssimas condições de vida enfrentada pelos moradores dos bairros pobres.

Para os habitantes de áreas distantes das periferias pobres é preferível ampliar o estigma relacionado à violência no bairro a oferecer esforços para exigir a melhoria na distribuição de infraestrutura de forma regular por toda a cidade.

Outro relato que permite a compreensão do estigma encalcado aos bairros periféricos de Sorocaba, como o Parque São Bento, pode ser observado no *post* do site Quiabo Babante, com o título de “Os bairros de Sorocaba”. O autor descreve o Parque São Bento como:

Parque São Bento – É o Complexo do Alemão de Sorocaba, só dá mano, traficante, assassino e pichador, (essas coisas boas...). O ônibus que passa no bairro fede, mas fede muito, provavelmente quando você estiver sonolento indo ao trabalho ou à favela escola, estará sentado num vômito. A

população do bairro não tem o hábito de tomar banho, lavar rosto, lavar a bunda e escovar os dentes. O pior horário é o ônibus das 5:00, onde a piãozada sai pra trabalhar e enchem os ônibus até a porta. Detalhe: sem tomar banho, escovar dentes, pentear cabelo. (Site Quiabo Babante, 2010)

O excesso de ironias ao descrever as características do bairro condiz na realidade com a concretização do preconceito e da inferiorização da população marginalizada pelo autor do *post* no site. São utilizados rótulos relacionados à criminalidade e a subversão para definir e julgar os moradores do bairro, como “manos”, “traficantes”; “pichadores”; “assassinos” e “sujos”.

A estigmatização do pobre revela uma relação desumanizada entre polícia, moradores da periferia pobre e demais moradores na cidade norteadas pelo novo urbanismo militar. Os habitantes da periferia não enxergam nos policiais os responsáveis pela garantia da ordem pública, por outro lado, os policiais e grande parte da população não visualizam nos moradores da periferia a existência de cidadãos.

O não reconhecimento do próximo origina práticas beligerantes e perversas entre polícia e habitante periférico, sem pensar muitas vezes que ambos fazem parte do mesmo contexto social, que é marcado pela opressão.

Pacheco de Oliveira (2014) faz uma análise antropológica sobre as dificuldades inerentes aos policiais responsáveis pelas operações e ocupações nas periferias pobres. Para o autor:

Ao percorrerem as vielas e os becos das favelas, os policiais sabem que os seus inimigos conhecem muito melhor o terreno do que eles, sendo capazes, portanto, de se esconder entre as casas e de atacar em ocasiões inesperadas. O desconhecimento dos policiais sobre o local em que se movem os expõe a situações de risco e a uma grande tensão. Isto, associado à sua incapacidade de distinguir entre moradores e traficantes, faz com que pensem aquele meio social como uma unidade simples e homogênea, que veem com aversão e preconceito. Há notícias de um elevado índice de distúrbios psicológicos entre os integrantes das equipes policiais, levadas a agir com extrema violência e racismo contra um meio social muitas vezes semelhante àquele de onde suas próprias famílias são originárias. (p. 13)

A análise de Pacheco de Oliveira (2014) contribui para a compreensão dos problemas advindos com as operações policiais em periferias, tanto para os policiais, quanto para os moradores dos locais militarizados. É enfatizado que o fragmento urbano ocupado por submoradias e pela população de baixo poder aquisitivo é associado preconceituosamente pelos policiais como foco de criminosos.

Os moradores de bairros pobres de Sorocaba, em alguns casos, preferem maior aproximação com os criminosos do que com a polícia, visto que os valores de legalidade e ilegalidade possuem um limite tênue nas periferias. Ou seja, o traficante pode promover ações compatíveis com a cidadania no bairro, já os policiais podem adotar práticas que violam os direitos humanos.

Da mesma forma que a polícia promove violações de direitos elementares dos cidadãos da periferia, o traficante faz o mesmo. A lógica de associar o traficante ao herói da favela é responsável por ocultar a realidade em que ele é o grande culpado. Isto porque o tráfico de drogas é um dos principais fatores que justificam a presença ostensiva da polícia nas periferias pobres.

As relações contraditórias entre os “homens da lei” e os “homens maus” são constantes, fazendo da extorsão de direitos e da exclusão social, a síntese de muitos bairros pobres de Sorocaba, concentrados, sobretudo, na zona Norte da cidade.

O contato orientado pelo estigma, que associa o pobre ao criminoso, ocasiona a elaboração de um conjunto de ações pelos agentes repressores do Estado que findam em um verdadeiro jogo no qual vale tudo. Com a imposição das operações policiais desreguladas, mas, muitas vezes, popularmente aceitas, a Constituição Federal é desprezada e suas páginas são cotidianamente rasgadas por meio de práticas extralegis adotadas contra o habitante da periferia.

Na periferia, a morte chega de forma prematura para muitos, visto que a presença de polícia, traficante e milícias se caracterizam como um barril de pólvora prestes a explodir. A explosão, no entanto, não escolhe a vítima e, fatalmente, incide também na população comum, trabalhadores, que não possui nenhum envolvimento com o crime.

Outro fator que exige análise é a formação e o preparo dos atuais homens fardados e a facilidade de se obter armas pelos traficantes. Todo o esquema de extralegalidades presente na periferia revela algumas contradições, por exemplo, os policiais que não se enxergam como oprimidos, tornando-se comum impor violação contra os moradores da periferia durante as ações. É o momento que o oprimido, policial, consegue efemeramente se tornar opressor.

É comum o relato de invasão de casas por policiais sem o mandado judicial, processo descrito por Alves e Evanson (2013) e mencionado nas entrevistas feitas com moradores das periferias pobres de Sorocaba. Fato que evidencia o abuso de poder, o não respeito aos direitos do cidadão e, conseqüentemente, o avanço do estado de exceção.

Oliveira (2014) esclarece que a prática da invasão por policiais culmina na sujeição do indivíduo, morador da periferia, ao agente repressivo do Estado. A sujeição consiste na prática como um processo de inferiorização do morador e de toda sua família, já que tais pessoas perdem a sua autonomia e os seus direitos devido à imposição de normas e condutas irregulares feitas pelos agentes do poder público.

Sabe-se que são poucos os policiais preparados de fato para suportar a pressão de conviver com o risco iminente de morte. Nas favelas militarizadas que convivem com o estado de exceção, existe o paradoxo criado pelo fornecimento de armas para o narcotráfico. A contradição existe, pois, o tráfico, que é combatido pela polícia, nutre-se belicamente de relações, muitas vezes, estabelecidas com indivíduos da própria polícia. Isso revela que alguns policiais “cavam as suas próprias covas”, assim como as de seus parceiros de trabalho.

Da mesma forma que o estigma prejudica a situação de reprodução da vida por parte dos habitantes da periferia, não é aceitável a transferência de todo o mal da periferia e da violência para os policiais.

Durante a entrevista concedida para a pesquisa, o policial militar revelou as dificuldades da carreira e o estigma sofrido pelos policiais:

P.M.: A mesma população que fala que a polícia não faz nada, que não serve para nada, apenas para ir para a padaria comer de graça, é a que reclama quando o policial vai cumprir a sua função. Todo dia a gente houve pessoas reclamando de ser abordada, dizendo que não é bandido para ser abordado. Mas você acha que a abordagem é alguma coisa errada? É a nossa função! É comum as pessoas criticarem a abordagem comentando: “- Mais eu tenho cara de bandido para ser abordado?” - E por acaso existe cara de bandido? Se existisse um catálogo com os rostos de bandido seria ótimo porque eu ia decorar as fotos e fazer a minha atuação. Eu não ia errar um. Agora se o policial aborda alguém é porque ele está enchendo o saco, mas se nós não fazemos isso falam que a gente só está passeando de viatura e gastando o dinheiro público. Depois, quando o policial larga mão e não faz mais nada ele é criticado. Quando eu entrei na corporação, em 2005, eu tinha raiva dos policiais que não faziam nada. Eu os chamava de vagabundo, mas hoje eu entendo. Pelo menos se ele não fazer coisa errada já está bom, eu já entendo o lado dele. Hoje eu percebo que é necessário ter um controle emocional muito grande para você não se estressar e largar mão de tudo. (PM, 2016)

A estigmatização dos policiais já é uma realidade em muitas partes da cidade. Poucos habitantes enxergam que os policiais são também, geralmente, vítimas do próprio sistema adotado pela segurança pública. A estigmatização do policial camufla a atuação ineficiente do Ministério Público e dos três poderes: legislativo, executivo e judiciário.

Vários rótulos são utilizados para definir os policiais, como ‘coxinhas’, ‘ratos’ e ‘porcos’. Ou seja, o ódio entre policial e habitante é nutrido por estigmas que oneram ainda mais a relação, que já é amplamente conflituosa.

O enfrentamento entre os membros estigmatizados, polícia e pobre, gera violações advindas do uso excessivo da força e do poder. Neste caso, a população das periferias sofre diariamente com as práticas policiais que culminam na formação de um estado de exceção. Por outro lado, os policiais perdem o respeito da população e, muitas vezes, não conseguem exercer a sua função básica.

Em uma sociedade que se torna cada vez mais refém da violência e do medo, os pobres são comumente vistos como uma anomalia social e foco de toda a mazela urbana. Wacquant (1995), ao realizar uma análise da situação dos habitantes dos guetos norte-americanos e das *cités* francesas, afirmou que eles sofrem uma desapropriação simbólica responsável por transformar tais habitantes em verdadeiros proscritos sociais.

Em Sorocaba, os proscritos sociais também possuem endereço, são os habitantes de bairros periféricos que sofrem violações diárias em vários segmentos: as condições de moradia e a infraestrutura dos bairros são precárias, as atuações policiais são comumente praticadas com a suspensão do direito do cidadão, o tráfico assola grande parcela dos habitantes dos bairros e não escolhe seus “servidores” mediante a idade, tornando-se comum a atuação de crianças no sistema que propulsiona os homicídios nas periferias.

O permanecer na rua com a garantia do direito à vida é raridade entre os moradores de bairros pobres de Sorocaba. Tal direito é normalmente suspenso devido ao conflito entre policiais e traficantes. A consequência da relação truculenta entre polícia e os membros do tráfico gera o despertar de um verdadeiro “Vivendo no fogo cruzado” aos habitantes das periferias, parafraseando o título do interessante livro de Maria Helena Moreira Alves e Philip Evanson, publicado em 2013.

O bairro Habiteto em Sorocaba pode ser utilizado como melhor referência sobre o procedimento de ocupação e avanço das operações policiais em Sorocaba. Habitualmente, o bairro se depara com a presença policial seguida de violações elementares dos cidadãos. O argumento para a presença ostensiva da polícia no bairro é a de controlar o tráfico, muito presente no local, e de diminuir os atos violentos ali materializados.

4.1.1. O BAIRRO HABITETO: A EXCEÇÃO COMO REGRA

O histórico de formação do Habiteto se remete à criação do Projeto de Desfavelamento de Sorocaba executado pelo poder público municipal a partir de 1997. Após um ano do projeto, foi inaugurado o Conjunto Habitacional Ana Paula Eleutério, conhecido popularmente como Habiteto.

O Projeto de Desfavelamento de Sorocaba teve início com a retirada de aproximadamente 500 famílias que se encontravam distribuídas pelo território de Sorocaba, sobretudo em áreas de risco ou de proteção ambiental da zona Norte da cidade, como os bairros Laranjeiras, Vila Helena, Aparecidinha, Jardim Guadalupe e Éden.

A Secretaria de Cidadania (SECID) defendia que o Projeto de Desfavelamento era compatível com o direito de ter uma vida digna, isto é, pelo avanço da cidadania à população beneficiada (COMITRE, 2010). Mas será abordado que o resultado foi o oposto, sendo que as principais consequências direcionadas aos moradores do Habiteto se relacionam com a suspensão de direitos elementares e com ampliação do estado de exceção.

Na teoria o Desfavelamento buscava-se atenuar o déficit de moradia e dar melhores condições para a reprodução da vida aos habitantes sem teto, garantindo-lhes o acesso a moradia digna (COMITRE, 2010). Na prática, o projeto se caracterizou como uma forma de coibir o processo de favelização da cidade, aproximando-se mais de um projeto de higienização social do que propriamente um programa habitacional. A análise de Comitre (2010) demonstra que o Projeto de Desfavelamento estimulou o processo de segregação socioespacial e de especulação imobiliária na cidade de Sorocaba.

A proposta inicial do projeto previa uma parceria entre a Prefeitura Municipal e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). A função de cada setor consistia, respectivamente, na doação de terrenos e na construção de moradias aos beneficiados. Entretanto, as moradias nunca foram construídas, logo, os beneficiados pelo projeto contaram apenas com a doação dos terrenos pela prefeitura.

Em entrevista, dona Palmira (2017) explicou sobre a não construção das moradias no Habiteto, afirmando que: “A prefeitura deu apenas o terreno. Na época, tinha a promessa de construir uma casa de dois cômodos e um banheiro para gente, mas isso não aconteceu”.

A explicação dada pela CDHU para a não construção das moradias foi que a área dos terrenos disponibilizados pela Prefeitura de Sorocaba não era compatível com as diretrizes da

empresa para a elaboração do programa habitacional, especialmente pela longa distância do local até o centro e pela precariedade de infraestrutura na área e em seu entorno (COMITRE, 2010).

O que chama a atenção é que a prefeitura de Sorocaba já havia remanejado a população das favelas para os terrenos do Habiteto mesmo sem a aprovação da CDHU. Resumidamente, o projeto municipal determinou apenas um remanejamento dos barracos de áreas mais próximas do centro para a periferia de Sorocaba. As primeiras casas construídas durante a gênese do bairro foram feitas por meio do mutirão dos moradores (COMITRE, 2010).

Os trâmites que culminaram na formação do Habiteto e as condições de vida no bairro foram mencionados por dona Palmira, que é moradora do Habiteto desde o seu surgimento. Para ela, foi o movimento de luta por moradia de Sorocaba, formado inicialmente pelos sem-teto da Vila Helena e da Aparecidinha, que forçou o poder público a criar um programa habitacional de interesse social:

P.: Quando eu mudei pra Sorocaba, tinha um problema muito grave na cidade porque o prefeito, que na época era o Renato Amary, não construía moradia popular. Aliás, no tempo que ele foi prefeito, acho que foram 8 anos, ele não construiu uma casa popular. Então, o déficit de moradia aumentou muito. Com a falta de moradia, o povo passou a se unir e a se organizar. Surgiu o movimento de moradia, que na época ocupou alguns terrenos públicos para tentar conquistar o direito à moradia. (PALMIRA, 2017)

A moradora do Habiteto revelou em entrevista que os primeiros terrenos ocupados pelos sem-teto foram na Vila Helena, no ano de 1996. Contudo, o prefeito não permitiu a ocupação da área escolhida pelo movimento de moradia, acionando, algumas vezes, o Batalhão de Choque para a reintegração de posse. Dona Palmira informou que o movimento resistiu às imposições do poder público, causando um mal-estar entre o movimento e o prefeito da época.

Além de ocupar áreas na Vila Helena, o movimento de moradia também fez acampamentos em frente à Prefeitura Municipal e no centro da cidade. Segundo dona Palmira, a intenção era dar visibilidade ao movimento e forçar o prefeito a elaborar um plano habitacional de interesse social.

O argumento de dona Palmira é que ao perceber a força que o movimento de moradia ganhava em Sorocaba, o prefeito Amary decidiu criar o Projeto de Desfavelamento. Dona

Palmira afirmou que “Para o prefeito se ver livre daquele bando de sem-teto que atrapalhava a vida dele, ele decidiu criar o Habiteto”.

O Habiteto apresenta até hoje, como a maior parte dos bairros periféricos de cidades médias e metrópoles brasileiras, condições precárias para a reprodução da vida. A escassez de infraestrutura e de serviços privados e públicos marcam a paisagem do bairro.

No início do bairro não existia pavimentação asfáltica, nome de rua e serviço de correios. A iluminação pública existia em apenas alguns postes nas ruas e a água chegava apenas até os hidrômetros localizados na frente dos lotes. O relato de dona Palmira contribui para a compreensão da ausência de serviços e infraestrutura no início do Habiteto:

P.: Na época, o Habiteto era muito longe. O prefeito jogou a gente com um descaso muito grande. Não tinha um posto de saúde, não tinha uma escola, não tinha uma creche, não tinha um supermercado, não tinha um barzinho. Para pegar ônibus era muito difícil. Quando eu mudei para o Habiteto, eu tinha dois filhos pequenos, um de um ano e outro de quase quatro anos, e eu estava grávida de oito meses. O meu filho mais velho tinha bronquite que eu pensava que em qualquer hora eu ia perder ele. Quando eu mudei para o Habiteto, naquela terra, aquele pó, eu pensei "Meu Deus, eu vou perder o meu filho". (PALMIRA, 2017)

O comentário de dona Palmira pode ser comprovado com a análise da distribuição das áreas de uso residencial e de serviços no Habiteto em 2000, ou seja, após três anos do Projeto de Desfavelamento, que resultou na criação do bairro.

Assiste-se à grande discrepância na relação entre unidades residenciais e as áreas de serviços, lazer e institucionais no Habiteto. Existe uma elevada sobreposição da moradia em relação aos seus prolongamentos. De acordo com os dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Sorocaba, as áreas de serviços comerciais, lazer e institucionais somavam, no ano 2000, apenas 16,45% da área total do Conjunto Habitacional Ana Paula Eleutério.

A Lei nº11.022/2014 de Sorocaba prevê o mínimo de 12% para espaços livres de uso público e 5% para o uso institucional, destinados a equipamentos comunitários. Percebe-se que o sistema de lazer disponibilizado em Sorocaba se encontra aquém do mínimo previsto pelo Plano Diretor.

A baixa quantidade de prolongamentos das moradias no Habiteto demonstra a ineficácia do poder público municipal em elaborar um programa habitacional que respeite a presença de infraestrutura e serviços básicos para a sua população.

A ausência de serviços no bairro propulsiona a necessidade de seus moradores se deslocarem pela cidade em busca da contemplação de atividades básicas para a reprodução da vida. Contudo, o isolamento do bairro, situado a aproximadamente 11 quilômetros do centro, aliado à precariedade do transporte coletivo, potencializa ainda mais a exclusão dos moradores do bairro.

O mecanismo de poder adotado em Sorocaba com a implantação do Projeto de Desfavelamento exige uma reflexão da relação entre os conceitos de poder e violência. Arendt (1985, p. 23) define que “o poder, no entendimento de Passerin d’Entreve é a força ‘qualificada’ ou ‘institucionalizada’ [...] Passerin d’Entreves define o poder como um tipo de violência mitigada”.

A visão de Passerin d’Entreves é materializada no município de Sorocaba com a incorporação do Projeto de Desfavelamento. A violência foi institucionalizada em Sorocaba por meio de uma política habitacional de interesse social, o que culminou em uma violência marcada pela extinção de direitos elementares individuais aos beneficiados pelo projeto e pelo avanço do controle social por parte do poder público.

A ação do Estado, ao instituir o Projeto de Desfavelamento de Sorocaba, aproxima-se com o poder na concepção de Arendt (1985), pois se embasou no uso da violência para a imposição de um projeto. Aqui cabe refletir sobre a proporção da violência, que pode não ter sido mitigada, mas sim exacerbada.

A adoção da violência contra a população contemplada pelo Projeto de Desfavelamento de Sorocaba contribuiu para o avanço do estado de exceção no município. De acordo com Agamben (2004, p. 12), “[...] o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal”. Assim, o poder público utilizou um procedimento legal, o Projeto de Desfavelamento de Sorocaba, para tornar legal o abandono do direito à moradia, à educação, ao lazer e ao emprego, o que é considerado uma extorsão do direito e, portanto, algo ilegal perante a Constituição Federal.

A imposição do estado de exceção em Sorocaba apresenta um caráter contraditório, especialmente porque o Projeto de Desfavelamento foi criado pela Secretaria de Cidadania do Município em parceria com o Fundo Social de Solidariedade. Porém, o projeto que originou o bairro Habiteto freou com qualquer ideia ou exemplo de cidadania e solidariedade (COMITRE, 2010).

Ao analisar a questão do estado de exceção, Agamben (2004) relata sobre a existência de uma opinião constante que busca relacionar o estado de exceção com o conceito de

necessidade. O autor usa como respaldo o adágio latino *necessitas legem non habet*, “[...] ou seja, a necessidade não tem lei, o que deve ser entendido em dois sentidos opostos: ‘a necessidade não reconhece nenhuma lei’ e ‘a necessidade cria sua própria lei’ (*necessite fait loi*)” (AGAMBEN, 2004, p. 40).

No caso da formação do bairro Habiteto, a necessidade pode sim ter estimulado e legitimado a ampliação do estado de exceção. O discurso do poder público enfatizava a necessidade de fornecer melhores condições de vida para a população que abrigava as áreas de risco e de proteção ambiental distribuídas pela zona Norte da cidade. Por outro lado, pode-se afirmar que a necessidade que estimulou o Projeto de Desfavelamento em Sorocaba teve o respaldo no interesse de romper e coibir o processo de favelização na cidade, para isso, suspendeu algumas leis já existentes por meio da criação de novas legislações.

Todo o histórico de formação e evolução do Habiteto, repleto de violações e descompromissos do poder público, originaram situações preocupantes no bairro, dentre elas se destaca a questão da violência, que possui relação direta com o tráfico de drogas presente no local.

A presença do tráfico e de facções criminosas desde a origem do bairro legitimou a ampliação de políticas de cerceamento contra todos os moradores do Habiteto, principalmente por meio de ações do Estado que ocasionavam a ampliação da segregação e do isolamento dos moradores do bairro.

A presença da polícia, contudo, não se deu constantemente no bairro. No início de sua ocupação, mesmo com o excessivo número de homicídios que se materializavam no interior do bairro, a polícia dificilmente se deslocava até o Habiteto para a realização do patrulhamento e da prevenção. Além disso, os meios de comunicação pouco relatavam sobre os conflitos e as mortes que ocorriam no bairro.

O contexto da ocupação inicial do bairro, especialmente entre os anos de 1998 e 2002, ajusta-se com a existência do estado de exceção e do avanço do *homo sacer* no bairro. O esclarecimento para o estado de exceção é que a morte assolava o bairro e praticamente nada era feito para se evitar tais crimes.

A elevada quantidade de homicídios nos primeiros anos de existência do Habiteto se remete a presença de membros de facções criminosas rivais, relacionadas principalmente ao tráfico de drogas no mesmo território.

Ao ser questionada sobre as condições de vida no início do bairro, dona Palmira mencionou o problema da violência:

P.: Nós sofremos muito no começo, existiam muitos problemas no Habiteto porque a violência era muito grande. Você imagina que em cada favela existe uma pessoa que se diz o ‘chefão’ da área. Imagina então todos eles em um lugar só? Nessa época tinha muita violência, muita morte no bairro. Tinham vezes que matavam três, quatro pessoas em uma noite. Na verdade, eu acho que foi essa a intenção do prefeito, deixar os moradores do Habiteto se matarem. Porque não tem como fazer um Desfavelamento da forma que o prefeito fez sem ter morte. (PALMIRA, 2017)

A exceção no Habiteto se evidencia por meio da atuação dialética do Estado pautada pela presença e ausência. A presença se deu pelo processo de remanejamento da população favelada para o Habiteto, já a ausência se deu com a não dotação de infraestrutura e equipamentos coletivos no bairro e também pela permissibilidade dos conflitos entre as facções, isto é, o Estado não atuou com o intuito de impedir os previsíveis conflitos e mortes nos anos iniciais do Habiteto.

A rivalidade entre as facções era reconhecida pelo poder público, mas a morte dos habitantes do Habiteto não era visualizada como um problema do Estado. Enquanto os homicídios ocorreriam nos limites territoriais do Habiteto, não havia nenhuma grande repercussão da mídia e do Estado.

A permissividade para membros de facções rivais se enfrentarem e se matarem demonstra a transformação de seus habitantes em *homo sacer*, ou seja, seres matáveis. Mas o extermínio que existia no início da formação do bairro não se restringia aos membros das facções, assim, muitos moradores que não possuíam nenhum vínculo com a criminalidade foram mortos após o conflito entre facções no bairro.

A população, de maneira geral, respaldada pela conduta de governo “bandido bom é bandido morto” acatava e defendia as mortes no início de ocupação do Habiteto. A situação, porém, não se difere nos dias de hoje. Será analisado como a morte no Habiteto continua sendo tratada como necessária para a contenção da violência em Sorocaba.

A morte originada dos conflitos entre facções rivais perdurou até uma única facção comandar o segmento. Alguns moradores do Habiteto e o policial entrevistado informaram que atualmente o tráfico é comandado pelo Primeiro Comando da Capital (PCC).

O domínio pelo PCC não significou a diminuição da violência no Habiteto. Se outrora as mortes ocorriam pela presença de facções rivais no interior do bairro, hoje, a violência persiste devido à relação entre os traficantes e os policiais. O conflito entre os dois agentes citados ocasiona a morte de pessoas que transcendem a esfera entre polícia e bandido, visto

que muitos moradores do Habiteto são assassinados em um contexto que valoriza a violência e o ódio em detrimento do respeito e da solidariedade.

A política de “guerra às drogas” por meio da incorporação das operações policiais em bairros periféricos é compatível com a ascensão da violência, porém, é importante ressaltar que a polícia não é exclusivamente a responsável por isso, mas sim o modelo de governança adotado.

No início da década de 2000, as operações policiais se tornaram comuns, posteriormente, a partir da década de 2010, foram ampliadas e potencializadas por meio das ocupações policiais sazonais em bairros periféricos, principalmente o Habiteto, durante dias ou meses. O bairro, que em um primeiro instante não contava com a presença do Estado seja por meio da dotação de infraestrutura ou para a garantia de segurança, passou a conviver, principalmente nos últimos quinze anos, com o Estado presente sob a influência das ocupações policiais.

O resgate de notícias de jornais da cidade possibilitou o acesso a algumas informações sobre as ocupações policiais feitas no Habiteto. No mês de março de 2012, a PM ocupou o bairro para promover a operação denominada “Operação Impacto”, a intenção de acordo com a reportagem de Souza (2012) era a de combater os crimes relacionados ao tráfico de drogas no bairro.

Em março de 2014, após a morte de dois jovens do Habiteto por policiais, ocorreram vários protestos que foram rapidamente contidos por meio da atuação da Polícia Militar, que ocupou o bairro por aproximadamente um mês.

Figura 20 – Ocupação da PM no Habiteto em Sorocaba



Fonte: Erick Pinheiro: Jornal Cruzeiro do Sul (15/03/2014)

No decorrer da ocupação policial de março de 2014, algumas práticas que se assemelham ao estado de exceção foram incorporadas. Os policiais fecharam as áreas de entrada e saída do Habiteto e as pessoas e moradores que passavam pelo bairro eram parados e revistados.

A ocupação policial no Habiteto se adequou a um verdadeiro controle socioespacial, pois a entrada e a saída dos moradores do bairro dependia do aval da polícia, concedido após a revista pessoal. Sabe-se que a revista pessoal ocorre mediante a existência de um ato ou ação suspeita, sendo que o próprio policial entrevistado relatou que “não existe pessoa suspeita. Existe atitude suspeita” (2016).

Se durante o período da ocupação da polícia militar no Habiteto a abordagem policial era feita a praticamente todos os habitantes que entravam ou saíam do bairro, subentende-se que todos os moradores do bairro eram considerados suspeitos durante o mês de março de 2014. O simples ato de entrar ou sair dos limites do bairro era considerado um ato suspeito para os policiais responsáveis pela ocupação do Habiteto.

A reportagem de Gallonetti (2014) abordou sobre a forma da ocupação policial em março de 2014 no Habiteto, afirmando que viaturas da Força Tática se deslocavam pelo interior do Habiteto com policiais fortemente armados com o intuito de impedir qualquer tipo de crime e vandalismo.

A figura 21 demonstra o comando policial estabelecido com o intuito de parar e revistar os indivíduos que passavam no local de carro ou ônibus durante a ocupação policial.

Figura 21 – Comando policial no Habiteto



Fonte: Fábio Rogério – Jornal Cruzeiro do Sul (14/03/2014)

A ocupação da PM no Habiteto foi responsável por suspender ou sobrepor vários direitos já previstos em legislações. Os excessos cometidos durante as ocupações e operações policiais foram relatados por dona Palmira, que enfatizou o caso que ocorreu com o seu filho:

P.: Você acredita que meu filho já foi abordado com a polícia apontado arma para ele? A arma no pescoço dele e o polícia falou: - é 'neguinho' você sabe que numa dessas você morre? - Só porque meu filho anda de Fox com o boné da Polo na cabeça, do estilo que os jovens gostam, ele já foi muito discriminado. Até mesmo quando ele vinha da faculdade ou do serviço com o crachá no pescoço. Os policiais paravam o meu filho e faziam muita discriminação com ele. Se encontrasse ele dentro do bairro era pior ainda. Paravam ele, perguntavam de onde estava vindo ou então muitas vezes paravam ele e já iam xingando de macaco. (PALMIRA, 2017)

A descrição da atuação da polícia no Habiteto pelos moradores demonstra os excessos cometidos contra a população periférica. O morador precisa explicar continuamente o motivo de estar circulando em seu próprio bairro, até mesmo quando está voltando do trabalho ou da faculdade.

A supressão de direitos em operações policiais no bairro do Habiteto se tornou regra, e não exceção. Em janeiro de 2016, o morador do bairro, Leonel, relatou para o autor da tese, via *email*, os excessos promovidos pela polícia no bairro: “Desde o início dessa semana está tendo uma operação da Polícia Militar aqui no Habiteto. Desde o Ano Novo, eles têm feito aparições com muita violência e repressão de todas as formas”.

A repressão e o excesso de violência no Habiteto, em janeiro de 2016, ocorreu por meio da entrada de policiais sem mandado judicial nas residências, de revistas policiais seguidas de agressões físicas e verbais e diversas formas de intimidação aos moradores do bairro. Os agentes repressores do Estado incorporam tais práticas utilizando o discurso da necessidade de contenção da violência, abusando do estigma criado contra os moradores das periferias.

A análise de alguns títulos de reportagens publicadas por jornais de Sorocaba reforça a associação do Habiteto com o perigo: “ROTA vem a auxiliar no reforço policial no Habiteto” (JORNAL IPANEMA, 14 de março, 2014); “Protesto faz bairro Habiteto virar uma ‘praça de guerra’” (JORNAL CRUZEIRO DO SUL, 14 de março, 2014); “Guarda municipal prende traficante no Habiteto” (DIÁRIO DE SOROCABA, 08 de novembro, 2010) são algumas das manchetes publicadas nos principais jornais da cidade, o que evidencia o viés polícialesco associado ao bairro.

A discriminação contra os moradores do Habiteto foi comentada por dona Palmira:

P.: A discriminação ainda é muito grande. Eles têm uma visão assim: no Habiteto só mora bandido! É no Habiteto que mora o bandido, é no Habiteto que mora o traficante, é no Habiteto que mora o ladrão, é no Habiteto que moram as putas que engravidam com doze anos. Tudo isso eles falam que é do Habiteto e não de todos os lugares. No Habiteto tem tráfico? Tem! Mas o tráfico no Campolim é bem maior, mas eles só enxergam o do Habiteto. E o mercado consumidor do tráfico está onde? Será que são só os ‘habitetenses’ que usam drogas? (PALMIRA, 2017)

A fala de dona Palmira converge com a análise de Graham (2016) sobre a distinção entre os lugares “nossos” e os lugares dos “inimigos” existentes em cidades norteadas pelo novo urbanismo militar.

Existe uma generalização em relacionar os moradores do Habiteto como inimigos de toda a cidade. O que está em curso, se é que ainda não se concretizou, é o processo de desumanização dos habitantes do Habiteto.

O argumento de dona Palmira revela um questionamento sobre a real existência de focos de violência em Sorocaba. São apenas os moradores do Habiteto os imprevisíveis e perigosos de Sorocaba? Em sua própria fala, a moradora indaga sobre a presença do tráfico em outros bairros da cidade, inclusive no bairro do Campolim, que é majoritariamente habitado por moradores de melhores rendimentos. A moradora comenta também sobre o mercado consumidor das drogas ilícitas, alertando que grande parte não se encontra nos limítrofes interiores do Habiteto, mas principalmente nos bairros ocupados pela elite financeira.

No decorrer da entrevista, ficou evidente que a dona Palmira não considera o Habiteto como foco de violência nem aceita o processo de inferiorização de seu povo. Dona Palmira, que é negra, sabe que seus antepassados foram associados ao perigo e que ainda são, por isso, defende a resistência contra a estigmatização dos moradores do Habiteto por parte dos policiais e demais habitantes da cidade. A moradora afirma que “Os policiais falam que no Habiteto só tem bandido. Eles estão completamente equivocados! No meu bairro tem muita gente de bem, muita gente honesta, trabalhadores” (PALMIRA, 2017).

O apontamento de dona Palmira é de que a violência e os crimes não se resumem a determinados bairros e pessoas, mas que consistem em um problema que abrange todo o espaço urbano e que, portanto, precisa ser analisado e combatido sem medidas pontuais e preconceituosas.

Dona Palmira explanou a sua opinião sobre as operações policiais no Habiteto:

F.C.: Você é contra as operações policiais no Habiteto?

P.: Eu não sou contra a polícia no Habiteto. Eu sou contra a forma da polícia atuar no Habiteto. Eu não concordo como eles trabalham em nosso bairro. Porque eu acho que os policiais estão lá para defender a proteger a população. Não para matar e amedrontar ninguém. No Habiteto, o que a polícia causa para nós é medo e desespero. É isso que a polícia representa para nós! (PALMIRA, 2017)

A fala da moradora, que revela convergir com a opinião de muitos outros moradores do Habiteto, é que eles não são contrários a presença da polícia, mas não defendem a forma que a polícia atua no bairro.

As operações policiais, que consistem em práticas inerentes ao trabalho da polícia, adquirem sentidos inversos no Habiteto. Ao invés de garantir o patrulhamento e a prevenção de crimes, a presença policial, muitas vezes, gera violações de direitos humanos e medo aos moradores das periferias.

O pensamento pautado na homogeneização e estigmatização de moradores de favelas como criminosos acentua a tensão no trabalho dos policiais. Tensão essa já existente devido ao desconhecimento do local de atuação, das favelas, e também pelas precárias condições de trabalho, como baixos salários e pouco preparo em sua formação.

O ambiente hostil, que se caracterizam as periferias pobres no novo urbanismo militar, estimula a imposição de operações policiais carregadas de violência. Isso porque a insegurança e o receio fazem parte do imaginário do policial e do morador da periferia.

A disseminação da insegurança impulsiona a associação da favela a um cenário de guerra, sendo que a ausência de expectativas e soluções viáveis para o conflito fazem ascender o discurso do ódio tanto pela polícia, quanto pelos civis.

A ação da polícia na periferia é executada analogamente a uma estratégia de guerra. Os policiais já vão cientes que precisam matar, pois a premissa do “matar ou morrer” é inerente ao cotidiano no interior da corporação. Origina-se a típica suspensão dos direitos sociais oriundos da imposição do estado de exceção, especialmente aos pobres.

A ideia de pacificação das periferias, tão presente no novo urbanismo militar, pode ser comparada com outros momentos históricos que resultaram no controle do diferente. Pacheco de Oliveira (2014) demonstra que a pacificação e a colonização são maneiras distintas de se alcançar o processo de retirar a autonomia e os direitos de determinados grupos sociais.

Pacheco de Oliveira (2014) afirma que:

O "outro" contemporâneo é imaginado dessa forma como tão diferente e externo aos "nossos" usos e costumes, tão imprevisível e perigoso quanto era pensado pelos missionários e pelas autoridades coloniais o "índio bravo". (p. 12)

O "outro" mencionado por Pacheco de Oliveira (2014) também é analisado por Graham (2016). De acordo com este autor, existe um processo estimulado pela mídia, que gera a estigmatização do negro, do muçulmano e do pobre como o "outro selvagem e urbano", sendo necessário o seu controle por meio das estratégias da militarização urbana.

A análise de Pacheco de Oliveira (2014) se mostra oportuna para compreender a situação de determinados habitantes das cidades militarizadas. A barbárie que outrora era atrelada ao índio, encontra-se hoje transferida à população residente de bairros periféricos pobres. Durante a colonização, os índios precisaram ser humanizados e, assim, foram catequizados pelos jesuítas. Hoje em dia, as periferias pobres precisam ser pacificadas, para isso são feitas as ocupações por policiais e militares nesses fragmentos urbanos.

A pacificação dos bairros periféricos ocorre mediante a junção de algumas estratégias, por exemplo, o controle das áreas de entrada e saída do bairro por policiais. É o que existe no Habiteto por meio da presença dos policiais, mas que se torna ainda mais viável pela forma de planejamento implantada no bairro, sobretudo pela morfologia urbana, responsável por limitar as opções de acesso e saída dos moradores, como pode ser observado na figura 22.

Figura 22 – Planta do bairro Habiteto e suas acessibilidades



Fonte: Prefeitura de Sorocaba. Adaptado por Felipe Comitre.

A planta do bairro Habiteto permite entender a sua morfologia como processo de controle socioespacial. A característica morfológica do bairro converge com o que Melgaço (2010) define como “geografia securitária”. A mobilidade urbana do Habiteto possibilita fácil monitoramento e controle, já que todas as possibilidades de sair do bairro se direcionam exclusivamente para a Avenida Itavuvu. A figura 23 evidencia também que não existem acessos para sair do bairro pelo seu interior, isto porque o bairro acaba em uma área com a presença de matas e pastos.

Merece ser enfatizado que o bairro já foi planejado pensando no futuro processo de violência urbana e de resistências que poderiam se instalar na área. Parece, portanto, que o poder público no decorrer da construção do conjunto habitacional já contava com esses problemas e decidiu de forma premeditada adotar metodologias de controle e diferenciação social aos beneficiados pelo projeto.

Mais do que reconhecer o potencial de violência que poderia ser instaurado no bairro Habiteto, a ação do poder público em dificultar a saída do bairro corresponde a uma ação de confinamento e imobilização dos indesejáveis. Wacquant (1995) faz uma análise muito oportuna sobre os guetos norte-americanos e a *cités* francesas, concluindo que principalmente o modelo norte-americano não possibilita a saída de seus habitantes, assemelhando-se em determinados aspectos com os presídios.

A análise de Wacquant (1995) se conecta com a situação particular do bairro Habiteto em Sorocaba, no qual os moradores são isolados em seu bairro e, ao tentar superar as barreiras ocultas e materiais existentes, podem ser detidos e hostilizados pelos outros habitantes da cidade e até mesmo pela polícia.

A análise da planta do bairro Habiteto traz à tona as transformações urbanas propostas por Haussmann para a cidade de Paris no século XIX. O que foi proposto por Amary, em 1997, para a cidade de Sorocaba por meio da construção do Habiteto, se caracteriza como uma caricatura do modelo proposto por Haussmann a Paris há aproximadamente um século e meio.

A reforma de Haussmann se tornou possível por meio da demolição. Benjamin (1985) revela que Haussmann se autodenominava “artista demolidor”. A demolição era essencial para viabilizar a mudança da estrutura urbana de Paris, “no sentido de enobrecer necessidades técnicas fazendo delas objetivos artísticos” (BENJAMIN, 1985, p.41).

A demolição e a mudança estrutural de Paris tinham como objetivo facilitar o acesso pelas vias da cidade, necessidade advinda da modernidade principalmente com o novo modo de produção e do controle de possíveis movimentos de resistência.

De acordo com Benjamin (1985, p. 42) “A verdadeira finalidade das obras de Haussmann era tornar a cidade segura em caso de guerra civil. Ele queria tornar impossível que no futuro se levantassem barricadas em Paris”.

As estratégias adotadas por Haussmann para evitar a guerra civil e os movimentos de resistência na cidade ocorreram, segundo Benjamin (1985), de duas formas:

[..] a largura das avenidas deveria tornar impossível erguer barricadas e novas avenidas deveriam estabelecer um caminho mais curto entre as casernas e os bairros operários. Os contemporâneos batizam esse empreendimento de ‘*embellissement stratégique*’ [embelezamento estratégico]. (p 42)

O modelo proposto por Haussmann era moldado pelas necessidades do modo de produção, paralelamente, ao controle social. Logo, a probabilidade da violência urbana impôs e direcionou a reprodução do espaço em Paris no século XIX.

A Sorocaba do final do século XX e início do século XXI se aproxima nos propósitos citados da Paris do século XIX. A reforma de Haussmann parece ter servido de embasamento ao Projeto de Desfavelamento de Sorocaba, proposto por Renato Amary. Isso porque o Habiteto serviu para estabelecer um controle social aos antigos moradores da favela, que passaram a abrigar um bairro de fácil monitoramento, por limitar as vias de acesso e saída.

Benjamin (1985) explica que os contemporâneos batizam a reforma de Haussmann de embelezamento estratégico. Tal denominação se enquadra perfeitamente ao Projeto de Desfavelamento de Sorocaba, já que “embelezou” a cidade por meio da destruição dos barracos das favelas e do afastamento dos pobres para a periferias, concomitantemente, serviu estrategicamente para controlar os pobres em um espaço desenhado para dificultar a sua livre circulação pelos distintos fragmentos urbanos da cidade, ascendendo a segregação socioespacial no município.

Outra estratégia para impor o controle social aos moradores do Habiteto adotada pelo poder público municipal foi a de não fornecer a escritura dos terrenos aos donos dos imóveis. Dona Palmira explicou o processo de fornecimento dos documentos referentes aos imóveis do Habiteto:

P.: Logo que a gente mudou para o Habiteto cada morador recebeu uma pasta com um documento informando o lote que pertencia a cada pessoa. Na verdade, não era um documento, era apenas um certificado que você fazia parte do grupo que recebeu o terreno pelo Projeto de Desfavelamento. Doze ou treze anos depois a prefeitura inventou uma escritura, sabe? O pessoal da prefeitura enganou nós falando que iam fazer a escritura, mas não fizeram. Hoje no Habiteto as pessoas têm o documento da casa que na verdade é um comodato de noventa e nove anos. Onde fala que você tem o direito de morar naquela casa por noventa e nove anos, mas depois disso o terreno é da prefeitura. E, além de tudo, eles fazem o povo pagar IPTU. Como que pode pagar IPTU e não ter um documento dizendo que a casa é nossa? Eu acho isso um absurdo! (PALMIRA, 2017)

A população periférica, apesar de pagar o imposto relacionado à propriedade predial e urbana, não possui a garantia de permanecer no local, pois não lhes fornecem a escritura do imóvel. A não existência da escritura ocasiona instabilidade com relação à permanência dos moradores no Habiteto, ainda mais em uma cidade que se preocupa cada vez mais com a reprodução do capital. O receio entre os moradores do Habiteto se fundamenta no provável despertar de interesse da área do bairro para o mercado imobiliário ou para o Estado.

A situação do receio de ser remanejada do Habiteto foi comentada durante a entrevista com dona Palmira:

F.C.: A partir da década de 1990, a cidade está crescendo para a zona Norte, mais recentemente foi inaugurado a Toyota e o Parque Tecnológico na região próxima ao Habiteto. Você tem receio de que um dia essa valorização ocasione um novo processo de remanejamento da população do Habiteto para áreas mais distantes?

P.: Sim. Muito. A gente tem essa preocupação. Até porque quando a Toyota veio para Sorocaba, isso foi bem antes do SENAI, houve um comentário que a Toyota estava querendo comprar o Habiteto. Só que a gente sabia que não tinha nada a ver com a Toyota, poderia ter algum interesse sim, mas um interesse político. Mas na época já dissemos que íamos resistir. Ninguém mais falou nada, mas a preocupação ainda existe, principalmente com o Renato Amary. Por que quem é o dono do banco imobiliário de Sorocaba? Quem comanda a zona Norte? O Renato, de se certa forma, retornou para a política com a eleição do Crespo. Eu creio que no atual mandato do Crespo o Renato não vai querer mostrar a cara, mas que ele vai atuar escondidinho ele vai. Se ele quiser arrumar um outro lugar e levar o pessoal nós vamos ter o direito de reivindicar? Sendo que a gente não tem a escritura da casa? (PALMIRA, 2017)

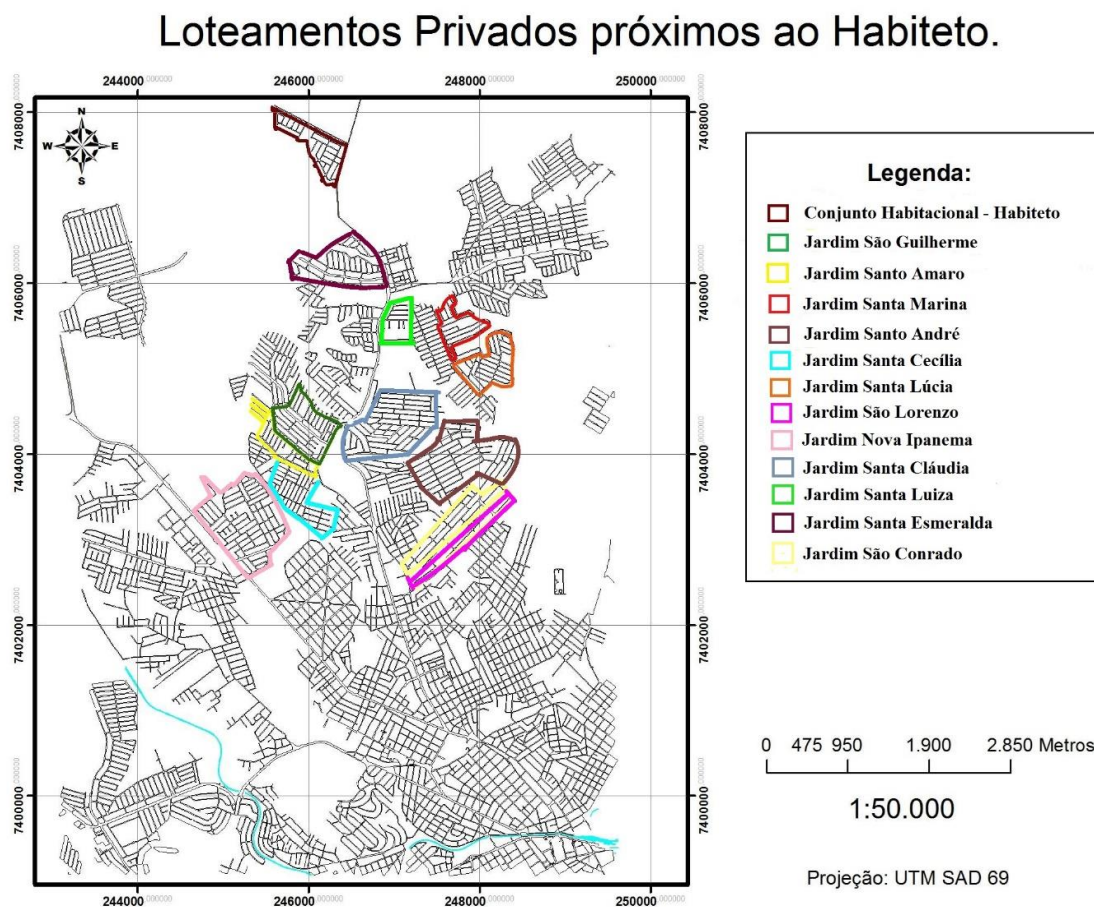
Dona Palmira tem consciência da fragilidade em que se encontram os moradores do Habiteto com relação ao possível interesse da área pelo mercado imobiliário ou pelo Estado.

Em sua fala, fica evidente que os habitantes convivem com o receio de serem novamente expulsos para áreas ainda mais periféricas e carentes de equipamentos urbanos.

O ex-prefeito Renato Amary, que possui negócios relacionados ao mercado imobiliário, é mencionado por dona Palmira como o comandante da zona Norte, o dono do banco imobiliário de Sorocaba. A comparação feita ao ex-prefeito apresenta sustentação pelo histórico de formação do Habiteto, visto que o ex-prefeito valorizou seus lotes por meio por meio da especulação imobiliária advinda da criação do Habiteto.

Comitre (2010) demonstra a estratégia oportunizada pela construção do Habiteto para a valorização de vazios urbanos situados antes do conjunto habitacional, isto é, a especulação imobiliária. O crescimento periférico da cidade, forçado pelo Projeto de Desfavelamento, fez com que a dotação de serviços básicos, como o saneamento básico e a energia elétrica, valorizassem os vazios urbanos que ligavam a mancha urbana até o local periférico destinado para a construção do Habiteto.

Mapa 8 - Loteamentos da empresa Renato Amary Empreendimentos Imobiliários próximos ao Habiteto



Fonte: Plano Diretor (2005). Modificado por Comitre (2010). Atualizado por Comitre (2017).

Para Singer (1982, p. 34), “As transformações no preço do solo acarretadas pela ação do Estado são aproveitadas pelos especuladores, quando estes têm possibilidade de antecipar os lugares em que as diversas redes de serviço urbanos serão expandidas”.

O Habiteto foi útil para várias estratégias relacionadas ao interesse do poder público municipal. Destacando-se como uma política higienista e de controle social que estimulou os processos de segregação socioespacial e especulação imobiliária (COMITRE, 2010).

Carlos (2001) analisa a realização de políticas públicas que ocasionam a sobreposição do valor de troca ao valor de uso da terra, afirmando que:

Na esteira da “moda de se exportar mendigos” para outras regiões e de promover a expulsão dos favelados para a periferia da malha urbana, limpam-se “áreas nobres”, preparando-as para novos investimentos. No processo, aprofunda-se a contradição entre valor de troca e valor de uso pela generalização da mercantilização do espaço da metrópole. (p. 136)

O Projeto de Desfavelamento de Sorocaba se aproxima do que Carlos (2001) definiu como “moda de se exportar mendigos” para a recepção de novos investimentos. Isto porque a população favelada foi simplesmente deslocada para áreas mais periféricas, não existindo condições dignas com relação à infraestrutura e serviços eficazes para a reprodução da vida digna.

Apesar do Projeto de Desfavelamento definir como objetivo principal o melhoramento das condições de vida aos “beneficiados” pelo programa habitacional, na prática, o que o projeto possibilitou foi a ampliação da reprodução do capital juntamente com a ascensão do estado de exceção na cidade de Sorocaba.

O poder público municipal tinha ciência que a expulsão da população favelada para áreas mais periféricas sem a dotação de infraestrutura e serviços básicos culminaria na ampliação dos problemas urbanos. Assim, desde a sua origem, o bairro Habiteto foi planejado para facilitar a atuação da polícia e dos demais agentes repressores do Estado.

No Habiteto existe o confinamento da miséria, isto é, o estabelecimento de um cinturão de pobreza que dificilmente consegue ser superado pelos seus moradores. É assim que se estabelece o controle socioespacial da população marginalmente excluída pelo poder público, mas economicamente indispensável para o modelo capitalista.

O ritmo e a possibilidade de mobilidade urbana no Habiteto são distintos dos demais fragmentos urbanos de Sorocaba, especialmente dos realizados pela elite financeira. Por

serem considerados perigosos, os moradores do Habiteto, muitas vezes, são dificultados de sair de seu bairro.

A morfologia urbana do Habiteto confere uma limitação física constante aos moradores, já a presença dos policiais por meios das operações e ocupações é responsável por impor limitações sazonais. Nos momentos das operações policiais, são os agentes repressores do Estado que ditam a permissividade de entrar ou sair do bairro.

Na cidade capitalista, entretanto, não é viável manter os pobres constantemente afastados, visto que são eles a mão de obra barata que permite a reprodução do capital em diversos segmentos econômicos. Rodrigues (1988, p. 10) afirma que: “A favela é uma ‘instituição necessária’ ao desenvolvimento do capitalismo, porque é onde se aloja uma parcela da classe trabalhadora”.

A reflexão de Rodrigues (1988) permite compreender que as periferias pobres são essenciais para a reprodução do capital nas cidades. A favela permite que o trabalhador seja continuamente explorado, pois mesmo recebendo um salário baixo e incompatível com a reprodução da vida na cidade, a existência da favela possibilita a sua permanência na cidade, logo, se torna útil aos interesses do capital. Segundo Rodrigues (1988, p. 10): “A favela é então um dos aspectos da organização do espaço para e pelo capital”.

A favela é uma forma de organização para o capital, pois permite a exploração do trabalhador com o pagamento de baixos salários. Por outro lado, é organizado pelo capital, pois cada habitante, de acordo com seu poder aquisitivo, tem a possibilidade de se apropriar de determinadas áreas da cidade, como o caso dos pobres que conseguem se apropriar das periferias abandonadas de infraestrutura e serviços, caracterizadas pela presença de favelas.

A compreensão da relevância da favela como local de moradia para o contingente de trabalhadores das cidades demonstra que o controle social não pode ser efetivado de forma perene aos habitantes da periferia pobres. O afastamento do pobre não pode ocorrer o tempo todo, já que em alguns momentos ele recebe uma nova roupagem, que diminui a sua associação com o crime e com o perigo, isto é, passa a ser visto como trabalhador.

O trabalhador pode circular pelos distintos fragmentos presentes na cidade, contudo, não com total liberdade. O fator que possibilita o deslocamento do pobre é o trabalho e, assim, a liberdade de ir e vir se resume a ir ao trabalho e voltar do trabalho. Não é coincidência, portanto, a existência de linhas de ônibus específicas que ligam bairros periféricos diretamente com zonas industriais. Logicamente que tais linhas são funcionais para o

deslocamento diário dos trabalhadores, não servindo exclusivamente como estratégia de restrição de circulação dos habitantes.

A necessidade do trabalho estimula a articulação dos fragmentos urbanos na cidade capitalista, já que as áreas industriais e mais nobres da cidade necessitam da presença dos pobres como mão de obra. Porém, a recepção dos pobres nas áreas nobres, geralmente, ocorre pela “porta dos fundos” e com amplo aparato de controle.

A entrada pela porta dos fundos é percebida quando se escutam histórias da prestação de serviços dos pobres em locais majoritariamente ocupados pela elite financeira. Uma moradora de um condomínio residencial de alto padrão situado na zona Leste de Sorocaba revelou, em entrevista para a pesquisa, que a sua empregada doméstica precisa ser revistada todos os dias na entrada e na saída do condomínio. De acordo com a entrevistada, que diz abominar tal prática, a medida faz parte das normas do condomínio com o objetivo de melhorar a segurança dos condôminos.

A entrevistada considera a prática perversa, pois condiciona a presença dos prestadores de serviço com a probabilidade de ocorrência de crimes, especialmente o furto. Porém, a entrevistada chamou a atenção que o seu pensamento não é semelhante ao da maior parte dos moradores do condomínio, visto que a proposta de revistar os prestadores de serviços foi aprovada em assembleia dos condôminos.

O deslocamento seletivo pelo espaço urbano consiste em mais uma esfera do estado de exceção típico do novo urbanismo militar. Demonstra a perversidade imposta à sociedade, que depende do poder aquisitivo para adquirir o direito de circular livremente pelos fragmentos urbanos. O dinheiro funciona na cidade militarizada como um bilhete único que confere a possibilidade de se deslocar pelo espaço sem ser acusado de criminoso, suspeito ou perigoso.

De acordo com o relato de um morador do Habiteto, que trabalha no bairro do Campolim como porteiro, o tempo de deslocamento por meio do transporte coletivo até o seu emprego é de aproximadamente uma hora e meia. Ao contabilizar o tempo de percurso de ida e volta, chega-se à conclusão que o trabalhador gasta aproximadamente três horas por dia para se deslocar ao serviço.

Para servir às necessidades da elite financeira de Sorocaba, o trabalhador possui a permissão de sair de seu bairro de origem. Contudo, em seus momentos de descanso e lazer, o morador da periferia se depara com mecanismos de controle que dificultam o cumprimento dos direitos sociais de todo cidadão.

De acordo com a Constituição Federal do Brasil (1988), Capítulo 2 – Dos Direitos Sociais:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (p. 8)

A extorsão dos direitos sociais do morador do Habiteto é mais um elemento que reforça a hipótese de relacionar a militarização urbana com o avanço do estado de exceção e da disseminação do *homo sacer*.

A análise de Santos (1994) sobre o espaço como reunião dialética de fixos e fluxos se torna adequada para avaliar as dificuldades enfrentadas pelos moradores no bairro do Habiteto.

Segundo Santos (1994):

Os fixos (casa, porto, armazém, plantação, fábrica) emitem fluxos ou recebem fluxos que são os movimentos entre os fixos. As relações sociais comandam os fluxos que precisam dos fixos para se realizar. Os fixos são modificados pelos fluxos, mas os fluxos também se modificam ao encontro dos fixos. Então, se considerarmos que o espaço formado de fixos e de fluxos é um princípio de método para analisar o espaço, podemos acoplar essa ideia à ideia de tempo. Os fluxos não têm a mesma rapidez, a mesma velocidade. As coisas que fluem e que são materiais (produtos, mercadorias, mensagens materializadas) e não materiais (ideias, ordens, mensagens não materializadas) não têm a mesma velocidade. (p. 83)

O método proposto por Santos (1994) para a análise do espaço por meio dos fixos e fluxos apresenta grande serventia para uma reflexão sobre as relações sociais presentes no bairro do Habiteto. Primeiramente, deve-se enfatizar que os fluxos chegaram anteriormente aos fixos no bairro, já que a população foi remanejada para o Habiteto sem a existência prévia das casas, hospitais, escolas, pavimentação asfáltica e ruas.

Com a ausência de fixos, os fluxos, representados pelas relações sociais existentes com a fundação do Habiteto, apresentavam dificuldades para sua execução. Isto é, a não existência de escolas, casas de alvenaria com números, hospitais, creches e outras infraestruturas essenciais para a reprodução da vida não permitiam o avanço da qualidade de vida para seus habitantes.

Santos (2012) faz uma análise interessante sobre as condições de infraestrutura e serviços essenciais para a reprodução da vida nas periferias urbanas, alertando que:

Olhando-se o mapa do país, é fácil constatar extensas áreas vazias de hospitais, postos de saúde, escolas secundárias e primárias, informação geral e especializada, enfim, áreas desprovidas de serviços essenciais à vida social e à vida individual. O mesmo, aliás, se verifica quando observamos as plantas das cidades em cujas periferias, apesar de uma certa densidade demográfica, tais serviços estão igualmente ausentes. É como se as pessoas nem lá estivessem. (p. 59)

Santos (2012) analisa principalmente o descaso do poder público com os habitantes das periferias pobres. Tais habitantes são relegados de inúmeros direitos elementares, estando à margem da cidadania.

Os moradores das periferias, em suas diferentes relações cotidianas, são tratados como visíveis ou invisíveis pelo Estado e setor privado, dependendo do momento e dos interesses. Basicamente são invisíveis quando estão precisando de mais oportunidades e melhorias de infraestrutura e serviços básicos. Porém, tornam-se visíveis quando se precisa responsabilizar alguém por determinados problemas, como os crimes, e quando precisam garantir o lucro de seus patrões. Tal visibilidade, entretanto, é gerida por estratégias de controle social destinadas aos pobres.

A fuga do controle social, físico e oculto, destinado aos moradores do Habiteto, se tornam inviáveis no cenário marcado pelo estado de exceção. As principais soluções escolhidas pelos moradores do bairro possuem um caráter paliativo, como, por exemplo, pela fé e pelo vício.

Uma breve caminhada pelas ruas do bairro contribui para o reconhecimento da concentração de igrejas e bares. A escolha pela construção de bares e igrejas parece seguir uma lógica no Habiteto: ampliar as possibilidades de os moradores fugirem do confinamento social e da violência diária. A fuga do estado de exceção e a salvação do *homo sacer* ocorre de forma simbólica, efêmera e instrumentalizada pela bebida alcoólica e pelos salmos da bíblia.

O planejamento urbano incorporado com a criação do Conjunto Habitacional Ana Paula Eleutério institucionaliza a prática do confinamento aos seus habitantes. Análogo aos animais produzidos no modelo de pecuária intensiva, os habitantes do Habiteto, tratados como *homo sacer*, também se deparam com dificuldades e impossibilidades de deslocamento.

Souza (2010) esclarece que:

Quando autores recorrem a Hobbes para pensar territórios abandonados pelo poder público – como favelas brasileiras –, o fazem no sentido de dizer que a

“guerra” que impera ali se deve à ausência do Estado. Essa ausência devolveria aos indivíduos a liberdade natural de defender a vida por conta própria, como julgarem necessário. Em Agamben não é propriamente este o caso, pelo menos não o fundamental, o estado de exceção, dos excluídos politicamente, é um estado de “matabilidade” no qual, aliás, pode ser melhor ser esquecido que lembrado. Quer dizer, ninguém se surpreende com uma chacina policial em favelas do Brasil, pois a condição dos que aí vivem é de matabilidade, estão fora do Estado estando dentro - formalmente, a lei, o estado de direito, é para todos. (p. 16 – 17)

Adotando o pensamento de Agamben (2004; 2007) para refletir sobre a situação das periferias brasileiras e a consolidação do estado de exceção, evidencia-se que não é a ausência do Estado que vai conferir diretamente os conflitos na área.

O caso do bairro Habiteto é exemplar para revelar que a presença do Estado pode ocasionar o estado de exceção: a origem do Habiteto se associa ao Estado por meio da criação do Projeto de Desfavelamento e também, pelo controle social via atuação da polícia. Ambas as formas de presença do Estado no Habiteto culminam na ampliação de problemas urbanos e na destituição de direitos sociais.

Jacobs (2003) faz uma análise sobre a questão da segurança dos bairros e a sua relação com a polícia:

A primeira coisa que deve ficar clara é que a ordem pública – a paz nas calçadas e nas ruas – não é mantida basicamente pela polícia, sem com isso negar a sua necessidade. É mantida fundamentalmente pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados. Em certas áreas urbanas – conjuntos habitacionais mais antigos e ruas com grande rotatividade policial são exemplos sempre famosos -, a manutenção da lei e da ordem pública fica quase inteiramente a cargo da polícia e de guardas particulares. Esses locais são selvagens. Força policial alguma consegue manter a civilidade onde o cumprimento normal e corriqueiro da lei foi rompido. (p, 32)

Jacobs (2003) defende que não é a presença exclusiva da polícia que vai garantir a paz nos bairros, mas sim as práticas cotidianas desenvolvidas pela própria população. A autora, portanto, vai de encontro com a estratégia das operações policiais em periferias como fundamentais para a contenção da violência.

Quando apenas a polícia atua em prol da garantia da paz e da segurança do bairro, como é o caso do Habiteto, rompe-se o cumprimento das leis e se instauram as relações inadequadas que se aproximam do estado de exceção. Neste contexto, os moradores das

periferias perderam o *status* de cidadão, se é que um dia possuíram, e transformaram-se em *homo sacer*.

O morador do Habiteto não morre apenas quando ele é assassinado. A sua “matabilidade” é lenta e contínua, ocorre diariamente quando ele é proibido de sair ou entrar em seu bairro, quando ele é associado ao criminoso, quando ele é visto em outros fragmentos urbanos como o suspeito, quando ele não consegue emprego por ser morador do Habiteto e em tantas outras relações cotidianas que retiram qualquer garantia dos direitos elementares para a reprodução de sua vida.

É importante salientar que a violência originada com a criação do Conjunto Habitacional Ana Paula Eleutério, o Habiteto, não foi estabelecida mediante a utilização de armas de fogo. O seu instrumento, que dificilmente gera notícia para os meios de comunicação sensacionalistas e reflexão para a população, foi o papel e a caneta com o estabelecimento de um projeto municipal. Convergindo com a análise, Arendt (1985, p. 28) defende que “a ‘violência’, finalmente, como já disse, distingue-se por seu caráter instrumental”.

A violência, no caso da construção do Habiteto, está relacionada com a busca do poder público na instauração de um controle socioespacial acompanhado da extorsão dos direitos individuais em Sorocaba. O intuito é promover, simultaneamente, o processo de higienização da cidade, com a retirada das favelas espalhadas pelo território e da contenção de novos processos de favelização.

A militarização urbana imposta em Sorocaba define os suspeitos de práticas criminosas. A definição segue um aparato nada rígido, mas apenas físico-territorial, isto é, a de associar os suspeitos aos moradores de bairros periféricos, logo, as operações e ocupações policiais precisam se concentrar apenas nas periferias.

O dualismo entre bem e mal, polícia e bandido, tão presente no imaginário urbano não pode ser aceito como explicação para práticas de gestão e planejamento das cidades. O morador da periferia, assim como qualquer habitante do município, deve exigir o cumprimento de seus direitos e respeitar os seus deveres. A busca em diagnosticar um herói ou vilão faz parte de uma ficção que não pode superar as telas do cinema e da televisão.

4.2. A LEI DOS BARES E O TOQUE DE RECOLHER

O poder público municipal de Sorocaba incorporou no dia 27 de abril de 2012, durante a gestão do ex-prefeito Vitor Lippi, a Lei Municipal nº 10.052/2012, popularmente conhecida como “Lei dos Bares”. De acordo com os responsáveis por sua criação, a lei tem como objetivo normatizar o funcionamento dos bares e restaurantes de Sorocaba, especialmente com relação ao funcionamento após às 00 horas.

A Câmara dos Vereadores aprovou a lei alegando a necessidade de disciplinar o funcionamento dos bares com o cumprimento das exigências previstas no uso e ocupação do solo da cidade, da autorização do Corpo de Bombeiro, do Laudo Acústico, da licença de funcionamento da vigilância sanitária e da adaptação para deficientes.

Logicamente que o norteamto para o funcionamento dos bares e a exigência de cumprimento dos deveres dos estabelecimentos comerciais consiste em técnicas essenciais para o bom funcionamento dos bares e a garantia de segurança para seus frequentadores. Contudo, duas questões emergem da imposição da Lei dos Bares: quais são os reais motivos para a não permissividade dos bares e similares não ficarem abertos após a meia noite? Todos os bares que seguirem as exigências, independentemente de sua localização, conseguem o alvará de permissão de funcionamento?

A Lei Municipal nº 10.052, aprovada em abril de 2012, permitiu que os bares e similares realizassem as adequações necessárias até o mês de junho de 2013, período que condizia com a gestão do ex-prefeito Antonio Pannunzio. Conforme previsto em lei, desde junho de 2013 os bares e similares de Sorocaba só podem permanecer aberto após às 00 horas ou no período de 24 horas se possuírem o alvará de funcionamento especial.

Para conquistar o alvará de funcionamento, o dono do estabelecimento deve seguir as diretrizes apontadas no Art. 2º “A análise dos pedidos de obtenção do horário de funcionamento especial noturno ou 24 horas fica condicionada a apresentação dos seguintes documentos”, da Lei Municipal 10.052/2012:

- I- Inscrição municipal;
- II- Auto de vistoria do Corpo de Bombeiros;
- III- Licença de funcionamento emitida pela Divisão de Vigilância Sanitária Municipal;
- IV – Laudo indicando tratamento acústico, quando houver música ao vivo ou eletrônica, exceto a de corda de voz;
- V- Os novos estabelecimentos comerciais denominados bares ou similares, deverão comprovar que o local possui acesso adequado à pessoas com deficiência;

VI- Alvará de Licença para a Construção, Reforma ou Ampliação e respectiva certidão de conclusão da obra para a atividade em questão, quando for o caso.

O estabelecimento que cumprir com as normas estabelecidas no Art. 2º da Lei 10.052/2012 poderá funcionar após às 00 horas ou até mesmo 24 horas por dia. Os itens previstos no Art. 2º precisam ser encaminhados para aprovação junto à Secretaria de Habitação e Urbanismo (SEHAB).

As exigências previstas no Art. 2º conferem dados técnicos essenciais para o funcionamento dos bares e similares no município de Sorocaba. Demonstra-se, neste contexto, a preocupação do município com as questões de saúde, segurança dos usuários, preocupação com a vizinhança e com a acessibilidade.

Todo o aparato técnico imposto com o sancionamento da “Lei dos Bares”, porém, não se limita à ampliação de melhorias nas condições dos bares e similares voltados aos seus usuários. A Lei Municipal 10.052/2012 também converge com o processo de militarização urbana em percurso no município, fator que pode ser observado pela análise de seu Art. 1º:

§ 2º A obtenção de alvará para funcionamento em horário especial noturno ou 24 (vinte e quatro) horas dependerá do atendimento às exigências previstas no art. 2º desta Lei, levando-se em conta, em especial, o combate à violência e à criminalidade, preservadas as condições de higiene e de segurança do público e do prédio.

A convergência com a militarização ocorre porque a lei dos Bares tem o intuito de combater a violência e a criminalidade na cidade por meio do disciplinamento e fechamento de bares e similares.

O fechamento de bares defendido pelo poder público de Sorocaba tende a provocar o esvaziamento das ruas, estratégia esta que diverge do pensamento de Jacobs (2003) sobre a possibilidade de se alcançar a paz e a segurança, pois:

O entra-e-sai desse bar contribui em muito para manter nossa rua razoavelmente movimentada até as três da manhã, e não há perigo em voltar tarde para a casa. Que eu saiba, a única vez que ocorreu uma briga na nossa rua foi no período entre o fechamento do bar e a aurora. A briga foi interrompida por um de nossos vizinhos convencido de integrar a sólida rede da lei e da ordem urbana. (JACOBS, 2003, p. 42)

De acordo com Jacobs (2003), é o movimento originado da presença dos bares que vai garantir a ocupação da rua e a segurança para os frequentadores e moradores do bairro. Ou seja, a violência tende a ser reduzida quando se efetiva a apropriação do espaço pela população.

A solução proposta em Sorocaba para atenuar a violência, embasada pelo novo urbanismo militar, sustenta-se no estabelecimento de um ‘toque de recolher’. Assim, toda a multiplicidade de causas da violência urbana debatidas em diferentes instâncias ganha um caráter reducionista em Sorocaba devido à implantação de um mecanismo de controle social, representado pela Lei dos Bares.

O que está oculto na Lei Municipal 10.052/2012 é a quem se impõe o toque de recolher. Todos os habitantes da cidade são prejudicados e destituídos do direito ao lazer e do contato em bares e similares após a meia noite?

A resposta para tal questionamento se torna possível quando se analisa a forma como vem sendo concedido o alvará de funcionamento especial aos bares e similares em Sorocaba.

Mesmo com toda a documentação prevista na Lei Municipal 10.052/2012 para a concessão do alvará especial, é comum o relato de moradores de Sorocaba e comerciantes que criticam o mecanismo do poder público que praticamente impossibilita que determinados estabelecimentos mantenham-se aberto após às 00 horas.

A forma de concessão do alvará de funcionamento especial dos bares vem causando um descontentamento generalizado entre os donos de bares e similares. Segundo Guerra (2013), em artigo publicado no Jornal Bom Dia, o vereador Marinho Marte afirmou que “Nas nossas reuniões, os proprietários avaliam que houve uma queda de 40% no movimento dos bares devido à lei”.

A reportagem de José Antônio Rosa publicada no jornal Cruzeiro do Sul no dia 22 de fevereiro de 2013 demonstra a revolta dos empresários:

Os empresários reclamam ainda do que chamam de "tratamento diferenciado" da fiscalização. Relataram que em algumas regiões da cidade os bares funcionam normalmente, mesmo não estando com a situação regularizada. Um dos presentes ao encontro exibiu o vídeo que gravou com o celular, que reproduz a imagem de uma casa localizada na avenida Antonio Carlos Comitre que tocava som alto depois da meia noite. "Perguntei e soube que eles têm uma liminar judicial", disse o empresário.

Além de diminuir os frequentadores e, conseqüentemente, reduzir o lucro dos bares, a Lei nº 10.052/2012 não é aplicada homogeneamente em Sorocaba. Os relatos dos empresários

revelam que existem privilégios para bares e similares situados nas áreas mais nobres da cidade.

Após a coleta de dados sobre a Lei dos Bares junto à Prefeitura Municipal de Sorocaba, evidenciou-se o questionamento de muitos empresários sobre a existência de locais privilegiados quanto à emissão dos alvarás de funcionamento de bares e similares.

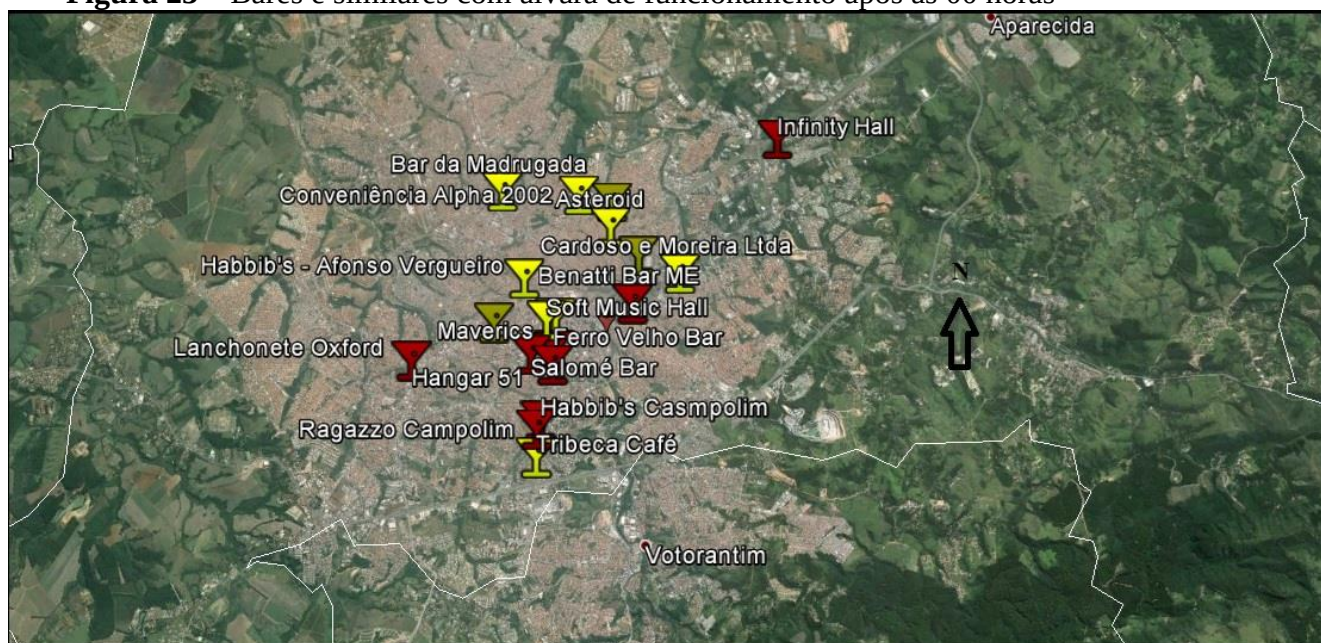
Até o mês de setembro de 2014, apenas 19 bares e similares contavam com o alvará de funcionamento exigido pela Lei Municipal 10.052/2012. O número representa 0,60% dos bares e similares existentes em Sorocaba, que no período contabilizavam 3.154 estabelecimentos.

Juntamente com a baixa quantidade de pareceres favoráveis ao funcionamento dos bares e similares pelo poder público de Sorocaba, existe um processo de autorização de funcionamento de bares após às 00 horas de forma irregular pelo espaço urbano sorocabano.

Os bares com permissão de funcionamento, de acordo com as exigências da Lei dos Bares em Sorocaba, se concentram, principalmente, na área central e na zona Sul da cidade.

A figura 24 demonstra a espacialização dos bares e similares em Sorocaba que possuíam alvará de funcionamento no mês de setembro de 2014. Os que estão indicados com o marcador em vermelho são os que apresentavam o alvará em dia, já os assinalados em amarelo eram os que estavam com o alvará em processo de renovação no período analisado.

Figura 23 – Bares e similares com alvará de funcionamento após às 00 horas



Fonte: Google Earth. Elaborado por Felipe Comitre (2016).

A figura 23 permite afirmar que a zona Sul de Sorocaba, que corresponde aos melhores indicadores socioeconômicos do município, não é amplamente afetada com a Lei dos Bares, isto porque a maior parte dos alvarás concedidos aos bares se concentram na sua região.

O toque de recolher, oriundo da Lei dos Bares, não afeta de forma homogênea a dinâmica cotidiana dos habitantes de Sorocaba. Percebe-se a permissividade aos bares continuarem abertos nas áreas mais ricas da cidade, como é o caso da zona Sul. Em contrapartida, a negação aos bares situados nas áreas mais pobres, sobretudo os localizados na zona Norte de Sorocaba.

A heterogeneidade ao impor o toque de recolher por meio da Lei dos Bares em Sorocaba foi comentada pelo policial entrevistado:

PM: Foi criada uma forma para agir de forma parcial mesmo. É uma lei que os bares não podem permanecer abertos após a meia noite e nem colocar mesas na calçada. Mas se você for para a zona Sul você vai ver um monte de barzinho aberto e com mesas nas calçadas. Agora chega na zona norte o que tiver dessa forma vai ser lacrado. É uma lei de segurança, mas ela é cumprida de forma muito clara e parcial. Que não dá para gente fiscalizar tudo é evidente. (PM, 2016)

A fala do policial deixa claro que a Lei dos Bares não atinge a todos os estabelecimentos de Sorocaba, revelando a incidência de uma zona de anomia. É uma lei passível de ser suprimida por comerciantes que possuem estabelecimentos em áreas nobres e que apresentam uma boa relação com o poder público. A boa relação aqui mencionada pode ser explicada pelo contexto de troca de favores endêmicos da democracia em curso no Brasil, já que em determinados momentos, os políticos dependem do apoio do setor empresarial.

A existência do tratamento diferenciado converge ainda mais com a incorporação do modelo da militarização urbana em Sorocaba. A concentração de bares e similares com alvarás em áreas nobres, em parceria com o processo de maior fiscalização em áreas mais pobres, revela o interesse do poder público em impedir o pobre de frequentar bares, restaurantes e clubes noturnos.

Em entrevista concedida para a execução da pesquisa, Dimas expôs o seu ponto de vista sobre a criação da Lei dos Bares pelo poder público em Sorocaba, afirmando que:

D.: Eles fizeram uma lei para que, por exemplo, um cara da periferia não possa ir a um clube. Um exemplo disso é um amigo nosso que abriu um clube na avenida Ipanema: o Zeus. Os fiscais foram até lá no dia de um show

grande. O dono do clube começou a dar os documentos pedidos, mas o fiscal disse que ele poderia dar todos os documentos, mas que o bar ia ser fechado. O que tornou claro a exigência de propina aos fiscais e todo o esquema de corrupção que surge com a lei. (DIMAS, 2015)

A situação exposta por Dimas sobre o clube situado na zona Norte de Sorocaba contribui para a compreensão da seletividade de atuação da Lei dos Bares. A parcialidade na ação de fiscalizar os bares tem como enfoque o local do bar e o público frequentador. Assim, se o bar se situa em bairro pobre e é frequentado pela população de baixo rendimento, dificilmente vai adquirir o alvará de permissão.

O policial entrevistado foi indagado sobre a situação dos alvarás e, mais precisamente, do caso do clube Zeus:

F.C.: Sobre a Lei dos Bares você disse que existe parcialidade para a fiscalização e para a concessão de alvarás aos bares. Você conhece o clube Zeus da avenida Ipanema? Por que o proprietário não consegue o alvará?

PM: Conheço. Mas não tem como liberar. 95% dos frequentadores do Zeus são bandidos. Bandidos e não ‘nóias’. Carro roubado, um monte. Ia procurar carro, encontrava um monte nesse ‘rolê’ aí. Em lugar como esse, independentemente de se adaptar às exigências da lei, arruma-se um jeitinho para impedir de se permanecer aberto. (PM, 2016)

Os frequentadores do Zeus são caracterizados como bandidos pelo policial entrevistado, que reitera existir mecanismos de impedir que o clube permaneça aberto após a meia noite. O toque de recolher imposto aos frequentadores do clube situado na zona Norte de Sorocaba se adequa a mais uma maneira de controle social oriunda da militarização da questão urbana.

O toque de recolher incorporado em Sorocaba com a Lei dos Bares é destinado quase que exclusivamente aos pobres. A estratégia em direcionar esforços de fiscalização e “jeitinhos” de impedir o funcionamento de bares situados na periferia pobre após a meia noite faz parte do processo de associação do pobre com o foco da violência e da criminalidade.

A reportagem de Míriam Bonora, publicada no Jornal Cruzeiro do Sul no dia 24 de agosto de 2014, demonstrou que a liberação do alvará depende da avaliação executada por uma comissão formada por representantes da Secretaria de Negócios Jurídicos (SEJ), da Secretaria de Governo e Segurança Comunitária (SEG), da Divisão de Vigilância Sanitária Municipal, do Sindicato dos Bares e Similares de Sorocaba, da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Na mesma reportagem foi revelado por membros da Polícia Militar e da Polícia Civil, integrantes da comissão de liberação de alvará, que os dados sobre as ocorrências policiais no entorno dos estabelecimentos são consultados para a emissão do parecer. O próprio delegado da Delegacia de Investigações Gerais, Acácio Aparecido Leite, afirmou para a reportagem de Bonora que a polícia é consultada com o intuito de analisar sobre o risco de gerar mais criminalidade na área caso o alvará seja emitido.

A participação da Polícia Militar e Civil no processo de concessão do alvará demonstra o caráter repressivo da Lei dos Bares. É assim que o poder político, transformado em poder de polícia, passa a se sobrepor ao poder jurídico. De acordo com Benjamin (1986):

[...] ‘por questões de segurança’, a polícia intervém em inúmeros casos, em que não existe situação jurídica definida, sem falar dos casos em que a polícia acompanha ou simplesmente controla o cidadão, sem qualquer referência a fins jurídicos, como um aborrecimento brutal, ao longo de uma vida regulamentada por decretos. (p. 166)

Para Benjamin (1986), a polícia adquiriu o caráter de poder instituinte do direito e também de mantenedor do direito. No estado de exceção, caracterizado pela zona de anomia, o poder instituinte é influenciado pela a polícia. Isto é, o principal agente repressor do Estado se torna o responsável por criar, modificar ou revogar as instituições e os poderes. Consequentemente, assiste-se à suspensão de direitos elementares dos cidadãos por meio de decretos e leis, como é o caso da Lei dos Bares em Sorocaba.

O direito ao lazer, previsto na Constituição Federal do Brasil, passa a ser permitido ou negado na cidade de Sorocaba por meio da atuação da polícia em combinação com outros agentes que regulam as atividades no espaço urbano.

As etapas necessárias para a liberação do alvará especial de funcionamento dos bares e similares revela a estratégia da militarização urbana executada pelo poder público municipal de Sorocaba. Cada vez mais a violência urbana é utilizada como um cenário, relacionado ao caos, para a incorporação de normas, leis e ações que limitam os direitos elementares de sua população.

A associação entre existência de bares e seu funcionamento após a meia noite com a violência urbana demonstra a irresponsabilidade do poder público em enfrentar os reais problemas relacionados à presença de crimes na cidade de Sorocaba.

O presidente do sindicato dos bares de Sorocaba, Antonio Francisco Gonçalves, criticou a legislação adotada em Sorocaba e toda a sua subjetividade com relação a emissão dos alvarás e sobre os reais objetivos da lei.

Para a reportagem de Míriam Bonora, o presidente do sindicato afirmou que os responsáveis pela emissão do alvará especial “Não estão indo pelo que rege a lei, mas pela opinião deles. Eles alegam que é pela segurança, mas a segurança fora do estabelecimento não é de responsabilidade dos bares, mas da polícia”.

A argumentação de Antonio Francisco Gonçalves indaga sobre as obrigações do poder público no município, especialmente quanto à segurança pública. A relação entre bares e violência feita pelo poder público demonstra a proposta de eximir a segurança da responsabilidade do Estado e, simultaneamente, por legitimar a incorporação de práticas e legislações que conferem a formação do estado de exceção no município.

A fiscalização do cumprimento da Lei nº 10.052/2012 é feita em Sorocaba pelo “Comando da Madrugada”, que conta com os fiscais e com o suporte da Polícia Militar e da Guarda Civil Municipal.

Figura 24 – Atuação do comando da madrugada



Fonte: Jornal ZNorte (28/01/2014).

É possível relacionar a técnica de ocupação e operação da polícia militar em bairros periféricos de Sorocaba com a Lei dos Bares, pois ambas as estratégias demonstram o

mecanismo de controle social contra o pobre realizado em Sorocaba, sobretudo, a partir de 1997.

A Lei dos Bares não se enquadra como uma mera legislação adotada para disciplinar o funcionamento dos bares e similares em Sorocaba. Ela incorpora um toque de recolher seletivo que interfere em distintos segmentos da sociedade, impondo novos obstáculos às práticas sociais cotidianas no espaço urbano de Sorocaba.

De acordo com Silva (2004):

A conhecida "lei do silêncio" parece ser mais perniciosa do que normalmente se imagina: não se trata apenas do fechamento para os "de fora" das populações mais diretamente afetadas pela sociabilidade violenta, mas da incomunicabilidade entre seus próprios membros produzida pelo medo e pela desconfiança. Esta talvez seja a consequência mais perversa da implantação da sociabilidade violenta como ordem instituída. As populações que ela submete continuam, de certa maneira, a viver sua vida "normal", organizadas como subalternas que são à ordem estatal, mas sob a condição de serem impedidas de se apropriarem coletivamente da "outra parte" desta mesma normalidade cindida. (p. 10)

A afirmação de Silva (2004) contribui para compreender a relação entre a violência urbana e a incorporação do estado de exceção. A lei do silêncio ou o toque de recolher promove um atrofiamento das possibilidades de diálogo entre os habitantes da cidade juntamente com o esgotamento da ocupação de espaços públicos em áreas periféricas.

Norteados pelo medo, pela violência e pela desconfiança, os moradores da cidade com o consentimento e ação do Estado acatam a imposição de normas que violam alguns direitos elementares já garantidos.

Em Sorocaba, o toque de recolher empregado com a Lei Municipal 10.052/2012 não apenas dificulta que a população oriunda da periferia pobre frequente bares e similares. É responsável também por violar o direito ao lazer previsto no capítulo II, dos Direitos Sociais, no art. 6º da Constituição Federal do Brasil, assim, o toque de recolher reduz as possibilidades e contato e reivindicação de direitos por parte da população.

O que existe é uma supressão das possibilidades de comunicabilidade entre as pessoas que, conseqüentemente, ocasiona um enfraquecimento político das classes sociais marginalizadas, visto que o isolamento e a falta de diálogo não são compatíveis com a formação de movimentos de resistência contra os interesses do Estado.

É possível analisar a Lei dos Bares de Sorocaba sob a perspectiva de Agamben (2004; 2007) acerca da formação do estado de exceção. A Lei Municipal 10.052/2012 de Sorocaba

converge com o estado de exceção no qual prevalece a zona de indiferença em que dentro e fora não se excluem, mas se indeterminam.

A zona de indiferença é visualizada com a situação dos bares e similares em Sorocaba. Primeiramente, o empresário do bar que não conquista o alvará para funcionamento após às 00 horas está fora da lei, não podendo permanecer aberto nem permitir a presença dos clientes. Por outro lado, tal bar se encontra dentro, pois existe uma legislação que pune o comerciante e o estabelecimento por estar aberto após às 00 horas sem o alvará. A fiscalização feita pelo Comando da Madrugada pode impor multas aos estabelecimentos que não estão cumprindo as diretrizes da Lei dos Bares.

No contexto da Lei dos Bares prevalece a pertença simultânea a não pertença. Estar fora não significa deixar de cumprir as obrigações previstas na lei que reprime o pobre do direito ao lazer e, mais amplamente, do direito à cidade.

Agamben (2004, p. 79) defende que “O estado de necessidade não é um “estado do direito”, mas um espaço sem direito (mesmo não sendo um estado de natureza, mas se apresenta como a anomia que resulta da suspensão do direito) ”.

O Estado em Sorocaba passa a obter plenos poderes para decidir quem pode ou não frequentar determinados estabelecimentos de lazer e serviços, bem como quais empresários, do ramo dos bares e similares, podem manter seus estabelecimentos em funcionamento, interferindo diretamente no lucro do segmento.

O caráter oculto presente na Lei dos Bares é a coerção destinada aos habitantes das periferias pobres em Sorocaba, tornando-os cada vez mais reféns dos interesses de controle socioespacial incorporados pelo poder público.

Em Sorocaba, os direitos sociais são preservados e cumpridos para apenas uma parcela da população: a que detém os melhores rendimentos. A situação cria oportunidades para a concretização do estado de exceção na cidade, já que a delimitação dos direitos essenciais para a reprodução da vida para uma classe específica é responsável por gerar um espaço no qual a exceção se engendra progressivamente como regra.

Aos pobres são constantemente relegados os direitos elementares, assim como o direito à cidade. O governo em Sorocaba, desde 1997, utiliza da inovação e da criatividade para estabelecer legislações e práticas coercitivas e cerceadoras em seu território, culminando na formação e consolidação do estado de exceção seguido da ascensão do *homo sacer* na cidade.

4.3. A CIDADE VIGIADA: A MURALHA ELETRÔNICA E O CONTROLE SOCIAL EM SOROCABA

A instalação das câmeras de monitoramento pelo espaço urbano torna-se mais uma estratégia que complementa e regula o espaço pelo viés securitário associado ao avanço tecnológico, característico do novo urbanismo militar.

O avanço da tecnologia é aproveitado por distintos segmentos, sendo que o setor da segurança se aproveita cada vez mais das inovações que favorecem o estabelecimento do controle social. O controle social, que outrora dependia de arquiteturas confinadas, atualmente, incorpora-se via aparatos tecnológicos de caráter eletrônico, que são responsáveis por estabelecer um novo modelo panóptico nas cidades militarizadas.

Graham (2016) demonstra a influência dos dispositivos eletrônicos no processo de controle social na sociedade contemporânea. Para o autor, o uso de aparelhos típicos do cotidiano da sociedade nos dias de hoje, como cartões bancários, celulares, GPS e código de barras, funcionam como um controle social que transcendem as zonas temporais e geográficas.

As câmeras de monitoramento se encaixam como mais um equipamento do interligado sistema tecnológico contemporâneo. A ampliação da instalação de câmeras de monitoramento nos espaços públicos e privados se sustenta na necessidade de se conter a violência. Tal equipamento adquire ainda mais destaque, pois gera imagens que podem servir de suporte para outros segmentos da esfera pública e também do setor privado.

A ampliação do recurso de videomonitoramento pela cidade desperta algumas indagações: Quais são os reais objetivos intrínsecos da distribuição das câmeras? O monitoramento tem potencial para solucionar os problemas inerentes à violência urbana? As imagens também serão utilizadas para monitorar as injustiças sociais que assolam as cidades brasileiras e, assim, nortear novas ações? E, dramatizando a técnica com a situação momentânea regulada pelo meio técnico-científico-informacional, estariam os habitantes das cidades envolvidos em um grande espetáculo de *reality show*?

Responder tais indagações não consiste em algo simples. O uso das câmeras transcende a questão da violência, podendo ser utilizado, por exemplo, para facilitar o trânsito em emergências médicas e para se ter acesso das condições de mobilidade urbana nas principais ruas, avenidas e rodovias.

Contudo, as câmeras de monitoramento, especialmente com o avanço do período técnico-científico-informacional, adquirem um potencial para disciplinar o espaço. Assim, são

comumente utilizadas como estratégias para a contenção da violência, mas que na prática resultam em outras intenções.

Foucault (1987) analisou as características e possibilidades advindas da imposição de um espaço disciplinar, esclarecendo que:

Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico. (p. 123)

De acordo com Foucault (1987), o espaço disciplinar possibilita dominar os indivíduos de determinado espaço. O autor revela algumas estratégias utilizadas para o disciplinamento do espaço, destacando-se a morfologia urbana e o desenho das construções que permitiam o controle cotidiano do indivíduo.

O planejamento pautado na militarização da questão urbana se respalda na necessidade de disciplinamento do espaço, sendo que as câmeras de monitoramento, juntamente com outros recursos tecnológicos, adquirem um potencial estratégico para se alcançar o controle social.

Na cidade militarizada, as câmeras de monitoramento distribuídas pelo espaço urbano e pelas construções privadas são associadas ao combate à violência. Em Sorocaba, se presencia o avanço das câmeras de monitoramento pelos espaços públicos e privados da cidade. O imaginário da população, nutrido pelos ideais do novo urbanismo militar, legitima a ampliação do número de câmeras pela cidade. A aplicação de um questionário sobre a violência em Sorocaba revelou que 66,36% dos entrevistados acreditam no aumento das câmeras como solução para a violência.

A lógica do videomonitoramento voltada para a segurança urbana se expande em Sorocaba, deflagrando o avanço do modelo militar na gestão urbana. Em décadas passadas, sobretudo com os investimentos executados durante a Guerra Fria, o uso do videomonitoramento consistia em uma prática exclusiva do Estado para o uso militar. Após algumas décadas, a utilização das câmeras também passou a ser feitas por empresas privadas do ramo da segurança, estando presente nas instituições financeiras e, mais tarde, nos enclaves fortificados que vendem aos seus moradores o que Safatle (2015) define como a “imunização do medo”.

No novo urbanismo militar, as câmeras de monitoramento se tornaram inerentes à gestão urbana pública e aos serviços privados ofertados para a reprodução da vida nas cidades. A presença de câmeras de monitoramento é divulgada e vendida como medida de contenção da violência, não à toa se presencia a ampliação das câmeras dos enclaves fortificados para todo o espaço urbano, inclusive para o espaço público.

Rostellato (2015) publicou um artigo na Agência Sorocaba Notícias, no dia 04 de março de 2015, afirmando que Sorocaba possuía na época 41 câmeras externas distribuídas pelos espaços públicos e mais de 1.000 câmeras internas responsáveis por monitorar 128 prédios públicos da cidade, como Unidades Básicas de Saúde e prédios voltados a práticas educativas. Comentou também que todos os pontos de monitoramento, internos e externos, são interligados ao Centro de Operações e Inteligência (COI) da Guarda Civil Municipal de Sorocaba (GCM).

Figura 25 – Centro de operações e inteligência de Sorocaba



Fonte: Rostellato (2015).

As câmeras de monitoramento implantadas em Sorocaba, as quais são interligadas com o COI, possuem recursos tecnológicos que ampliam a visibilidade do espaço urbano. Isto porque as câmeras gravam em alta definição, giram 360° e apresentam um alcance de até um quilômetro de distância.

No ano de 2015, novas estratégias relacionadas ao videomonitoramento foram criadas em Sorocaba, destacando-se a criação da Muralha Eletrônica. Segundo a reportagem de Jéssica Nascimento, publicada no Jornal Cruzeiro do Sul no dia 21 de maio de 2015:

Sorocaba conta com 170 pontos de monitoramento, formados por 70 radares inteligentes e 1.114 câmeras de segurança da GCM, Urbes e de próprios municípios que cercam a cidade, compondo a Muralha Eletrônica, sistema que visa garantir a segurança da população. Além de controlar a velocidade, esse sistema, integrado entre Urbes - Trânsito e Transportes e Guarda Civil Municipal (GCM), também permite identificar placas de veículos roubados, locais de acidentes, condições de tráfego e monitorar a quantidade de veículos que circulam pelas vias.

A Muralha Eletrônica entrou em operação no mês de fevereiro de 2015, sendo considerada a principal ação da gestão do prefeito Antonio Pannunzio na área de segurança pública. O objetivo principal com a implantação dos radares inteligentes é de auxiliar o combate ao crime, principalmente, os roubos e furtos de carros.

A entrevista com o policial militar permitiu melhor compreender a função da Muralha Eletrônica:

F.C.: Sorocaba tem um sistema de monitoramento chamado Muralha Eletrônica. A polícia se aproveita dos dados fornecidos por esse sistema? Como?

PM: A Muralha Eletrônica funciona da seguinte forma: são radares espalhados pela cidade que conseguem verificar as placas dos veículos. Quando tem denúncia de crime, carro roubado ou sequestro (cárcere privado), qualquer tipo de crime, o nosso sistema cadastra ou o boletim de ocorrência feito na polícia civil é cadastrado naquela placa. Quando passa um veículo com alguma relação com crime no radar da Muralha Eletrônica é acusado na tela da central, logo depois, o despachador passa as coordenadas para gente. Existem erros de leitura. Mas no geral funciona bem. (PM, 2016)

Como foi informado pelo policial, os radares contribuem para se obter o acesso a veículos que possuem qualquer relação com crimes, permitindo a localização do condutor, que pode ser o responsável pelo crime cometido.

A Muralha Eletrônica funciona em convênio entre a Polícia Militar e a Prefeitura de Sorocaba, sendo que o projeto conta também com a atuação da Guarda Civil Municipal.

O poder público de Sorocaba acredita que o projeto vai contribuir com a redução dos crimes na cidade. Para isso, foram estabelecidos 170 pontos de monitoramento na cidade, concentrados principalmente nos locais de acesso e vias rápidas do município.

A Muralha Eletrônica foi amplamente divulgada na campanha do então candidato a prefeito Antonio Pannunzio. Após ser eleito e depois de muita cobrança de pessoas públicas e da sociedade civil, o prefeito inaugurou o projeto em 2015.

O excesso da divulgação após a inauguração da Muralha Eletrônica gerou problemas para a atuação policial no combate ao crime, de acordo com o policial entrevistado:

PM: A política interfere muito na segurança pública. Em época de campanha política, o poder público divulgou intensamente a Muralha Eletrônica e agora o que o vagabundo faz? Não passa pelos radares que estão principalmente nas avenidas da cidade. Eu mesmo reduzi a quantidade de ocorrência de recuperação de carros roubados depois da Muralha Eletrônica. Sabe por que? Porque eu patrulhava só em avenida. O vagabundo mora lá no Vitória Régia e tem que ir para o Habiteto precisa entrar na avenida Itavuvu, ele tem que passar na avenida. Eu patrulhava só na avenida verificando as placas do veículo e o que a gente chama de recheio, que são as pessoas. Por exemplo, carrinho popular, novinho, limpinho com um ‘puta’ de um “nóia” dentro: o carro não é dele. Sabe por que? Porque o ‘nóia’, o vagabundo da quebrada cata o carro popular e já soca no chão, coloca *insufilm*, enche de adesivo, coloca um funk e já era. Se você ver um carro nessas condições com um vagabundo é dele, não precisa nem abordar. Mas se você ver um carrinho popular com roda original, sem *insufilm*, limpinho com o ‘nóia’ dirigindo, você sabe que não é dele, aí você tem que abordar. (PM, 2016)

De acordo com o policial entrevistado, a questão política vem sendo responsável por atrapalhar a apreensão de carros e de criminosos. Para o policial, o excesso de informações sobre a Muralha Eletrônica é responsável por diminuir a sua eficiência. Outro fator que chama a atenção na fala do policial consiste na análise do carro e do recheio, o que evidencia o estigma criado a determinados habitantes da cidade.

A divulgação da Muralha Eletrônica faz parte de ações que apresentam a intenção de se valorizar as estratégias da militarização urbana como compatíveis com a redução da violência em Sorocaba.

A gestão urbana, orientada pela tendência da militarização, aposta quase que exclusivamente em ações de vigilância e controle social, como é o caso da disseminação das câmeras de monitoramento. Os investimentos em câmeras de monitoramento não são seguidos do estímulo a projetos que se aproximem da ampliação de infraestrutura e melhores oportunidades de vida aos sorocabanos.

Melgaço (2010) realiza uma análise sobre os objetivos das câmeras de monitoramento para o enfrentamento da violência urbana. Para o autor “[...] as câmeras têm três objetivos principais que podem ser classificados em função do passado, do presente e do futuro”. (p. 188)

O uso de imagens de videomonitoramento em função do passado apresenta destaque no registro das ocorrências e na formação de bancos de dados, ambos úteis para a

investigação de crimes e identificação dos criminosos. Para o tempo presente, caracteriza-se a possibilidade e ampliar o campo de observação dos policiais e dos seguranças privados. Por último, o tempo futuro é contemplado pelas câmeras por meio da instauração de uma inibição na população que, assim, tende a evitar as práticas criminosas por estar sendo vigiada constantemente (MELGAÇO, 2010).

Todas as possibilidades oriundas da implantação de câmeras de vigilância não podem, contudo, ser generalizadas. Sabe-se que a incidência e distribuição dos crimes apresentam particularidades que dificultam uma solução amplamente eficaz. Segundo Melgaço (2010), a proposta das câmeras deve estar bem fundamentada com os anseios locais e respeitar a múltiplas facetas dos crimes nas cidades, não podendo funcionar como uma cartilha de atuação funcional para todos os tipos de crimes.

Se por um lado as câmeras de vigilância não significam melhorias diretas na situação da violência em determinadas cidades, a sua implantação confere a reprodução de um espaço urbano com tendências específicas.

A implantação cada vez maior de câmeras de monitoramento no espaço urbano condiz com o que Souza (2008) define como “cidade vigiada”:

A “cidade vigiada” ou “monitorada” caracteriza-se pela disseminação e diversificação de aparatos de proteção e controle, tanto em espaços públicos quanto em espaços privados: as câmeras de vídeo são apenas o exemplo mais conhecido. (p. 85)

A “cidade vigiada”, na concepção de Souza (2008), não se limita à ampliação da quantidade de câmeras pela cidade. A consolidação da “cidade vigiada” é produto da adoção de várias estratégias da militarização urbana que produzem um espaço caracterizado por métodos coercitivos.

A “cidade vigiada” transforma o espaço urbano de acordo com o ideal panóptico. De acordo com Foucault (1987, p. 166), “O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente”. É assim que o avanço das câmeras faz com que os habitantes de Sorocaba estejam sob praticamente em constante visibilidade e controle, assemelhando-se a um detento.

O modelo panóptico, como descreve Foucault (1987), permite que o detento seja visível, porém, não é possível saber se quem tem o poder de vigiar está de fato realizando sua função. O caráter inverificável do controle no modelo panóptico força o detento a se disciplinar constantemente, é o que também acontece com a Muralha Eletrônica em Sorocaba,

a presença das câmeras faz com que os habitantes considerados perigosos, materializados pelos pobres, sintam-se completamente vigiados, mesmo sem saber se a pessoa responsável está cumprindo a sua função.

Ampliam-se os espaços vigiados e a arquitetura militarizada na cidade. As relações sociais são cada vez mais normatizadas pela influência da violência, do medo e da busca pela segurança.

A militarização urbana se amplia devido à necessidade de se combater a violência urbana e, por outro lado, a implantação de táticas da militarização nutre o medo entre os habitantes da cidade, isto é, a psicoesfera do medo. Melgaço (2010) explica que:

A presença de muros altos, cercas elétricas e câmeras de vigilância reforça a sensação de insegurança, pois veicula a mensagem de que aqueles lugares cercados e vigiados seriam potencialmente perigosos e, exatamente por esse motivo, precisariam ser constantemente vigiados. (p. 108 – 109)

O argumento de Melgaço (2010) contribui para a compreensão da militarização urbana ser oriunda da execução de um conjunto de táticas que se autolegitimam. Ou seja, a presença de uma prática estimula ainda mais o medo e reforça a necessidade de complementar a busca pela segurança por meio de novos mecanismos. Como é o caso das câmeras de monitoramento, já que a sua presença remete ao cenário de violência que precisa ser combatido.

Origina-se o processo da militarização urbana embasado pela dialética, já que quanto mais se promovem estratégias destinadas à contenção da violência, mais se ascende o sentimento do medo entre os habitantes da cidade. Engendra-se, assim, um espaço normatizado pela arquitetura militarizada, que resulta no disciplinamento e no avanço do controle social.

A análise de Foucault (1987) sobre a física do poder pode ser utilizada para a compreensão da interferência das câmeras de monitoramento. O autor afirma que:

Graças às técnicas de vigilância, a ‘física’ do poder, o domínio sobre o corpo se efetua segundo as leis da ótica e de mecânica, segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência. Poder que é em aparência ainda menos ‘corporal’ por ser mais sabiamente ‘físico’. (p. 148)

Ao relacionar o pensamento de Foucault (1987) com a Muralha Eletrônica, percebe-se que o poder público de Sorocaba incorpora o disciplinamento da população por meio de um poder menos corporal e mais físico, mais precisamente, eletrônico. Entretanto, independentemente de ser um poder alcançado pela força corporal, pode-se afirmar que a função das câmeras também é responsável por dominar o indivíduo, adestrando-o no espaço urbano.

A presença das câmeras, ao mesmo tempo que oportuniza o adestramento do indivíduo, ocasiona a violação de direitos aos habitantes da cidade, especialmente pela redução da privacidade.

O próprio nome dado ao conjunto de câmeras espalhadas por Sorocaba permite refletir sobre o interesse do projeto: “Muralha Eletrônica”. No novo urbanismo militar, o anseio pelo isolamento do diferente enaltece o potencial dos muros, cercas e grades. Em Sorocaba, os muros são feitos de concreto e de imaginação, sendo que a Muralha Eletrônica se caracteriza por uma barreira espacial imaginária, mas não menos relevante que os muros, para o avanço da segregação socioespacial e da exclusão na cidade.

O habitante de Sorocaba vem se transformando, involuntariamente, em um participante de um *reality show*. A população de Sorocaba necessita se adaptar às novas imposições e intimidações resultantes da presença de câmeras de vigilância pelo seu espaço.

As imagens obtidas pelas câmeras de monitoramento distribuídas pelo espaço urbano servem de fonte ao espetáculo visual, especialmente para os meios de comunicação sensacionalistas. Os programas policiaiscos se aproveitam do monitoramento existente nas cidades para divulgar as imagens em busca de novos espectadores.

De acordo com Graham (2016):

A proliferação do monitoramento em vídeo digital possibilita que atos genuínos de violência urbana dominem a banda larga em rápida expansão: *reality shows* prontos para o consumo, praticamente gratuitos. Isso cria um círculo vicioso de mais pedidos e monitoramento, mais imagens geradas e consumidas como entretenimento, e maior demonização da cidade por *voyeurs* suburbanos e moradores de áreas abastadas. (p. 101-102)

O aumento do videomonitoramento permite a captação de mais cenas de crimes, fato que gera mais receio entre os moradores da cidade, conseqüentemente, a população passa a exigir mais táticas de militarização urbana.

É possível afirmar que as câmeras de monitoramento adquirem destaque na consolidação da militarização urbana e do estado de exceção. Primeiramente, pela possibilidade de adestramento social, na qual a população se encontra constantemente vigiada. Além disso, a elevada presença de câmeras pelo espaço urbano possibilita capturar vários momentos das relações sociais materializadas na cidade, inclusive as práticas criminosas. As imagens dos crimes são utilizadas via espetáculo midiático, o que influencia na transformação do imaginário da população, especialmente pelo receio da violência.

O aumento do medo da violência possibilita a reprodução do capital pelo mercado imobiliário, que vende locais ditos seguros e essenciais para a manutenção da vida nas cidades: os condomínios residenciais fechados.

Mas não é só os interesses dos meios de comunicação e do mercado imobiliário que são valorizados com o uso das imagens das câmeras existentes nas cidades. A divulgação das imagens estimula a ampliação da atuação do Estado no combate à violência, sobretudo as práticas coercitivas que conferem a ampliação do estado de exceção.

Um aparato da militarização legitima o outro, assim como sustenta a necessidade de criação de novos mecanismos. Com a argumentação da melhoria da segurança urbana, o poder público municipal defende cada vez mais a instalação de mais câmeras de monitoramento em pontos “estratégicos” de Sorocaba.

O monitoramento integral de pontos estratégicos das cidades, realizado com o respaldo das câmeras de monitoramento, apesar de contribuir para a possibilidade de redução de alguns tipos específicos de crimes pela cidade, amplia a violação de direitos inerentes ao cidadão, como a perda da liberdade.

Agamben (2012) defende que “Uma cidade cujas praças e cujas estradas são controladas por videocâmeras não é mais um lugar público: é uma prisão”. O que Agamben afirma é a formação do estado de exceção em cidades que, incessantemente, privatizam o espaço público e, paralelamente, promovem o confinamento e o controle da população.

A população, por acreditar se tratar de um momento atípico, acata as exigências do poder público sem perceber que as estratégias são na verdade um paradigma de governo que estimula parcerias privadas em detrimento dos direitos elementares do cidadão.

Com o estado de exceção, mediado pela violência urbana em consolidação na cidade de Sorocaba, fica difícil definir o que é cidadania e o que é direito. A militarização urbana extrapola os limites do presídio para todo o espaço urbano.

O olhar do vigia frente às ações dos presos nos presídios adquire um novo perfil na cidade militarizada. Com o novo paradigma de gestão urbana, o habitante comum se encontra vigiado constantemente, como é o caso em Sorocaba por meio da Muralha Eletrônica, que controla a população pela atuação de policiais e dos agentes do Centro de Operações de Inteligência (COI).

O uso das câmeras de vigilância, como a Muralha Eletrônica de Sorocaba, é regido por contradições. Pode-se afirmar que mesmo com a existência de vários pontos de monitoramento, como os 170 de Sorocaba, alguns fragmentos urbanos convivem incoerentemente com momentos de pontos cegos e de pontos visíveis.

O que existe na verdade é um fornecimento seletivo das imagens do videomonitoramento pela cidade. As imagens das câmeras de vigilância são cada vez mais usadas como suporte para a justiça, tornando-se muito útil para as investigações. Por outro lado, as imagens das câmeras pouco são utilizadas para estimular mudanças estruturais nas cidades, sobretudo nas periferias pobres. A demonstração da precariedade de infraestrutura e serviços, típicas da vulnerabilidade social, não chama a atenção dos governantes para a sua melhoria.

É indiscutível que a tecnologia precisa ser utilizada em prol do avanço da segurança pública. Contudo, o que se presencia com a Muralha Eletrônica em Sorocaba é que a sua existência se torna compatível com o avanço dos ideais do novo urbanismo militar e do estado de exceção.

O uso inadequado das imagens pode até prejudicar a contenção dos crimes, como foi mencionado pelo policial militar entrevistado, o qual mencionou ter diminuído a apreensão de carros após a inauguração da Muralha Eletrônica.

As imagens das câmeras podem oferecer uma multiplicidade de possibilidades para a atuação do poder público e do setor privado de Sorocaba para a melhoria da mobilidade urbana, da saúde e da segurança. Porém, atualmente, a estratégia é destinada quase que exclusivamente para a esfera da segurança e, mais precisamente, para a validação da militarização da questão urbana e do avanço do estado de exceção.

4.4. A PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: POSSIBILIDADE PARA O AFASTAMENTO DO INDESEJÁVEL E O DESRESPEITO AO DIREITO À CIDADE

O novo urbanismo militar que se encontra em implantação em Sorocaba é responsável por reconfigurar a estrutura urbana e as relações sociais materializadas no espaço urbano. O poder de decisão sobre a gestão da cidade, apesar de ser adotado pelo poder público, aproxima-se cada vez mais dos interesses do setor privado, tendo como pano de fundo a necessidade de se conter a violência urbana.

A sobreposição dos interesses privados aos públicos ocasiona, geralmente, a formação de uma cidade que suspende os direitos elementares do cidadão em prol de projetos e decretos que resultam na ascensão do estado de exceção.

Vainer (2011) analisa a formação da cidade de exceção por meio do processo de declínio dos interesses públicos em prol das necessidades do setor privado, esclarecendo que:

A cidade de exceção se afirma, pois, como uma forma nova de regime urbano. Não obstante o funcionamento (formal) dos mecanismos e instituições típicas da república democrática representativa, os aparatos institucionais formais progressivamente abdicam de parcela de suas atribuições e poderes. A lei torna-se passível de desrespeito legal e parcelas crescentes de funções públicas do Estado são transferidas a agências “livres de burocracia e controle político”. (p. 10)

A análise de Vainer (2011) demonstra que as funções públicas são relegadas em prol das privadas, com o argumento de que essas são livres de burocracia e controle político. O pensamento de Vainer (2011) se aproxima da análise de Gomes (2002) sobre o processo de recuo da cidadania, concomitantemente, ao recuo do espaço público nas cidades contemporâneas.

De acordo com Gomes (2002), a imagem da cidade se encontra cada vez mais fragmentada ao mesmo tempo em que os espaços comuns perdem o sentido do público. Para o autor: “há um confinamento dos terrenos de sociabilidade e diversas formas de nos extrairmos do espaço público (telefones celulares, fones de ouvido etc.), os modelos de lugares se redefiniram, *shopping centers*, ruas fechadas, paredes “cegas”, etc”. (p. 174)

Gomes (2002) acredita que existe uma redefinição dos quadros da vida social coletiva pautada no recuo da cidadania e do espaço público, o que pode ser observado nas relações sociais presentes no cotidiano urbano, assim como nas formas materializadas no espaço urbano.

O recuo da cidadania aliado ao recuo do espaço público ocorre, segundo Gomes (2002), de quatro maneiras: pela apropriação privada crescente dos espaços comuns; pela progressão das identidades territoriais; pelo emuralhamento da vida social e pelo crescimento das ilhas utópicas.

As maneiras elencadas por Gomes (2002) se tornam cada vez mais presentes nas cidades que adotam as estratégias oriundas do novo urbanismo militar. A ênfase na contenção da violência pelo modelo da militarização é compatível com o encolhimento da cidadania e do espaço público, originando a ampliação do estado de exceção nas cidades.

Na nova forma de gestão urbana, pautada pelo novo urbanismo militar, as legislações são suscetíveis a mudanças. Se for necessário para a reprodução do capital e para os interesses particulares, rompe-se com direitos elementares do cidadão garantidos em legislações previamente sancionadas.

Na cidade orientada pela militarização urbana e, conseqüentemente, pelo avanço do estado de exceção, como é o caso de Sorocaba, as ações realizadas pelo poder público seguem a lógica do setor privado. Os interesses particulares se acentuam tornando o espaço ainda mais fragmentado e excludente à grande parcela da população.

O reconhecimento do espaço urbano sob a perspectiva de Carlos (2001), isto é, como produto, meio e condição das relações sociais, permite uma compreensão prévia de que a sua ocupação segue as características da desigualdade intrínseca à sociedade no modelo político-econômico capitalista.

A lógica da desigualdade transcende as relações sociais e se materializa no espaço urbano. Como resultado, evidencia-se a formação de fragmentos urbanos distintos com relação à quantidade e qualidade de infraestrutura que, inevitavelmente, confere imposições para a sua ocupação, já que na cidade capitalista o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso da terra.

Harvey (2004) elabora uma análise sobre a relação entre o valor de troca e a liberdade de apropriação dos fragmentos urbanos, explicando que:

Quem detém o poder do dinheiro dispõe de liberdade para escolher entre mercadorias suntuosas (incluindo locais de prestígio, adequadamente protegidos, cercados por muros e portões com todos os serviços), mas aos cidadãos como um todo é negada toda escolha coletiva de sistema político, de formas de relacionamento social ou de meios de produção, de consumo e de troca". (p. 204 – 205)

O argumento de Harvey (2004) reforça a compreensão sobre o poder do capital nas cidades. A liberdade para a apropriação da terra depende do poder aquisitivo do indivíduo. Toda a lógica de reprodução do espaço urbano é responsável por dificultar o contato entre os diferentes na cidade, isto porque existem barreiras espaciais e econômicas que limitam o livre deslocamento e a apropriação do espaço.

Mesmo com todas as já existentes barreiras de distanciamento entre os diferentes presentes nas cidades capitalistas, o novo urbanismo militar, respaldado pela contenção da violência, estimula a criação de projetos, leis, decretos e ações com o intuito de potencializar a fragmentação urbana e o isolamento dos habitantes da cidade de acordo com a sua condição econômica.

O planejamento urbano norteador pela militarização da questão urbana em Sorocaba transcende a realização das operações policiais e da existência de um toque de recolher. A obsessão por segurança na cidade estimula também a incorporação de estratégias de privatização do espaço público que culminam no avanço do controle social, paralelamente, ao controle do espaço urbano.

Quando o controle social se sobrepõe às características e funções básicas da cidade, consolida-se o desrespeito ao direito à cidade, defendido por Harvey (2009) como:

Entendo que o direito à cidade significa o direito que todos nós temos de criar cidades que satisfaçam as necessidades humanas, as nossas necessidades. O direito à cidade não é o direito de ter – e eu vou usar uma expressão do inglês – as migalhas que caem da mesa dos ricos. Todos devemos ter os mesmos direitos de construir os diferentes tipos de cidades que nós queremos que existam. (p. 269)

O direito à cidade previsto na concepção de Harvey (2009) é negligenciado em prol da busca pelo afastamento do indesejável em Sorocaba. As relações sociais estabelecidas em sua multiplicidade são negadas via aparato legal, ocasionando a formação de um cenário que privilegia o declínio do espaço público.

A retirada dos direitos gera a exclusão da classe social de menor poder aquisitivo. Segundo Maricato (1996):

Uma das faces centrais da exclusão é a ilegalidade generalizada, como já apontamos anteriormente: ilegalidade nas condições de moradia (favela, aluguel informal de cômodo, loteamento ilegal), ilegalidade nas relações de trabalho, ilegalidade na ação da polícia ou desconhecimento de tribunais para a resolução de conflitos, além da impunidade. O Estado não está

simplesmente ausente, mas sua presença pode se dar de forma ambígua e arbitrária: repressor, paternalista ou clientelista. (p. 46)

A ilegalidade imposta ao espaço urbano é consequência da zona de anomia que se caracteriza o estado de exceção. O cidadão perde o direito à moradia digna, ao trabalho e, até mesmo, o direito à vida, já que a atuação dos agentes repressores do Estado ocorre geralmente de forma repressora contra a população pobre.

Ao cidadão de poder aquisitivo baixo é negado, cotidianamente, os seus direitos por meio da incorporação de práticas e legislações que o exclui e o força a permanecer isolado em áreas bem distantes do mundo dos ricos.

O processo de afastamento de indesejável ganha cada vez mais o apoio do poder público no município de Sorocaba. Uma lei e um decreto, sancionados durante a gestão do ex-prefeito Renato Amary, destacam-se pelo seu caráter de dificultar o contato entre as distintas classes sociais por meio do isolamento da diferença, sendo elas: a Lei nº 6.411/00, que “Autoriza o fechamento das vilas e ruas sem saída residenciais ao tráfego de veículos estranhos aos seus moradores”, e o decreto nº 13.410/02, que “Dispõe sobre a regulamentação do uso do Parque ‘Carlos Alberto de Souza’ e dá outras providências”.

O fechamento de vilas e ruas sem saída e a regulamentação do uso do Parque Carlos Alberto de Souza abordam, na teoria, a busca pela garantia de segurança aos munícipes, contudo, será analisado que na prática tais medidas estimulam os problemas urbanos, como a segregação socioespacial e a formação do estado de exceção.

A lei e o decreto mencionados atuam no ordenamento do território de Sorocaba, destinando-se, quase que exclusivamente, ao controle do uso e ocupação do solo na zona Sul de Sorocaba, mais precisamente, no bairro Campolim.

O predomínio da população e de equipamentos urbanos de alto padrão faz do Campolim um bairro dotado de aspectos simbólicos que se remetem ao poder e ao *status*. Residir no Campolim adquire uma simbologia de superioridade, logo, a sua apropriação e o seu uso não deve ser voltado a qualquer um, isto é, exige-se a imposição de uma seletividade para a apropriação desse fragmento urbano.

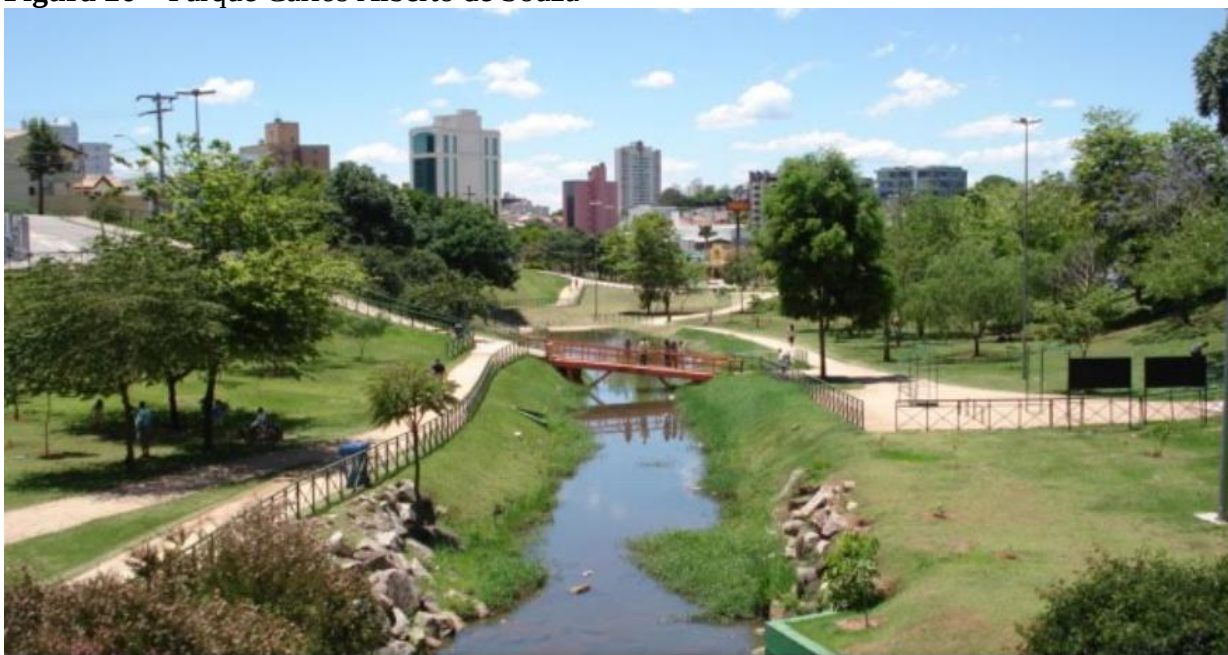
A necessidade de se conter a violência por meio das estratégias da militarização da questão urbana vem se tornando oportuna para a imposição da seletividade ao uso e ocupação do espaço urbano. Ou seja, utiliza-se cada vez mais de medidas de cunho securitário para se

concretizar um modelo de planejamento que amplia o controle social, especialmente pelo isolamento do pobre, já que esse é associado ao perigo nas cidades militarizadas.

O parque Carlos Alberto de Souza, popularmente conhecido como Pista de Caminhada do Campolim, foi inaugurado no início do ano 2000, localizado em uma área de bacia de contenção. O parque está situado entre as avenidas Antônio Carlos Comitre, Domingos Júlio e Caribe e a Rua Francisco Moron Mendes.

Além de oferecer um local adequado para práticas esportivas, o parque Carlos Alberto de Souza conta em seu entorno com casas noturnas, restaurantes, bares e similares. O *shopping center* Iguatemi-Esplanada também se localiza bem próximo do parque. Fatores esses que incentivam ainda mais o deslocamento da população sorocabana para tal espaço público.

Figura 26 – Parque Carlos Alberto de Souza



Fonte: *Google Maps*.

Desde sua origem, o Parque Carlos Alberto de Souza atraiu grande contingente populacional de diversos bairros de Sorocaba. Logo após a inauguração do parque, era comum a população se deslocar até o local com o intuito de se divertir, sobretudo no período noturno.

A presença de muitos adolescentes e, principalmente de pessoas de baixo poder aquisitivo, incomodava os moradores das proximidades do parque Carlos Alberto de Souza.

Deste modo, os moradores do Campolim passaram a se unir para reivindicar frente ao poder público municipal a necessidade de se adotar normas e ações que impedissem a presença de algumas pessoas no parque, especialmente nos horários noturnos.

A atuação dos moradores das proximidades do parque Carlos Alberto de Souza revela uma das quatro estratégias que Gomes (2002) explica ser responsável pelo recuo da cidadania e do espaço público: a progressão das identidades territoriais.

De acordo com Gomes (2002):

O território próprio ao grupo é concebido como um terreno onde as regras que fundam a identidade gozam de uma absoluta e indiscutível validade. A predominância do nível coletivo é total, e a oposição e a diferenciação são estabelecidas em relação à figura de um outro, que é exterior ao grupo. (p. 180-181)

A aceitação de convívio depende da identidade entre as pessoas em determinado território. Gomes (2002) enfatiza que em sociedades desiguais, como é o caso da brasileira, o poder aquisitivo adquire potencial de formação de identidade, ou seja, a permissividade de convivência depende da classe social em que o indivíduo ocupa.

No caso da reivindicação dos moradores de áreas próximas à Pista de Caminhada do Campolim fica claro o processo de progressão das identidades territoriais. O pobre, que é o diferente no bairro Campolim, não faz parte da identidade do bairro e, por isso, não deve ser permitida a sua presença.

Os principais motivos relacionados à reivindicação dos moradores eram o barulho, a baderna e a falta de segurança. Eles enfatizavam que a presença de muitas pessoas no parque dificultava a circulação pelo bairro, que o barulho atrapalhava a permanência nas casas e que os frequentadores estacionavam seus carros em frente às garagens das casas do bairro. Afirmavam também sobre a existência de consumo de drogas e bebidas entre os frequentadores, além de relacionar a presença das pessoas com a ascensão dos furtos e roubos no bairro.

Acatando as reivindicações dos moradores do Campolim, o poder público municipal decidiu criar normas que resultaram no afastamento da população indesejada no bairro, isto é, das classes sociais de baixo poder aquisitivo.

A primeira estratégia adotada para dificultar a presença de habitantes de outros bairros de Sorocaba no Campolim foi a Lei Municipal nº 6144/00 de 02 de maio de 2000, ainda na gestão do ex-prefeito Renato Amary.

A Lei Municipal nº 6144 “Autoriza o fechamento das vilas e ruas sem saída residenciais ao tráfego de veículos estranhos aos seus moradores”.

Apesar da Lei Municipal nº 6144 funcionar para todo o espaço urbano de Sorocaba, pode-se afirmar que a intenção foi de aceitar algumas reivindicações dos moradores das casas próximas ao Parque Carlos Alberto de Souza, isto porque em seu entorno existem muitas ruas sem saída, conforme pode ser visualizado no mapa 9.

Mapa 9 – Ruas sem saída no entorno do Parque Carlos Alberto de Souza



Fonte: Google Maps. Elaborado por Felipe Comitre (2016).

Quase a totalidade das ruas situadas próximas ao Parque Carlos Alberto de Souza são sem saída, especialmente as travessas da Avenida Domingos Júlio. Pode-se questionar, portanto, sobre os reais interesses com o planejamento urbano adotado com a Lei Municipal nº 6144/00, visto que a lei converge com a reivindicação dos moradores do bairro do Campolim, mas por outro lado, afasta-se dos princípios coletivos e do direito à cidade a todos os habitantes do município.

As medidas necessárias para o fechamento das ruas e vias estão previstas na Lei Municipal nº 6144/00, especialmente nos artigos 1º, 2º e 4º:

Art. 1º - Fica autorizado o fechamento ao tráfego de veículos estranhos aos moradores, das vilas e ruas sem saída residenciais ficando limitado o tráfego local de veículos apenas por seus moradores e/ou visitantes.

Art. 2º - O fechamento de que trata o artigo anterior só terá efeito se aprovado por 70% (setenta por cento) dos proprietários dos imóveis do local.

Art. 4º - Este fechamento ao tráfego de veículos estranhos aos moradores poderá ser feito através de portão, cancela, correntes ou similares, desde que não se impeça o acesso de pedestres.

Os artigos presentes na Lei Municipal nº 6144/00 revelam a privatização do espaço público e a expansão da militarização urbana em Sorocaba. Existe, assim, a transferência do poder de disciplinar o acesso aos espaços públicos para a esfera privada.

Para Gomes (2002), a permissão de fechamento de vias públicas condiz com o processo de apropriação privada crescente dos espaços comuns. Segundo o autor:

Em muitas ruas, sobretudo as pequenas vias sem saída, disseminou-se também o uso de barreiras, com seguranças particulares, em guaritas controlando a entrada e a saída das pessoas e dos carros, como se estivéssemos de fato diante de um espaço privado, onde seria lícito estabelecer critérios diferenciados de acesso. (p. 180).

Percebe-se que a privatização de espaços públicos torna lícito a imposição de novas normas, como é o caso do fechamento de vias. Resulta-se, assim, no desrespeito às normas e leis já existentes, conferindo o caráter de exceção na estratégia estabelecida pelo poder público de Sorocaba.

A expulsão dos pobres é legitimada pelo discurso que os associa a violência urbana. O pobre é visto como o inimigo, o suspeito e o causador do avanço da criminalidade nos bairros habitados pela elite financeira. Graham (2006) analisa a perseguição do negro e do pobre devido à associação com a violência por meio do termo proposto por Micek (2006): “o ‘outro’ selvagem e urbano”. Isto é, o pobre e o negro, por não fazerem parte da identidade da elite financeira, são comumente estigmatizados como violentos e perigosos.

O discurso da estigmatização do diferente como perigoso pode ser verificado na reportagem de Fernando Guimarães, publicada no Jornal Cruzeiro do Sul no dia 14 de março de 2012. O repórter entrevistou uma moradora da rua Edissa Pacheco Carvalho, localizada no entorno do Parque Carlos Alberto de Souza, e obteve a seguinte resposta sobre a situação da presença de carros de estranhos estacionados na rua de sua residência: "Chamei a polícia várias vezes, mas ninguém veio para multar esses motoristas. Chegaram até a parar em frente

de casa, mas mesmo assim nenhum policial apareceu. Precisamos de segurança!" (GUIMARÃES, 2012).

O apelo existente no discurso da moradora é a necessidade de segurança. Subentende-se, portanto, que segurança para a entrevistada se resume ao isolamento, ou seja, ao afastamento da população indesejada.

Na reportagem de André Moraes, publicada no jornal *Cruzeiro do Sul* no dia 05 de julho de 2011, um morador relatou morar no Campolim há 25 anos e reclamou da situação atual do bairro, afirmando que: "Quando vim para cá não tinha nem ônibus e agora virou esse furor".

A reclamação do morador do Campolim é a de não conseguir mais se isolar e ter que se deparar com pessoas de distintos bairros de Sorocaba na área próxima a seu local de moradia. O desenvolvimento dos equipamentos públicos na cidade, como a criação da linha de transporte coletivo para o Campolim, é visto como um problema pelo morador do bairro.

O espaço público em Sorocaba é desacreditado e relacionado com o perigo, logo, precisa ser privatizado para tornar possível o controle de sua função e de seu uso. A intenção primordial com a privatização do espaço público é a de estabelecer um controle social mediante o estabelecimento das arquiteturas anti-indesejáveis, definidas por Melgaço (2010) como:

Paisagens urbanas de diversos lugares do mundo têm sido alteradas por objetos que, numa análise apressada, serviram para promover segurança, mas que, quando vistos em detalhe, revelam que seu real objetivo é o de impedir ou inibir a presença de pessoas que são, para alguns, inconvenientes. Mais conhecidos como arquiteturas anti-mendigos, muitas vezes esses objetos são verdadeiras arquiteturas anti-indesejáveis, pois mesmo que utilizados para afugentar mendigos, têm também a função de espantar outros grupos sociais "malquistos" como usuários de drogas, vendedores ambulantes, prostitutas e bando de jovens. (p. 120)

Melgaço (2010) faz uma análise sobre a ampliação das arquiteturas anti-indesejáveis em todo o globo. De acordo com o autor, os objetos criados apresentam particularidades de cada país, região e cidade, porém, todos possuem um objetivo principal: impedir a presença do outro, isto é, do diferente.

A Lei Municipal nº 6144/00 estabelecida em Sorocaba converge com a concepção das arquiteturas-indesejáveis, visto que a permissão de construir cancelas e guaritas em ruas sem saída apesar de se respaldar no discurso da segurança, fundamenta-se no interesse de afastar o

indesejável. Assiste-se, portanto, ao recuo da cidadania e do espaço público, isso porque o sentido público perde o sentido em prol da valorização do privado.

Vigias privados também são pagos para fiscalizar a entrada e saída dos carros nas ruas sem saída. Novamente, percebe-se a negação do espaço público e do direito coletivo, já que a segurança pública é substituída pela privada, alimentando ainda mais o mercado da segurança, que lucra cada vez mais com o medo e com a busca por segurança nas cidades.

Figura 27 – Ruas sem saída com cancelas impedindo a entrada de veículos estranhos no Campolim



Fonte: Jornal Cruzeiro do Sul (2012).

A Lei Municipal nº 6144/00 solapa direitos já garantidos na Constituição Federal, como o direito de ir e vir. Apesar de a lei permitir a entrada de pedestres nas ruas reguladas pela configuração securitária, a presença de instrumentos da arquitetura anti-indesejáveis impõe uma apreensão ao não morador da rua, isto é, a quem não faz parte daquela identidade territorial, logo, representa um processo de invasão.

A permissão para o fechamento de vilas e ruas sem saída em Sorocaba ficou em vigor até o mês de março de 2012. A negação da permanência do fechamento das ruas ocorreu após o Ministério Público (MP) considerar a Lei Municipal 6144/00 inconstitucional, pois fere o direito de ir e vir aos demais habitantes de Sorocaba.

Após a decisão do MP, a Lei Municipal 6144/00 foi revogada pela Lei Ordinária nº 10.477 de 17 de junho de 2013, de autoria do vereador José Crespo. Com a mudança, as ruas que continham mecanismos de controle para a entrada de automóveis de estranhos tiveram

que retirar tais estruturas e permitir a livre circulação de veículos, independentemente de ser ou não morador da rua.

A situação gerou um descontentamento generalizado entre os moradores daquelas ruas, que utilizavam da tática do fechamento. Muitos relataram que a decisão de revogar a Lei Municipal nº 6144/00 culminava no retrocesso da segurança aos moradores.

O descontentamento dos moradores foi revertido em ações conjuntas para voltar a estabelecer o fechamento das ruas sem saída. Na cidade de Sorocaba, a união dos moradores do Campolim segue uma lógica do capital nutrida pelo egoísmo, já que os esforços são voltados ao atendimento dos direitos privados, concomitantemente, à negação do espaço público.

Uma moradora da Rua Valdir Gentil, do bairro Campolim, relatou para a reportagem de André Moraes, do jornal Cruzeiro do Sul, a não aceitação da decisão do MP, declarando que: “Nós vamos nos reunir de novo para debater essa polêmica que foi gerada, pois nem imaginávamos que nosso caso viraria isso tudo”. A negação do espaço público e das responsabilidades do Estado é apurada com a continuidade da fala da moradora, que afirma: “Aliás, gostaria de ressaltar que todo o custo gasto foi do bolso dos moradores, não teve dinheiro público envolvido nisso”.

Os moradores dos bairros elitizados passam a acreditar que a única solução para a aquisição da segurança consiste na privatização dos espaços públicos. Para grande parcela da elite financeira, só o enxugamento da máquina pública aliado à ampliação dos poderes privados pode permitir a eficiência da vigilância e o controle do crime na cidade de Sorocaba.

A força do privado e o declínio do espaço público em Sorocaba podem ser observados com a aprovação da Lei Ordinária nº 10.710, de 8 de janeiro de 2014 – Autoriza o fechamento das vilas e ruas sem saída residenciais ao tráfego de veículos estranhos aos seus moradores”.

O título da lei ordinária demonstra que os esforços dos moradores do Campolim surtiram efeito e, em contrapartida, os demais moradores da cidade tiveram novamente alguns de seus direitos, sobretudo o de ir e vir, extorquidos.

A Lei Ordinária nº 10.710/14 muito se assemelha a Lei Municipal nº 6144/00, que foi revogada no ano de 2013. O que existe é um restabelecimento da permissão dos moradores de ruas e vilas sem saída de impedirem a entrada de veículos de pessoas estranhas nas ruas.

O discurso da (in)segurança, divulgado pelos moradores favoráveis ao fechamento das ruas, teve o apoio do ex-prefeito Antônio Carlos Pannunzio. Durante a gestão de Pannunzio, foi sancionada a lei ordinária que, novamente, permitiu a reestruturação do espaço urbano de

Sorocaba mediante o processo de privatização do espaço público legitimado pelo seu caráter securitário, do espaço público.

A busca pela consolidação do controle social no município de Sorocaba, especialmente pelo afastamento da população indesejada pelos moradores dos bairros nobres da cidade não se limitou a todo o imbróglcio criado pela permissão de fechamento de ruas sem saída por meio da imposição da lei municipal e da lei ordinária. Outras estratégias se somam ao fechamento das vias para fortalecer o movimento da negação do espaço público, paralelamente à expulsão dos outros – vistos na cidade militarizada como suspeitos.

Convergindo com o modelo imposto com a Lei Municipal nº 6144/00, o então prefeito Renato Amary aprovou o Decreto nº 13.410, de 11 de abril de 2002, que “ Dispõe sobre regulamentação do uso do Parque ‘Carlos Alberto de Souza’ e dá outras providências”.

O Decreto nº 13.410/02 é responsável por implantar medidas de segurança aos munícipes que frequentam o local, destacando-se o “Art. 1º: Fica vedada a utilização de aparelhos de som e/ou instrumentos musicais no Parque ‘Carlos Alberto de Souza’”. Percebe-se que a proibição dos aparelhos de som e instrumentos musicais converge com o pedido dos moradores das áreas próximas à Pista de Caminhada do Campolim.

Paralelamente ao Decreto nº 13.410/02, o poder público implantou a proibição de estacionar carros nos bolsões do Parque Carlos Alberto de Souza entre 00 e 05 horas.

Figura 28 - Proibição de Estacionar Carros na Pista de Caminhada do Campolim entre 00 e 05 horas



Fonte: Felipe Comitre (2015)

Uma análise inicial pode considerar que a proibição de estacionar carros na Pista de Caminhada não afeta diretamente os habitantes de menor poder aquisitivo de Sorocaba, pois são poucas as pessoas de tal classe social que possuem carros para se deslocar até o local. Porém, o deslocamento de carro até a Pista de Caminhada era uma prática comum entre os habitantes de Sorocaba das mais variadas classes sociais.

As pessoas levavam bebidas e comidas, além de ligarem os sons dos automóveis para dançarem e curtirem a noite na Pista de Caminhada. Tal prática era mais comum entre os habitantes de bairros periféricos de Sorocaba, pois não possuíam dinheiro para entrar nas casas noturnas e bares situados no entorno do parque.

O uso da Pista de Caminhada pela população mais pobre permitia a diversão e o acesso aos equipamentos de lazer ofertados por um bairro nobre da cidade. Pode-se afirmar que um dos principais motivos para a presença dos moradores de bairros pobres na Pista de Caminhada do Campolim durante a noite se fundamenta pela distribuição irregular dos equipamentos públicos pelo espaço urbano. O que se distancia da função social do município, prevista em seu Plano Diretor no Art. 3º inciso “III- promover o equilíbrio entre os usos e a intensidade de ocupação do solo e a disponibilidade de infraestrutura, visando à otimização dos investimentos públicos” (SOROCABA, 2014, p. 2).

Mesmo estando do lado de fora das principais baladas do bairro, os moradores de bairros periféricos e com baixa condição financeira conseguiam ter acesso ao lazer e ao encontro com a diversidade de pessoas, serviços e infraestrutura.

A junção da proibição de utilização dos aparelhos de som com a proibição de estacionar os carros ocasionou a redução do número de frequentadores do Parque Carlos Alberto de Souza no período noturno.

No decorrer do dia, não existe a proibição de estacionar os carros, porém, o período coincide com o horário comercial e, portanto, as pessoas que conseguem se deslocar para a Pista de Caminhada durante o período diurno são, geralmente, os moradores dos bairros próximos, ou seja, que possuem a identidade territorial.

É possível associar as leis municipais direcionadas para o ordenamento do uso e ocupação do espaço em Sorocaba com o processo de negação da cidade, simultaneamente, ao processo de ampliação do estado de exceção.

A negação do espaço público culmina na negação da cidade, visto que práticas coletivas se extinguem em um cenário que valoriza quase que exclusivamente o indivíduo, o particular (OLIVEIRA, 2003b).

O fechamento de ruas e a geração de empecilhos para a população que não é das proximidades se manter nos parques urbanos localizados em bairros nobres originam a suspensão de direitos básicos dos cidadãos, além de promover o isolamento nos fragmentos urbanos de acordo com o poder aquisitivo do indivíduo.

Jacobs (2003) esclarece que:

As ruas devem não apenas resguardar a cidade de estranhos que depredam: devem também proteger os inúmeros desconhecidos pacíficos e bem-intencionados que as utilizam, garantindo também a segurança deles. Além do mais, nenhuma pessoa normal pode passar a vida numa redoma, e aí se incluem as crianças. Todos precisam usar as ruas. (p. 36)

A intenção dos moradores do Campolim e as leis sancionadas pelo poder público municipal, que conferem o afastamento do indesejável, vão de encontro ao que Jacobs (2003) propõe como modelo de desenvolvimento urbano. A autora acredita que a ocupação de espaços públicos se torna oportuno para reduzir a violência urbana.

A visão da elite financeira e política de Sorocaba, porém, impõe-se pela negação do público e, conseqüentemente, pela ampliação da privatização do espaço. As leis e decretos voltados ao ordenamento do uso do espaço em bairros elitizados geram a apropriação seletiva destes fragmentos pelas classes de melhor poder aquisitivo.

Assim como o fechamento de ruas e a proibição de se estacionar automóveis na Pista de Caminhada do Campolim, a ascensão dos enclaves fortificados condiz com o processo de privatização e negação do espaço público. O que, paralelamente, estimula o avanço da militarização urbana e a ampliação do estado de exceção em Sorocaba.

Os enclaves fortificados não se resumem aos condomínios residenciais fechados. Para Caldeira (2000), os enclaves fortificados apresentam aspectos em comum, como a existência de cercas e muros que servem para o isolamento dos demais objetos urbanos e, principalmente, dos outros habitantes da cidade. Além disso, Caldeira (2000, p. 258) explica que os enclaves fortificados “são propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade”.

Caldeira (2000) acredita que os enclaves fortificados são responsáveis por alterar as relações sociais e, conseqüentemente, o espaço urbano, tornando-o cada vez mais distante do sentido público devido à imposição de práticas privativas que estimulam a segregação socioespacial.

O fenômeno da segregação socioespacial é analisado por diversos autores, destacando-se Villaça (2001), Caldeira (2000), Corrêa (2001), Harvey (2004), Rodrigues (1988), Maricato (2002) e Souza (2008). Apesar das particularidades conceituais de cada autor, é possível afirmar, de maneira geral, que a segregação socioespacial representa um processo de divisão e apropriação do espaço de acordo com o poder aquisitivo da população, tendo como resultado a concentração de indivíduos em determinadas áreas de acordo com a sua classe social.

A segregação socioespacial, entretanto, não apresenta a sua gênese com a formação inicial dos enclaves fortificados. Vale destacar que a divisão das classes sociais no espaço urbano é um fenômeno antigo que foi se moldando de acordo com a evolução e o crescimento das cidades.

Caldeira (2000) realizou uma análise sobre a evolução do processo de segregação socioespacial na cidade de São Paulo. Porém, a reflexão da autora pode ser utilizada como respaldo para a compreensão da segregação em outros municípios, como o de Sorocaba.

De acordo com a autora, a segregação socioespacial na cidade de São Paulo pode ser dividida em três fases. A primeira é definida como uma segregação que se dava pela diferença do tipo de moradia em um espaço urbano pautado na concentração de diferentes grupos sociais numa mesma área, tendo como recorte temporal o período que vai do final do século XIX até os anos de 1940.

A segunda fase, muito presente entre as décadas de 1940 e 1980, é explicada pela relação centro-periferia, ou seja, pela segregação socioespacial imposta pela diferenciação do local de moradia da elite financeira e dos pobres. O centro da cidade, dotado de infraestrutura e serviços, era destinado à classe média e alta, já a periferia, para a população mais pobre.

E a terceira fase, que se encontra em implantação desde a década de 1980, consiste na quase superação da relação centro-periferia e pela ocupação de espaços próximos por grupos sociais diferentes. Mas segundo Caldeira (2000, p. 211), a segregação ainda persiste, pois “estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de ‘enclaves fortificados’”.

A cidade de Sorocaba apresenta similaridade com São Paulo no que diz respeito ao processo de evolução urbana e segregação socioespacial, diferenciando principalmente o período da ascensão e declínio dos modelos de desenvolvimento urbano.

As fases expostas pela autora apresentam outras datas de consolidação e manutenção na cidade de Sorocaba. A primeira fase, marcada pela concentração de diferentes classes sociais num mesmo espaço, iniciou-se também em Sorocaba no final do século XIX, porém, manteve-se até a década de 1960.

A segunda fase, fundamentada pela relação centro-periferia, ascendeu-se em Sorocaba na década de 1970, com o início do processo de favelização, permanecendo até a década de 1990. Já a terceira fase, marcada pela aproximação espacial, mas pelo afastamento por muros e câmeras, iniciou-se em Sorocaba na década de 1980. Contudo, é a partir do final dos anos 1990 que se assiste a um verdadeiro *boom* dos enclaves fortificados na cidade.

A gênese e o avanço dos condomínios fechados em Sorocaba foram analisados por Sposito (2002). A autora demonstrou que os condomínios horizontais em Sorocaba tiveram início em 1981 e possuíam como característica principal a proximidade com as vias de acesso a rodovias e *shopping centers*. A região que mais apresentava os condomínios inicialmente era a sul da cidade, que condiz até hoje com os melhores indicadores socioeconômicos, em direção à zona Leste, mais precisamente no entorno da Rodovia Raposo Tavares (SP-270).

A pesquisa de Sposito (2002) revelou que a cidade de Sorocaba apresentava a quantia de dezenove condomínios horizontais em seu território entre os anos de 1981 e 2000.

Atualmente, os condomínios fechados se disseminam pela cidade de Sorocaba. Segundo a reportagem do site Viva o Condomínio, publicada no dia 18 de julho de 2013, os condomínios fechados “[...] hoje estão presentes em todas as regiões da cidade e atendem todas as classes sociais, e, segundo nossos levantamentos, entre 25% e 30% da população de Sorocaba hoje está nesta realidade”.

Vale ressaltar que a reportagem considera para o cálculo os condomínios horizontais e os verticais. O processo de verticalização, em crescimento desde a década de 1990 em Sorocaba, contribui para a compreensão da elevada proporção de pessoas morando em condomínios na cidade.

As formas de moradia no espaço urbano se apresentam por diferentes termos, é possível se deparar com denominações como condomínio fechado, loteamento fechado, condomínio horizontal e condomínio vertical.

A diferença principal entre condomínios fechados e loteamentos fechados é que, no primeiro, toda a área é privativa, já o segundo depende da concessão municipal. Em Sorocaba, foi promulgada em 1993 a Lei nº 4438, que “Dispõe sobre a instituição de loteamentos fechados e dá outras providências”.

De acordo a lei municipal, em seu Art. 3º:

O loteamento somente poderá ser fechado a critério da Secretaria de Edificações e Urbanismo da Prefeitura Municipal, sendo vedado o fechamento do loteamento que impedir ou tornar difícil o acesso a outros loteamentos ou bairros adjacentes.

Seguindo a normativa estabelecida pela Lei nº 4438, a cidade de Sorocaba contava em 2015 com 106 loteamentos fechados. Já com relação aos conjuntos residenciais, que segundo a Lei nº 1417/66 consiste em “um grupo de residências em torno de um centro que polariza a vida social de, aproximadamente, duzentas famílias”, a cidade contabiliza 2008 imóveis cadastrados, contabilizando 48.981 unidades residenciais. (SECRETARIA DA FAZENDA DE SOROCABA, 2017)

Os dados mais recentes revelam que em Sorocaba existe um novo modelo de *habitat* urbano. Na cidade em que o poder público se utiliza da violência para imposição da militarização urbana e do estado de exceção, a venda dos condomínios fechados, ou similares, pelos empreendedores imobiliários funciona como ilusão de se viver em segurança.

Sabe-se que inicialmente os condomínios em Sorocaba se destinavam quase que exclusivamente a classe de melhor poder aquisitivo. Contudo, com a ascensão da militarização urbana se percebe a atuação do mercado imobiliário em destinar condomínios específicos para outras classes sociais. Assim, muitos condomínios são lançados tendo como público alvo a classe média, seguindo o mesmo conceito de segurança, mas com um padrão de construção e de serviços inferiores.

A construção de condomínios fechados para classes de menor rendimento é responsável por alterar a estrutura urbana da cidade de Sorocaba, até mesmo de bairros majoritariamente habitados por pessoas de renda média.

A zona Norte de Sorocaba, marcada por condições socioeconômicas precárias, passa nos últimos anos por um ritmo acelerado de crescimento de condomínios horizontais e verticais, especialmente nas proximidades da avenida Ipanema em direção à cidade de Porto Feliz.

A elevada presença de condomínios da zona Norte de Sorocaba possibilita afirmar que o ato de residir em enclaves fortificados não é mais exclusividade do rico. O plano da militarização urbana, respaldado pela necessidade de se habitar áreas com segurança privada, é uma realidade entre diferentes classes sociais em Sorocaba.

A disseminação dos enclaves fortificados em Sorocaba é fomentada pelos ideais da militarização urbana. A busca pela contenção da violência divulgada pelo Estado, meios de comunicação e empresas privadas do ramo de segurança ocasiona a transformação do imaginário da população, que passa a se pautar cada vez mais pelo medo e pela busca por segurança. Contudo, as metodologias mais aceitas para a aquisição da segurança são as de cunho particular.

A transformação do imaginário da população pode ser verificada pela forma de moradia urbana que adquire destaque nas duas últimas décadas em Sorocaba: os condomínios residenciais fechados.

Segundo Caldeira (2000):

Os condomínios fechados são a versão residencial de uma categoria mais ampla de novos empreendimentos urbanos que chamo de enclaves fortificados. Eles estão mudando consideravelmente a maneira como as pessoas das classes média e alta vivem, consomem, trabalham e gastam o seu tempo de lazer. Eles estão mudando o panorama da cidade, seu padrão de segregação socioespacial e o caráter do espaço público e das interações públicas entre as classes. (p. 258)

A análise de Caldeira (2000) permite compreender a interferência dos enclaves fortificados nas relações sociais materializadas nas cidades. As práticas cotidianas se concretizam por meio do esvaziamento do contato com a diferença e pela negação do público.

O recuo do espaço público nas cidades é explicado por Gomes (2002, p. 185), que afirma: “Hoje, no Brasil, a ideia de coisa pública se confunde, em grande medida, com algo de baixa qualidade ou de uso exclusivo das camadas populares, como no caso de hospitais, escolas, parques, centros de lazer, etc”.

O espaço público, por ser associado com a precariedade de qualidade em diversos segmentos, é evitado pela classe social de maior poder aquisitivo. Com relação à busca pela segurança, a estratégia essencial se revela pela negação e não contato com o público, sendo que os condomínios fechados oferecem tal possibilidade para a moradia e os *shopping centers* na efetivação do lazer.

Em diálogos realizados com moradores de condomínios fechados, se destacou a argumentação da descrença na viabilidade da segurança pública e na possibilidade de pagamento de aparatos de segurança privada como única saída para reduzir o risco de sofrer algum tipo de violência no espaço urbano.

A descrença no poder público e na cidadania fica evidente na fala de Darcy, morador de um condomínio situado na zona Oeste de Sorocaba, que afirmou “A segurança pública é ineficaz. Eu não me sinto preparado e nem com forças para exigir do Estado as garantias de segurança coletiva, então eu considero a solução mais viável para quem tem condições financeiras é a aquisição de casas em condomínios”.

O entrevistado finaliza seus argumentos esclarecendo que “Eu sei que o condomínio não resolve o problema da violência pública, mas é responsável por dificultar a incidência de crimes no meu local de moradia”.

O discurso do entrevistado demonstra a forma de pensar e agir de muitos moradores das cidades brasileiras. O consumo é considerado pelos habitantes dos enclaves fortificados como a solução para os problemas urbanos.

Santos (2012) faz uma análise que associa o consumo ao ópio da sociedade contemporânea, para ele:

Com a criação de novos objetos oferece novas opções às classes médias, estas novamente aparecem como um exemplo a seguir, mas na verdade um exemplo impossível. É dessa forma que o consumo prossegue o seu trabalho ideológico, uma mitologia entranhada nas coisas, um ópio social mais eficaz que as religiões foram no passado, já que se alimenta das práticas individuais e coletivas experimentadas no próprio processo da vida: o trabalho, a casa, a educação, o lazer. (p. 53)

O consumo é transferido para a esfera da segurança para garantir que os direitos individuais se consolidem, porém, o que se estabelece na prática é o aumento da violência pelo afastamento da convivência comunitária.

A concepção de Santos (2012), ao relacionar o consumo como importante agente ideológico, pode ser verificado na opção de os moradores não lutarem pelos direitos sociais coletivos com relação à segurança, mas exclusivamente pelos benefícios privados. O próprio Santos (2012) descreve sobre a substituição do cidadão pelo consumidor na sociedade contemporânea regulada pela perspectiva neoliberal.

A relação entre consumo e segurança é fetichizada pelos empreendedores imobiliários que vendem a possibilidade de morar em áreas ditas seguras e solidárias, oferecendo os cada vez mais onipresentes enclaves fortificados.

Os fragmentos urbanos fortificados, que tentam se distinguir do restante violento da cidade, podem ser compreendidos por meio da visão de Bauman (2003) sobre a comunidade.

Segundo o autor, o conceito de comunidade pode ser dividido em “comunidade imaginada” e “comunidade realmente existente”.

A primeira apresenta um caráter utópico, já que é almejada por todos que querem viver em meio a um ambiente solidário e harmonioso. Já a segunda seria a caricatura da comunidade imaginada, podendo afirmar ser a existente na sociedade.

A “comunidade realmente existente”, se nos achássemos a seu alcance, exigiria rigorosa obediência em troca dos serviços que presta ou promete prestar. Você quer segurança? Abra mão de sua liberdade, ou pelo menos de boa parte dela. Você quer poder confiar? Não confie em ninguém de fora da comunidade. Você quer entendimento mútuo? Não fale com estranhos, nem fale línguas estrangeiras. Você quer essa sensação aconchegante de lar? Ponha alarmes em sua porta e câmeras de tevê no acesso. Você quer proteção? Não acolha estranhos e abstenha-se de agir de modo esquisito ou de ter pensamentos bizarros. Você quer aconchego? Não chegue perto da janela, e jamais a abra. (BAUMAN, 2003, p. 9 – 10)

A busca pela “comunidade imaginada”, fomentada pelo Estado e setor privado, é concretizada na forma da “comunidade realmente existente” nas cidades brasileiras. Os ideais de harmonia são relegados no cotidiano das cidades que passam a enaltecer a opressão, a perda da liberdade e o afastamento do outro.

Bauman (2003) demonstra a dicotomia existente entre segurança e liberdade, apontando para a interdependência e anulação entre elas. Isto porque a conquista da segurança na cidade contemporânea exige o sacrifício da liberdade e, por outro lado, a liberdade só é ampliada com o aumento da sensação de segurança.

O novo paradigma existente no espaço urbano, estimulado pelos ideais do novo urbanismo militar, contribui para a formação das comunidades fechadas, que são materializadas pelos enclaves fortificados.

Para Bauman (2003), os condomínios fechados não constituem de fato uma comunidade:

O mesmo pode ser dito dos bem-sucedidos em secessão dos dias de hoje. As “comunidades cercadas” pesadamente guardadas e eletronicamente controladas que eles compram no momento em que têm dinheiro ou crédito suficiente para manter distância da “confusa intimidade” da vida comum da cidade são “comunidades” só no nome. O que seus moradores estão dispostos a comprar ao preço de um braço ou uma perna é o direito de manter-se à distância e viver livre dos intrusos. “Intrusos” são todas as outras pessoas, culpadas de ter suas próprias agendas e viver suas vidas do modo como querem. A proximidade de outras agendas e de modos de vida

alternativos solapa o conforto de “acabar rapidamente e começar do começo”, e por isso os “intrusos” são objetos de ressentimento porque visíveis e embaraçosos. (BAUMAN, 2003, p. 52)

Bauman (2003) afirma que as comunidades cercadas se distanciam da comunidade de fato, pois a unidade que as formam é pautada no isolamento, isto é, na secessão dos indesejáveis, que são materializados nas cidades pelos pobres e favelados. Portanto, a comunidade pacífica e solidária oferecida pelos empreendedores imobiliários apresenta um sentido oposto na prática.

A fábula vendida pelos empreendedores imobiliários de se viver com segurança e harmonia só é alcançada com o avanço das arquiteturas anti-indesejáveis, como os alarmes, as grades, as câmeras de monitoramento. Ou seja, a fábula se transforma numa realidade norteadas pelo medo, conseqüentemente, impõe-se a segregação socioespacial e a perda do direito à cidade, concretizada pelo cerceamento da liberdade tanto dos que vivem nos condomínios, quanto dos que estão fora de seus muros.

De acordo com Carneiro (2013):

Outra consequência decorrente da cultura do medo e insegurança é promover o isolamento das pessoas, evitando que se organizem e participem das decisões (políticas). A urbanização militarista tem por finalidade a ruptura das articulações e da convivência social (outra forma sutil de violência simbólica), exacerbando, dessa maneira, o individualismo. (p. 147)

A análise de Carneiro (2013) revela que o medo, muito utilizado atualmente pelos empreendedores imobiliários para a reprodução do capital, origina o decréscimo da participação política dos habitantes da cidade. A presença de estratégias oriundas da militarização urbana dificulta o contato entre os habitantes nas cidades.

O isolamento das atividades cotidianas segundo as classes sociais, como o habitar e o lazer, gera a ascensão do que Gomes (2002) define como “ilhas utópicas”. Para o autor “os condomínios exclusivos são vendidos como cidades dentro da cidade” (p. 186).

O morador do condomínio fechado busca contemplar suas atividades cotidianas no interior dos muros, isso porque alguns condomínios residenciais disponibilizam em seu interior serviços como escolas, supermercados e áreas de lazer, como demonstra Gomes (2002):

Nesses condomínios, procura-se reproduzir todos os equipamentos urbanos possíveis. Eles funcionam simultaneamente como moradia e clubes; possuem às vezes minimercados, transportes coletivos para os condôminos e contam mesmo eventualmente, até com escolas. Os limites com o mundo externo são muito bem demarcados, e o controle e a vigilância são elementos fundamentais em seu funcionamento. (p. 186)

A existência de vários serviços intramuros é comumente utilizada pelo *marketing* para a venda dos imóveis situados nos condomínios fechados. A grande vantagem divulgada pelos empreendedores imobiliários é a possibilidade de se viver no interior do condomínio. Fato que confirma a análise de Gomes (2002) sobre a venda de cidades dentro da cidade.

Em Sorocaba os condomínios residenciais contam especialmente com os dispositivos típicos de clubes de lazer, como piscinas, quadras de tênis, quadras e campos de futebol e academias de ginástica. Porém, a presença de escolas e mercados ainda não é uma realidade, deve-se destacar, no entanto, o condomínio Granja Olga que conta com um *shopping* ao lado de sua portaria, mas para o lado de fora dos muros.

O não contato com os demais habitantes do espaço urbano, possibilitado pela vida no condomínio, amplia o processo de “emuralhamento da vida social”, que segundo Gomes (2002), fundamenta-se pelo encolhimento da sociabilidade no espaço urbano, resultando no recuo da cidadania e do espaço público.

De acordo com Gomes (2002):

Um dos sintomas mais flagrantes desse mundo fechado e egocêntrico foi difundido pela moda do *walkman*, verdadeiro símbolo da recusa de estabelecer contatos, ou ainda, símbolo de uma demonstração inequívoca da vontade de permanecer distante nas situações de contato do dia-a-dia. (p. 182-183)

A moda de se evitar o contato com a diferença continua em ascensão nas cidades, sobretudo, com o novo urbanismo militar. Contudo, não é mais o *walkman* o símbolo do isolamento nas cidades. Atualmente, os fones de ouvidos conectados aos *smartphones* cumprem o que outrora foi feito pelo *walkman*.

Gomes (2002) também menciona o potencial das entregas à domicílio para o objetivo de se reduzir o contato no dia a dia. Para o autor, tal serviço possibilita que “o mundo chega até nós sem que precisemos sair de casa” (p. 183).

As cidades embasadas pelo novo urbanismo militar, além das estratégias mencionadas por Gomes (2002), encontram nos enclaves fortificados outras possibilidades para ampliar o isolamento e o afastamento do indesejável.

O morador do condomínio é avesso aos espaços públicos, assim, decide criar condições para não ser necessário à sua utilização. Gomes (2002) explica que o processo de negação do espaço público pela elite financeira é acompanhado da ampliação da ocupação dos espaços públicos pelos pobres. Logo, a não aceitação do uso público entra em um ciclo vicioso pelos ricos, visto que quanto mais a elite financeira abdica do público, mais os pobres se apropriam deste espaço.

A partir do momento em que o uso público se destina quase que exclusivamente ao pobre, é comum o poder público romper ou diminuir os investimentos nesses locais. Assim, torna-se comum se deparar com parques urbanos e praças abandonados, sem a presença de condições básicas para a sua ocupação. Gomes (2002) acredita que é assim que os espaços públicos se transformam em espetáculo da pobreza, caracterizado pela mendicância, prostituição, uso de drogas e também pelo comércio ambulante.

Até mesmo os espaços de uso comum no interior dos condomínios fechados não são amplamente aceitos pelos seus moradores. A existência dos clubes dotados de piscinas, quadras esportivas e churrasqueiras em áreas comuns do condomínio são esquivadas por serem consideradas de todos. O contato com alguns moradores de condomínios fechados possibilitou compreender a exacerbação do privado, um deles durante um diálogo declarou: “Eu prefiro ter piscina e churrasqueira na minha casa, assim eu não preciso ficar exposto aos outros moradores do condomínio”.

A fala do morador do condomínio revela que a auto segregação ganha novos adeptos com a imposição da militarização da questão urbana, mas de acordo com Souza (2008):

A auto-segregação é uma solução escapista. Representa uma fuga e não um enfrentamento, muito menos um enfrentamento construtivo. Como tal, não passa de uma pseudo-solução. Se, de uma parte, os “condomínios exclusivos” prometem solucionar os problemas de segurança de indivíduos e famílias de classe média ou da elite, de outra parte deixam intactas as causas da violência e da insegurança que os nutrem. Pior: no longo prazo, colaboram para deteriorar a qualidade de vida, a civilidade e as condições de exercício da própria cidadania na cidade, sob determinados aspectos. (p. 73)

A reflexão de Souza (2008) sobre a auto segregação revela que o residir em condomínios consiste em uma solução paliativa e particular, visto que não se enfrenta os reais motivos para a existência e materialização da violência.

Poucos indivíduos conseguem ultrapassar o que se encontra oculto com a construção dos condomínios fechados. Para Melgaço (2010), os condomínios são verdadeiras prisões, sendo que a diferença de função entre eles é meramente a da direção. Enquanto o condomínio é criado para impedir a entrada dos de fora para dentro, a prisão é estabelecida para evitar a saída dos de dentro para fora.

O ato de morar em condomínios revela uma preocupação com o indivíduo e não com a sociedade como um todo. O avanço do egoísmo nega a cidade como local da reprodução da vida e do contato com os diferentes, ampliando a segregação socioespacial tão presente na cidade capitalista.

Para Lefebvre (2001):

[...] a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na Cidade (p. 22).

O cotidiano nas cidades, para Lefebvre (2001), fundamenta-se pelo encontro da diferença. Porém, o isolamento possibilitado pelos enclaves fortificados gera a negação da cidade devido ao esvaziamento das relações sociais.

Os condomínios fechados estimulam o processo de privatização do espaço público. Para Melgaço (2010), a presença dos condomínios fechados promove uma injustiça espacial caracterizada pelo uso diferencial do espaço urbano. A fundamentação do autor para tal conceito é explicitada pelo fato de que moradores dos condomínios possuem a oportunidade de utilizar as demais áreas da cidade, contudo, os habitantes exteriores aos condomínios não podem acessar o espaço intramuros.

Alsayyad e Roy (2009) realizam um estudo que busca estabelecer pontos comuns entre a cidade medieval e a cidade contemporânea, dotada de enclaves fortificados. Os principais temas abordados para a associação das cidades de períodos distintos consistem na cidadania (ou ausência dela) e na dominação territorial.

Alsayyad e Roy (2009) conceituam os enclaves como:

Esses espaços são não apenas murados e cercados, mas estão também ligados a outros espaços de exclusão, tais como megaprojetos urbanos e desenvolvimentos dos hábitos de lazer. É essa combinação de espaços urbanos de sedução e segurança que Graham e Marvin chamam de urbanismo de estilhaços: redes de segregação espacial mantidas por meio de infra-estruturas especiais que são quase literalmente "segregadas" do ambiente urbano circundante. (p. 108)

Os condomínios se interligam a outros modelos de exclusão impondo ao espaço urbano novas possibilidades de se estabelecer a segregação socioespacial. É possível relacionar a interligação dos projetos de exclusão com o estabelecimento do estado de exceção.

Pode-se afirmar que os enclaves fortificados são produto e condição dos interesses do capital que se dão pela sobreposição do valor de troca ao valor de uso da terra. Quem lucra é o mercado imobiliário, já as relações sociais entram em declínio devido à realidade de isolamento inerente aos enclaves fortificados. A crença na aquisição da segurança ilude a sociedade, reduzindo as relações entre as pessoas e diminuindo o uso coletivo do espaço.

A implantação da militarização urbana corresponde ao esgotamento da cidade. Os ideais de solidariedade são relegados e, em contrapartida, as práticas repressivas se ascendem com a justificativa de conter a violência urbana.

De acordo com Oliveira (2003b):

Na tentativa de conter a avalanche, a policialização da sociedade, a segurança elevada ao valor maior, o pedido de transformar as Forças Armadas em polícia urbana, uma guerra civil mal disfarçada. A morte da *pólis* é a morte da política e a negação da negação: todo espaço público deve ser privatizado, deve estar sob o olhar panóptico, porque o perigo é o público. (p. 13)

A negação faz com que o espaço público se torne sucateado e cada vez mais associado ao perigo. Logo, permite-se que o setor privado se aproprie e conquiste lucros de todos os segmentos, que outrora eram comandados exclusivamente pelo Estado. Na lógica da privatização do espaço, excluem-se os pobres e se acentua a desigualdade socioespacial nas cidades.

Foi verificado que as principais normas e ações promovidas ou acatadas pelo poder público de Sorocaba entre 1997 e 2016 se aproximam da violação dos direitos humanos. Como consequência, concretizam-se no espaço objetos e práticas oriundas de relações mediadas pelo medo e pela contenção superficial da violência.

As táticas da militarização urbana, apesar de estarem apresentadas no texto de forma fragmentada, possuem inter-relações que culminam na produção do espaço urbano moldado pelo medo, pela violência e pela atuação dos setores responsáveis pela incorporação da segurança, tanto pública quanto privada.

A interdependência das estratégias da militarização se encontra, em alguns casos, tão oculta no espaço urbano que dificulta a compreensão de que a imposição de uma incide no estímulo a outra, e assim sucessivamente.

Nas cidades reguladas pelo estado de exceção, se impera a apatia social, que é diariamente alimentada pela atuação da mídia em conjunto com o planejamento urbano militarizado. Ambos necessitam transformar o imaginário da sociedade a respeito da condição de vida nas cidades, enfatizando comumente o perigo de se morar em espaços violentos.

Os modelos propostos pelo Estado em Sorocaba para o enfrentamento da violência estão ocasionando mudanças do plano simbólico, nas relações sociais e na materialização do espaço urbano.

Caminha-se cada vez mais para a negação da cidade e para a valorização do ódio, do desrespeito e da exclusão. Em Sorocaba, os valores de solidariedade vêm sendo minimizado, em contrapartida, as práticas repressivas e coercitivas estão avançando. Assim, o estado de exceção deixa de ser uma ressalva e se estabelece como paradigma de governo na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O histórico de formação e desenvolvimento da cidade de Sorocaba é caracterizado por desigualdades sociais, econômicas, ambientais e culturais. O espaço urbano sorocabano de hoje é resultado das relações sociais e de produção que se materializaram em diferentes temporalidades na cidade.

Optou-se na tese por adotar a questão da violência urbana como tema central para procurar compreender as transformações no espaço urbano que são compatíveis com a ascensão da exclusão e da desigualdade em Sorocaba. A escolha não ponderou, porém, que a violência é a totalidade para se explicar as características estruturais e sociais existentes em Sorocaba.

Decidiu-se avaliar a influência da violência para a reprodução do espaço urbano, no período entre 1997 e 2016, por considerar que os crimes materializados na cidade são utilizados cada vez mais como justificativa para o Estado impor novas normas e leis que se voltam para a contenção da violência, mas que ocultamente na prática ocasionam a violação de direitos da população.

Acredita-se, com base nos ensinamentos de Benjamin (1986), que a instituição do direito e a sua manutenção é alcançada mediante ao uso da violência. Para o autor, diferentes instituições do Estado apresentam o poder instituinte e o poder mantenedor do direito, como é o caso da polícia que por “questões de segurança” possui o poder de baixar decretos e atuar em casos em que não existe um ordenamento jurídico.

Além do Estado se utilizar da violência para instituir ou manter o seu poder, a violência urbana vem sendo utilizada pelo poder público para legitimar a adoção de novas táticas e leis que podem conferir até mesmo a suspensão dos direitos, o que fomenta a formação do estado de exceção. É possível, neste caso, refletir que o estado de direito e o estado de exceção se encontram, muitas vezes, justapostos em um espaço marcado pela zona de anomia.

O poder público de Sorocaba em parceria com o setor privado, sobretudo no recorte temporal de 1997 a 2016, utiliza da violência para elaborar sua estratégia para a imposição do planejamento norteador pela militarização da questão urbana. O modelo se pauta, basicamente, na gestão da pobreza por meio do uso de aparatos de controle social voltados aos moradores da periferia, por considerar tais habitantes perigosos, criminosos ou suspeitos.

A violência é responsável por assolar duplamente os habitantes das periferias pobres em Sorocaba. Primeiramente, pela presença rotineira de crimes, especialmente os contra a pessoa, materializados nos bairros habitados pela população pobre. Posteriormente, pela ação dos agentes repressivos do Estado e do próprio modelo de planejamento urbano que impõem estratégias que se aproximam do cenário de guerra e por legislações que extorquem as garantias básicas de qualquer cidadão. Aliás, o simples fato de ser morador de periferias pobres em Sorocaba resulta na retirada de seus direitos, logo, resta ao pobre se contentar com a sua vida nua justificada pelo seu caráter matável.

As normas, leis e atuações dos agentes repressivos do Estado destinadas à periferia, porém, não são vistas, de maneira geral, como práticas violentas. A violência no imaginário urbano se fundamenta apenas pelos crimes, especialmente por aqueles cometidos pela classe de baixo poder aquisitivo.

A prática de criminalização de uma classe social específica, a mais pobre, ocasiona a reprodução do espaço urbano moldada crescentemente aos interesses militares. A militarização urbana adotada em Sorocaba origina, simultaneamente, a desigualdade e a exclusão. As práticas e normas criadas em prol da segurança em nenhum momento se direcionam para a amenização das desigualdades sociais, muito pelo contrário, apenas definem as áreas e as funções em que a população de menor poder aquisitivo pode se apropriar e se reproduzir no espaço urbano.

A seletividade de apropriação do espaço urbano em Sorocaba acentua a fragmentação urbana e a segregação socioespacial no município. A troca de bens e serviços pelos fragmentos urbanos se articulam de forma heterogênea por meio de diferenças de natureza e intensidade (CORRÊA, 2001).

Contudo, a articulação entre os fragmentos urbanos não pode ser continuamente negada. De forma geral, o intercâmbio entre pessoas de classes sociais distintas na cidade moldada pelo novo urbanismo militar é evitado, mas, quando não se pode evitar, permite-se a sua realização sob diversos olhares, humanos e artificiais, que reforçam continuamente ao intruso que aquele fragmento não é o seu lugar.

O modelo coercitivo, imposto pela militarização urbana, pouco vem contribuindo para a redução da violência urbana. Muito pelo contrário, as cidades que adotam práticas coercitivas se deparam comumente com vários tipos de violência, que transcendem os crimes, em seu espaço.

Enquanto a segurança pública for tratada como controle dos pobres, a violência tende a se ampliar e perpetuar no espaço urbano regulado pelo estado de exceção. A militarização da questão urbana resulta na formação de espaços urbanos amplamente segregados, que impedem o contato entre a diferença e que, conseqüentemente, estimulam o preconceito entre seus habitantes. Formam-se, então, pessoas mais preocupadas em rotular uma parcela da população do que investir no desenvolvimento da cidadania entre seus habitantes.

O estabelecimento de focos de violência hospedados pelos vilões da sociedade moderna circunscritos em uma determinada áreas se caracteriza como uma estratégia amplamente aceita face a um planejamento urbano que acredita na vantagem de isolar ainda mais o pobre para garantir a atenuação da violência.

O pobre é visto, segundo Graham (2016), como o “outro selvagem urbano” nas cidades que incorporam o novo urbanismo militar. Em Sorocaba, o “outro selvagem e urbano” se encontra nas periferias pobres, como os bairros do Habiteto, Laranjeiras, Parque São Bento e tantos outros locais que vivem à luz do esquecimento dos investimentos em infraestrutura e da perene lembrança de abusos por parte dos agentes repressores do Estado.

No novo urbanismo militar, a gestão da pobreza se sustenta pela gestão da violência. O paradigma estabelecido com o novo modelo é o da existência constante de crimes que exigem a criação de novas leis e ações, isto porque a legislação já sancionada não surtiu o efeito desejável de segurança nas cidades.

A exceção transformada em paradigma de governo por meio da imposição do novo urbanismo militar culmina na transformação simbólica das relações sociais desenvolvidas nas cidades. Ascende-se o discurso e a preocupação com a violência, que juntamente com outros segmentos como os interesses mercadológicos e as relações de produção, configuram-se como estimuladores de estratégias para as mudanças na reprodução do espaço urbano.

Foi analisado que, principalmente a partir do final da década de 1990, o poder público municipal de Sorocaba passou a incorporar políticas e ações excepcionais que normatizaram o controle da violência mediante a estratégias da militarização urbana.

A estratégia básica consistiu em atribuir aos pobres a culpa por quase todos os problemas relacionados à violência urbana. A partir do estigma em associar o pobre aos criminosos, tornou-se viável a implantação de leis que solapam as garantias básicas dos moradores das periferias, ampliando-se o estado de exceção em Sorocaba.

Foi visto que a militarização da questão urbana, porém, não se direciona exclusivamente aos pobres em Sorocaba. O que se difere são as táticas da militarização

destinadas às diferentes classes sociais que se apropriam do espaço urbano sorocabano. Enquanto o pobre vivencia a militarização por meio de táticas de abusos e controle social, o rico também se insere no modelo, mas de outra forma: pelo consumo.

A elite financeira acredita ser inevitável a necessidade de comprar serviços para a aquisição de sua segurança, logo estimula a reprodução do capital dos setores privados que oferecem um leque de possibilidades para se consumir a segurança.

Em Sorocaba, as estratégias de contenção da violência adquirem o sentido inverso do que é divulgado pelo poder público e pelo setor privado, isto porque o resultado elementar das políticas criadas a partir de 1997 coincidem com o avanço da segregação socioespacial, da especulação imobiliária e da criminalização quase exclusiva de uma classe social. Ou seja, a violência urbana continua a existir e se ampliar em Sorocaba, não apenas pela existência dos crimes contra a pessoa e o patrimônio, mas principalmente pela violação de direitos dos cidadãos oriundos da ascensão da injustiça social.

Para finalizar, é possível afirmar que, no novo urbanismo militar em curso na cidade de Sorocaba, a violência urbana vem sendo utilizada como elemento básico para a reprodução do espaço sob três pilares de interesses: pela lógica do lucro obtida pelo setor imobiliário e por empresas do ramo de segurança privada; pela estratégia de planejamento do Estado que permite a imposição do estado de exceção; e pela apatia social gerada pelo medo potencial inerente ao imaginário da população que garante os interesses do setor privado e do Estado.

A reflexão sobre a relação entre planejamento e violência urbana possibilitou ampliar a compreensão sobre os interesses que permeiam as relações que resultam na reprodução do espaço urbano de Sorocaba. Pode-se, então, relatar que a militarização urbana se apresenta como um modelo que oportuniza ainda mais privilégios para o Estado em parceria com o setor privado e, em contrapartida, suspende os direitos básicos do cidadão, sobretudo o da classe social de baixo poder aquisitivo. O que existe em curso é a sobreposição dos interesses do capital ao social, reproduzindo um espaço em que a exceção se transformou em regra, ou seja, o estado de exceção se transformou em paradigma de governo.

REFERÊNCIAS

ACAYABA, C. Nove foram mortos por policiais por dia em 2015 no Brasil, diz estudo. Site G1. São Paulo. 28 de out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/10/nove-foram-mortos-por-policiais-por-dia-em-2015-no-brasil-diz-estudo.html>. Acesso dia 15 de dezembro de 2016.

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007

_____. “Deus não morreu. Ele tornou-se dinheiro”. Entrevistada concedida a Peppe Salvà e publicada por Ragusa Nwws, 16 de ago. 2012. Tradução de Selvino J. Assmann. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/08/31/deus-nao-morreu-ele-tornou-se-dinheiro-entrevista-com-giorgio-agamben/>.

AGÊNCIA SOROCABA DE NOTÍCIAS. **Vila Colorau I terá primeiras famílias com posse definitiva de imóveis**. Site da Prefeitura de Sorocaba. 01 de jun. 2015. Disponível em: <http://agencia.sorocaba.sp.gov.br/vila-colorau-i-tera-primeiras-familias-com-posse-definitiva-de-imoveis/>. Acesso dia 15/03/2017.

AJONAS, A. de C. da. S. **Metropolização do espaço: Itu, Salto e Sorocaba-SP**. 330 f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2015.

ALSAYYAD, N; ROY, A. Modernidade medieval: cidadania e urbanismo na era global. **Novos Estudos Cebrap**. N. 85. São Paulo, 2009. pp. 105-128.

ALVES, M. H.; EVANSON, P. **Vivendo no fogo cruzado: moradores de favela, traficantes e violência policial no Rio de Janeiro**. Tradução: Fernando Moura. 1. Ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ARAÚJO, F. A. **Das “técnicas” de fazer desaparecer corpos: desaparecimentos, violência, sofrimento e política**. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2014.

ARENDT, H. **Da violência**. Tradução: Maria Cláudio Drummond. Publicação da Editora, 1985.

ASSMANN, S; BAZZANELLA, S. “A máquina/dispositivo política: a biopolítica, o estado de exceção, a vida nua”. In: LONGUI, Armino (org.). **Filosofia, política e transformação**. São Paulo: LiberArs, 2012.

BADDINI, C. M. **Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

BAIERL, L. **Medo social: da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo -SP: Editora Cortez, 2004.

BARRETO, I. J. **A verticalização e o bairro: o caso do Parque Campolim – Sorocaba, SP, período de 1990 a 2004**. 166 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Maringá, 2007.

BATISTA, V. M. Estado de polícia. In: **Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para a sua superação**. KUCINSKI, B. [et al.]. São Paulo: Boitempo, 2015. pp. 91-96.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BENJAMIN, W. **Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos**. Tradução: Celeste H. M. Ribeiro de Sousa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1986.

_____. Paris, capital do século XIX. In: **Sociologia**. Trad. Flávio R. Kothe. São Paulo: Ática, 1985.

BETHELL, L. **História da América Latina: América Latina Colonial**. Volume II. Tradução: Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2004.

BETIM, F. **Morte de menino de 10 anos questiona atuação da polícia do Rio**. Jornal El País. 03 abr. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/03/politica/1428077169_424197.html. Acesso dia 15 de outubro de 2015.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. **De volta a cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. Coordenado por Catherine Bidou-Zachariesen com a colaboração de Daniel Hiernaux-Nicolas e Hélène Rivère d’Arc – São Paulo: Annablume, 2006. 294p.

BONORA, M. **Alvarás são negados por critérios subjetivos**. Jornal Cruzeiro do Sul, 24 de agosto de 2014. Disponível em: <http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/566147/alvaras-sao-negados-por-criterios-subjetivos>. Acesso dia 6 de junho de 2016.

BORJA, Jordi (ed.). **Barcelona: un modelo de transformación urbana**. Quito, Programade Gestión Urbana/Oficina Regional para América Latina y Caribe, 1995.

BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. 292 p.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940**. Código Penal. Presidência da República, 1940.

BRASIL. DEPEN - **Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN**. Ministério da Justiça, Brasil. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de Agosto de 2006.** Institui o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas. Casa Civil, 2006.

BUGANZA, C. P. **Estudo da situação pré-metropolitana de Sorocaba: características e perspectivas.** 149 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2010.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Editora Edusp, 2000.

CAPRIGLIONE, L. Os mecanismos midiáticos que livram a cara dos crimes das polícias militares no Brasil. In: **Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para a sua superação.** KUCINSKI, B. [et al.]. São Paulo: Boitempo, 2015. pp. 55-60.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana.** São Paulo: Contexto, 2001. 368 p.

_____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Contexto, 2004.

CARNEIRO, J. G. V. **A Violência no Espaço Urbano: Uma Crítica Benjaminiana. Estudo de Caso da Cidade de Rio Claro.** 299 f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2013.

_____. Criminalidade no campo: a relação campo/cidade. O estudo de caso do município de Rio Claro. **Anais do I Congresso Brasileiro de Organização do Espaço, PPG Geografia.** UNESP. Rio Claro, 2010. pp. 2640-2659.

CARNEIRO, J. G. V.; CARNEIRO, M. C. V. S. Cidades Fractais: as fronteiras urbanas e suas correlações com a violência urbana. **Revista GeoNorte**, v. 7, p. 1445-1461, 2013.

CARVALHO, R. L. P. de. Aspectos da modernidade em Sorocaba: experiências urbanas e representações 1890 – 1914. **Revista de História**, 151 (2º - 2004), 201-225.

CAVICCHIA, D. de C. O Desenvolvimento da Criança nos Primeiros Anos de Vida. In: **Caderno de formação - Formação de Professores Educação Infantil: Princípios e Fundamentos.** Volume 1. Universidade Estadual Paulista – Pró-Reitoria de Graduação. Universidade Virtual do Estado de São Paulo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. pp. 13-27.

CELLI, A. **Evolução urbana de Sorocaba.** 187 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

CEPAM (Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal). **Sorocaba é a nova Região Metropolitana de São Paulo.** 14 de mai. 2014.

COMITRE, F. **As políticas habitacionais sociais como fomentadoras dos problemas urbanos: o caso do Conjunto Habitacional Ana Paula Eleutério em Sorocaba-SP.** 56 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual Paulista – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2010.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA (CIAM). **Carta de Atenas**, Atenas: 1933.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 302 p.

CORREA., F. M. de. **Transporte urbano – Estudo de caso: Análise das influências do Projeto Sorocaba Total no transporte público urbano da cidade de Sorocaba**. Monografia (TCC). 66 f. Curso de Tecnologia em Logística. Faculdade de Tecnologia de Sorocaba, 2012.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Versão para eBook. Coletivo Periferia. Tradução: terravista.pt, 2003.

CRIMES e esclarecimentos de homicídio aumentam em Sorocaba. Diário de Sorocaba. Sorocaba, 14 de mai. 2016. Disponível em: <http://diariodesorocaba.com.br/noticia/246908>. Acesso dia 12 de jul. 2016.

DINIZ, F. R. A.; OLIVEIRA, A. A. Foucault: do poder disciplinar ao biopoder. Scientia – Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão, v. 2. 2013. pp.143-158.

EMPLASA. Padrões socioespaciais da macrometrópole paulista. DNA do Território, 2016.

ENGELS, F. O papel da violência na história. In: MARX, K.; ENGELS, F. Obras escolhidas. Rio de Janeiro: Editorial Votória, 1963. 3 v.

ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Coleção SÍNTESE. Livraria Martins Fontes. Editorial Presença. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira, 1975.

EVANGELISTA, M. B.. A transcrição em história oral e a insuficiência da entrevista. **Revista Oralidades (USP)**, v. 1, p. 169-185, 2010.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1995.

FERREIRA, M. P; DINI, N. P; FERREIRA, S. P. Espaços e dimensões da pobreza nos municípios do estado de São Paulo. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS**. São Paulo em Perspectiva, v. 20. N.1, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Volume IX. São Paulo, 2015.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramalhete. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FRANCE PRESSE. **Jovem negro morto em ação policial foi atingido pelas costas, aponta laudo.** Site G1 Mundo. 30 de dez. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/12/jovem-negro-morto-em-acao-policial-foi-atingido-pelas-costas-aponta-laudo.html>. Acesso dia 15 de outubro de 2015.

FREY, H. **O processo de ocupação do espaço urbano na cidade de Sorocaba e sua região.** Dissertação (Mestrado). 164 f. Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2010.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal.** 52 ed. Global, São Paulo, 2013.

FUNDAÇÃO SEADE. **Perfil Municipal de Sorocaba, 2014.** Informações dos Municípios Paulistas. São Paulo, 2016.

FUNDAÇÃO SEADE. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS).** São Paulo, 2010.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina.** Tradução: Sergio Faraco. L&PM, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2012.

GALLONETTI, T. **Habiteto é mantido sob ocupação policial.** Jornal Cruzeiro do Sul, 15 de março de 2014. Disponível em: <http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/536667/habiteto-e-mantido-sob-ocupacao-policial>. Acesso dia 18 de abr. 2016.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade.** Rio de Janeiro: 2002.

GRAHAM, S. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar.** Tradução: Alyne Azuma. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUERRA, P. **Mudança da Lei dos Bares fica para terça.** Jornal Bom Dia Sorocaba, 01 de mar. 2013. Disponível em: <http://www.redebomdia.com.br/noticia/detalhe/45314/Mudanca+da+lei+dos+bares+fica+para+terca>. Acesso dia 06 de junho de 2016.

GUIMARÃES, F. **Justiça determina que ruas fechadas sejam reabertas.** Jornal Cruzeiro do Sul, 14 de mar. 2012. Disponível em: <http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/371752/justica-determina-que-ruas-fechadas-sejam-reabertas>. Acesso dia 19 de junho de 2016.

G1 RIO. **Caso Amarildo: juíza condena 12 dos 25 policiais militares acusados.** Site G1 Rio de Janeiro. 01 de fev. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/caso-amarildo-juiza-condena-13-dos-25-policiais-militares-acusados.html>. Acesso dia 25 de fevereiro de 2016.

G1 SOROCABA E JUNDIAÍ. **APÓS onda de violência, policiais da Rota circulam pelas ruas de Sorocaba.** G1 SOROCABA E JUNDIAÍ. 01 de mai. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2014/05/apos-onda-de-violencia-policiais-da-rota-circulam-pelas-ruas-de-sorocaba.html>. Acesso em 18 de abril de 2016.

G1 SOROCABA E JUNDIAÍ. **AUMENTO da violência no Parque São Bento preocupa moradores.** G1 Sorocaba e Jundiaí. 01 de out. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/bairro-ideal/2015/noticia/2015/10/aumento-da-violencia-no-parque-sao-bento-preocupa-moradores.html>. Acesso em 23 de maio DE 2016.

HARVEY, D. **Espaços de esperança.** Tradução por Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 382 p.

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, dez, 2009. pp. 269-274.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades.** Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KARAM, M. L. Violência, militarização e ‘guerra às drogas’. In: **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação.** KUCINSKI, B. [et al.]. São Paulo: Boitempo, 2015. pp. 33 – 38.

KEHL, M. R. Duas chacinas em São Paulo – a mesma polícia, o mesmo governo. In: **Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para a sua superação.** KUCINSKI, B. [et al.]. São Paulo: Boitempo, 2015.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 205 p.

LEFEBVRE, H. **Re-Produção das relações de produção.** Tradução: Antonio Ribeiro e M. Amaral. Publicações Escorpião Porto. 1973.

_____. **O direito à cidade.** Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A cidade do capital.** Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LE GOFF, J. **Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun.** Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LENCIONI, Sandra. Cisão territorial da indústria e integração regional no Estado de São Paulo. In: GONÇALVES, M.F.; BRANDÃO, C.A.; GALVÃO, A.C.F. (org.). **Regiões e cidade, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional.** São Paulo: Ed. UNESP; ANPUR, 2003. p.465-476.

LYNCH, K. **A imagem da cidade.** Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 227 p.

LIRA, P. S. **Instâncias urbanas e violência: uma análise dialética.** 174 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo – Programa de Arquitetura e Urbanismo. Vitória, 2009.

LOBO, M. A. A; GUIMARÃES, L. H. R. Distribuição espacial da criminalidade no centro histórico da cidade de Belém (Pará/Brasil). **Revista Scripta Nova**. Vol. XVII, núm. 456. Universidad de Barcelona. 10 de noviembre de 2013.

LONGO, I. **“Justiceiros”: a antidemocracia travestida de justiça**. Revista Fórum. 14 de mar. 2014. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/digital/138/justiceiros-antidemocracia-travestida-de-justica/>. Acesso dia 20 de fevereiro de 2015.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARISCO, L. M. de O. **A norma e o fato: abordagem analítica da segregação sócio-espaical e exclusão social a partir dos instrumentos urbanísticos**. 241 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2003.

MARQUES, E. **Sorocaba Shopping completa 30 anos de sucesso**. Jornal Cruzeiro do Sul. 20 de mar. 2011. Disponível em: <http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/279468/sorocaba-shopping-completa-30-anos-de-sucesso>. Acesso dia 15 de dez. 2016.

MARTINS, L. M. O significado político do homo sacer na filosofia de Giorgio Agamben. InterScienceOlace – **Revista Científica Internacional**, n. 1, v. 11, jan/mar. 2016. pp. 23-41.

MEIRA, S. I. **Planejamento e Gestão Urbanos em Sorocaba-SP: análise das políticas públicas de habitação popular**. 147 f. Tese (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

MELGAÇO, L. **Securização urbana: da psicoesfera do medo à tecnosfera da segurança**. 274 f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia: Geografia Humana. São Paulo, 2010.

MENDES, A. **DIG esclarece série de mortes no Éden e Cajuru**. Jornal Cruzeiro do Sul. Sorocaba. 19 de dez. 2014. Disponível em: <http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/586084/dig-esclarece-serie-de-mortes-no-eden-e-cajuru>. Acesso dia 15 de março de 2017.

MISSE, M. Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil. **Estudos**, v. 91, 1995a.

_____. Crime e pobreza: velho enfoque, novos problemas. In: Gláucia Villas Boas; Marco Antonio Gonçalves (Org.). **O Brasil na virada do século – o debate dos cientistas sociais**. 1 ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumar, 1995b.

MONTENEGRO, R. **Barbárie sem limites**. Revista Isto é. 14 de mai. 2014. Disponível em: http://istoe.com.br/362158_BARBARIE+SEM+LIMITES/. Acesso dia 15 de outubro de 2015.

MORAES, A. Moradores controlam estacionamento em rua do Campolim. Jornal Cruzeiro do Sul, 05 de julho de 2011. Disponível em: <http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/312060/moradores-controlam-estacionamento-em-rua-do-campolim>. Acesso dia 16 de junho de 2016.

MORAES, A. **Promotor abre inquérito para apurar o fechamento de rua**. Jornal Cruzeiro do Sul, 07 de jul. 2011. Disponível em: <http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/312733/promotor-abre-inquerito-para-apurar-o-fechamento-de-rua>. Acesso dia 16 de junho de 2016.

MOSSÉ, C. **Dicionário da civilização grega**. Tradução Carlos Ramallete e André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, 1948. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm Acesso em: 10 abr. 2013.

NASCIMENTO, J. **Muralha eletrônica funciona há três meses**. Jornal Cruzeiro do Sul, 21 de mai. 2015. Disponível em: <http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/611107/muralha-eletronica-funciona-ha-tres-meses>. Acesso dia 07 de jun. 2016.

O GLOBO. **Morte de Freddie Gray foi homicídio, declara promotora de Baltimore**. Jornal O Globo – Agências Internacionais. 01 de jun. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/morte-de-freddie-gray-foi-homicidio-declara-promotora-de-baltimore-16033487>. Acesso dia 15 de outubro de 2015.

O GLOBO. **Em setembro de 1969, embaixador dos Estados Unidos foi sequestrado no Rio**. Jornal O Globo – Acervo O Globo. 26 de jul. 2013. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/em-setembro-de-1969-embaixador-dos-estados-unidos-foi-sequestrado-no-rio-9195228>. Acesso dia 15 de outubro de 2015.

OLIVEIRA, E. de. **Sorocaba registra 15 assassinatos em 4 dias**. Site: IG Paulista. 30 abr. 2014. Disponível em: http://correio.rac.com.br/_conteudo/2014/04/ig_paulista/172086-sorocaba-registra-14-assassinatos-em-4-dias.html. Acesso dia 02 de fev. 2017.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003a.

_____. O estado e a exceção ou o estado de exceção? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 5, n. 1. Maio, 2003b. pp. 9-14.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. P. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana: Estudos de Antropologia Social**. Vol. 20, n. 1, Rio de Janeiro, 2014.

PECHMAN, R. M. Morte na cidade ou morte da cidade? Quando um traficante ri. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, v. XXII, 2008. pp.123 -131.

PEREIRA, I. Os lírios não nascem da lei. In: **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. KUCINSKI, B. [et al.]. São Paulo: Boitempo, 2015. pp. 39 – 44.

PINSONNEAULT, A; KRAEMER, K. L. Survey research in management information systems: na assesement. **Journal of Management Information System**, 1993.

PONTEL, E. Estado de exceção em Giorgio Agamben. **Revista Opinião Filosófica**. V.03, 2012. pp. 92-105.

QUIABO BABANTE. **Os Bairros de Sorocaba**. Disponível em: <https://quiabobabante.wordpress.com/2010/03/04/os-bairros-de-sorocaba/>. Acesso em 31 de agosto de 2015.

REIS, T. **Taxa de negros mortos pela polícia de SP é 3 vezes a de brancos, diz estudo**. Site G1. 26 de mar. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/taxa-de-negros-mortos-pela-policia-de-sp-e-3-vezes-de-brancos-diz-estudo.html>. Acesso dia 30 de jun. 2016

RODRIGUES, A. M. **Na procura do lugar o encontro da identidade – Um estudo do processo de ocupação de terras: Osasco**. 333 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988.

_____. A cidade como direito. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona**, vol. XI, n. 245, ago. 2007.

ROSA, J. A. **Bares acusam queda de 40% do movimento**. Jornal Cruzeiro do Sul. 22 de fev. 2013. Disponível em: <http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/455804/bares-acusam-queda-de-40-no-movimento>. Acesso dia: 06 de junho de 2016.

ROSTELLATO, C. Câmeras ajudam na segurança pública da cidade. **Agência Sorocaba de Notícias**, Sorocaba, 04 de mar. 2015.

SAFATLE, V. **Debate do lançamento do livro Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros, de Chrstian Dunker**. Mediação de Antonio Martins (Outras Palavras). Publicado em 28 de abril de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WkOpY4CiWY4>. Acesso em 31 de agosto de 2015.

SAMPAIO, R. A. **Da noção de violência urbana à compreensão da violência do processo de urbanização: apontamentos para uma inversão analítica a partir da Geografia Urbana**. 148 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chepecó: Argos, 2003.

SANTANA, C. **Trânsito de Sorocaba tem uma morte a cada cinco dias**. Jornal Cruzeiro do Sul, 09 fev. 2014. Acesso dia 29/11/2016. Disponível em: <http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/530373/transito-de-sorocaba-tem-uma-morte-a-cada-cinco-dias>

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, D. L. T. dos. **Análise de dois destinos arqueoturísticos: o desconhecido Sambaqui da Tarioba e o renomado Machu Picchu**. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo). Universidade Federal Fluminense, 2013.

SANTOS, M. **Técnica Espaço Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. EDUSP, 2007. 176 p.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. EDUSP, 2009.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: EDUSP, 2012.

SILVA, A. **Especialistas apontam soluções para melhorar convivência entre ciclistas e veículos nas estradas de SC**. Jornal Zero Hora, 30 de dez. 2015. Acesso dia 29/11/2016. Disponível: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2015/12/especialistas-apontam-solucoes-para-melhorar-convivencia-entre-ciclistas-e-veiculos-nas-estradas-de-sc-4941014.html>

SILVA, L. A. M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, v. 19, n. 1, jan./jun. 2004.

SILVA, I. V. Entre os ossos do silêncio. In: ANDREATTA, Marise(Org.). **Justiça e Igualdade social** - Antologia de Poesia. São Paulo, SP. Ed. Sucesso, 2015. pp.60-62

Sistema de Informação Sobre Mortalidade (SIM). **Taxa de assassinatos por cor estabelecida pelo IBGE**. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=sorocaba/SP-Assassinatos-de-negros:-Veja-o-numero-e-a-taxa-de-homicidios-da-populacao-que-se-declara-pardo-ou-preto-do-seu-municipio>. Acesso dia 05/02/2017.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

SOROCABA. **LEI Nº 6144, DE 02 DE MAIO DE 2000.** Autoriza O Fechamento Das Vilas E Ruas Sem Saída Residenciais Ao Tráfego De Veículos Estranhos Aos Seus Moradores. Sorocaba, SP. 2000

SOROCABA. **LEI Nº 10.052, DE 25 DE ABRIL DE 2012.** Estabelece Normas Especiais Para O Funcionamento De Bares E Similares, Dispõe Sobre Aplicação De Sanções Administrativas Pela Prática De Desvio De Finalidade Em Atividades Comerciais, Industriais Ou De Prestação De Serviço No Município, E Dá Outras Providências. Sorocaba, SP. 2012.

SOROCABA. **LEI ORDINÁRIA Nº 1.417, DE 30 DE JUNHO DE 1966.** Aprova o Código de Arruamento e Loteamento. Sorocaba, SP. 1966.

SOROCABA. **LEI Nº 4.438, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1993.** Dispõe Sobre Instituição de Loteamentos Fechados e dá outras providências. Sorocaba, SP. 1993.

SOROCABA. **DECRETO Nº 13.410, DE 11 DE ABRIL DE 2002.** Dispõe Sobre Regulamentação Do Uso Do Parque "Carlos Alberto De Souza" E Dá Outras Providências. Sorocaba, SP. 2002.

SOROCABA. **LEI Nº 10.710, DE 8 DE JANEIRO DE 2014.** Autoriza O Fechamento Das Vilas E Ruas Sem Saída Residenciais Ao Tráfego De Veículos Estranhos Aos Seus Moradores. Sorocaba, SP. 2014.

SOROCABA. **LEI Nº 11.022, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014.** Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Físico Territorial do Município de Sorocaba e dá outras providências. Sorocaba, SP. 2014.

SOROCABA. **PLANO DIRETOR DE TRANSPORTE URBANO E MOBILIDADE DE SOROCABA.** Secretaria de Mobilidade, Desenvolvimento Urbano e Obras (SEMOB). Sorocaba, SP. 2013.

SOUZA, A. M. Estado de Exceção. **Revista Espaço Acadêmico (UEM)**, v. 10, 2010. pp. 15-22.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 560 p.

_____. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras.** Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2000.

_____. Apresentação – Cidades e militarização, de “Norte” a “Sul”. In: GRAHAM, S. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar.** São Paulo: Boitempo, 2016.

SOUZA, M. J.; COMPANS, R. Espaços urbanos seguros: a temática da segurança no desenho da cidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 11, 2009. pp. 9-24.

SOUZA, A. **Polícia Militar faz ocupação em bairro de Sorocaba**. Site G1 Sorocaba e Jundiaí, 27 de mar. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2012/03/policia-militar-faz-ocupacao-em-bairro-de-sorocaba-sp.html>. Acesso em 20 de maio de 2016.

SPOSITO, M. E. B. A cidade dentro da cidade. Uma Edge City em São José do Rio Preto. **Scripta Nova. Revista de Geografia y Ciencias Sociales**. Barcelona, v. VII, 2002. pp. 1-15

SPOSITO, M. E. B. Loteamentos Fechados em Cidades Médias Paulistas, Brasil: As Especificidades dos Loteamentos Fechados Em Cidades de Porte Médio. In **Cidades médias: Produção do espaço**/ Eliseu Savério Spósito, Maria Encarnação Beltrão Spósito, Oscar Sobarzo. (orgs.). 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SSP (Secretaria de Segurança Pública). **Dados Estatísticos do Município de Sorocaba**. São Paulo, 2017.

TOMAZELA, J. M. **Execuções fazem taxa de homicídios disparar em Sorocaba**. Jornal Estado de São Paulo. 01 de jun., 2014.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C. B; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75 – 103.

_____. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. **Anais do XIV Encontro Nacional da Anpur**. Rio de Janeiro, maio, 2011.

WACQUANT, L. J. D. Proscritos da cidade: estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa. **Novos Estudos – CEBRAP**, nº 43, nov., 1995. pp. 64-83.

_____. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Instituto Carioca de Criminologia. Tradução de Eliana Aguiar. Editora Revan, 2003.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

DROGAS em condomínio. VIVA O CONDOMÍNIO. 18 de jul. 2013. Disponível em: <http://www.vivaocondominio.com.br/tag/condominios-em-sorocaba>. Acesso dia 24 de abril de 2017.

ZALUAR, A. M. Democracia inacabada: o fracasso da Segurança Pública. **Estudos Avançados (USP. Impresso)**, v. 21, 2007. pp. 31-49.

_____. Oito temas para debate: violência e segurança pública. **Sociologia Problemas e Práticas**. V. 38, 2002. pp. 19-24.

ZIMMERMAN, G. A Região Administrativa de Sorocaba. In: **Cenários e Diagnósticos, A Economia no Brasil e no Mundo**. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Planejamento e Gestão e Fundação SEADE, v. 8, 1992.

APÊNDICE

Opiniões sobre o medo na cidade de Sorocaba

O questionário faz parte da metodologia adotada para contribuir com a elaboração da tese de doutorado de Felipe Comitê, sob a orientação da Professora Doutora Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – Organização do Espaço – da Universidade Estadual Paulista (UNESP). A intenção é compreender a diversidade de fatores que interferem no estabelecimento do medo na cidade de Sorocaba e as possíveis ações que podem ser adotadas para reduzir a violência e o medo na cidade.

Dados do entrevistado:

- Idade:
- Sexo:
- Bairro em que reside em Sorocaba:
- Nível de escolaridade:
- Estado civil:
- Cor (branco; pardo; preto; índio; amarelo):
- Tipo de moradia (casa; casa em condomínio; apartamento em condomínio; outro tipo de moradia):
- Renda familiar:
 - () Até 1 Salário Mínimo (S. M.)
 - () De 1 S. M. até 3 S. M.
 - () Mais de 3 S. M. até 5 S. M.
 - () Mais de 5 S. M. até 10 S. M.
 - () Mais de 10 S. M. até 20 S. M.
 - () Mais de 20 S. M.

1. Do que você tem medo na cidade de Sorocaba? (Escolher até 3 respostas).

- () ações policiais
- () furtos (Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel)
- () roubos (Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante *grave ameaça* ou *violência* a pessoa)
- () ser assassinado
- () ser sequestrado
- () tráfico de drogas
- () violência de trânsito
- () Outro. _____

2. Você acredita que existem focos de violência em Sorocaba (bairros que concentram a violência)?

- () Sim () Não

2.1. Se sim, quais são os bairros?

3. Quais soluções você considera mais eficiente para diminuir a violência em Sorocaba? (escolher até 3 respostas).

- () aumentar o número de câmeras de monitoramento pela cidade
- () aumento do policiamento
- () dar mais oportunidade para estudos e qualificação da população.
- () evitar sair de casa em horários noturnos
- () implantação da pena de morte
- () melhorar a distribuição de infraestrutura e serviços pela cidade
- () morar em condomínios fechados.
- () pagar empresas de segurança privada
- () redução da maioridade penal
- () Outro. _____

4. Com relação à situação de proteção e segurança do seu bairro, dê uma nota de 0 até 10 para demonstrar a sua opinião. (Dentro da escala considerada 0 significa uma situação de excesso de violência e insegurança, já a nota 10 significa uma área altamente protegida e segura).
